

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO DO CAMPO E MULTITERRITORIALIDADE
DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA:
ESTUDO DO ASSENTAMENTO UNIDOS DE SANTA BÁRBARA -
SÍTIOS NOVOS - CAUCAIA - CEARÁ**

José Lima Castro Júnior

Fortaleza- Ceará

2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÒ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

José Lima Castro Júnior

**EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO DO CAMPO E MULTITERRITORIALIDADE
DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA:
ESTUDO DO ASSENTAMENTO UNIDOS DE SANTA BÁRBARA -
SÍTIOS NOVOS - CAUCAIA - CEARÁ**

**Tese submetida à Coordenação do
Programa de Pós-Graduação em
Educação Brasileira, da Universidade
Federal do Ceará, como requisito
parcial para obtenção do título de
Doutor.**

**Orientação: Professor PhD José
Ribamar Furtado de Souza.**

**Fortaleza – Ceará
2005**

C355e CASTRO JÚNIOR, José Lima.

Educação Popular, Educação do Campo e Multiterritorialidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: estudo do Assentamento Unidos de Santa Bárbara - Sítios Novos - Caucaia - Ceará/.

José Lima Castro Júnior. – Fortaleza, 2005.

354 p.: il.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2005.

“Orientação: Professor PhD José Ribamar Furtado de Souza”

1. Educação Popular. 2. Educação do Campo. 3. Multiterritorialidade 4. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra 5. Multiterritorialidade Popular.

I. Souza, José Ribamar Furtado de. (Orient.). II. Título.

CDU 332.021.8: 37

A Maria Eugênia, companheira da minha vida, como prova de amor...

Aos meus filhos, Castro Neto, Maria Helena, Ilgo, Germana Maria e Alberto,
como herança...

A minha neta, Melissa, com doçura...

Ao meu neto, Pedro, com energia...

A Zé Maria, meu irmão, como incentivo...

A Zélia, minha sogra, pelo amparo de mãe...

Aos meus pais, Zé de Castro e Maria Helena, e ao meu sogro, Alberto,
pela ternura de suas memórias ...

Aos Sem Terra, especialmente do Ceará, fazedores de história.

Dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

É longa a lista de pessoas a quem gostaria de agradecer. Contemplo a todas, em nome de algumas, carinhosamente chamando de companheiros e companheiras.

Santa Bárbara, onde ganhei portas e vidas abertas. Nunca poderei retribuir o carinho dado por vocês. Sou feliz porque este trabalho, que é para mim como um filho ou uma filha, tem a sua cara.

Movimento Sem Terra, especialmente do Ceará, o meu reconhecimento. Devo parte de minha história a história de vocês. Muito obrigado pela lição: somos o que ousamos ser.

Doutor José Ribamar Furtado de Souza, orientador e professor, sobretudo da vida; forte e corajoso, fazendo pensadores. Atento e generoso, preparando sujeitos. Muito obrigado por tudo, Professor Doutor Ribamar. É honroso ser seu aluno. É privilégio ser seu amigo.

Eliane Dayse Pontes Furtado, que foi, na verdade, co-orientadora, e com quem, em riquíssimas oportunidades, tive a sorte de dialogar. Devo-lhe, Professora, indescritíveis ensinamentos sobre Educação Popular.

Professor Doutor Luiz Antonio Maciel de Paula, que há bom tempo acompanha minha disparada e até dela faz um pouco parte. Desde a primeira qualificação até a conclusão da tese me presenteou com várias contribuições que definiram o destino deste trabalho. Obrigado por ser da minha banca, sem “banca”.

Professora Doutora Maria de Lourdes Peixoto Brandão, sempre pedagogicamente desafiadora. Além de importantíssimas contribuições ao longo das qualificações, com sua elegância soube dar rumos fortes e ressaltar levezas deste trabalho. Sua presença na banca me conceitua.

Professora Doutora Mônica Castagna Molina e Professor Doutor Bernardo Mançano Fernandes, que se territorializaram neste Trabalho. Ambos a união que procurava para dialogar no campo da Educação do Campo. Em minha banca elevam-na ao conceito multiterritorialmente popular.

Mestres, Marcos Castro e Dorinha Feitosa, “gente fina, elegante e sincera”, do mundo da Reforma Agrária. Devo-lhes, mais do que valiosas informações, o que não tem preço: a presença certa nas horas incertas. Vocês sabem a importância que tiveram para este trabalho. Obrigado, do fundo do coração.

Ao IDACE, na figura de seus Superintendentes, Antonio Bezerra Peixoto e Wilson Vasconcelos Brandão Júnior: o primeiro, me liberou para dedicação exclusiva; e o segundo, compreendeu o valor deste estudo. Também desta Casa, da qual sou servidor, destaco a figura forte de Raimundo Adolfo Gurgel do Amaral Filho, simbolizando todos e todas que me incentivaram e que me fazem lembrar que este trabalho deve ser pago por um serviço público com o compromisso de transformação da sociedade.

Ao Programa de Pós-Graduação da FAGED/UFC, que me recebeu. Devo a todos, professores e servidores, a alegria e o prestígio de ter sido aluno da Faculdade de Educação do Ceará.

Aos Alunos do Programa, especialmente aqueles do Núcleo de Educação e Movimentos Sociais. Sou beneficiário do seu acolhimento e diálogo, que me proporcionaram, e, mais do que tudo, muita energia, quase juvenil, tão importante que foi para uma caminhada cuja distância é medida em anos.

Ao Professor, Mestre, Vianey Mesquita. Devo-lhe, além da revisão que enriqueceu todo o texto deste trabalho, palavras que me deram uma impagável serenidade que eu precisava para aquecer o meu *coração pensante*, neste momento único da minha

Vida

Você, tão todo dia e tão nunca.

Você, tão perto e tão longe.

Você, tempo e lugar.

Você, lugar e tempo.

Vida, minha e de todos.

Vida, de todos e minha.

Você, vida.

O Autor

ORDEM E PROGRESSO

Este é nosso País
Esta é a nossa bandeira
É por amor a esta pátria Brasil
Que a gente segue em fileira.

Queremos mais felicidade no céu
Deste olhar cor de anil
No verde esperança sem fogo
Bandeira que o povo assumiu.

Amarelo só os campos floridos
As faces agora rosadas
Se o branco da paz se irradia
Vitória das mãos calejadas.

Queremos que plante esta terra
Por ela quem sente paixão
Quem põe com carinho a semente
Pra alimentar a nação.

A ordem é ninguém passar fome
Progresso é o povo feliz
A Reforma Agrária é a volta
Do agricultor à raiz.

ZÉ PINTO

RESUMO

O envolvimento com o tema e a constatação de insuficientes aprofundamentos teórico-metodológicos de profissionais, pesquisadores, assentados e militantes da Reforma Agrária, que separam educação e territórios, acoplado a isso falsas dicotomias - história e geografia, teoria e prática, local e global - no contexto de resistências, lutas e alternativas a mundialização, é o ponto de partida para estudar a relação entre Educação Popular, Educação do Campo e Multiterritorialidade do MST. Tendo como unidade de aprofundamento o Assentamento Santa Bárbara, no Ceará, o percurso metodológico do trabalho, de cunho qualitativo e etnográfico, dá voz aos sujeitos e reconstitui historicamente o processo de produção de saberes. Discute a Educação do Campo como espaço para a reforma agrária e os territórios que são lugar de ação e poder na transformação do cotidiano dos Sem Terra, que se dá com a multiterritorialidade popular. Apresenta limites teóricos a partir do cotidiano, destacando a educação popular, educação do campo e multiterritorialidade do MST. Dá curso ao trabalho mostrando como ocorre a construção de saberes, que vai da espontaneidade à racionalidade, com os atores aprofundando e “amplificando” territorialidades, exercendo papéis para constituir territórios, e identidades, e, o MST, como sujeito de sua multiterritorialização. Mostra outra face dos saberes espontâneos, que é de desterritorialização e de territorialização, com uma cartografia, um desenho da multiterritorialização, as estratégias realizadas pelos assentados satisfazendo necessidades, e o ponto de pauta ou a montagem de pautas, como aprendizado pela participação. O início da produção do saber racional mostra com a presença da educação, que convive entre manter subalternidade e edificar o poder popular, ao mesmo tempo em que são erguidos aprendizados que amplificam a presença do MST no Ceará, no Brasil e no Mundo. Conclui fazendo a reflexão, Multiterritorialização Popular: como, onde e para quê? Retornando ao problema investigativo levantando implicações práticas, desmistificando a dicotomia teoria e prática, como uma contribuição para a academia. Seguindo com lições dadas pelo MST, realçando implicações para as políticas públicas e, finalmente, levantando pontos quanto à pesquisa, salientando limitações teóricas e metodológicas, junto das dificuldades do processo formativo do pesquisador, bem como, ainda, aspectos destacáveis e idéias para o futuro.

Palavras-chave: Educação Popular. Educação do Campo. Multiterritorialidade. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Multiterritorialidade Popular.

ABSTRACT

The envelopment with theme and confirmation of inefficient theoretical-methodological studies of professionals, researchers, settled people and militants of Agrarian Reform that they discriminated education and territories, linking that false dichotomy – history and geography, theory and practical, in loco or global – in the context of resistances, fights and alternative for globalization, it is the start point to study the relation between Popular Education, Country Education and MST Multiterritorializing. Having how unit of study the Santa Bárbara Assettlement, in Ceará, the methodological way of the work, of qualitative importance and ethnographic, it gives voice to subjects and reconstitute historically the production processo of knowledges. I debates the Country Education like blanks for the Agrarian Reform and the territories those are action place and power in the daily transformation of Landless, it gives with popular multiterritorializing. It presents theoretical limits from daily, detaching the popular education, country education and MST Multiterritorializing. It gives course to work showing how occur the construction of knowledges, from spontaneity to rationality, with the actors deeping and “amplifying” territory, practicing roles to construct territories, and identities and, the MST, as subject of its Multiterritorializing. It shows tha other hand of spontaneous knowledges, that is the unterritorializing and the territorializing, with a cartographic, a Multiterritorializing drawing, the strategies realized by settled people satisfying requirements, the issue point or the montage of issue, as learning by participation. The initiation of the rational knowledge production shows with a educação presence, that live together between subordinated and edify the popular power, in the same time that are elevated learning that amplify the MST presence in Ceará, in Brazil and in the World. It concludes making a reflexion, Popular Multiterritorializing: how, where and why? Returning to investigative problem raise practical implications, demystifying the dichotomy theory and practical, as a contribution for the academy. Following with lessons given by the MST, emphasizing implications for the public politicians and, finally, raise points in relation to research, underlining theoretical and methodological limitations, attach the difficulties of the formative process of the researcher, as well, still, disposable aspects and ideas for the future.

Keywords: Popular Education, Country Education, Multiterritorializing, Movement of the Landless Workers (MST).

LISTA DE QUADROS

- 1 - Campo do Agronegócio e Campo da Agricultura Camponesa - Diferenças
- 2 - Educação Rural e Educação do Campo - Diferenças Paradigmáticas
- 3 - Setores do MST - Comunicação
- 4 - Setores do MST - Direitos Humanos
- 5 - Setores do MST - Formação
- 6 - Setores do MST – Gênero
- 7 - Setores do MST - Produção, Cooperação e Meio Ambiente
- 8 - Setores do MST - Saúde
- 9 - Coletivo de Cultura do MST
- 10 - Espacialização - Cultura Emergente - Temas de Estudo
- 11 - Espacialização - Cultura Emergente - Publicações
- 12 - Espacialização - Educação
- 13 - Assentamento Santa Bárbara – Espaços Políticos de Territorialização
- 14 - Assentamento Santa Bárbara - Conformação Territorial
- 15 - Territorialização – Regionais no Ceará
- 16 - Espacialização - Curso Pedagogia da Terra
- 17 - Territorialização - Programação de Cadastro de Acampamentos
- 18 - Territorialização - Inclusão no Programa Fome Zero
- 19 - Territorialização - Contatos Eletrônicos
- 20 – Espacialização - Marcha pela Reforma Agrária - Pontos Acordados
- 21 – Multiterritorializações Sociais Mundiais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 - Concha Acústica da UFC

Planta 1 – Imóvel Santa Bárbara

Foto 2 - Assembléia em Santa Bárbara

3- Condições geoambientais do assentamento

4 - Pecuária do assentamento

5 - Piscicultura do assentamento

6 - Estacionamento e oficinas do assentamento

7 - Vila Antiga da fazenda

8 – Casas do assentamento

9 - Balneário do assentamento

10 – Conversa com assentados

11- Roda de conversa

12 - De Caucaia à Santa Bárbara

13 - Mapa do assentamento

14 - Socialização de informações / Santa Bárbara

15 - Socialização de informações / Direção Estadual do MST

16 - Bandeira do MST fincada no chão

Figura 1 - Convite de festa de primeiro aniversário do assentamento

Foto 17 - Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

18 - Cartaz do Encontro da Articulação por uma Educação do Campo no Ceará

Diagrama 1 - Árvore de Poder

2 - Integração das Dimensões do Território

Foto 19 - Reunião de uma comissão

20 - Farinhada

21 - Beneficiamento do mel

22 - Beneficiamento do peixe

23 - Beneficiamento do leite

24 - Estudantes na hora do recreio

25 - Roda de jogo de mesa. Jogo de damas

26 - Roda de jogo de mesa. Jogo de baralho

27 - Crianças de Santa Bárbara

28 – Angicos

29 - II Encontro Estadual de Mulheres Sem-Terra

Gravura 1 - A Marcha

Foto 30 - Sessão Solene em homenagem aos 15 anos do MST no Ceará

31 - MST na Operação Fortaleza Bela

Box 1 - Sem-terra se despedem de Fortaleza

Foto 32 - Curso de Pedagogia da Terra, solenidade de abertura

33 - Curso de Pedagogia da Terra – Por uma Educação do Campo

34 - Curso de Pedagogia da Terra – Abertura das Aulas

35 - Curso de Pedagogia da Terra – Aula Plenária 1

36 - Curso de Pedagogia da Terra – Aula Plenária 2

37 - Curso de Pedagogia da Terra – Ciranda

38 - Curso de Pedagogia da Terra – Sala de aula 1

39 - Curso de Pedagogia da Terra – Hora do Almoço

40 - Curso de Pedagogia da Terra – Sala de Aula 2

41 - Acampamento em Fortaleza, Avenida José Bastos

42 - Acampamento – Ceará

43 - Acampamento - Pernambuco

44 - Assentamento – Pernambuco

Salvado Como - www.mst.org.br

Foto 45 - Marcha Nacional pela Reforma Agrária. MST no Planalto Central do Brasil

46 - Marcha Nacional pela Reforma Agrária. Mais um passo à frente, nem um passo atrás, a Reforma Agrária é o Povo que faz MST-CE

47 - MST no Fórum Social Mundial 2005

LISTA DE ANEXOS

- A1. Múltipla Territorialidade do MST / Estudos no Estado do Ceará
- A2. Linha Central de Tempo
- A3. Questionários Utilizados
- A4. Entrevistas Planejadas
- A5. Entrevistas Realizadas
- A6. Música Utopia
- A7. Croqui 1 Multiterritorialização em Santa Bárbara
- A8. Marcha pela Reforma Agrária - Pauta de Reivindicações / O que precisa ser feito para avançar na reforma agrária
- A9. Fórum Social Mundial / Organizações Delegadas
- A10. Critérios para Seleção de Assentados
- A11. Infra-Estrutura / Assentamento Santa Bárbara

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AA - Alcoólicos Anônimos

ACACE - Associação de Cooperação Agrícola do Ceará

ACAUSB - Associação Comunitária do Assentamento Unidos de Santa Bárbara

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES - Assessoria Técnica e Social

ATTAC - Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos

BID - Banco Interamericano do Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

CAPINE - Companhia Agropecuária e Industrial do Nordeste

CCA - Central das Cooperativas de Assentados

CD – Compact Disc

CEB - Comunidades Eclesiais de Base

CENSA - Center for the Study of the Americas

CEPAC – Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria Comunitária

CERAI - Centro de Estudios Rurales y de Agricultura Internacional

CH - Centro de Humanidades

CLOC - Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda

CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COPASB - Cooperativa de Produção Agrícola Santa Bárbara

CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CRID - Centros Rurais de Inclusão Digital

DARA - Departamento de Apoio à Reforma Agrária
DIOF - Divisão de Organização Fundiária
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
ENFF - Escola Nacional Florestan Fernandes
FACED - Faculdade de Educação (UFC)
FETRAECE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
FIAN - Food First Information and Action Network
FIOCRUZ - Fundação Instituto Osvaldo Cruz
FMI - Fundo Monetário Internacional
FMRA - Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária
FNE - Fundo Constitucional para Desenvolvimento do Nordeste
FPH - Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme
FSM - Fórum Social Mundial
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
FUNCAP - Fundação Cearense de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GERA - Grupo Executivo da Reforma Agrária
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IDACE - Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA - Intervenção Participativa dos Atores
ITERCE - Instituto de Terras do Ceará
ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LRAN - Land Research Action Network
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento
NEDI – Núcleo de Educação e Desenvolvimento Infantil
OMC - Organização Mundial do Comércio

ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural
PCT - Programa de Compra de Terras
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima
PNRA - Plano Nacional da Reforma Agrária
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRD - Partido Revolucionário Democrático
PRECE - Projeto Educacional Coração de Estudante
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRRA - Plano Regional de Reforma Agrária
PT - Partido dos Trabalhadores
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar
SCA - Sistema Cooperativista dos Assentados
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEARA - Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária
SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa
SEDUC - Secretaria de Educação Básica (CE)
SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes
STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais
TSM - Território Social Mundial
UFC - Universidade Federal do Ceará
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP - Universidade de Campinas
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - CAMINHANDO NOS SEGREDOS DA PESQUISA	50
A Problemática	51
O Percurso Metodológico	55
CAPÍTULO 2 – NOS LIMITES TEÓRICOS A PARTIR DO COTIDIANO: EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO DO CAMPO E MULTITERRITORIALIDADE DO MST	101
2.1 O cotidiano dos Sem Terra – tempos e lugares de quem luta	105
2.2 Questão Agrária – educação do campo no campo da educação popular	113
2.3 Território – lugar de ação e poder na transformação do cotidiano dos Sem Terra	134
CAPÍTULO 3 – CONSTRUÇÃO DE SABERES: DA ESPONTANEIDADE À RACIONALIDADE. DOS MULTITERRITÓRIOS À MULTITERRITORIALIDADE POPULAR	152
3.1 Atores e suas Territorialidades: saberes espontâneos	156
3.1.1 Moradores da terra	156
3.1.2 Caminhantes de outras terras	159
3.1.3 Na construção de uma multiterritorialidade	162
3.1.3.1 Tempos de patrão – tempos de Sem Terra	162
3.1.3.2 Terra ocupada - começo e recomeço de territórios camponeses	167
3.1.3.3 Saída do exército – conquista de Santa Bárbara	172
3.1.4. Aprofundando e amplificando territorialidades	180
3.1.4.1 Papéis – para constituir territórios	180
3.1.4.2 Identidades – para se ver no Movimento Sem Terra	185
3.1.5 Movimento Sem Terra – organicidade e territorialidades	190

3.2 Desterritorialização e Territorialização: outros saberes	205
3.2.1 Cartografia – desenho de uma multiterritorialidade	205
3.2.2 Estratégia – satisfação de necessidades territoriais camponesas	226
3.2.3 Ponto de pauta – aprendizado pela participação	233
3.2.4 Assentamento – à procura de conquistas territoriais camponesas	238
3.3 A Educação Popular na Multiterritorialidade do MST: saberes racionais	244
3.3.1 Educação – entre manter a subalternidade e construir o poder popular	246
3.3.2 Aprendizados – em-visíveis e em-laços	256
3.3.3 Amplificando – MST no Brasil e no Mundo	262
3.3.3.1 MST no Ceará	263
3.3.3.2 MST no Brasil	282
3.3.3.3. MST no Cenário Mundial	296
MULTITERRITORIALIDADE POPULAR: COMO, ONDE E PARA QUÊ?	302
Retorno ao problema investigativo – implicações práticas	303
Desmistificação de uma dicotomia – teoria e prática - contribuição para a Academia	306
Lições do MST – implicações para as políticas públicas	308
A pesquisa – limitações teórico-metodológicas, dificuldades no processo formativo do pesquisador, aspectos destacáveis e idéias para o futuro	311
BIBLIOGRAFIA	316
ANEXOS	336

INTRODUÇÃO

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.

Na medida em que o homem, integrado em seu contexto, reflete sobre este contexto e se compromete, constrói a si mesmo e chega a ser sujeito.

PAULO FREIRE

Nasci na capital do Ceará e vivi a infância e início da adolescência em bairros da cidade – Centro, Aldeota, Piedade e Joaquim Távora – que, na Fortaleza de cinqüenta anos atrás, em muito proporcionaram vivências de criança, que foram no *meu território*: banho no riacho Pajeú, às vezes na lagoa do Parque da Criança; no riacho que hoje está no Parque Rio Branco, no riacho Aguanambi, que nos invernos era para mim um rio perigoso. Pelo caminho subir em árvores e tirar fruta do pé, ir à vacaria para pegar leite, entre outras brincadeiras.

Passei algumas férias escolares em cidades do interior e do litoral como faz grande parte da população da Cidade que, como dizem, tem um pé no campo. Sempre em terras dos meus avós, às vezes indo até Mombaça, outras até Aquiraz, para casa de tios, quando sítios e o próprio litoral eram mais vivenciados.

Em 1970, fui morar no conjunto José Walter, onde continuo até hoje. As terras onde foi construído estavam fora do perímetro do Município de Fortaleza, situando-se após a Avenida Perimetral, que, então, demarcava os limites com o hoje Município de Maracanaú. Eram chamadas pelos mais antigos do lugar de Aldeia Velha. Ao seu lado estavam terras do Itaperi e mais adiante as do Mondubim. Para a construção do conjunto, foram vendidas à Prefeitura de Fortaleza partes das terras de propriedade de um Senhor *Morador em Fortaleza*, numa área aproximada de 2.500 hectares¹. Nas terras estão quatro lagoas, de acesso proibido para a população em geral. Mais à frente, na direção de Messejana, está o rio Cocó, onde tomei muitos banhos, fiz pescarias e até catei camarão e pitu.

Quando fui morar no José Walter, estava chegando num conjunto habitacional que passaria a se relacionar com um latifúndio, tanto do ponto de vista físico quanto das relações sociais, em sucessão histórica, que passaram a se interpenetrar: sujeição, pagamento de renda e arrendamento das terras. Eu, com outros adolescentes, em muitas oportunidades, entrávamos nas terras para tomar banho nas lagoas buscando fazer o que para mim era natural, até antes de mudar para o bairro.

Na metade dos anos 1970 isso acabou. Num período aproximado de cinco anos aprendi que as terras do Senhor *Morador em Fortaleza* eram um território

¹ Continuam até hoje as restantes com a família dele, com exceção daquelas que nos anos 1980 foram vendidas para a construção dos conjuntos habitacionais vizinhos denominados Marcos Freire e Novo Mondubim, e outras mais que fazem parte de um loteamento para residências, que contornam o conjunto Zé Walter.

proibido, até mesmo para as lagoas, *criadas por Deus*. O contato, assim, com a natureza, passou a ser lembrança. Os fatos, agora, estão guardados na minha memória. Minha vida continuou, neste lugar, onde perdi meus pais, constituí família, passei a fazer parte, talvez, do maior grupo familiar do bairro, lugar onde abriga namoros de filhos e filhas e os primeiros dias de minha primeira neta².

Na metade dos anos setenta do século passado, entrei no movimento estudantil universitário, em plena vigência da ditadura militar que até a metade dos anos oitenta ocorreu no Brasil. Reforma Agrária estava em pauta, como assunto proibido. Neste momento, que foi chamado de redemocratização do País, havia luta de sua população, inclusive armada, *nas cidades, nas ruas, campos e construções*. Reforma Agrária, sob o controle dos trabalhadores, mais do que uma palavra de ordem, em minha vida se incorporou quando passei a fazer parte do seu movimento no estado do Ceará.

Naquele momento propostas de alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente traziam a preocupação com práticas diferentes das que existiam ou eram ensinadas. Oficialmente as busquei no Projeto Pacatuba, que estava situado administrativamente na Universidade Federal do Ceará - UFC, no qual estudantes de vários cursos ocuparam espaço com atividades que eram alternativas ao próprio Projeto. Por conta própria, contudo, em áreas de Reforma Agrária no interior cearense e até em outros estados da Federação. Sempre uma pergunta me inquietava: como deixarão as pessoas de ser subalternas ao mesmo tempo em que suas áreas (territórios) se desenvolvam sem submeterem-se ao mundo externo a elas?

Quando terminei o curso de Agronomia, meu primeiro trabalho foi durante os anos chamados de seca, em 1981/82, quando pude vivenciar, na condição de fiscal das chamadas frente de emergência, o *flagelamento* de populações³. Pude também ver que é um traço importante de um processo que tem origem em razões estruturais da sociedade e que são expostos no momento em que se agudiza a condição de semi-aridez tão ciclicamente presente no Território cearense.

² Faço parte de um grupo familiar que reside no Zé Walter que constava inicialmente de seis casamentos, tendo ramificações e que já se somam novos casamentos, totalizando mais de trinta pessoas.

³ Resgates das “secas” podem ser encontrados em Alves (1982), que trata dos Séculos XVII a XIX, e Villa (2000), que trata também do século XIX e do século XX. É clássica a desmistificação do “flagelamento”, como fenômeno climático, feita por Domingos Neto & Borges (1983).

Atentando para as áreas de Reforma Agrária, que foram parceladas após processos de luta pela terra que em algumas situações foram violentos, preocupava-me saber como poderia ser superado o flagelamento, entendendo a superação como conseguir não se afastar da terra e controlar um espaço sem depender das frentes de emergência ou ajudas outras governamentais e não governamentais. Com a caracterização do inverno de 1982, foi motivada a desativação das frentes de emergência. Vi que a situação da maior parte da população continuava a mesma, inclusive das áreas de Reforma Agrária, porque em nada tinha sido alterada a situação dos que então estavam nas suas terras ou que eram sem-terra. O questionamento se mantinha: o que pode ser alternativa a esta situação?

Neste mesmo ano ingressei no Instituto de Terras do Ceará - ITERCE, autarquia vinculada a então Secretaria de Agricultura e Abastecimento, que estava submetido ao então Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários – MEAF, cujo Ministro era um general⁴. Daí em diante, e até agora, em mais de oitenta municípios, com maior intensidade vivenciei a história da Reforma Agrária no Ceará. Tive oportunidade de *banhar-me* na realidade dos assentamentos, em momentos vendo que a luta por terra é marcada pelo cheiro de sangue dos que tombaram, e, em outros, vendo que ações governamentais favorecem subalternidade e inserção passiva ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

A partir de 1986, pessoas ligadas às lutas da Reforma Agrária no Ceará assumem diversas posições no Governo do Estado, com ênfase na recém-reformulada Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - SEARA. Nesse ano, assumi o cargo de Chefe do Serviço de Regularização Fundiária, com o ITERCE transformado em Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, com o objetivo de contribuir na incorporação de terras ao patrimônio fundiário do Estado, que as destinava aos trabalhadores sem-terra⁵.

⁴ Parece que muitos outros órgãos de terra no resto do País foram criados tendo como um dos principais objetivos, não divulgados, sustar o processo de luta pela terra que amiudara, executando suas ações através de uma política de titulação de terras que ficou conhecida pela meta de “dar 1 milhão de títulos”.

⁵ Como será visto neste trabalho, *sem-terra* é diferente de *Sem Terra*, porque assim, sem hífen, sinaliza uma identidade conquistada com autonomia, que vai além de si mesma, como ensina Caldart (2000), dado que o uso social do nome alterou a norma gramatical da língua portuguesa a ponto de a grafia com hífen distinguir entre a identidade coletiva de trabalhadores da terra e o MST, que a transformou em nome próprio.

Prosseguindo esta minha trajetória que mostra que mais e mais fui me envolvendo com a questão da terra e ao mesmo tempo ressalta uma formação não acadêmica, uma formação com a *escola da vida*, em 1988 contribui na implantação do até então inexistente Serviço de Assentamento do IDACE. Coube-me a responsabilidade de atuar em estreita articulação com a Divisão de Assentamento (no Ceará) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A coordenação das atividades era de um grupo que contava com a presença de representantes de instituições governamentais e não governamentais, o Grupo Executivo da Reforma Agrária – GERA, que funcionava em salas cedidas pelo também recém-criado Departamento de Apoio à Reforma Agrária - DARA⁶. Neste momento, no contexto da implantação do 1º Plano Nacional da Reforma Agrária - PNRA, quando se abria no Ceará possibilidade de se iniciar uma mudança na estrutura fundiária, apresentou-se um questionamento: como poderia ser a organização das áreas de assentamento? Parcelamento de terras ou explorações coletivas? As referências teóricas, aliadas às experiências negativas de parcelamentos anteriores ao PNRA, apontaram o caminho: trabalhar na perspectiva da viabilização de assentamentos coletivos, organizados juridicamente na forma de associação, com a perspectiva de avançar para Cooperativa de Produção Agropecuária - CPA⁷.

A prática do IDACE e do INCRA foi, como se diz enfiar de goela abaixo as explorações coletivas, reproduzindo, professoralmente, com nossas práticas e atitudes, a educação bancária tão bem apresentada por Paulo Freire (1980, 2000), a qual mantém e reforça as contradições da sociedade e a opressão em seu conjunto⁸.

Porém, mesmo com a minha ânsia em mostrar viabilidade econômica dos assentamentos e com os assentados quase que assistindo à ação governamental, eles, *escondidos*, estavam praticando uma alternativa, assentamento misto, organizando-se em explorações individuais e coletivas, que mais tarde passou a ser

⁶ Sobre este momento da Reforma Agrária no Ceará, é indispensável consultar Martins (1990, 1994).

⁷ Esta proposta de organização dos assentamentos, que é também do MST, naquele momento, no Ceará, influenciou as ações do INCRA e do IDACE. Ver Martins (1990, 1994).

⁸ Quais sejam: “a) o professor ensina, os alunos são ensinados; b) o professor sabe tudo, os alunos nada sabem; c) o professor pensa para si e para os estudantes; d) o professor fala e os alunos escutam; e) o professor estabelece a disciplina e os alunos são disciplinados; f) o professor escolhe, impõe sua opção, os alunos submetem-se; g) o professor atua e os alunos têm a ilusão de atuar graças à ação do professor; h) o professor escolhe o conteúdo

regra e que até hoje perdura na realidade cearense.

Breve reflexão sobre o que estava acontecendo se deu no seio técnico que atuava nos assentamentos, ao mesmo tempo em que as ações governamentais eram entremeadas com cursos realizados no Recife e em Natal no ambiente da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, sob a coordenação técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Como resultado, as práticas dos profissionais tentavam ouvir os assentados, “porque eles conheciam a realidade”, buscando trabalhar de maneira “mais participativa”, para conseguir a viabilização dos assentamentos.

Então, também na vigência do PNRA, foram realizadas duas grandes feiras da Reforma Agrária no Ceará, o que até hoje não se repetiu. A primeira, em 1988, de cuja Coordenação Geral fiz parte, e que, embora com proposta de ter âmbito estadual, desenrolou-se com participação de profissionais, militantes e trabalhadores de outros estados. Da segunda, em 1989, já com abrangência nacional, participei, auxiliando sua coordenação, cuidando de atividades chamadas de mais operacionais. A partir delas, sabe-se, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST instalou-se no Ceará.

Naquele momento, participei da *febre* dos projetos agroeconômicos e dos laboratórios de campo e de terreno, todos privilegiando dinâmicas e vivências, sem que o objetivo de edificar com os assentados fossem alcançados⁹. Aconteceram vários laboratórios, que apareciam e desapareciam de uma hora para outra. Tal intercorrência, mostra o início do aprofundamento da presença do paradigma do Capitalismo Agrário, que guia daí então muito das ações governamentais e até não governamentais, *empurrando* a solução dos problemas agrários para o mercado, estruturando os assentamentos como unidades capitalistas, conflituando com o paradigma da Questão Agrária, a ser resolvida pelos Movimentos Socioterritoriais, que se pautam por constituírem dinâmicas autônomas, configurando os assentamentos marcadamente camponeses¹⁰.

Neste momento, minhas atividades ocorriam com as de vários profissionais que não tiveram a formação no Curso de Agronomia da UFC, que funcionava praticamente para viabilizar a conhecida “revolução verde”, um dos

⁹ Aconteceram vários laboratórios, que apareciam e desapareciam de uma hora para outra.

¹⁰ Para maiores detalhes, consultar Fernandes (2005).

pilares da conhecida “modernização conservadora”¹¹. Neste momento, ao lado de geógrafos, pedagogos e sociólogos, minhas práticas profissionais, e políticas, me levavam dia-a-dia para a necessidade de melhor estar qualificado. Com isso busquei aportar conhecimentos que não tivera oportunidade de até então apropriar: retornei à Universidade, como aluno graduado na Universidade Estadual do Ceará, onde cursei disciplinas do curso de Geografia.

No início dos anos 1990, um contexto governamental desfavorável à Reforma Agrária se consubstanciou no Brasil. Ocorreu redução a quase zero da quantidade de desapropriações, junto de que, no INCRA, embora sem explicitar uma diretriz, suas ações levavam ao parcelamento dos assentamentos, o seu retalhamento, como dizem os assentados. No IDACE, passa a ser regra o descaso com os assentamentos, chegando a ponto de o Serviço de Assentamento ficar *amontado* numa sala do Órgão¹². Com este quadro, o MST inicia no Ceará sua história, lutando por desapropriação de terras, ao mesmo tempo em que no seio governamental se desenvolviam ações ao contrário. Vi, neste momento, que uma página diferente da história estava sendo escrita e senti que tinha um papel: saber o que era o processo de assentamento que se desenvolvia.

Neste momento, com certeza, já havia passado por alguns desenraizamentos e constituído outros, já havia passado por algumas desterritorializações e outras territorializações. No mês de abril, em 1991, quando me preparava para participar do curso de mestrado em Campina Grande, minha última atividade importante antes de me deslocar para essa cidade da Paraíba foi fazer parte de uma comissão de negociação no acampamento realizado pelo MST nas terras onde, na década de 1930, ocorreram os fatos históricos do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, no Crato¹³.

¹¹ A “modernização conservadora” iniciou em meados dos anos 1960 articulado com o complexo industrial internacional como um projeto ambicioso para a agricultura brasileira, utilizando um pacote de tecnologias criadas após a Segunda Guerra Mundial conhecido como Revolução Verde, que alterou radicalmente a estrutura de produção agrícola, mantendo a estrutura concentrada da terra, sob o comando no País da oligarquia rural e de setores modernos do capital urbano, preocupados com a efervescência dos movimentos sociais no campo. Garcia & Martine (1987).

¹² Examinando os resultados de desapropriação de terras no período, se constata a redução da quantidade de terras desapropriadas. O desmantelamento do Serviço de Assentamento do IDACE faz parte da memória dos servidores do órgão.

¹³ Sobre a história do Caldeirão existem diversas publicações e até mesmo filme. Consultar, entre outros, Aguiar (1982), Lima (1979), Maia (1992) e Costa (1988).

Daquele acampamento, além de um diário onde registrei os oito dias desde a minha chegada até a concretização do que hoje é o assentamento Dez de Abril, ficou guardada a certeza de que estudar um assentamento é examinar a trajetória de pessoas que conquistam terra, buscando constituir territórios, que pode remontar a muito mais do que o período de duração do acampamento, menos ainda começando na chegada a uma terra. Notei que a história de assentamentos é interferida pela presença de pessoas de fora do seu espaço, como eu e a comissão, porém dei pouca importância.

Nas terras do sítio Caldeirão existe ruínas de casas e outras edificações. Circundam a mesma igreja onde o Padre Cícero rezara missas, afirmando sua conhecida liderança espiritual e política, e onde também um beato, José Lourenço, liderava assembléias. Aquele lugar lembra uma comunidade de mais de cinco mil habitantes que desenvolveu uma, e sua, experiência particular de assentamento, marcado pela religiosidade e com traços socialistas, que foi dizimado, primeiro, sendo enfraquecido por pressões econômicas, e, por último, com um bombardeio aéreo, o único na história do Brasil. Lá, durante os dias de ocupação da terra pelo MST, mais seguro fiquei de que a reconstituição de um assentamento é também reconstituição da história de um território, embora naquele momento não tivesse incorporado alguns elementos teóricos que aqui serão apresentados.

Prosseguindo minha passagem em múltiplos territórios, estando em um mestrado em Economia Política, estudei um caso, no qual trabalhadores não venderem sua força-de-trabalho, no período, então, mais agudo da semi-aridez do território cearense no século XX, a seca de 1990 a 1993. Constatei que assentamento é onde trabalhadores do campo e suas famílias escrevem sua história, numa totalidade fenomenológica dinâmica e não autárquica, bem como é onde a produção de riquezas oferece, além da organização econômica de uma dada fazenda, as condições de vida dos assentados. Assentamento, pelo que vi, é base para que sejam constituídas vontades dos próprios assentados.

Para realização do estudo, apresentei proposta ao Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, *campus* de Campina Grande, irmão do Mestrado em Sociologia. Lá o ambiente acadêmico me proporcionou conhecer uma dada realidade de forma crítica. Naquele ambiente, de Economia Política, estudar como trabalhadores que conquistaram terra conseguiram superar o

flagelamento a partir do conhecimento de sua realidade não era tido como algo impossível, um *delírio* até, como alguns aqui no Ceará afirmavam. Lá, de muito tempo, já se estudavam os movimentos sociais, como o MST, por exemplo, sem preconceitos. No ambiente da “Escola campinense”, ao lado de colegas de formações diversas, tais como agrônomos, antropólogos, economistas, geógrafos, historiadores, pedagogos, sociólogos e técnicos em cooperativismo, oriundos desde o estado de Rondônia ao do Rio Grande do Sul, vi que foi o conhecimento da realidade pelos assentados, conhecimento do seu território, o que determinou a resistência ao que aparentemente seria fatal acontecer – afastamento da terra e venda de força-de-trabalho. Observando características que o MST chama de educação cooperativa, notei sua parcialidade, porém, pela minha formação naquele momento de minha vida, não dei a devida importância.

Retomando, em 1995, às minhas práticas com assentamentos rurais, assumi a Direção da Divisão de Organização Fundiária – DIOF do IDACE. Além de montar este setor, estruturando uma equipe para atuar nos assentamentos, não me conformava com as formas de intervenção governamental e não governamental, me motivando participar da reflexão que ocorria no seio do IDACE, do INCRA e do MST¹⁴. Deste momento em diante, a Educação passou a ter papel importante na Reforma Agrária do Ceará, apontando para uma mudança nos processos que se desenvolviam.

Deste momento em diante, busquei colaborar no que foi sistematizado por José Ribamar Furtado de Souza & Eliane Dayse Pontes Furtado (2000), as experiências da Intervenção Participativa dos Atores - INPA, fundadas na Educação Popular, considerando importante: desenvolver uma metodologia definida, baseada no processo de elaboração do conhecimento; concurso de múltiplas perspectivas; insistência na participação; metodologia delineada a partir de um contexto específico dos assentamentos rurais; facilitar a participação de todos os atores envolvidos, técnicos, lideranças, assentados e instituições; e, ter como objetivo a construção e implementação de ações territoriais sustentáveis (SOUZA & FURTADO, 2000). Neste momento, inicia-se a consolidação de rumo que tomei em minha vida,

¹⁴ Diversas reuniões, encontros, cursos, aconteceram naquele momento, onde se fez tal reflexão. O seu cerne era em torno de uma aprendizagem que partisse da reflexão dos assentados sobre a sua realidade, feita pelos assentados e facilitada pelos profissionais envolvidos, capacitando-os para intervir criticamente, aceitando a presença do MST e suas práticas, atentando para a particularidade das condições de semi-aridez de grande parte dos assentamentos. Um resumo do que ocorreu pode ser visto em Castro, Furtado & Souza (1996).

exercício da Educação, marcadamente Popular, a ponto de, a partir daí, quando me era *cobrada* uma profissão, uma atividade, o que eu fazia, passei a apresentar-me como educador popular.

Neste momento, passava a atuar com a referida intencionalidade, com este foco, como dizem algumas pessoas em cargos de mando no Governo do Estado do Ceará, mais precisamente no IDACE, entendida como busca de um desenvolvimento alternativo, distante da reprodução social capitalista, rumo ao socialismo, por isso sustentável¹⁵. Para tanto, minha prática passou a ser o exercício de mediações sociais, compreendidas sinteticamente como facilitação do “empoderamento”¹⁶ das classes populares. Minhas ações, a partir deste momento, passavam a fazer caminhos para o que foi apontado, depois, por Souza & Furtado (2004):

Nesse contexto, a cooperação, o associativo e os sistemas produtivos não capitalistas deverão ser também considerados para a transformação gradual em busca de uma sociedade igualitária, solidária e duradoura, o que se fundamenta no resgate e no fortalecimento das identidades culturais dos povos tradicionais, na socialização dos meios de produção, eliminando a exploração e a alienação, tornando o trabalho humano um instrumento de liberdade e de emancipação, na perspectiva do território como uma estratégia para a inclusão. (p. 52).

Neste momento, como Diretor da DIOF, atuei coordenando atividades em todos os então 32 (trinta e dois) assentamentos estaduais, e ainda com quase 1.500 (mil e quinhentos) famílias de atingidos pelo que chamo Sistema Hídrico-Desenvolvimentista Barragem do Castanhão-Complexo do Pecém, e mais em sete áreas de reassentamento destes atingidos. Nessa função, pude vivenciar a prática da INPA e refletir sobre as suas dificuldades de se desenvolver no seio governamental, num contexto como o há pouco descrito. Pude também, por isso, ver a desterritorialização de muitas pessoas, que se deu com a implantação das obras que sob elas histórias e identidades ficaram soterradas e que muitos consideram de

¹⁵ Alguns desses dirigentes, em orquestra, tentaram até invalidação pessoal, impondo dificuldades das mais diversas ordens, recorde quase me levaram a problemas emocionais. Companheiros, dentro e fora do Governo do Estado, aos quais aqui agradeço. Em diálogo comigo forneceram “velas novas” que me tiraram desta tempestade.

¹⁶ Entendido aqui como está em Souza & Furtado (2000): “*Empowerment* – palavra inglesa que tem sido interpretada diferentemente por diferentes pessoas ou grupos. Por um lado, pode trazer à mente massivas demonstrações do poder do povo nas ruas, clamando por mudanças. Por outro lado, este conceito hoje tem-se fortalecido no sentido de significar a conscientização dos indivíduos para ativamente tomarem decisões e ações, assumindo a responsabilidade e o controle de suas vidas, saindo da resignação e da subserviência, para o envolvimento ativo no processo de desenvolvimento”. (p. 63).

maior impacto no rural cearense¹⁷.

Também nesta mesma função, vivenciei momentos em que os assentados se mostraram constituindo territórios, mesmo que provisoriamente, como em diversos acampamentos em Fortaleza e no restante do estado, bem como ainda em vários momentos de negociação, somando às observações que foram feitas durante a pesquisa para elaborar a dissertação de Mestrado. O que mais me chamou atenção foi que, ao contrário do que muito se pensa, ao mesmo tempo em que ocorre desterritorialização, sucede também territorialização e retorialização¹⁸.

Como está sendo visto, nasci no Ceará, sou caminhante do Mundo e tenho minha história de vida em muito tendo seu ritmo dado pela história da questão da terra que mais recentemente é interferida pelo MST, fazendo-me sentir, ou agir, em muitas oportunidades, como um militante do Movimento. Isto me fez melhor compreender, ressalto o que disse Paulo Freire (2001), na sua *Pedagogia da Autonomia*:

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta, faz parte do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fizemos. (FREIRE: 2001, 35)

Assim, apresentei um Projeto de Pesquisa ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação - FACED como proposta de continuidade dos estudos do Curso de Mestrado, que trataram sobre assentamentos coletivos e resistência de trabalhadores ao flagelamento pelo capital.

¹⁷ A concepção de desenvolvimento em curso no Estado do Ceará, sob hegemonia de um bloco capitaneado por empresários, desde 1986 com o advento do que chamaram de “Governo das Mudanças”, aprofunda-se presentemente expandindo o agronegócio. Tal desenvolvimento, que denomino de modernização conservadora atrasada, tem como estratégia a montagem do que chamam de obras estruturantes, entre as quais todo o Complexo Portuário e Industrial do Pecém, articulado e integrado ao Complexo do Castanhão. Só para se ter um pouco da dimensão do Castanhão: foram atingidas mais de 4.000 famílias tendo ocorrido a inundação de uma cidade, Jaguaribara. Como desterritorialização, entenda-se como sendo a perda de identidade, de raízes, de vínculos, de espaço, de lugar, de poder, conforme detalha Haesbaert (2004), na qual as pessoas ficam sem o seu mundo.

¹⁸ A territorialização, aqui, por enquanto, se aceite não como a negação da desterritorialização, mas como “...derivado do verbo territorializar, que significa situar em bases territoriais...”, conforme está em Haesbaert (2004, p. 21).

Envolvido com a Reforma Agrária, frente à presença do MST na cena social, passei a investigar a realidade do Movimento. Inicialmente já tive confirmado que seu estudo deve ir além dos assentamentos ou as diversas qualidades do que é ser Sem Terra porque a sua presença demonstra a negação da tríplice alienação no seio das relações sociais capitalistas, apontada por Gaudêncio Frigotto (2001) , que é:

[...] um estranhamento e separação com o que produz; a expropriação legalizada de parte do tempo de trabalho despendido na produção; e a não-possibilidade de adquirir os meios de subsistência para reproduzir sua vida dignamente. (p. 42).

Desta minha trajetória, dois passos são importantes, dados de 1999 para 2000, na Universidade Federal do Ceará, embora numa realidade diferente dos assentamentos, mas que muito com eles se relacionam, porque me ofereceram oportunidade de ajuntar mais elementos para o estudo da territorialização do MST: um, sendo aluno especial na disciplina Educação e Dinâmicas Sociais na Recomposição do Espaço Rural, da Faculdade de Educação da UFC, uma vez que, o território da FACED, então, era quase que um espaço proibido para pessoas como eu, um técnico, agrônomo, de formação diferente dos que tradicionalmente entravam no Programa que eram das áreas das Ciências Sociais, por exemplo, pedagogos, sociólogos, historiadores e outros das chamadas áreas de humanas; e, em seguida, entrando no Doutorado em Educação, quando podemos, eu e outros colegas do Núcleo de Educação e Movimentos Sociais, estudar, sempre a partir da prática, as tendências atuais de análise das dinâmicas sociais e recomposição do espaço rural na Europa, Estados Unidos e América Latina, fazendo as ligações com o que se passa no Ceará; entender como as dinâmicas sociais atuam na recomposição do espaço rural; e analisar o papel da Educação na formação e capacitação dos profissionais e dos homens e mulheres que vivem no espaço rural.

Uma boa ilustração de como isso ocorre obtive quando estava concluindo o primeiro ano do Curso de Doutorado, oportunidade em que passei um prolongado fim de semana participando de uma festa que se deu numa média propriedade no Município de Quixeramobim. Muito embora aparentemente igual a muitos outros, para mim foi diferente dos muitos que já passei no interior do Ceará ou de outros estados do País, tendo assim ocorrido: acompanhei a preparação da *festa*, que teve

a matança e preparo das galinhas, capotes e de um carneiro; vi a arrumação da casa, e esmero do casal que recepcionou a mim e minha mulher, com algumas convidadas, tendo cuidado maior com a capela da “fazenda”; caminhei entre as plantações, nas quais conversei com alguns trabalhadores; tomei banho de rio, *queimando-me* de sol, em puro lazer, podendo escutar estórias e a história do lugar; participei da *festa* durante a noite, que contou com a presença de um “cantor” da região, seguindo missa que foi “festejada” com o *pipocar* de fogos; ouvi outras estórias e perguntei mais sobre a história das pessoas e do lugar, dentre as quais de um “lobisomem” que estava “atacando” na região; soube da necessidade de uma passagem-molhada onde estavam o dono da terra e seus vizinhos pretendendo construir, ou conseguir com a Prefeitura; e, soube, ainda, que um técnico do IDACE passara na propriedade e fizera a “medição” da terra, com o objetivo de regularização fundiária, com uma novidade, um aparelho que “... apontava para o céu”, que era, pelo que pude confirmar posteriormente, um GPS¹⁹.

Nesta viagem, vivenciei uma aparente repetição de fatos; porém, por que ninguém se banha duas vezes com mesma água de um rio, foram singulares, e importantes, porque estava afastado do ambiente profissional, do IDACE, dos assentamentos e reassentamentos rurais, e, ao mesmo tempo, estava com o *a visão de pesquisador* aguçada. Como se completou este momento: a “Topic”, um carro do tipo *van*, um carro mundial muito usado nas cidades que já havia se incorporado à realidade de muitos cearenses, não passou para o lado da festa, porque não atravessou o trecho de mais água do rio, exatamente onde o meu anfitrião e seus vizinhos desejavam construir a passagem-molhada; o carro mundial ficou estacionado no “beijo” do rio, sendo substituído por uma carroça puxada a burro que serviu para transportar nossas bagagens e parte da comitiva até a casa grande da fazenda. O carro mundial não *participou* do fim de semana. Não participou da história nem fará parte das futuras estórias que serão contadas no lugar e, se for mencionado, será na sua real condição, de objeto, inerte no “beijo” do rio. Os aparelhos celulares, ainda por conta da dificuldade de montagem da rede global de comunicação em todo o Ceará, ficaram sem utilidade e foram também deixados num canto da sala principal da casa, “esperando sinal”, ou nas bolsas das senhoras, esquecidos. Eu, que compro produtos mundiais, pude vivenciar, prazerosamente,

¹⁹ É um aparelho que *diz* as coordenadas terrestres de um lugar com o erro de no máximo 2 (dois) metros e seu uso serve, entre outros, para facilitar processar informações geográficas: GPS – Global System Position.

um belo momento de reflexão sobre minha realidade, sobre territórios, e que também contribuiu na busca em saber o papel da Educação na constituição de territórios com a bandeira do MST.

No outro passo, também como estudante do doutorado, pude observar elementos de territorialização, em 2001, quando da abertura de curso para quatrocentos e cinquenta jovens do MST na “Concha Acústica” da UFC, que é o lugar onde ocorrem solenidades importantes dessa Universidade, como a de colação de grau. (ver foto).

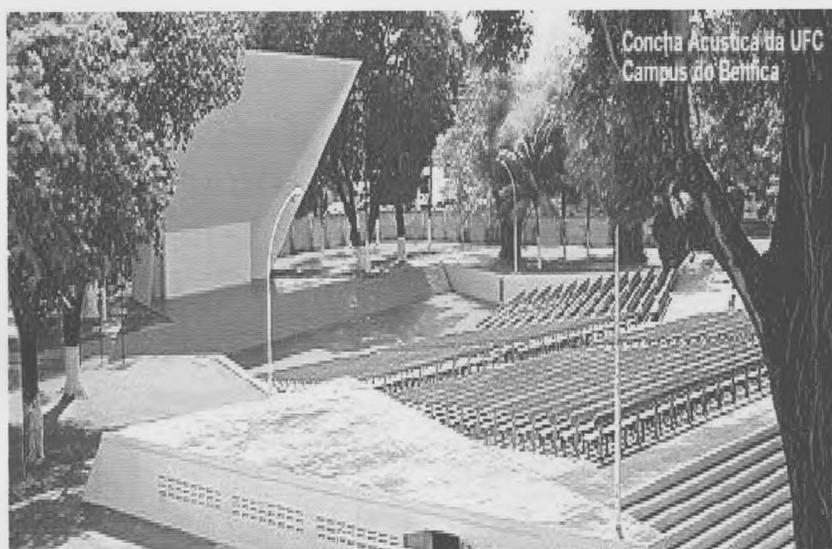


Foto 1 – Concha Acústica da UFC. À esquerda o local de coordenação, À direita o local da plenária.

Fonte: www.ufc.br

Nessa oportunidade, um espaço era dado, formado pelo lugar da mesa coordenadora dos trabalhos e da plenária, com um trecho, vazio, como uma fronteira, separando/distanciando a mesa e os lugares da plenária; um poder da UFC estava presente, o seu Vice-Reitor, que o dividiu temporariamente, no momento da abertura do curso, com os que com ele se sentaram à mesa, inclusive um representante do Movimento e uma outra do Sindicato dos Servidores da universidade; e, um ritual, como trata Peter McLaren (1992), se estabeleceu, consistindo na formação da mesa, iniciando pela posição mais superior de poder, seguindo de uma ordem de falas que foi estabelecida a partir do menos poderoso ao

mais poderoso²⁰.

Após a última fala dos integrantes da mesa, no caso a do representante da UFC “encerrando os trabalhos”, que consistiu na temporária divisão de poder e do ritual de legitimação do curso no território do *campus* da hoje já cinqüentenária Universidade, os mestres de cerimônia, uma professora da UFC e um militante do MST solicitaram que a “mesa fosse desfeita” porque a “mística do movimento vai começar”. Neste momento, já sendo observados no espaço-fronteira muitos jovens participantes do curso preparando-se para uma espécie de dramatização, aparentemente numa preparação para homenagear os que na mesa estavam, mais uma vez foi repetida a fala, que era o *desrequerimento*, que muitas vezes já fez o MST: aviso de que daquele momento em diante o lugar estará sob seu domínio²¹. A mesa não se desfez. Ficaram os componentes, à exceção do militante do Movimento que dela se afastara. Ficaram esperando que os “alunos” cumprissem o seu papel, fizessem a pressuposta homenagem, consolidando a cerimônia de abertura do curso. O que chamo de Pedagogia da Subalternidade deveria se manter no *ar* da concha acústica, como bem anotou McLaren (1992), quando estudou os rituais na escola:

Depois de sua entrada no edifício, os alunos se realinham e reajustam seu comportamento, mudando do fluxo natural do estado de esquina de rua para o recinto mais formal e rígido do “estado de estudante”. É aqui que os alunos se entregam aos controles poderosos e procedimentos coercitivos aos professores – controles que permitem aos professores dominar os alunos, sem recursos à força bruta. (...) Na verdade, dentro dos estados de esquina de rua e de estudante, os estudantes são preparados, i. é, seus papéis são informados por sua experiência social, no sentido em que sustentam um conjunto de padrões sociais esperados deles, tanto por seus companheiros como pelas autoridades (p. 137).

Por três ou quatro vezes foi repetido o pedido: “Por favor, desfaçam a mesa porque nós vamos fazer a nossa mística”. A mesa se desfez, a custo, com alguns dos seus membros, atônitos, sem saber que estavam vivenciando mais do que uma dramatização, como esperava que ocorresse após suas falas, homenageando-lhes. Não sabia que no seio do MST uma educação libertadora ocorre e que, sobretudo, o momento da mística é também, em muitas situações,

²⁰ O lugar central é sempre do que tem mais poder. Primeiro falou a representante do MST, por último o representante da UFC, cabendo a um dos *donos* do lugar abrir os trabalhos, no caso, o Pró-Reitor de Extensão.

²¹ Quando dos primeiros anos de dominação espanhola na América, a Corte instituiu o *requerimiento*, que era a formalização de um ato no qual o dominador “avisava” para os nativos que, de um dado momento em diante, as terras, o território, estariam sob o seu controle. Caso o *requerimiento* não fosse atendido, o colonizador, então, usava suas armas: as de fogo ou a ameaça com o “fogo no inferno”. Ver Balducci (1996).

ocupação de espaço, como o da UFC, que, de fato, aconteceu a partir da real ocupação do vazio entre a mesa e a plenária²². O lugar da dramatização, o espaço-fronteira, o vazio que nas colações de grau separa os que estão na mesa do que estão na plenária, foi ocupado pela bandeira do MST. A mística, “a cerimônia do MST”, que foi mais uma vez exercício de conquistar espaços, terminou com o hino do Movimento. Mais uma vez um espaço foi conquistado. Mais uma vez um poder novo se instituiu. O coletivo responsável pelo curso/ocupação da UFC. Mais uma vez, pelo menos durante os dez dias de duração do curso, um território comandado pelo Movimento se constituía. Com este episódio, até porque estava na platéia, fiquei convicto de que para saber sobre o MST é necessário estar presente em momentos importantes de sua trajetória, como um militante, ou, pelo menos, estar informado deles. Quanto à mística, particularmente a considerando, pude notar que, além de trazer símbolos e emoções, pode ser momento de ocupação de espaços, sendo, com isso, necessário considerá-la em qualquer situação em que se esteja pesquisando a constituição do território do MST; dentro e fora dos assentamentos²³.

Outras três ocasiões que aparentemente não poderiam me proporcionar *ver* a espacialização e a territorialização do MST, isto caso a observasse diretamente nos assentamentos do Ceará, contribuíram para aprofundar meu envolvimento com o objeto de pesquisa.

A primeira, de uma territorialização, se deu quando participei da avaliação de políticas públicas voltadas ao chamado meio rural²⁴. Com o Movimento *pensando* que agricultores atendidos pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF e “assentados” da chamada Reforma Agrária Solidária não estavam no seu território, os quais estão no campo de ação mais direto do sindicalismo rural, observei que muitos trabalhadores se mostravam simpáticos ao MST, seja por experiências, ou seja, por acompanhar sua trajetória, com alguns deles com falas de disposição para continuarem sendo Sem Terra.

A segunda ocorreu quando o Movimento ocupou um cargo na Superintendência do INCRA no Ceará, durante quatro meses do ano de 2003. Pela

²² Como se deu: sempre com um fundo musical, após a entrada no lugar de jovens casais vestidos com roupas simbolizando pessoas vivendo suas vidas no campo e na cidade, apresenta-se o poder tradicional fazendo discurso enganoso. Depois disso surgiram Sem Terras com suas lonas pretas, e tiraram tal poder.

²³ Como será visto mais à frente, isto ficou mais bem configurado em outras oportunidades e durante a temporada que passei no meu lugar de pesquisa, quando presenciei diversas místicas. Vale lembrar que ocorre, invariavelmente, antes dos acontecimentos, também para que guiar a ação.

²⁴ As pesquisas: Avaliação Nacional do PRONAF e Avaliação Nacional da chamada Reforma Agrária Solidária.

presença de minha pessoa no INCRA, apresentou-se uma forma de espacialização do Movimento, até então pouco freqüente, que é a ocupação de cargos nas estruturas de governo. Deste ponto em diante assumi, pelos sabores e dissabores que vivenciei a condição do que chamo de amigo íntimo do Movimento no Ceará.

A terceira, após minha saída do INCRA, ocorreu no estado do Maranhão, ao longo de quatro meses, de territorialização, quando, atuando com pescadores artesanais, e um pouco com quilombolas e índios, em territórios aparentemente distantes do MST, vi com maior clareza, remanescentes de quilombos e pescadores artesanais identificados com o MST, com tais grupos evidenciando simpatia pelo Movimento. Vi ainda, quando de um acampamento feito por índios, na sede da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, em São Luis, uma aproximação do Movimento com os silvícolas, inclusive contribuindo com mantimentos e até mesmo dando apoio político. Nesta situação, também, atuando em uma comunidade de, e com, pescadores artesanais, seja pela história e perspectivas de algumas pessoas, seja, ressalte-se, por mim mesmo, senti que o MST estava presente.

Nas ocasiões, quando me preparava para entrar no meu lugar de pesquisa, como uma espécie de *limpeza* de mim mesmo, ou um exílio de minha história de vida, para fazer a tão cara aproximação epistemológica sujeito-objeto, tive que me desterritorializar, separando-me do Movimento. Nelas, contudo, vi o quão difícil seria separar o pesquisador do militante, ou este daquele, porque o MST em mim estava.

Mas o que é esta força tão poderosa que ocupa até mesmo mentes e corações das pessoas?

Lendo e escrevendo a realidade da vida, o MST está organizado em vinte e três estados da Federação brasileira. Quer pelas atividades específicas de cada um dos seus setores de ação ou quer por atividades intersetoriais, está presente também no Ceará, mostrando-nos em múltiplas oportunidades que ser Sem Terra é muito mais do que possa parecer quando, por exemplo, os vemos nos acampamentos, ou os assistimos numa entrevista numa rede de televisão, ou ainda participando de um festival de música ou de uma oficina do Fórum Social Mundial - FSM. Mais do que conquistar terras dos assentamentos, ser Sem Terra é constituir-se num território. Por isso, merece que o ouçamos dizer, Quem Somos:

Muita gente quando ouve falar em Sem Terra imagina que são trabalhadores rurais, os meeiros ou os parceiros que não tem terra. Sem Terra tornou-se nome próprio. Nome de trabalhadores organizados lutando pela Reforma Agrária e para transformar a sociedade. Sem Terra tornou-se sinal do resgate da dignidade de trabalhadores chamados vagabundos, chutados de um canto para outro. Conquistou, pela sua ação de entrar na luta, uma identidade: sou Sem Terra. Tornou-se, por causa do MST, um cidadão respeitado. E o MST nada mais é do que centenas de milhares de Sem Terra. (MST, 2003b).

Por isso merece ouvirmos o grito SOMOS SEM TERRA! Bradado pela Direção Nacional do MST – Setor de Educação do MST (2001), que ecoa nos latifúndios ocupados e nos assentamentos, “terra liberta pela organização e pela garra dos lutadores e lutadoras do povo”, porque explicita do MST suas dimensões de raiz e de projeto, e adianta boa parte do que será apresentado neste trabalho, assim:

Raiz que brota da TERRA e se transforma em SEM TERRA. Estamos ou estivemos sem-terra. Mas, somos Sem Terra: pertencemos, por opção, a uma Organização que luta pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade brasileira.

Projeto que já está em construção e que é maior que o MST. Projeto que teima em brotar também na cidade. Já estamos gestando o amanhã. Vislumbramos no horizonte o sonho de uma sociedade sem exploradores e sem explorados: um Projeto POPULAR para o Brasil.

Ser **Sem Terra** do MST - preservar a nossa identidade – é resgatar a nossa história e beber na fonte: na força da nossa Organização. É se um produtor de VIDA.

Neste movimento de geração de VIDA que rompe a cerca do latifúndio vamos tecendo LAÇOS: companheirismo na luta; solidariedade na dor; alegria da vitória conquistada; compromisso em aprender a ler, a escrever e a contar o mundo. Laços que nos unem. Laços que nos identificam. Laços que se manifestam, também, em nossa palavra de ordem:

Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio!

(DIREÇÃO NACIONAL DO MST - SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST, 2001: 4).

Evidenciado que o MST não luta somente pela terra, porque sua luta é também uma forma de resistência inserida na perspectiva da transformação social, Bernardo Mançano Fernandes (2001) mapeou outros diversos movimentos que surgiram no Brasil, após 1963, que, ainda segundo o mesmo estudioso, lutam por terra em grande parte por meio de movimentos que denominou de socioterritoriais ou territorializados, desenvolvendo experiências de formas de luta e resistência, inaugurando espaços na luta pela terra, o acampamento e a ocupação,

cotidianamente constituídos no Brasil²⁵.

Tais lutas, contra a essência do capital, a expropriação e a exploração, seguindo José de Souza Martins (1991), que entende desenvolvimento capitalista como desigual e contraditório, mostram que a luta pela Reforma Agrária vai para além da distribuição de terras, na direção da edificação de formas de organização social que conquistem a terra de trabalho, muito embora o direito a terra seja fundamental para a dinâmica do movimento histórico da luta camponesa no Brasil.

Quando das comemorações dos dez anos do MST no Ceará, foi lançado um *compact Disc – CD, Arte em Movimento*. Na sua apresentação, lembra que “... vamos registrando nossa memória mostrando com transparência a nossa face à sociedade brasileira”. Na primeira faixa do documento, com o título Terra Sertaneja, de Ademar Bogo, é feita uma auto-apresentação dos Sem Terra, por que lutam e como lutam, e quais os seus sonhos:

Somos milhões de companheiros e companheiras buscando a libertação da terra, de homens e mulheres em um país onde a terra vale ouro e os seres humanos algumas gramas de chumbo moldados em balas que fazem sangrar o destino do nosso povo sofrido! Na arte de resistir às tentativas de destruição dos nossos sonhos. Nas trincheiras da criatividade se revela a rebeldia dos poetas e dos cantadores filhos da terra e da esperança no palco imaginário para onde marcham as colunas dos grandes guerreiros e lutadores sem terra. A terra no seu suspiro nos abençoa e agradece através das nuvens de poeira provocadas pelos rígidos pés descalços que seguem destemidos, construindo esta grande irmandade de companheiros em busca da dignidade perdida. Seguimos cantando. Na poesia do cantador se misturam o desejo da terra de homens na grande sinfonia da esperança que aponta o horizonte e o longe fica perto quando se caminha adiante. As cordas movem paixões. O sentimento, as pulsações e o sonho de vencer, os corações. Cantar pois é mais que um prazer quando as vozes brotam de forças em movimento que ao som suave de belas melodias elevam foices e facões rompendo cercas, retirando mourões para ver nascer um novo dia. Assim a terra se converte em causa, a liberdade se converte em sonho, o grito forte se converte em guerra e o povo todo segue um só caminho na trilha estreita plantando futuro. Que a noite escura da dor e da morte passe ligeira, que o som dos nossos hinos anime nossas consciências e que a luta redima nossa pobreza, que o amanhecer nos encontre sorridentes, festejando a nossa liberdade. (BOGO, 1999).

Essas observações até aqui introduzidas levam a identificar as práticas do MST com o que Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas (2005) chama de *locus* político-pedagógico do inédito viável, que traz esperança em uma pedagogia

²⁵ “Na execução das ocupações, os sem terra podem realizar diferentes formas de estabelecimento na terra. Há experiências em que ocupam uma faixa de terra e prosseguem com as negociações, reivindicando a desapropriação da área. Há experiências em que ocupam a terra, dividem em lotes e começam a trabalhar, noutras demarcam uma única área e plantam coletivamente” (FERNANDES, 2001: 73).

das grandes convergências, ensaiando uma sociedade multicultural nas relações de classe, de gênero, étnicas, entre gerações, de espacialidade, intra/intersubjetivas e com o sagrado, porque

Procura ressaltar que as práticas e concepções político-pedagógicas multiculturais se apresentam como **freireanamente grávidas de alternatividade**. Alternatividade em face da hegemonia do pensamento único, manifestada em diferentes esferas e dimensões de nossa realidade, assim como a viabilidade da utopia freireana, em meio à escala de valores hegemonizados pela sociedade de mercado. (CENTRO PAULO FREIRE – ESTUDOS E PESQUISAS, 2005. Grifos no original).

Esta constituição pode ser discutida considerando o que diz Manuel Castells (1999), quando apresenta o poder da identidade. É uma aprendizagem, que vai da introdução pelas instituições dominantes de uma identidade que faz serviço à manutenção da reprodução social, passando por uma em que ocorre resistência ao que acontece, até chegar a uma que se expressa na luta por um projeto de transformação social. Assim:

A identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;

A identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições / condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos;

A identidade de projeto: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. (CASTELLS, 1999: 24).

Estudiosos como Sader (2001) e Scherer-Warren (1999), embora não tão forte se expressem, indicaram-me que estudar o MST é também estudar uma dinâmica de territorialização alternativa ao capital, situada num espaço mundial. Como que confirmando seus estudos, sinais de que o território do MST é bem maior e complexo do que somente os assentamentos, são dados pela realidade aqui no Ceará, que não está isolado do mundo, quando em seus limites apareceu, por exemplo, já em 1996, o que considero a mais forte tentativa de negação da territorialização do MST, o Programa de Compra de Terras – PCT, a chamada Reforma Agrária orientada pelo mercado. Na cena, de um lado, o Movimento junto com outros que também resistem às tentativas de sua destruição, e, de outro lado,

atores mundiais e aliados locais capitaneados pelo Banco Mundial, como mostra Mônica Dias Martins:

A resistência às políticas do “mercado de terras” do banco Mundial tem como referência a Via Campesina – uma articulação de organizações camponesas em mais de 60 países. Ações diretas e massivas de camponeses da África do Sul, Brasil, Colômbia, Índia, México e Tailândia evidenciam o crescimento da resistência ao programa de *reforma agrária de mercado* imposto pelo Banco Mundial. (MARTINS, s.d.: 13).

Também um forte sinal da presença do MST no contexto internacional é o desenvolvimento de mobilizações em diversos países no Dia Internacional da Luta Camponesa, 17 de abril, como referência ao massacre de Sem Terras em Eldorado dos Carajás. Também em fronteiras internacionais, já em 1991, o MST, recebeu o Prêmio Nobel Alternativo da Fundação *The Right Livelihood Awards* - “Pelo Direito à Vida Plena”, junto com a Comissão Pastoral da Terra - CPT, no Parlamento Sueco, em Estocolmo. Ao lado desses sinais, o MST apresenta-se ainda na cena internacional quando o vemos na Via Campesina e sendo parte do FSM.

Estudioso do MST, Fernandes (2003) tem trabalhos indispensáveis para quem quer saber o que ocorre com o Movimento, dentro e fora das fronteiras brasileiras, sobretudo porque mostra que sua territorialização sucede como aprendizado de Educação popular. Em entrevista no sítio do Movimento, oferece uma síntese do MST, assim: a maior conquista é ter se tomado um movimento nacional, ter se territorializado por todas as regiões brasileiras; conseguindo uma forma de organização multidimensional, contemplando as condições básicas da cidadania, como trabalho, Educação, moradia, saúde, cultura; os seus principais problemas estão relacionados com a criminalização que vem sofrendo, ao lado da quase-inexistência da assistência técnica causada pelo fim do Programa Lumiar, com a extinção do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA, substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e a presença do PCT, propagandisticamente chamado de “Reforma Agrária Solidária”, “Banco da Terra”, “Cédula da Terra” e “Crédito Fundiário”.

Os problemas, individualmente ou como conjunto, mas sempre articulados, configuram ações ofensivas contra o MST, claramente favoráveis ao desenvolvimento do paradigma do capitalismo agrário, aprofundando relações nos marcos da chamada agricultura familiar, cuja atualização é o chamado agronegócio,

que confronta com a agricultura camponesa e *joga* no mercado a questão da terra, fazendo com que o mercado torne-se território do capital, ou, como ainda disse o estudioso: “Assim, os capitalistas, também denominados *ruralistas*, procuram sempre que possível deslocar as políticas relativas à questão agrária para o mercado”. (FERNANDES, 2005: 7. Destaque no original). Os problemas, também, revelam práticas da Educação da subalternidade, que intimamente está ligada ao paradigma do capitalismo agrário, que, com ela, concordando também Fernandes (2005), se espacializou na academia, nos movimentos camponeses e nos governos, devendo-se isso

[...] à carona que pegou no processo de implantação de políticas neoliberais de flexibilização do trabalho, de fortalecimento do mercado com amplas aberturas, de diminuição do poder do estado, de refluxo dos movimentos sindicais e dos movimentos camponeses, de aumento do desemprego e da criação de políticas compensatórias. (FERNANDES, 2005: 22).

Contudo, deve ser recordado que na mesma entrevista, o próprio estudioso destaca que é preciso compreender que o Movimento é uma solução para os problemas referentes à pobreza, junto ainda de vislumbrar sua consolidação como organização, que tem como objetivo estratégico de longo prazo a luta contra o capitalismo, destacando que é preciso ousar e criar formas de superação, salientando a importância, para tanto, da Educação:

O MST, por meio do seu Setor de Educação, vem construindo uma experiência denominada Educação Básica do Campo. O objetivo é que nas escolas dos assentamentos e dos acampamentos sejam desenvolvidos conteúdos que contribuam para o crescimento e a consolidação das comunidades rurais. Esse é um direito que todo grupo social tem. Sem uma proposta de educação voltada para a realidade dos sem-terra é impossível pensar na sustentabilidade dessa organização. (FERNANDES, 2003b).

Mas que seria, porém, essa Educação, do campo? Ainda o estudioso e uma estudiosa oferecem reflexões que ajudam a elucidar a pergunta, a qual, quando respondida, situa a Educação do campo no contexto de práticas da Educação popular. Ouçamos primeiro Caldart (2004) apresentando-nos elementos do projeto político-pedagógico da Educação do campo, ou quais são os traços da constituição de sua identidade. Para ela um de seus fundamentos refere-se ao contexto onde se originam o campo e a situação social das famílias – aumento da pobreza, degradação da qualidade de vida, aumento da exclusão e da desigualdade social -

junto, no que concerne à educação, da ausência de políticas públicas, assegurando o direito à Educação e à escola para os trabalhadores do campo.

Esse contexto de barbárie, provocada pela presença no Brasil do desenvolvimento capitalista no campo, é, especialmente no Ceará, marcado nos últimos vinte anos pelo que chamo de modernização conservadora atrasada²⁶. Junto disso, reforça uma Educação “para o meio rural”, que, é como será visto adiante, uma Educação da subalternidade, antagônica à Educação do campo, que se constitui a partir da contradição de classe no campo, revelando uma incompatibilidade entre a agricultura capitalista e a Educação do campo, porque a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, os sujeitos principais da segunda (CALDART, 2004).

A presença do MST, indubitavelmente, mostra-o como um movimento socioterritorial, porque ele constrói resistências, lutas e alternativas à mundialização²⁷. É estudada por Fernandes (2001), vista na perspectiva de mudar a vida do campesinato, que, na miséria e na fome, pela subordinação ao capital, teria como destino sua expropriação, ao lado do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA e, em certa medida, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. Mais ainda: seu território é o da organização dos camponeses, sendo referências os seus planos políticos e econômicos de enfrentamento e de edificação de experiências, a partir da Reforma Agrária, como pode ser observado em sua plataforma política:

Lutar contra o capital não significa nenhuma transformação estrutural de imediato, significa resistir contra a expropriação, lutando por mudanças conjunturais que acompanhem e diminuam a intensificação das desigualdades. (FERNANDES, 2001: 36).

A luta pela Reforma Agrária, posta, com certeza, no âmbito da mundialização, é para o MST luta para conquistar todos os direitos sociais do que poderia se chamar de cidadania plena, sendo a Educação um deles, pela qual se faz necessário um processo, no qual ocorrem mobilização, organização e lutas, muito mais do que conquista de terras dos assentamentos.

²⁶ Assim considero porque aprofunda concepções neoliberais, com destaque no agronegócio, muito depois do que no Brasil foi a concepção de desenvolvimento pós-Segunda Guerra Mundial, a conhecida modernização conservadora, a qual em muito contribuiu para os graves problemas sociais por todos nós vivenciados hoje.

²⁷ Como está em Fernandes (2005), que destaca o caráter socioterritorial dos movimentos sociais quando produzem e constroem espaços sociais e que os transformam em territórios, ou como ele diz: “Os Sem-Terra ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão o MST é um movimento socioterritorial” (FERNANDES, 1998: 33).

Com essa perspectiva, observei que alguns pesquisadores, profissionais e até mesmo Militantes, recorrentemente, não consideram a presença do MST como sendo um movimento socioterritorial. Desse modo, sem vê-lo constituindo conflitualidades no contexto de uma Questão Agrária tanto as práticas daquelas pessoas quanto as suas reflexões são parciais, ou até mesmo conciliadoras, porque as mesmas são fragmentadas e fragementárias, perdendo, com isso, sua força de transformação social²⁸. Esse problema os faz deixarem de alargar, ou de aprofundar, aspectos importantes para a compreensão dos assentamentos e da territorialização do MST, causando dificuldades, tanto para a pesquisa sobre o tema, quanto para as práticas com assentamentos e com o próprio Movimento.

Essas dificuldades chegam também até o seio do Movimento, a ponto de, em algumas oportunidades, os setores, que são elementos de sua organização e importantíssimos de sua presença na cena social, mesmo que articulados, aparecem no cotidiano como que cuidando somente das suas ações, mais especificamente o que é ligado à produção e os que são vinculados à Educação e à comunicação²⁹.

Tais dificuldades, considerando o mundo da Academia, levam, muitas vezes a fazermos uma intencionalidade, que é olharmos somente para um aspecto da presença do MST, como a dinâmica de turmas de Educação de Jovens e Adultos - EJA ou aplicação do currículo em sala de aula ou o caráter pedagógico das mobilizações, ao mesmo tempo em que esquecemos outros que, se mais bem iluminados, como a estruturação do poder no assentamento ou a dinâmica no cenário mundial ou a tensão que faz ou com o agronegócio, poderiam oferecer mais elementos para a compreensão da realidade, ou até mesmo de cada um dos pontos elencados.

Desse modo, quando, por exemplo, trabalha um professor com a perspectiva de serem desenvolvidos em sala de aula conteúdos a partir da realidade dos alunos, ele se vê com grandes dificuldades para dialogar com os mesmos,

²⁸ Para maiores detalhes consultar Fernandes (2005 e 2005a), fazendo reflexão sobre a relação existente entre conflitualidade e desenvolvimento territorial, de onde aqui se destaca: "Há, inclusive, uma compreensão predominante de que o conflito prejudica o desenvolvimento. Confrontando essa visão, afirmamos que conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes de contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente" (FERNANDES, 2005: 2).

²⁹ Entrevistando recentemente militantes do Setor de Produção, foi-me passada a informação de que estão tentando superar esta apartação.

porque aspectos importantes ficaram *fora da sala de aula*, mesmo sendo, em algumas vezes, exatamente os conteúdos que demandam os alunos.

Do mesmo modo, um profissional de assessoria técnica também se vê em dificuldades quando está trabalhando com assentados o Plano de Desenvolvimento do Assentamento, porque as pessoas preferem, naquele momento, estar em sala de aula, ou em mobilizações, ou até mesmo, em atividades ditas improdutivas, como as reuniões dos núcleos de base ou das comissões de trabalho.

Observando o cotidiano das práticas dos assentamentos e do próprio MST, com mais destaque após meu ingresso no Curso de Doutorado, com *as visões se clareando*, me desafiei estudá-los considerando que o Movimento é socioterritorial, uma vez que o conflito está presente em suas ações ao mesmo tempo em que promove desenvolvimento, dado também que, deste daí em diante, estavam se revelando espaços e territórios que até então estavam, para mim, *invisíveis*.

Estudos pioneiros da multiterritorialidade do MST podem ser encontrados em Fernandes (1996, 2000) e Jean-Yves Martin (1999), nos quais podem ser encontrados sinais da complexidade do que é o seu território. Observando assentamentos, pode ser visto também em Zimmermann (1989), D'Incao & Roy (1995), Masselli (1998), Carvalho (2002), Maluf (2003) e Wanderley (2003), dando importantes contribuições, nas quais podem ser notadas diversas territorialidades, compreendidas como manifestações "... dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas" (FERNANDES, 2005: 5).

Considerando o estado do Ceará, encontrei nos trabalhos de alguns pesquisadores, mesmo sem explicitarem, importantes indicativos de que a realidade dos assentamentos e do Movimento deve ser observada considerando suas múltiplas territorialidades. Ilustro aqui com o Anexo 1, sabendo que não cobri todo o *estado da arte*, mas, também, que os trabalhos, sem sombra de dúvidas, me ressaltaram que a realidade nunca pode ser vista somente a partir de uma única dimensão, como nos alerta Fernandes (2005), bem como que é fundamental considerar a existência de uma Questão Agrária, marcada pela presença do MST.

Neste sentido uma importante aproximação encontrou Sauer (2003), quando discute os movimentos sociais em múltiplas dimensões, os vendo no

“contexto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade ocidental”, cujas ações são processos de “recriação” ou “reinvenção” do rural brasileiro. Mostra que muitos trabalhos sobre os movimentos sociais apresentam uma contraposição entre “sociedades urbanas modernas” e “atrasos do meio rural”, fazendo com que pesquisadores reduzam a importância da luta pela terra, uma vez que nessa dicotomia cidade-campo reduz-se a perspectiva e as possibilidades de vida no campo.

Com esta perspectiva, salienta a existência de uma realidade complexa que tem a presença de fenômenos que negam modelos explicativos e valores neoliberais, predominantes que são na mentalidade moderno-desenvolvimentista. Para tanto, desafia o rompimento de pesquisadores com dicotomias, compreendendo a luta pela terra e os assentamentos, a partir de três perspectivas: a primeira, evitando separar o rural do urbano, uma vez que não possuem fronteiras explícitas, dado que ocorrem interações e intercâmbios dos tais espaços, ao mesmo tempo em que cada um possui especificidades e identidades; segundo, as lutas dos movimentos sociais vão além da conquista dos meios de produção e se transformam em lutas da constituição de sujeitos coletivos, com o que aqui se concorda e ilustra-se com o MST; e, terceiro, retomar a terra como meio de trabalho, concordando com Celso Furtado, que afirma ser fundamental para o combate ao desemprego em massa, dilema da sociedade industrial moderna, oferecendo síntese das possibilidades da Reforma Agrária:

A democratização do acesso à propriedade da terra – mais do que uma simples política social compensatória de combate à pobreza rural – representa a possibilidade da construção de identidades e cidadania no meio rural. Além das implicações políticas, como a constituição de sujeitos pela redistribuição do poder (...), a luta pela terra representa uma aventura em busca de um lugar de oportunidades e autodeterminação, diferente (mas não necessariamente em oposição) do espaço urbano. (SAUER, 2003: 16).

Tais observações das práticas, e resgates teóricos que realizei, me fizeram estreitar laços com a compreensão que têm Fernandes (2005) sobre a presença do MST, vendo-a multidimensional, nos espaços políticos, econômicos e culturais. Isso me deu oportunidade de melhor fundamentar este trabalho e, até mesmo, serenar inquietações que há muito tempo me acompanhavam e poder, hoje, pedir emprestado para afirmar sobre espaço, espaço geográfico, território e multiterritorialidade:

Pode-se afirmar com certeza que todo território é um espaço (nem sempre geográfico, pode ser social, político, cultural, cibernético etc.). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há diferentes territórios, constituindo o que Haesbaert, 2004, denominou de multiterritorialidades. (FERNANDES, 2005: 3).

Também estudando a presença de atores na cena social com a perspectiva revolucionária da formação social capitalista, Engels (1991) informa que a sociedade se move pela tensão entre o Estado e a Economia, da qual surgem relações sociais dialéticas envolvidas na reprodução de condições de existência³⁰. Ampliando essa teoria, Antonio Gramsci (1978, 1989) mostra que, além daquela, existe outra tensão entre sociedade civil, cuja função é dar direção à sociedade – hegemonia - e sociedade política, portadora da função de dominação. Instaurado tal campo da disputa, que é o prélio por espaços sociais ao mesmo tempo em que é peleja entre conquistar a liberdade e manter a opressão, instaurou-se também a pugna entre o exercício do poder das massas e do poder tradicional.

A conquista de uma hegemonia não começa na chegada das massas ao poder, que é somente um momento decisivo de um processo revolucionário, porque tem um pressuposto para sua constituição que é uma forma de comportamento educativo-crítico, implicando, para um ator revolucionário, um diálogo permanente com as massas, como alerta Freire (2001). Ainda ele, dialogando com Antônio Faundez, em *Pedagogia da Pergunta*, fala da reinvenção do poder, no espaço concreto de cada povo, afirmando que não existe fórmula ou modelos para tal reinvenção e que não é determinada por decreto, assim, nos trechos da conversa:

Na verdade, a reinvenção do poder é um ato de fé frente à impossibilidade de receita. Isto é, a reinvenção do poder passa pela superação da crença nas importações de receitas. Frente ao obstáculo, frente à repressão, a reinvenção do poder descobre caminhos. Talvez a única receita seria a seguinte: é impossível para os que pretendem reinventar o poder, não usar a imaginação, não usar a criatividade, não usar táticas em relação dialética com seu sonho, com sua estratégia, não ter uma compreensão muito crítica das possibilidades históricas. Quer dizer, a reinvenção do poder implica a compreensão crítica do possível histórico, que ninguém determina por decreto. (FREIRE & FAUNDEZ, 1985: 85).

³⁰ “O conceito de modo de produção, refere-se a uma totalidade social abstrata (capitalista, servil, escravista, etc.). O conceito de formação social refere-se a uma totalidade social concreta. Esta é uma combinação de modos de produção, de totalidades sociais abstratas ou ideais; é uma realidade concreta, historicamente determinada, estruturada a partir da forma em que se combinam as diferentes relações de produção que coexistem ao nível da estrutura econômica” (POULANTZAS, 1971: 14).

Continuando o diálogo, salientam que deve também ser reinventada a luta pelo poder a partir da experiência concreta, tratando-se de transformar a sociedade a partir das próprias bases, criando uma identidade, por caminhos diferentes de mobilização e de organização populares, métodos, táticas, estratégias, sendo de importância indiscutível os movimentos sociais. No diálogo, Paulo devolve a palavra para Antonio, que é devolução de palavra para todos:

Mas agora a questão que te coloco, prática, é a seguinte: como enfrentar, de um ponto de vista muito concreto, na reinvenção do poder através dos movimentos sociais, a rigidez do poder de classe associado ao Estado? Esta pergunta tem que ver com a reinvenção dos métodos de luta, com a reinvenção da luta. É com ela que te devolvo a palavra. (FREIRE & FAUNDEZ, 1985: 80).

O MST constatou que uma das lições tiradas de sua história é que lutar somente pela terra não basta. É preciso lutar por cidadania, entendida, como diz Paulo Freire, como uma invenção, e aqui é considerada como uma produção política dos Sem Terra, pelo pleno exercício de um direito a ser alcançado e que não é obra do acaso³¹. É constituição, que jamais é terminada, que necessita de muito do que pode ser identificado no que dá dinâmica à territorialização do Movimento, ao mesmo tempo no que é considerado aqui como Educação, com marca popular, socialista, demandante de engajamento, com clareza política e coerência, que, por isso, não se realiza à parte de “uma educação da cidadania e para ela”. Assim:

A alternativa da educação com perspectiva socialista democrática não pode inventar uma realidade supra-histórica. Ela se gesta no embate contra-hegemônico de dentro desta materialidade. No plano teórico, político, filosófico e ético, a perspectiva é de não reduzir os processos educativos à uma concepção unidimensional, mas alargá-los na perspectiva omnilateral e/ou politécnica que expressa as múltiplas necessidades do humano. (FRIGOTTO, 2000: 203).

Fazendo história, o MST atualiza seu Hino. Está tecendo liberdade, com braços fortes e rasgando o chão, sombreado pela valentia de seus militantes que desfraldam sua bandeira e sua rebeldia. Dita sua história, sufoca opressores e desperta a “pátria adormecida”, apontando o amanhã pertencendo aos trabalhadores, com força resgatada pela chama da esperança no triunfo de uma “pátria livre, operária-camponesa”.

³¹ Para se iniciar sobre um *direito insurgente* que nasce e é exercitado no seio dos assentamentos, ver França (1995).

Vem, lutemos
Punho erguido
Nossa força nos leva a edificar
Nossa pátria livre e forte
Construída pelo poder popular!

(MST, 2004)

Este é o MST, sujeito de sua história, apresentado com esse refrão, para que seus ecos toquem nossos corações e um pouco das mentes que estão na academia, mais especificamente as que estão no ambiente do programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da FAGED da UFC, precisamente no núcleo onde se estuda ligando a presença dos Movimentos Sociais às práticas da Educação Popular.

Buscando responder à pergunta que inicialmente me guiava, da qual surgiram outras, fiz uma pesquisa qualitativa com cunho etnográfico, reconstituindo cada estágio de tal constituição, ora com dados secundários, ora com dados primários, apresentando os seus principais elementos, interligando-os, expondo a sua dinâmica, mostrando suas unidades dialéticas, atentando para um assentamento que se constituiu em multiterritorialidade, chamando o processo que ocorre nos lugares mais visíveis e invisíveis, fora e dentro das pessoas, de Territorialização Profunda.

Essa constatação, já levemente observada antes de *mergulhar nas águas* do assentamento Santa Bárbara, complementa meu percurso de estudo. Ilustro com observações feitas no Ceará e outras rápidas no Maranhão e em Pernambuco, confrontando com dados secundários sobre a presença do MST no Ceará e no Brasil. Para tanto ilustro com episódios que transcorreram no Ceará entre os anos de 2003 e 2005, com alguns deles por mim observados, salientando com o Curso de Pedagogia da Terra, e, destacando para o Brasil, com Marcha Nacional pela Reforma Agrária. Ilustro também, para mostrar a presença do MST no cenário mundial de lutas, resistências e alternativas a mundialização, com sua participação na Via Campesina Internacional e no FSM.

Como foi mostrada, minha trajetória de vida levou-me a ajudar a carregar a bandeira do MST, que, como chamam seus militantes, é ser um Amigo do

Movimento³². O processo constituiu minha identidade com o Movimento, que é presente também em minha casa, no seio de minha família, com a presença de símbolos, discos, livros, agendas, e, também, nas falas de meus componentes familiares. Minha mulher e filhos, irmão, e outros parentes, em virtude de minha história de vida, também se territorializaram, participando de atividades diversas: acampamentos, algumas visitas a assentamentos, participação em festividades do Movimento, lançamento de CD e até mesmo casamento de militantes.

Por isso hoje me sinto feliz como um de seus pesquisadores-militantes, porque fiz uma pesquisa buscando satisfazer a necessidade epistemológica da integração de quem conhece; de quem produz conhecimento, e o seu conhecimento, porque, sem isso, o conhecimento é mutilado, dado que não é espelho, ou uma fotografia da realidade, porque é tradução de reconstrução do mundo que permite um ponto de vista crítico sobre o próprio conhecimento (MORIN, 2000).

Sinto-me feliz porque ousei. Atrevi-me fazer um estudo da relação entre Educação Popular, Educação do Campo e Multiterritorialidade do MST, coisa que até então não tinha sido feita. Os achados, mais do que expressão do que foi encontrado, mostram uma unidade, a Multiterritorialidade Popular, que desenvolve a solução da Questão Agrária, construindo territórios alternativos ao dominado pelo capital. Multiterritorialização Popular, com certeza, é sinal de Socialismo.

A estrutura deste trabalho compreende, além deste capítulo de Introdução, mais outros quatro, assim distribuídos: Capítulo 1 - *Caminhando nos segredos da pesquisa*, onde apresento o quadro de referência do trabalho e indico o caminho que percorri para responder à pergunta inicial que me guiava - *qual o papel da Educação na constituição da territorialização do MST?* - e, para cumprir os objetivos que me propus, sendo um geral, *analisar criticamente como está sendo construído o processo educativo na territorialização do MST*, e, os Específicos seguintes: *conhecer o processo educativo que se desenvolve na territorialização do MST; conhecer como o processo educativo interfere na constituição da luta e*

³² Anoto aqui um momento inesquecível de minha vida, mesmo tendo ocorrido após a defesa da Tese: fui homenageado no encerramento do XVII Encontro Estadual do MST Ceará, como Amigo do Movimento. Foi na noite de 22 de dezembro de 2005, no Assentamento Lênin Paz II, em Ibareta. Recebi uma *lembrancinha* que ficará guardada, mais do que num lugar importante de minha casa, no fundo do meu coração. A peça, artesanal, é uma miniatura de uma enxada, cujo cabo tem o formato de lápis. Nela, está esculpido o meu nome ao lado da bandeira do Movimento e escrito: "Reconhecimento pela valorosa contribuição na luta pela Reforma Agrária".

resistência do MST contra a mundialização; e, identificar as implicações sociais, políticas e educativas da territorialização do MST.

No Capítulo 2, *Nos limites teóricos a partir do cotidiano: Educação Popular, Educação do Campo e Multiterritorialidade do MST*, apresento três espaços que estão no tempo deste estudo de caso: *O cotidiano dos Sem Terra – tempos e lugares de quem luta*, *Questão Agrária – Educação do campo no campo da educação popular*, e, *Território - lugar de ação e poder na transformação do cotidiano dos Sem Terra*.

O Capítulo 3 contém os achados do estudo. Sob o título *Construção de saberes: da espontaneidade à racionalidade. Dos multiterritórios à multiterritorialidade popular*, preenchendo os dois primeiros objetivos específicos deste trabalho, mostro que o exercício da Educação Popular pelos Sem Terra no campo da Educação do Campo desmistifica a falsa dicotomia teoria e prática, e que se territorializam, desterritorializam e retorializam, transitando da produção de saberes espontâneos para saberes populares-científicos, amplificando a Multiterritorialidade Popular, como na música *Disparada*, do Brasil para o Mundo.

O último capítulo tem o título *Multiterritorialidade Popular: como, onde e para quê?* Cumpro o terceiro objetivo específico da pesquisa, onde identifico implicações sociais, políticas e educativas, por meio de quatro pontos: *Retorno ao problema investigativo – as implicações práticas; Desmistificação uma dicotomia – teoria e prática - contribuição para a Academia; Lições do MST – implicações para as políticas públicas; e, finalmente, A pesquisa – limitações teórico-metodológicas, dificuldades no processo formativo do pesquisador, aspectos destacáveis e idéias para o futuro.*

Compondo este trabalho, apresento quadros, figuras, diagramas gravura, fotografias, *box* de notícia de jornal e um *salvado* como de página do MST na Internet, além das referências bibliográficas. Isso se deveu porque é portadora de uma singular complexidade a relação Educação Popular, Educação do Campo e Multiterritorialidade do MST, fazendo com que a utilização desses recursos seja importantíssima para a exposição que a seguir farei, pondo em pauta o uso de múltiplos meios, para que ela possamos melhor degustar.

Antes da exposição e transgredindo normas acadêmicas, devo lembrar que neste trabalho, em algumas passagens, apareço fazendo julgamento das práticas dos Assentados e do MST, sendo fundamental destacar que nunca foi meu objetivo avaliar suas vidas, porque isso cabe somente a eles. Contudo, porque foi muito difícil ao longo de todo o trabalho de construção desta Tese rasgar minha identidade, que seria fazer o impossível, que seria separar o sujeito do objeto, em algumas situações, exatamente por isso, me revelei Assentado de Santa Bárbara e Militante do MST.

Ainda bem, porque agora, quando concluo a versão final deste trabalho, que é também resultado de muito sofrimento, sobretudo durante alguns dias e noites anteriores à sua defesa, tocam mais no fundo do meu coração pensante palavras de Paulo Freire que me dão serenidade e me animam para continuar no mundo da conquista do Socialismo.

Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens.

CAPÍTULO 1

CAMINHANDO NOS SEGREDOS DA PESQUISA

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

PAULO FREIRE

A Problemática

A Pedagogia, segundo José Carlos Libâneo (1995), é o campo do conhecimento humano que se refere à teoria e prática da educação. É uma ciência que tem por objeto de estudo a educação, ou a ação educativa, vista como o conjunto de processos de formação humana, cabendo investigar os fatores que concorrem para tal formação, buscando, assim, o sujeito social que dá uma determinada direção de ação, a qual ocorre em um dado lugar, fazendo-a para suprir uma necessidade.

Educação e pesquisa para o MST revestem-se de grande valia. Tanto é que o Movimento, desde quando criou o Setor de Educação, realiza discussões e salienta a importância de projetos de pesquisa e a produção do conhecimento científico concebidos a partir das ações e dos saberes criados pelos movimentos populares. Junto a isso, para a elaboração de projetos de intervenção para transformação da realidade, que é necessário o compromisso de pesquisadores com as populações estudadas.

Com tal objetivo foi feita pelo Movimento uma agenda considerando a experiência de pesquisa como condição de autonomia política e intelectual do pesquisador, sendo por essa razão considerada como uma questão estratégica que deve ser marcada pela ousadia e a superação de desafios impostos aos pesquisadores, exercendo nas suas práticas tais marcas que são do MST. Assim:

O desafio e ousadia são atos e qualidades que todos os pesquisadores devem ter. A realização da pesquisa é possível desde que tenhamos objetivos claros e interesses a realizar. Fazer a pesquisa é uma questão política essencial. É a condição de conhecermos mais e melhor as nossas realidades por meio de nossas leituras (FERNANDES, 2001: 101).

Mesmo não cabendo à Universidade definir e executar políticas para a concretização da Reforma Agrária e nem dar direção a um movimento social, considero que cabe a ela pensar a realidade, contribuindo para que os atores sociais possam intervir sobre esta conscientemente.¹ De posse disso tentei saber qual o papel da Educação na constituição do território do MST. Para isso possuía um indicativo de metodologia que muito me ajudou como um caminho que pretendia percorrer. A realidade me disse, entretanto, que ocorreram acertos e que correções

¹ É clássica a afirmação de Marx & Engels: *Os filósofos interpretam o mundo. Os revolucionários o transformam.*

eram necessárias porque muito do que hoje se tem como verdade, quando se fala de lugar e tempo, amanhã já não vale como já disse o poeta Cazuza, mais ou menos assim: *Eu vejo o futuro repetir o passado, tem um museu de grandes novidades, tuas idéias não correspondem aos fatos (porque) o tempo não pára, não pára, não pára.*

Como, então, proceder? Como tentar responder minhas inquietações sem que esteja fora dos tempos e dos espaços da vida das pessoas?

A resposta está em Paulo Freire, em toda a sua obra, onde pode ser visto que o homem e a mulher são seres fazedores da História, e por ela feitos, sendo capazes de decidir, de romper, de optar, sendo, para isso, fundamental buscar conhecer de forma crítica a realidade social, com a convicção de que o mundo não é, porém, está sendo, ou seja, saber do futuro como problema, em vez de vê-lo como uma inexorabilidade.

Junto disso, porém, identificou Cândido Grzybowski (1994) que uma das dificuldades para se estudar os movimentos sociais está exatamente no que lhe dá vitalidade, que é sua constituição em diferentes conjunturas onde suas ações têm interferência direta, sendo necessário vencer um desafio, que é distinguir entre fatos ou elementos ocasionais e movimento orgânico, do que ele denomina de sujeitos políticos coletivos, os movimentos sociais. Esta constatação aproxima-se em muito do que sinalizam Ezpeletta & Rockwell (1986) como pode ser uma pesquisa sobre o MST, particularmente destacando como uma produção política. Nesta perspectiva, para que as duas situações não sejam confundidas, embaralhando o que é ocasional com o que é orgânico, se faz necessário, antes de tudo, que a análise o situe constantemente no processo que faz parte, nas diferentes conjunturas, sem antes esquecer o que aqui se denomina de orgânico:

Assim, partindo da dialética das relações entre os diferentes sujeitos que intervêm numa dada situação, orgânico é o processo capaz de provocar alterações na própria correlação de forças sociais. Por extensão, são orgânicos para um movimento social dados aqueles fatos e elementos que alteram sua própria posição e capacidade de luta na relação com os outros. (GRZYBOWSKI, 1994: 286).

Também com preocupações semelhantes e considerando as práticas de Educação que se desenvolviam nos acampamentos e assentamentos do MST, Caldart & Schwaab (1991) têm clareza da importância de uma revisão das formas tradicionais de fazer, de pensar e dizer a Educação do povo. Observam uma

transição na Educação, passando do diferente para o alternativo, ligando-se à cooperação agrícola, ao mesmo tempo em que aceitam como desafio a viabilização econômica e política das terras conquistadas, os assentamentos, praticando uma educação que busca o homem brasileiro passando a ser criativo, valorizado, assumindo sua história e seu povo, saindo, portanto, da dominação e da subalternidade².

No momento em que o MST se propunha a desenvolver o Setor de Educação para atuar em todo o território brasileiro, o que faz no País e no Ceará, continuam as autoras sistematizando a experiência do MST. Alertam para a idéia de que a história da Educação geralmente é contada a partir dos discursos teóricos dominantes, com a exclusão dos sujeitos que fazem essa história, daí por que procuraram romper com este jeito tradicional de contar a história, dando a palavra aos sujeitos reais de uma prática educativa concreta, para que eles possam registrá-la e analisar mais profundamente o que estão fazendo.

Presentemente Caldart (2000) mostra que existe uma dinâmica específica no campo, um movimento pedagógico, na qual o MST é o sujeito educativo principal que não cria outra pedagogia, mas que “inventa” um novo jeito de lidar com as pedagogias, por meio de vivências educativas concretas. Identifica matrizes pedagógicas, erguidas pelo MST: pedagogia da luta social, ou como os Sem Terra se educam nos processos de luta; pedagogia da organização coletiva, ou como se educam, enraizando-se, fazendo uma coletividade em movimento; pedagogia da terra, ou como se educam em sua relação com a terra, o trabalho e a produção; pedagogia da cultura, ou como se educam cultivando o modo de vida do movimento; pedagogia da história, ou como se educam cultivando sua memória e compreendendo a história. Em síntese, apresenta o MST como um sujeito pedagógico, cumprindo a Educação que ocorre no seu meio o papel de conquistar idéias e mentes daqueles que estão no seu ambiente³.

Evidencio com isso que a constituição do MST como ser social sinaliza a

² A noção de subalternidade é assim apresentada. “As instituições formais constituídas para a interlocução entre desiguais trazem embutidas na sua concepção a conciliação. Portanto, são formas de mediação que objetivam o consentimento com a estrutura social existente. E, principalmente numa sociedade com profundas desigualdades sociais, todo o consentimento das classes populares com relação ao estado e aos interesses das classes dominantes é uma forma de subalternidade que nega os próprios pressupostos da participação e da equidade” (CARVALHO, 2000: 108).

³ Considero que quem está no seu ambiente são os atores que estão ligados ao MST, como, por exemplo, militantes, assentados, técnicos e pesquisadores, entre os quais aqui me incluo.

constituição de uma identidade, com lugar e tempo específicos, que, mesmo ainda no contexto da reprodução social capitalista, é fundada pelo aprendizado da territorialização que está sendo estabelecida, vista como “... fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)”. (HAESBAERT, 2004: 235).

Os limites, ou fronteiras, do(s) território(s) que o MST está edificando vão além daqueles que poderiam ser definidos pela soma dos assentamentos, das terras com a bandeira do Movimento. Alguns dados da realidade, colhidos a partir de dezembro de 2002, indicam que o seu território é mais do que assentamentos, não obstante serem fundamentais para sua constituição, por três razões: 1) como ocorreu com os latifúndios que foram desapropriados porque não cumpriam a função social da propriedade, no contexto imediatamente fora das terras até a escala mundial, cada assentamento é uma constituição histórica que não inicia ou termina nas cercas do imóvel, revelando aprendizados dos atores neles presentes; 2) não necessariamente os assentamentos são contíguos, existindo entre eles espaços que ainda não estão com o Movimento, com algumas de suas frações contendo acampamentos e ocupações, que estão, por isso, no porvir, onde circula o velho, onde se aprende a edificar, onde a bandeira do definitivo é possibilidade; 3) além do conjunto dos referidos espaços há outros que, seja no campo ou na cidade, no Brasil ou no mundo, se mostram como elementos do território do MST, por exemplo, as redes de amigos, formadas de pesquisadores, professores, artistas, profissionais liberais, sindicalistas, parlamentares, membros do Executivo e Judiciário, junto também de estruturas aqui chamadas de operacionais, por exemplo, as suas cooperativas, sítios da Internet, escolas de formação em diversos estados do País, e, ainda, atores chamados aqui de cooperação, por exemplo, outros movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos ou centrais, organização não governamental - ONG ou suas redes.

Por esses elementos apresentados evidencia-se que o pesquisador deve, se quer conhecer a realidade, considerando os territórios que o MST estabelece, sair de suas próprias fronteiras, deixar demarcações, abrir-se ao novo, à possibilidade que se materializa, enfim, ousar. Para realizar essa decisão, para que a pesquisa seja dentro dos tempos e lugares das pessoas, que é superar paradigmas, deve o

pesquisador *estranhar* o mundo do capital, considerando, porém, que com ele elas conflituam, ou seja, como disse Fernandes (2005), analisando como o MST organiza seus trabalhos de base e como as famílias produzem e se reproduzem por meio de conflitos e do território, em meio a uma Questão Agrária, deve o pesquisador estar consciente que:

Essas famílias organizadas em movimentos socioterritoriais não aceitam as políticas de mercantilização da vida e por essa razão usam meios “estranhos” ao capital, que é confrontado a todo o momento (FERNANDES, 2005: 3).

Diante desta problemática, desenvolvi uma metodologia que me ajudou a caminhar nos segredos da pesquisa buscando vencer um desafio proposto por Göhn (2000) quando discute caminhos de explicações teóricas dos movimentos sociais, que é como erguer categorias de análise que resultem da reflexão de nossa realidade e não da realidade alheia ou, pior ainda, dos modismos que crassam e a que facilmente aderem àqueles que freqüentam os salões acadêmicos internacionais.

O Percurso Metodológico

Quando me decidi sobre minha unidade de pesquisa, já estava convicto de que é falsa a dicotomia qualitativo-quantitativo, como sinalizou Silva (1998), bem como já havia incorporado em minhas práticas e reflexões a dimensão do ideal, da presença de “poderes invisíveis”, da apropriação simbólica do território, que, nela, é considerado como um signo que somente é compreendido com base nos códigos culturais de seu contexto. Com isso, tentei realizar este trabalho buscando superar dicotomias apontadas em Haesbaert (2004), muito embora, ressalto, tenha tido o conhecimento de suas reflexões somente quando me preparava para *dar luz* aos achados de campo.

Foi também tentativa de superar dificuldades mostradas por Fernandes (2005 e 2005a), destacando em duas ordens: uma, da fragmentação de espaços, em virtude de uma intencionalidade do pesquisador, de sua *visão* de mundo, que trata somente de uma forma unidimensional do espaço, apresentando-o como uma

fração e projetando a totalidade como parte; outra, da deshistocização dos movimentos sociais, quando pesquisadores não os estudam como movimentos socioterritoriais, porque separam as práticas dos seus contextos, dicotomizando conflito, território e desenvolvimento, resultando seus estudos em trabalhos *lights - sem cheiro, sem cor e sabor*, que são também estudos quase sem sentimento e muitas das vezes sem perspectiva de *sonhar mais um sonho impossível*.

A este respeito vale dizer que, sem ainda ter sido apresentado aos acima referidos autores, conforme aqui apresentados, estudei multiterritorialidade dentro dos marcos do Paradigma da Questão Agrária, considerando um conjunto de perspectivas teóricas, a seguir apresentando:

a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. A perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemáticas que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) e/ou espaço(s) geográfico(s). (HAESBAERT, 2004: 41. Destaques no original).

Minhas práticas dentro de tal abordagem foram marcadas pela prática com a INPA desde 1995, por experiências com pesquisas avaliando políticas públicas e um pouco com o que foi apresentado por Souza & Furtado (2004), referente a trabalhos com quilombolas, indígenas e pescadores artesanais, que apontaram para a utilização de técnicas qualitativas e procedimentos de pesquisa etnográfica. Nessas atividades, considerava-se que fazer etnografia é mais do que uma atividade de observação, encontrando-se, assim, com Geertz (1989), considerando-a como ciência interpretativa, que descreve detalhes e trivialidades, densamente, porque é

{...} um conjunto de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que o (*quem pesquisa*) precisa primeiro apreender e depois apresentar. (GEERTZ, 1989:15)

Esta atenção foi uma das importantes saídas de minhas demarcações, de minhas intencionalidades, porque não estava fazendo mera descrição dos fatos e do seu contexto, como anteriormente procedera em alguns trabalhos, mas estava buscando reconstrução histórica das ações e interações das pessoas, segundo seus pontos de vista, suas categorias de pensamento e sua lógica, o que me levou a superar valores, junto de que as categorias de análise foram conseguidas no processo da pesquisa e a teoria forneceu *luz* às minhas interpretações, todas elas fundamentadas nos dados. O meu papel, assim, foi desenvolver um esforço intelectual que foi muito mais do que encontrar relações, selecionar informantes interessantes, transcrever textos encontrados dentro e fora de Santa Bárbara, ou, ainda, levantar as genealogias e fazer os mapeamentos, *os anotado* nos cadernos que foram o diário de campo; ou seja, quando interpretava os dados, a sua interpenetração foi uma prazerosa ousadia, porque

Praticar etnografia é como tentar ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não como os sinais convencionais do som, mas como exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1989:20).

Pesquisar assim foi confirmar o que destacam Marli André & Menga Ludke (1986) sobre alguns critérios necessários em pesquisa em Educação, quando é utilizada a abordagem etnográfica, por que: primeiro, banhando-me de Santa Bárbara e de MST, revi e aprimorei o problema inicial, uma vez que outras questões a ele se agregaram; segundo, o mergulho na realidade demandou residir algumas semanas no assentamento ao longo de seis meses, bem como, como me dei conta quando me preparava para fazer a segunda qualificação do estudo, já acompanhava mais de perto o MST ao longo dos últimos cinco anos em todo lugar onde estivesse; terceiro, experiências anteriores com outras situações de territorialização contribuíram para o estudo do caso; quarto, porque combinei métodos de coleta, tais como observação direta em cada *canto* do assentamento, realizei entrevistas, escutei histórias de vida, analisei diversos documentos, gravei imagens em vídeo e fiz fotografias; finalmente, conformei este trabalho, o relatório, expondo as informações com as mais variadas formas possíveis.

Neste sentido, busquei seguir o que apontam como referências importantes, sobretudo para *dar voz* aos sujeitos, nos trabalhos de Marban & Sotela (1981), Gajardo (1986) e Hurtado (1993), além de não me esquecer de que a

pesquisa poderia ter melhores resultados, considerando o que está em Chambers (1983), quando propõe para “fazer dos últimos os primeiros”, como práticas: sentar-se, perguntar e escutar; aprender como o mais pobre de todos; aprender o conhecimento técnico nativo; juntar a pesquisa e o desenvolvimento; e aprender trabalhando.

Pesquisar com esta abordagem foi vencer desafios que aqui destaco: um, era que não podia perder de vista a perspectiva de conseguir elementos para constituição de diálogos libertadores, sempre atentando para não se deixar *cegar* pela “globalização”, como diz Paulo Freire; e que tinha que enfrentar outros desafios, que, ao longo deste trabalho, serão enunciados, destacadamente propostos por Apple (1982), Fernandes (2001), Furtado (2000), Freire (2000), Gohn (2000, 2002), McLaren (1992) e Souza & Furtado (2000).

Para o desenvolvimento da pesquisa, trabalhei com estudo de caso, já sabendo que não buscava generalizações. Já sabia, entretanto, que os resultados seriam válidos somente para o caso do Movimento, mas que deveria conseguir o máximo de aprofundamento, ou, como poderia dizer Paulo Freire, banhar-me, e eu digo, encharcar-me, de sua realidade. Para isso foi fundamental me cercar de cuidados, como está Triviños (1987), atentando de me distanciar das rivalidades presentes em Santa Bárbara, sabendo que não era nem assentado nem militante do MST, e encontrar os informantes mais adequados, quando busquei ao máximo do que ele recomenda, sem me esquecer, porém, de que todas as pessoas eram para mim importantes:

- a) antiguidade na comunidade e envolvimento desde o começo do fenômeno que se quer estudar;
- b) conhecimento amplo e detalhado das circunstâncias que têm envolvido o foco em análise;
- c) disponibilidade adequada de tempo para participar no desenrolar das entrevistas e encontros;
- d) capacidade para expressar especialmente o essencial do fenômeno e o detalhe vital que enriquece a compreensão do mesmo (TRIVIÑOS, 1987: 144).

Pesquisar assim me permitiu ver hoje como foi importante para superar alguns preconceitos que existem para com os estudos de caso, entre os quais: dita falta de rigor que aventam, porque os procedimentos em tal estratégia de pesquisa

não são rígidos, como afirmam; dificuldade de generalização; e tempo necessário de um estudo com tal natureza.

Por isso concordo com a idéia de que a utilização da estratégia estudo de caso ocorre quando se busca investigar um fenômeno dentro de seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente evidentes, como é assim o que estudei e que será visto ao longo deste trabalho. Busquei, com isso, responder a algumas perguntas que continham como e porquês buscando entender a natureza e a complexidade dos processos que acontecem. A coleta de dados, para isso, se deu de várias formas, com os resultados derivando da minha capacidade de integração que se modificava em função das diversas variáveis, todas elas interferidas pelas vidas das pessoas, que me fizeram mudar também os lugares e a coleta de dados em si, constituindo, assim, o desenrolar da pesquisa.

Como recomendavam André & Ludke (1986), afirmo que realizar o presente estudo de caso foi uma tentativa que fiz de fazer descobertas, interpretando-as num contexto, retratando a realidade de forma mais profunda e completa possível, usando as mais variadas fontes de informação, embora sendo a entrevista a mais privilegiada, buscado representar pontos de vista que algumas vezes eram conflitantes, mas que no seu conjunto conformam o caso que foi estudado. Com esta perspectiva, vale ressaltar que este trabalho examina uma situação concreta, a multiterritorialidade do MST como uma complexidade e privilegiando um assentamento que me permitiu também apreender e compreender relação entre mim e eles, levando-me a destacar, como propõe Gonçalves (1997), a significação antropológica de relações no espaço (território), as quais o exprimem e contribuem para reproduzi-lo.

O exame de situações concretas permite, por um lado, recusar a idéia de uma ligação automática e mecanicista entre espaço e vida social, ..., e, por outro lado, evidenciar o facto de que a pertença a espaços concretos e a organização desses espaços constituem um elemento fundamental do poder e da capacidade de intervenção dos diversos actores sociais. (p. 80).

Para tanto, inicialmente segui Fernandes (2000), quando trata sobre pesquisa e o MST, e considerando dele e de outros autores elementos que indicam o que é um território, sem esquecer de minhas experiências, destacando a mais

recente, com as comunidades de pescadores artesanais, referenciado então no que propõem Souza & Furtado (2004), que têm como fundamento importante de suas práticas a concepção pedagógica dialética de Educação popular, na qual é a realidade que produz os conteúdos de uma dada ação educacional.

Segui também Bernard Charlot (2000, 2001), ao assimilar que em pesquisa qualitativa se pesquisam processos, sendo importante suas “significatividades”, suas relevâncias, recomendando buscar pessoas dos processos mais relevantes, mesmo que exista apenas uma no mundo, mas que seja uma *estranha*, de um processo *estranho*. Pelo que foi exercitado, foi confirmada a validade de serem escolhidas amostras dessa maneira, satisfazendo empiricamente a capacidade de objetivar o estudo em todas as suas dimensões, conforme está em Minayo (1999), porque a territorialização em Santa Bárbara e no MST, e suas pessoas, evidentemente, são de uma *estranha* multiplicidade.

Neste sentido, porque não era eu uma testemunha objetiva que estava observando o *meu objeto de pesquisa*, mas sim um sujeito observando outros sujeitos, é fundamental destacar que o apresentado foi erigido com base em minhas observações e nas interpretações dadas pelos informantes. Por isso o meu trabalho, considerando suas marcas antropológicas, não foi como aparentemente poderia indicar fotografar, filmar, gravar, anotar e desenhar, embora isso tenha contribuído com os resultados, mas, mesmo, desenvolver o que é chamado de visão antropológica, distinguindo os fatos mais significantes da descrição, que aqui se fará, ou sua compreensão, porque tratou de ser “...uma atividade claramente *teórica* de *construção de um objeto* que não existe na realidade, mas que só pode ser apreendida a partir da observação de uma realidade concreta, realizada por nós mesmos”. (LAPLANTINE, 1996: 194. Destaque no original).

O objeto de estudo é mutável nos seus limites de tempo e de lugar porque está em territórios. Move-se para nós, para nossa visão, para nossa aproximação epistemológica, na medida em que dele nos aproximamos, na medida em que mergulhamos nas águas de sua realidade. Muitas das vezes, quanto mais reduzimos as escalas de tempo e lugar, e entramos, por exemplo, num assentamento, quanto mais nos encharcamos de suas águas, mais dele nos afastamos. Vale o contrário: quanto mais ampliamos as escalas, e, desse modo, saímos do assentamento e entramos no “território do capital”, mais nos

aproximamos do MST. Junto disso, também, muitas das vezes, quanto mais estamos fora de um assentamento, mais compreendemos a realidade *de dentro de suas cercas*, nos libertando, porque estamos *pronunciando* o mundo. Isto nos mostra, também, que muitas demarcações são meramente formais, burocráticas, mais nos fazendo compreender o que ocorre fora de suas cercas, na prisão do território mundial, quando estamos dentro de um assentamento.

Essas considerações me fazem afirmar que foi necessário aprender a apreender o MST, porque, como avisa Ciavatta (2001), minha interação ocorreu em tempos e espaços de seus múltiplos territórios, dentro de uma totalidade socialmente estabelecida, o que me levou iniciar a construção do objeto já quando com ele foi acertado se fazer a pesquisa, assim concebidas realidade e totalidade:

Concebemos a realidade não como um sistema estruturado em si mesmo, mas como uma totalidade histórica, socialmente construída. É a realidade na dinâmica de seus processos, na suas leis mais íntimas, que revela, sob a aparência dos fenômenos, as conexões internas e necessárias. Totalidade não significa todos os fatos, e todos os fatos reunidos não constituem uma totalidade. O conhecimento dos fatos isolados, mesmo quantificados, é insuficiente para explicar o todo. (CIAVATTA, 2001: 128).

Assim, sem querer ter a pretensão de tudo aqui descrever do que foi realizado para desvendar os segredos que a mim se apresentavam, em seguida, detalharei na medida possível de minha capacidade expositiva, o percurso que percorri e que me apresentou verdades parciais do ciclo de pesquisa meramente iniciado com este trabalho.

Antes de apresentar a primeira qualificação, que ocorreu em maio de 2004, tive contatos com assentados, militantes e coordenadores do MST. Tiveram conhecimento do meu, como eles chamam “estudo”, e das possibilidades de assentamentos onde realizá-lo. Quatro delas importantes, porque foram com instâncias maiores de decisão do Movimento ao mesmo tempo em que são muito correlacionadas com o trabalho: a primeira, no XIII Encontro Estadual do Movimento, no assentamento Vitória, no Município de Ocara, quando conversei com coordenadores estaduais e com pessoas do Setor de Educação; depois, no Encontro do Setor de Produção e Cooperação, em 2003; e, em seguida, em outra reunião com pessoas do Setor de Educação, também em 2003. Em 2004, após a qualificação, tive outra reunião, com dirigentes do Movimento, que participam de vários setores, quando me decidi por Santa Bárbara.

Estas oportunidades me ofereceram o rico exercício de respeitar, mesmo, os assentados, sujeitos de sua história, e conseguir informações para me definir pelo Assentamento Santa Bárbara, a "minha unidade de pesquisa". Já, neste momento, foi-me oferecido um dado importante, que, ao final de minha passagem pelo assentamento, ficou mais claro: o MST tem poder sobre seu espaço, tem um território; ou seja, quando eu, amigo do Movimento, apresentava minhas pretensões, mais do que exercitando uma postura de pesquisador popular, estava, na verdade, submetendo-me ao poder que tem o Movimento, solicitando *passagem em suas fronteiras*, como se faz num acampamento, para que nele pudesse adentrar.

Sabia disso muito antes, bem antes de iniciar a pesquisa, quando atuava como técnico, ou como assessor⁴. Pude, assim, constatar que só entra no Movimento, ou no seu território, quem ele quer. Ir aos acampamentos, ocupações, marchas, caminhadas e encontros, comunicando pretensões, mostrar-se, abrir-se, enfim, deixar-se conhecer pelo MST, durante certo período, é forma de ser testado, avaliado, observado. Estas provas, de vida, de compromisso, são possibilidades que se abrem para você ser conhecido, como possibilidade de entrar no seu território.

Defini-me pelo assentamento Santa Bárbara, minha unidade de pesquisa, de aprofundamento, *reprimindo* outras observações e dados que vinha coletando que me diziam existir a constituição de uma multiterritorialidade. Para isso exilei minha história de vida, ligada que é à luta pela terra e, mais recentemente, ao MST. Foi fundamental, entretanto, assim proceder porque pude me libertar de muitas fronteiras nas quais estava aprisionado. Para tal definição, fiz o que denomino de distanciamentos aproximados, que foi, como será visto a seguir, uma tentativa de superação das dicotomias que em mim residiam, ou moram ainda com menor intensidade, o que me ajudou em muito para entender a territorialização que o MST dá curso.

Antes de me definir, pensava que tinha me decidido pelo assentamento Vinte e Cinco de Maio, em Madalena. Alguns *pontos* estavam ao seu favor: primeiro, porque foi o primeiro do Movimento no Ceará, onde ocorreu a primeira ocupação; depois porque de seu âmbito muitos militantes saíram, com alguns deles compondo

⁴ Assessor, de dois tipos: assessor como uma pessoa que informa, que facilita, que contribui com capacitação. Assessor, parlamentar, quando passei pela Assembléia Legislativa do Ceará, pelo gabinete de Eudoro Santana. Em algumas oportunidades entrei e saí de acampamentos sempre recebendo autorização de entrada, e de saída. Quando de minha passagem pelo Maranhão observei isso também em comunidades de pescadores artesanais, em diversas gradações. A concessão do visto, *a passagem pela aduana*, requer sempre certa negociação com o poder estabelecido. Em São Luís, notei também o fato se repetir numa favela, no caso com lideranças do tráfico.

a Coordenação Estadual; e, terceiro, porque seus números mostram uma área de mais de vinte e dois mil hectares, ocupando espaços de três municípios (Madalena, Boa Viagem e Quixeramobim), residindo, com exceção de agregados, mais de trezentos e cinquenta famílias; e, presentes estão uma CPA e dezesseis associações. Com estes dados, afóra outros de sua complexidade econômica, quase que me dirigi para lá. Isto não aconteceu, em razão de minha passagem pelo Maranhão, antecedida por uma breve temporada no INCRA, poucos meses antes da minha decisão final.

Quando já me preparava para *arrumar as malas* para ir ao Vinte e Cinco de Maio, inclusive já tendo feito uma solicitação no assentamento e com a Direção estadual do MST, passei a trabalhar no INCRA, que durou um período de quatro meses, assessorando o seu Superintendente, por indicação do Movimento. Esta condição concedeu-me a oportunidade de estar numa posição privilegiadíssima na cena da Reforma Agrária, como nenhum outro pesquisador no Ceará. Ofereceu-me, também, além de dados, dificuldades para a própria pesquisa: em algumas situações, pela força do cargo, quando tinha que tomar fortes decisões, por exemplo, atuando nos acampamentos, eu, o pesquisador-militante, era “dominado” pelo executivo.

Sendo-me oferecida uma oportunidade de atuar no Maranhão, com pescadores artesanais, e, saliento, apresentando-se a oportunidade de ser afastado do objeto de estudo (o mundo do Movimento), ao lado de ser uma possibilidade de aprimoramento metodológico, decidi ausentar-me, coisa que foi acerto profissional e para toda a pesquisa⁵.

Fui ao Maranhão tentando me afastar do MST, particularmente do Ceará. Belo engano: a territorialização do Movimento apresentou-se melhor, no mesmo contexto de resistências, lutas e organizações alternativas ao território mundial, aprendido de multiterritorialidade. Como será relatado mais à frente, pude ver que o MST, e os assentamentos no Maranhão, mesmo que distantes geograficamente do Ceará, estão em um mesmo processo. Lá, exercitei, com maior cuidado, passos de um roteiro, que muito me ajudou a caminhar em Santa Bárbara.

⁵ Minha presença no INCRA foi como o único indicado pelo MST no Ceará. Tanto minha entrada como minha saída “mexeram” um pouco na cena da Reforma Agrária. Mais a saída, porque se deu na mesma semana em que assumia o Presidente do INCRA, Rolf Hackbart, substituindo Marcelo Resende, que havia saído “porque era do MST”. Ao sair do INCRA evidenciei meus motivos profissionais e acadêmicos. Isto foi muito importante, porque sanou dúvidas. Ocorreu ainda reunião em Fortaleza, com as seguintes presenças: eu, superintendente do INCRA, e MST - coordenadora de frente de massa e coordenadora Estadual.

Lá convivi alguns dias com remanescentes de quilombos, outros com indígenas, e, intensamente, quase dois meses, com povos do mar, dando destaque à marisqueiras e pescadores artesanais, num território formado por quatro comunidades localizadas na costa maranhense⁶. As atividades circularam ao redor da montagem de uma estratégia de autodesenvolvimento a partir da identificação dos territórios, considerando aspectos concernentes às suas particularidades ambientais, econômicas e socioculturais.

Essa experiência, além de me oferecer possibilidade de ampliar minha capacidade de identificar territórios, indicou-me que o assentamento a ser escolhido deveria propiciar o preenchimento de cinco critérios: primeiro, portar riqueza de componentes de sua realidade, nas dimensões ambiental, econômica e sociocultural; segundo, ter consistência como assentamento, no tocante a um mínimo de recebimento dos créditos que interferem na vida dos assentados e no que respeita à quantidade de anos de imissão de posse; terceiro, ter passado pela presença de variadas formas de processos educativos; quarto, que tivesse em sua história a presença do MST; e, quinto, que oferecesse condições para que eu percorresse todo o seu território, preferencialmente podendo caminhar sem empecilhos para todos os seus lugares. A intenção era encontrar um assentamento de *águas múltiplas*, e delas pudesse banhar-me o máximo possível. Optei por Santa Bárbara. O que aqui será apresentado mostrará que os critérios foram preenchidos.

Antes de morar durante os meses de fevereiro e março de 2004 em Santa Bárbara, acompanhei no Ceará e em outros estados 25 acampamentos, 20 ocupações e 02 marchas. Nestas oportunidades, sem me dar conta, estava melhor me apresentando ao Movimento, ajudando a conduzir sua bandeira e a constituição de sua história. Estava, com isso, me identificando mais e mais no Movimento e me distanciando, sobretudo, do Governo do Estado⁷. Ao lado disso, recebia sinais de que o território do Movimento se constitui seguindo uma pauta, ou uma prática de negociação de pontos de pauta. Vi, assim, que teria de apresentar a *minha pauta* ao MST.

⁶ Durante quatro meses passei, assim, *desligado* das atividades de pesquisa: menos de 48 horas em Fortaleza, acompanhando cirurgia de minha companheira; dois domingos na cidade de São Luis e um fim-de-semana, na cidade de Humberto de Campos.

⁷ Algumas pessoas já afirmaram que eu vejo “Deus no Céu e o MST na terra”.

Para tanto me preparei, fazendo levantamento de dados secundários e encontros com membros do MST no Ceará para delimitar o universo de estudo; então, os assentamentos que o Movimento considerava como no seu território, que tem a suas bandeiras físicas de pano vermelho, ou simbólicas, porém reais, as pessoas. Antes, contudo, foi determinante uma apresentação do Projeto de Pesquisa à Coordenação Estadual do MST, bem como aos Setores de Produção e de Educação⁸. Complementarmente, fiz valiosos contatos com instituições governamentais, mais de perto o INCRA, e não governamentais, com destaque contatei os técnicos que atuam ou atuaram no assentamento, também para coletar dados secundários⁹.

Minha vontade de fazer a pesquisa foi apresentada nos primeiros contatos com membros do MST e alguns assentados, quando discutimos sua pertinência e possibilidades de realização. Tal atitude foi uma busca de superar tratamento dado na maior parte das vezes às famílias Sem Terra, que é tratá-las somente como objeto da pesquisa, coerentemente destacado por Souza & Furtado (2004) e como identificou e propôs Fernandes (2001):

Muitos pesquisadores constroem suas monografias, dissertações, teses, relatórios e outros documentos a respeito dos sem terra e, num ato descomprometido, ignoram os sujeitos da pesquisa. Essa postura representa a falta de ética profissional e, em muitos casos, deixa de ter uma contribuição ainda maior para os trabalhadores. A superação desse modo de fazer pesquisa deve ser uma preocupação dos pesquisadores, desde a elaboração de seus projetos até a sua execução e finalização. Debater com o Movimento é sinal de respeito e consideração (p. 94).

Para desenvolver o mergulho nas águas do assentamento, para entrar na intimidade de Santa Bárbara, procedi semelhantemente como fiz com a coordenação do MST. Para passar pelas fronteiras do assentamento, foi preciso pedir um *visto de entrada*. Para isso, antes, recolhi dados secundários de grande valor porque me deram o conteúdo do meu ponto de pauta, que era pedir autorização para entrar no assentamento¹⁰.

⁸ Já neste momento notei que a separação entre produção e educação mostra dificuldades para conhecer o movimento e sua territorialização.

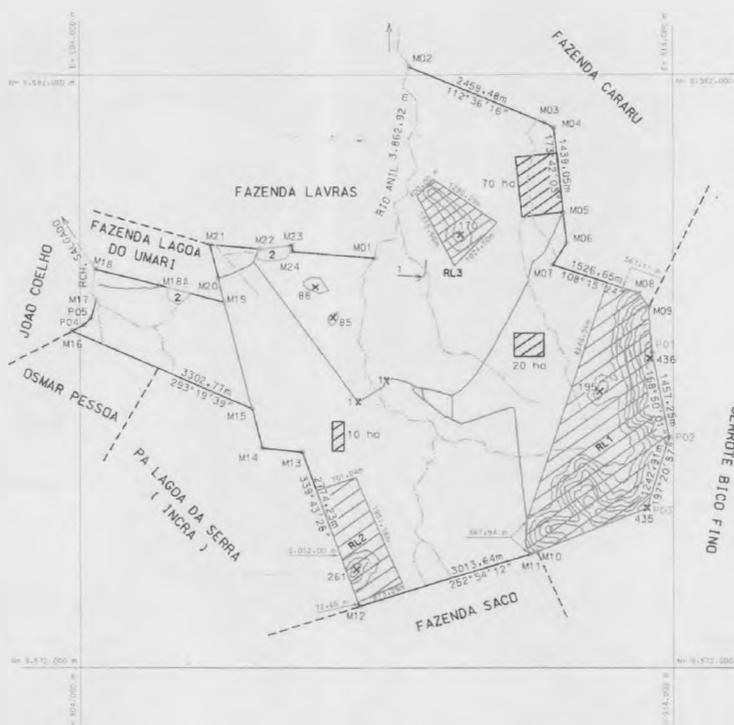
⁹ Importante foi conversar com Técnicos do Centro de Estudos Pesquisa e Assessoria Comunitária - CEPAC, que atuaram no assentamento, aos quais aqui agradeço.

¹⁰ Com uma técnica do INCRA, que atua no assentamento, e com um assessor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, que lá trabalhou como supervisor do Lumiar. Ambos sabiam da minha pesquisa. Ambos sabiam de minha vida.

As informações forneceram os *rumos* da minha primeira apresentação à Santa Bárbara. Continham nomes de pessoas da Diretoria da Associação e dirigente do MST que reside no assentamento, pessoas estas referência do poder que lá existe. Consegui também algumas sobre o funcionamento deste poder, como os dias em que ocorrem as assembléias e as reuniões da coordenação, estruturas estas onde se é autorizado a entrar no assentamento.

Consegui saber também da existência de um local onde me alojar, a casa dos técnicos, e como me alimentar, utilizando-me dos serviços de uma das assentadas. Obtive também no assentamento uma planta, de autoria do INCRA, onde constam os limites e confrontações do imóvel, a localização das serras, dos riachos, das estradas, das áreas destinadas para reserva legal e de áreas que recentemente foram destinadas para plantio. (Ver Planta 1, em seguida).

ARQUIVO: mauricio/res eqal/top/sbarbara.dgn
 Coord. UTM do marco MO1: E= 508.975,54 m
 N= 9.578.972,94 m



LEGENDA

- 1 - ACIÚE
 2 - LAGOA: 17.4475 ha
 — CURVA DE NÍVEL
 — RIACHO
 — ESTRADA
- ▨ ÁREA DESTINADA A RESERVA LEGAL - RL1: 632.1553 ha
 - RL2: 149.8363 ha
 - RL3: 90.0084 ha
- ▨ ÁREA A SER DESMATADA EM 2002: 100.0000 ha

 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ - SR02 DIVISÃO TÉCNICA - SR(02) T			
IMÓVEL	SANTA BARBARA		ÁREA 4.360.0010 ha
ÁREA TOPOGRAFADA			PERÍMETRO 34.141.84 m
DATA AGOSTO/2001	MUNICÍPIO/UF CAUCAIA / CE	ESCALA 1 : 75.000	
FONTE	RESP. TÉCNICO	CONFERE	VISTO

Planta 1 – Imóvel Santa Bárbara

Com essas informações, entrando no assentamento, dei curso ao levantamento de dados sobre Santa Bárbara, então dialogando com os assentados.

Fiz contatos com três deles, por telefone, recebendo o *signal* de que minha entrada em Santa Bárbara estava condicionada a uma aprovação pela assembléia e que o roteiro do meu *caminhar* no assentamento deveria ser conhecido pela Coordenação, estrutura de gerenciamento do poder no território. Pedir para entrar, essa é a norma, e assim foi feito: num domingo, acompanhado de dois dos meus filhos, dirigi-me ao assentamento com a intenção de conversar com o

presidente da Associação¹¹. Nos primeiros contatos com algumas pessoas, no balneário, tive destas o mesmo sinal de que minha presença no assentamento estava condicionada à aprovação pela assembléia. Também nestes contatos, recebi o *lembrete* de que, antes de qualquer coisa, deveria conversar com o presidente da Associação. Na sua residência, informei minhas pretensões. Dele, como dos demais, a mesma afirmação da força da assembléia, porque dela, para entrar no assentamento, teria de receber autorização.

Para cumprir o objetivo, cheguei a Santa Bárbara numa quinta-feira de manhã, véspera da assembléia, autorizado a ficar na casa dos técnicos. Nos dois dias que antecederam à assembléia deixei-me ser visto, observado, acompanhado, investigado. Ao mesmo tempo, observava o assentamento, sobretudo sua paisagem, e, mais do que tudo, as pessoas. Neste momento, também passei a distanciar-me do mundo de fora: de pronto, desliguei o telefone celular e afastei-me dos aparelhos de TV. Conversando com uma e com outra pessoa, primeiro nas calçadas das casas, uma vez que ainda não tinha conquistado ir até suas cozinhas, depois em locais mais freqüentados.

Anotações?

Neste momento não as fiz. Deixei-me banhar de emoção. Nos dois dias, tive a certeza de que a assembléia poderia me rejeitar caso assim decidisse. Na manhã da sexta-feira, porém, fui convidado a “assistir à reunião” das mulheres (do grupo de mulheres), com pessoas da Prefeitura; além de ter sido o primeiro momento para fazer observações de um grupo do assentamento, um sinal de que não havia sido de pronto rejeitado, pelo menos por algumas delas, coisa que só ficou mais clara quando estava no território de Santa Bárbara.

Para a assembléia levei um caderno, caneta esferográfica, uma máquina fotográfica, e minha vida. Num local situado ao fundo do galpão, onde ocorrem as mais importantes reuniões, que são mistos da gestão e de ritual, encostado à parede, sentei-me esperando pela decisão. As pessoas foram chegando. Algumas em grupo, outras sozinhas. Quase todas, para mim, então, desconhecidas. Sentaram-se misturadas umas às outras sem demarcação de setores, *de torcidas*,

¹¹ Escolhi este dia pensando que era o mais calmo, que não é verdade como será visto adiante. Ficar na casa dos técnicos, para mim, então, representava sinal de uma pré-aprovação. Mais à frente será mais bem apresentado este fato que foi, na verdade, uma forma de manter-me dentro das cercas do assentamento, mas ainda fora do território dos assentados.

como se vê nos estádios e campos de futebol.

Foi apresentada a pauta da assembléia. Ponto por ponto foi trabalhado. Antes dos encaminhamentos finais, foi apresentado o da minha presença no assentamento, levantado pelo coordenador da assembléia. Seguindo solicitação da plenária, defronte à assembléia de Santa Bárbara, apresentei-me, destacando um pouco de minha história pessoal, onde morava e um pouco de minha família. Disse minhas intenções e grandes traços da metodologia que pretendia desenvolver. Fizeram algumas considerações, que eram, mesmo, *amarração* de compromissos entre mim e as pessoas de Santa Bárbara.

Destacaram a importância de pesquisas/“estudos” marcados pelo diálogo entre pesquisador e assentados, dos quais resultam um aprendizado, e um pouco sobre história de minha vida. Aceitaram-me no assentamento, *recomendendo* dar mais detalhamento em reunião da Coordenação no dia seguinte, um sábado, agora, digo hoje, não mais no assentamento, mas no território de Santa Bárbara. Na última fila da assembléia, já autorizado, bati minha primeira foto no assentamento, a seguinte, e empunhei com mais força a caneta e o caderno de campo.



Foto 2 – Assembléia em Santa Bárbara

Esta entrada em Santa Bárbara, e também no MST, lembrou-me Monique Augras (1983) em *Comunidades Nagô*, fazendo sua pesquisa a partir dos próprios atores, “essas pessoas que são o sangue e a vida da comunidade”, buscando como eu descobrir um segredo, no caso dela, o “segredo do candomblé”. Também entrei num *espaço sagrado*, um território, tão *amaldiçoado* pelos que são contra a Reforma Agrária, porém delimitado pelos seus sujeitos. Tive uma indispensável aprendizagem, começando pela solicitação a Santa Bárbara seguida de nele conviver, com paciência, humildade e respeito aos seus limites, obedecendo a suas leis internas, muito semelhantemente como disse a pesquisadora:

Em ambas as casas onde se realizou a observação, foi preciso jogar os búzios, antes de mais nada. Sem consultar o oráculo, nada se faz. Os orixás testemunharam a pureza de nossas intenções. Disseram quais sacrifícios que seriam necessários para o êxito de nossa pesquisa. Fizemos as oferendas prescritas, habilitando-nos, deste modo a penetrar no espaço sagrado. Como se vê, foram os próprios deuses que autorizaram os nossos trabalhos, e somos gratos por tudo (AUGRAS, 1983: 12).

A assembléia terminou ao final do dia, *de noitinha*. Conversei com algumas pessoas e acertei minhas primeiras visitas, que fiz, no dia seguinte: a primeira, pela manhã, na escola, que estava sendo preparada para a volta das aulas; e outra, à tarde, na residência do casal que coordena a creche. Fui para a casa dos técnicos. Lá, recolhido, fiz anotações e conferi os mantimentos que havia levado. Nesta noite, sabendo que passaria pelo menos mais seis dias no assentamento, repassei meu roteiro de coleta de dados e dormi, cedo, como aconteceu em todos os demais nos quais estive em Santa Bárbara. Antes, entretanto, conversa com algumas pessoas, a última do dia, como uma espécie de acalanto. A primeira de muitas facilitadas pelo *povo* do território.

Acordei cedo, pouco depois das quatro horas, como fazem quase todas as pessoas do assentamento, o que passou a ser minha rotina. Por volta das cinco, abrir as portas, dar uma olhadela na rua. Ou sair para a calçada da casa de um vizinho, ou de uma vizinha, quase sempre tomando um cafezinho e participando das primeiras conversas do dia¹². Também rotina que se estabeleceu, entre outras, buscando coletar dados para responder a duas perguntas: é Santa Bárbara um território? Qual o papel da Educação na constituição deste território? Para responder

¹² As casas, para mim, passaram a ter denominação em função do que para os vizinhos significam. Por exemplo: casa de *Fulano*, casa de *Beltrano*, casa de *Sicrano* e por aí em diante.

às perguntas teria de responder antes a primeira, ou seja: para saber o papel que cumpriu a Educação na constituição do território pressupõe, saber se existe território.

Para saber da existência, ou não, de um território em Santa Bárbara, segui um roteiro de campo que confeccionei com base em um outro que utilizei para identificar territórios de pescadores artesanais, acrescentado de informações obtidas na minha primeira visita ao assentamento, quando contatei com algumas pessoas e fiz minhas primeiras observações. Na realização do roteiro, que ao longo deste capítulo paulatinamente será visto, por imposição da realidade, surgiu necessidade de levantar as árvores genealógicas dos principais grupos familiares e fazer uma espécie de cartografia do território, ao mesmo tempo também que estava encontrando fundamentos do que aqui se chamou multiterritorialidade popular.

Neste momento, impulsionado pela realidade, confirmava a importância de pesquisar a partir da prática das pessoas. Serviu também para encontrar invisibilidades, por exemplo, sentimentos de pertença e diversas teias de relacionamentos. O roteiro foi utilizado obedecendo três procedimentos: A) contato com lideranças - 1. Associação, 2. representante do MST; B) caminhadas exploratórias - 1) paisagem; 2) homem e natureza; 3) plantações/criação (grandes e pequenos animais); 4) piscicultura - gaiolas; tanques; 5) pontos mais freqüentados; 6) construções; 7) disposição das casas; 8) espaços de lazer / festejos e comemorações; 9) caminhos, parede do açude e estradas; 10) comércio (clube, bar, mercearia etc.); 11) embarcações, apetrechos, equipamentos; 12) meios de transporte; 13) comunicações; C) visitas domiciliares - 1) ocupação das famílias; 2) organização social; 3) agricultura; 4) pecuária; 5) agroindústrias; 6) relacionamentos; 7) pessoas consideradas importantes. A realização do roteiro permitiu ter um quadro, inicial, porém importante, de Santa Bárbara, como se segue.

É situado no Município de Caucaia, no Ceará, distando 9 km do Distrito de Sítios Novos e 60 km da capital, Fortaleza. Suas terras têm uma área, segundo o INCRA, de 4.360 Ha que foram desapropriadas em 10 de novembro de 1995. A imissão de posse se deu em 16 de outubro e a criação do Projeto de Assentamento em 30 do mesmo mês do ano de 1996. Tem duas entidades representativas - a Associação Comunitária do Assentamento Unidos de Santa Bárbara - ACAUSB, criada em 26 de fevereiro de 1997, e a Cooperativa de Produção Agrícola Santa

Bárbara – COPASB, instituída em 23 de dezembro de 1998, que é mantida ativa como uma espécie de reserva burocrática do assentamento.

As condições ambientais mostram-se com características litorâneas, transitando para sertão, com a presença de lagoas e águas de açudes, limitadas por serrotes, como mostra um pouco a foto seguinte. Entre os meses de janeiro a março, quando foram feitos os primeiros levantamentos, alguns locais estavam mais “brejados” e o açude sangrando, que, por isso, formava uma cachoeira que proporcionava animados banhos. Em virtude da má conservação da parede do sangradouro do açude, onde está o balneário dos assentados, a passagem de veículos era bastante dificultada inclusive do ônibus escolar e do ônibus de linha que normalmente trafegam em todo o assentamento.



Foto 3 - Condições geoambientais do assentamento.

Pode-se observar um pouco das terras, dos espelhos de água e das serras que circundam parte do imóvel.

No assentamento não se apresentam fortes pressões ambientais. As serras, que nos primeiros anos “estavam peladas” em função de anos de uso como suporte de alvo de tiro em treinamentos do Exército, estão se recuperando, agora contando até com o retorno e abrigo de aves e felinos de médio porte. Não são vistos sinais de degradação dos solos nem de forte emissão de efluentes domésticos e disposição inadequada de resíduos sólidos. Os cães são os animais domésticos em maior quantidade. Os porcos são criados presos em virtude de

norma do assentamento como também a que proíbe pescar “com pancada”. E outra: “... aqui é proibido por nós matar passarim”.

Os principais cultivos são de milho, feijão, mandioca e tubérculos, sendo feito “amarradio” entre explorações individuais e coletivas, estas predominando no cajueiro, “pé franco” e da variedade anão precoce. Existem em quase todos os lotes residenciais um pomar e um criatório de aves, que são restritos ao fundo dos cercados quintais, que servem invariavelmente para o consumo familiar.

Existem também criatórios de bovinos e de ovinos de forma individual e coletiva. A produção de leite de um rebanho de mais de oitocentas cabeças é suficiente para todas as famílias que têm acesso, quando do gado coletivo, na forma líquida ou como queijo por preço diferenciado, sempre fornecido no curral a partir das cinco horas da manhã. Frequentemente são vendidos animais para satisfação de alguma necessidade territorial. A foto seguinte mostra parte do rebanho e das instalações para a pecuária.



Foto 4 - Pecuária do assentamento

Parte do rebanho bovino. Ao fundo o centro de manejo

A piscicultura está assumindo peso importante no assentamento, sendo feita a produção de *Cará Tilápia* em cinco tanques de alvenaria e outros cento e vinte tanques-rede, acrescida da pesca, nos outros dois açudes, de outras espécies de menor procura no mercado. O pescado é produzido em tanques individuais,

aproximadamente 50 % deles, e em tanques de grupos de assentados e em conjuntos de tanques da Associação do assentamento. Não existe qualquer restrição por parte de qualquer pessoa do assentamento à quantidade pescada nos açudes, desde que não assuma forma de pesca comercial. Os produtos, quando não são grandes encomendas, são vendidos todos os dias em um *box* da Associação, situado no mercado público de Caucaia. A foto seguinte ilustra um pouco da piscicultura, mostrando os tanques-rede e outros artefatos de pesca.



Foto 5 - Piscicultura do assentamento

Em primeiro, plano pessoas se preparando para alimentar os peixes junto a barcos e depósitos para transporte de ração
Ao centro, tanques-rede.

A apicultura está sendo feita por quinze assentados que possuem aproximadamente trezentas colméias, e pela Associação que possui aproximadamente duzentas colméias. Também o mel recebe preço diferenciado para os assentados, sendo que o beneficiamento não é feito em embalagens comerciais.

Outras fontes de receita do assentamento, afora aposentadorias, pensões e salários do corpo escolar, são: o caminhão que faz fretes e transporte de pessoas, e os dois tratores, que fazem trabalhos para fora do assentamento, tendo como principal contratante a Prefeitura de Caucaia. Na próxima foto, são mostrados algumas máquinas e equipamentos, além de transportes.



Foto 6 – Estacionamento e oficinas do assentamento
Ao centro da foto estão da esquerda para direita: depósito de peças e combustíveis, trator e máquinas agrícolas, caminhão, veículo do tipo camioneta e outras máquinas agrícolas

O comércio varejista interno é feito pelo balneário nos dias de funcionamento e por quatro bodegas de propriedade de assentados, sendo que duas localizam-se na Vila Antiga, as mais sortidas, a terceira, em suas proximidades, na Vila A, e a quarta, no Angico. Existe também uma padaria, também de um assentado, que se localiza na Vila Antiga, fornecendo para Santa Bárbara e para comunidades limítrofes.

As moradias estão distribuídas em núcleos habitacionais chamados de vila e em algumas casas espalhadas no imóvel que funcionavam antes do assentamento como casa-sede ou como casa de moradia. As vilas distinguem-se em dois tipos: uma existente desde antes da desapropriação, com casas com entrada, sala, dois quartos, banheiro, cozinha e área de serviço, dispostas uma de frente para outra, constituído a Vila Antiga. Foto seguinte.



Foto 7 - Vila Antiga da fazenda

Em primeiro plano as escadas da capela, seguida do prédio onde funciona a Diretoria da Escola e a Secretaria da Associação

Outro tipo, com casas construídas nos primeiros anos de assentamento, tendo as mesmas características das anteriores, dispostas ou não de frente para outra, recebendo as ruas denominação de letras, indo de A a H, distribuídas nas proximidades da Vila Antiga, e na localidade Angico, que está situada a menos de 2 km de distância da “fazenda”. Foto seguinte.



Foto 8 – Casas do assentamento. Em primeiro plano, uma casa de fazenda e em segundo plano uma casa do assentamento. Ao fundo, o Serrote Preto.

O imóvel é cortado em toda sua extensão por uma estrada, que, nos limites norte e sul, respectivamente, alcançam fora do assentamento as localidades de Papagaio, que está na direção de Caucaia, e de Piões, que está na direção da cidade de Maranguape. Existem ainda duas estradas secundárias, a que leva até a Serra e a que leva até o local chamado Cararu, além de trilhas e veredas as interligando.

Quanto às comunicações, é servido por ônibus escolar da Prefeitura, que transporta alunos para Sítios Novos; quatro dias na semana, uma vez pela manhã e outra ao final da tarde, e, por ônibus de linha, que faz o trajeto Santa Bárbara – Caucaia, recolhendo e deixando passageiros nos dez pontos distribuídos no assentamento entre a parede do açude e Angico. Recebem, com boa qualidade, sinais de rádio e de TV, de emissoras de Fortaleza, se não, de outras cidades por meio das diversas antenas parabólicas, bem como cartas e outras correspondências que sempre são entregues aos membros da direção da Associação e, ainda, várias pessoas possuem aparelhos telefônicos celulares.

O balneário, que é uma conquista recente de Santa Bárbara, é centrado em um restaurante com alpendres junto à parede do açude; é freqüentado pelas pessoas do assentamento, parentes e visitantes, mais no sábado e no domingo. Nesse dia funciona com maior intensidade, invariavelmente integrada a presença de algum time de futebol, “primeiro e segundo quadros”, proveniente das redondezas e até mesmo de Fortaleza¹³. Nestes dias, os visitantes, transportados de ônibus, chegam *na metade* da manhã e espalham-se pelas imediações, quase nunca alcançando as proximidades das casas mais próximas. Com suas *marmitas, farofas e isopores* fazem seu turismo popular e, em torno do meio dia, complementam suas refeições com pratos à base de *peixe frito e baião-de-dois* no restaurante. Muitas vezes dançam, conforme a música, quase sempre escolhida por pessoas do assentamento. À tarde, após as 14 horas, inicia a domingueira, acompanhada por muitas pessoas do assentamento. Duas partidas. Muitas das vezes vencidas pelo já tradicional Santa Bárbara. Ver foto seguinte.

¹³ Observei outras presenças no balneário: parentes e amigos de assentados; pessoas de comunidades, assentamentos e acampamentos vizinhos; jovens do Banco (popular) Palmas, do Conjunto Palmeiras, intercambiando experiências motivados por um assentado que morou nesse popular bairro de Fortaleza; outros jovens, também de bairro popular em Fortaleza, o Pantanal, conhecendo aspectos de cooperação do assentamento, dentro de um curso sobre Economia Solidária, motivados por facilitador de uma ONG, Instituto Florestan Fernandes; e, até, uma comitiva de uma grande associação de grupos de capoeiristas, com sua uniformizada “fanfarra”, no dia de um grande “batizado” de assentados que praticam a arte marcial brasileira.



Foto 9 – Balneário do assentamento. Observa-se que as águas se afastam da parede, que está ao fundo. Árvore em primeiro plano, fica submersa quando sangria do açude.

Antes dar prosseguimento à apresentação de como se desenvolveu minha presença no assentamento, importa ressaltar que muitas pessoas de Santa Bárbara têm apelidos e gostam de botar outros até em pesquisadores e estudantes que de lá passam a ser amigos. Gostam também de festejos e comemorações, como a festa da Padroeira, Nossa Senhora da Conceição, em oito de dezembro, e a do Assentamento, 16 de outubro. Fazem também a queimação, ou malhação, de Judas, e quadrilhas juninas. Existem também no assentamento alguns poetas, cordelistas e tocadores de instrumentos musicais.

Nas rodas de conversa, com as quais me acostumei, ouvi muitas histórias e cuidados que têm com pessoas e lugares. Por exemplo: não importunam um senhor, que reside no assentamento e que dizem ser um “lobisomem”; onde hoje é a casa de farinha; tem que se ter cuidado quando se trafegar tarde da noite em suas imediações, porque “são ouvidas vozes de pessoas que foram presas e torturadas”, no passado muito distante, por três mulheres; no caminho do Cararu, um “carro pequeno costuma aparecer”; aparecem “visagens” na localidade Juazeiro do Bode e na Vila A. Ouvi ainda, nestas *conversas*, que, sobre as águas do açude, pelas “bandas da serra” e no Alto Grande, diversas luzes, talvez de “discos voadores”,

foram avistadas¹⁴.

Alguns acontecimentos, além do que foi apresentado, estão guardados na memória das pessoas, como uma visita de um ministro, Encontro Estadual do MST, a passagem de vinte religiosos de outros estados do País que se hospedaram em residências de assentados e participaram de uma programação no assentamento e a participação de assentados em um acampamento em Fortaleza, considerado como o mais dramático que até agora já ocorreu. Destaca-se também: estão matriculadas todas as crianças em idade escolar, inclusive em classes de Educação Infantil; tem turmas freqüentes de Educação de Jovens e Adultos; foi atendido, ininterruptamente de fevereiro de 1997 a junho de 2001, por assessoria técnica do Programa Lumiar, tendo no período produzido seu Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA; e, em diversos locais, pode ser vista a presença do MST, junto de que militantes - assentados ou filhos de assentados - têm atividades nos diversos setores do Movimento ou estão participando de cursos, como o de Pedagogia da Terra ou Técnico em Cooperativismo.

Este é, inicialmente, Santa Bárbara; assentamento que, para garantir o pleno controle de seu território, redefiniu suas fronteiras e as impôs para os *outsiders*. Suas razões: desconhecidos estavam tentando roubar seu melhor reprodutor bovino, isto sequenciando episódio quando cinco homens armados entraram nas suas terras tentando roubar dinheiro proveniente de empréstimo que seria repassado aos assentados, e, ainda, sentindo-se com risco de perderem da “noite para o dia” sua produção de peixe. O que fizeram? *Trouxeram para mais dentro* de suas terras os seus limites, localizados em todos os acessos possíveis por meio de estradas, e, restringiram como medida auxiliar, a circulação de pessoas a partir das onze da noite. Mais ainda: dois assentados, todos os dias, armados com muita coragem, montam guarda em uma das fronteiras do território.

Da realização do roteiro ora sintetizado, foi obtida boa parte dessa apresentação inicial de Santa Bárbara. Lembro-me, porém, de duas constatações iniciais, apresentadas aqui em separado, mas que, na verdade, estão profundamente relacionadas: algumas de suas fronteiras são também fronteiras da

¹⁴ *Por via das dúvidas*, quando conversei com o referido senhor, *quebrei o galho*, para minha *segurança*, não com alho, mas degustando saborosos biscoitos com sabor de cebola. Quanto aos deslocamentos... Sempre os fiz, quando foram à noite, acompanhado.

presença do MST; e, nos diálogos realizados nas suas estradas, veredas, trilhas e edificações, visíveis e invisíveis, pude ver que é difícil preencher roteiros montados em itens, mecanizados, separando o que não está separado, porque a vida das pessoas é a vida do território, mais ainda quando são compostas de múltiplas e integradas territorialidades.

Outras rotinas foram estabelecidas além do acordar e dormir no mesmo horário das pessoas de lá, a partir do conhecimento da existência dos dois núcleos de moradia que lá existem e uma vez que a casa dos técnicos se situa na Vila Antiga. Isto porque, sendo onde o centro de poder formal se situa, localizada fisicamente distante de Angico, a casa dos técnicos, desse modo localizada, traz o risco, ou a armadilha, de se visitar mais a Vila. Assim, passei a freqüentar os dois núcleos, tentando equilibrar meus deslocamentos, fazendo, sempre que possível, para cada deslocamento num núcleo, um outro complementar, no outro núcleo. Foi regra, contudo, deslocar-me para Angico no começo da manhã ou ao final da tarde. Em algumas oportunidades fiquei todo o período no Angico. Visitei todos os lugares do centro de Santa Bárbara, que é formado, repito, pelos dois núcleos de moradia. Os dias que passei em Santa Bárbara, à luz do sol ou à noite, com lua ou não, alguns deles com chuva, foram todos maravilhosos. A foto seguinte feita em um de domingo, mostra um pouco do procedimento.



Foto 10 - Conversa com assentados

Balneário – Parede do Açude Grande

Outra rotina foi estar presente a todos os acontecimentos, exceção somente quando mais de um ocorria simultaneamente em dois lugares. Presenciei todos, alguns mais de uma vez: rodas de capoeira e hip hop, reunião de alcoólicos anônimos - AA, culto evangélico, novena, procissão, beneficiamento do mel, do peixe, do leite, da mandioca, partida de futebol, banho na cachoeira, roda de baralho, encontro para corte de cabelo aos domingos, lazer no balneário, chegada e saída de ônibus, reunião com pessoas da Prefeitura, manejo dos rebanhos, utilização de veículos e tratores, distribuição de sementes, passeio ao Distrito de Sítos Novos, assembléia, reunião de grupo, partida de futebol-de-salão, roda de tênis de mesa, partida de damas, conversa nas calçadas e nos pontos de comércio, conversa nas casas, aula na escola e na creche, reunião na creche e curso promovido pelo sistema de assessoria técnica aos assentamentos¹⁵. Ver foto seguinte.



Foto 11 - Roda de conversa. Vila da fazenda. Foto tirada de dentro da casa dos técnicos.

¹⁵ No Ceará, é denominado de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária, coordenado pelo INCRA, com a participação do MST, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará - FETRAECE, ONGs e SEBRAE. Ver Barbosa (2005).

Também virou rotina deslocar-me para o assentamento, de ônibus, o que me propiciou observar fatos que acontecem fora do assentamento, mas que são da constituição do território¹⁶. Muitos já em Caucaia e outros no trajeto cidade-assentamento, ou vice-versa. Vendo a importância de tais trajetos, sem *pestanejar*, decidi deslocar-me para Santa Bárbara utilizando a linha que é usada pelo assentamento. E assim foi feito: em quatro oportunidades, saindo ou chegando de minha casa, peguei o ônibus no ponto em Caucaia, de ida, ou do ponto no assentamento, na volta¹⁷. Foto mostrando um dos percursos.



Foto 12 – De Caucaia a Santa Bárbara. Pesquisador entre pessoas do assentamento, tendo ao seu lado algumas que ocuparam e outras que já moravam na terra. Os recipientes servem para transportar peixe para venda no *box* do mercado municipal.

Na cidade, para pegar o ônibus, pude estar também em dois lugares que, fisicamente fora do assentamento, ocorrem fatos que constituem o território: a parada de ônibus e a peixaria no Mercado. Também no trajeto, dentro do ônibus, se constitui a vida das pessoas, com algumas conversando, outras silenciosas e outras barulhentas. Todas, no ônibus, quando os de fora são menos, dominam o espaço do

¹⁶ Com o salário que percebo no Governo do Estado, que é péssimo, não tive oportunidade, ainda, de comprar um veículo; mesmo do tipo mais popular. Cumpri todos os créditos do Doutorado, tendo dificuldades de comprar livros e outros meios de aprendizagem. Fiz o curso, inclusive a coleta de dados, como se diz, *liso*. Ao Governo do Estado, ao Programa de Pós-Graduação e à Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa - FUNCAP, da qual tive projeto de pesquisa recusado, agradeço esta *gentileza* que, assim, me prestaram. Sem a mesma, talvez, para meus deslocamentos a Santa Bárbara, e em outras situações, tenha pestanejado na decisão.

¹⁷ Minha esposa, em duas oportunidades, ajudou a conduzir minha bagagem e mantimentos no trajeto Fortaleza – Caucaia. Em um dos retornos, dois filhos e o genro, pegaram-me no meio do trajeto Assentamento – Fortaleza, no lugar conhecido como Posto Carioca.

veículo. Nestas oportunidades, é como se o ônibus fosse de propriedade do assentamento.

Um procedimento que determinou o desenrolar da pesquisa e, ainda bem, consolidado pela minha impossibilidade de adquirir um veículo, foi caminhar em Santa Bárbara. Muito bom foi percorrer suas trilhas, descobrindo seus caminhos. Com chuva ou com sol, de dia ou de noite, livre, numa paciente disparada, onde reina a produção do destino das pessoas do assentamento.

Conheci ao mesmo tempo em que produzia com os assentados, o roteiro de minhas caminhadas para saber sobre suas diversas naturezas: da paisagem, *pintada de verde* em diversos tons, cujo pano de fundo, de um lado, são as serras que nos seus pés estão grandes espelhos d'água, e de outro, a caatinga e as plantações, mostrando-se as duas belamente irregulares; dos pássaros, de dezenas de espécies, ricas de tamanho e de cores, com alguns, quando você passa pertinho deles, cantando sozinhos, mas, quando deles nos afastamos, formam coros, de estilos diversos, que foram da minha trilha sonora nas trilhas de Santa Bárbara; dos animais domésticos, raros pássaros em gaiolas, muitos cães, bons caçadores, que de manhãzinha, junto com os pássaros, lembravam-me a hora de começar o dia; das construções, sempre ligadas por caminhos, que são contornados pelas linhas de eletricidade e pontudas pelos chafarizes espalhados no assentamento, marcam da presença do homem. Caminhei em Santa Bárbara *de ponta a ponta* quase sempre conversando com meus botões, fazendo com que na temporada que lá passei as pessoas se acostumassem comigo ao ponto de me sentir em muitas situações como se estivesse *invisível*.

Caminhar em Santa Bárbara, muitas vezes *aparecendo* para as pessoas porque sua vida me chamava a atenção ou porque elas a mim propositadamente apareciam, me deu mais cores e tintas para guardá-las também no meu coração, que, antes de ser de pesquisador, é de gente, de uma pessoa, como são quase todas as fotografias que de lá respeitosa e com cuidado.

Fotografar *anotando* imagens foi procedimento, e prazer, antes nunca experimentado. Planejei todas as fotografias, que, evidentemente, nada têm de artísticas. As primeiras estão quase sem pessoas porque nas caminhadas exploratórias buscava somente olhar e anotar a paisagem, como fiz com o caderno de campo e nas fotografias. Fotografar, entendido aqui como um meio de fazer

anotações visuais, serviu para auxiliar no cumprimento do roteiro, desde o planejamento das imagens, além de me ajudar na confecção do mapa do assentamento, que pode ser visto um pouco na foto seguinte.

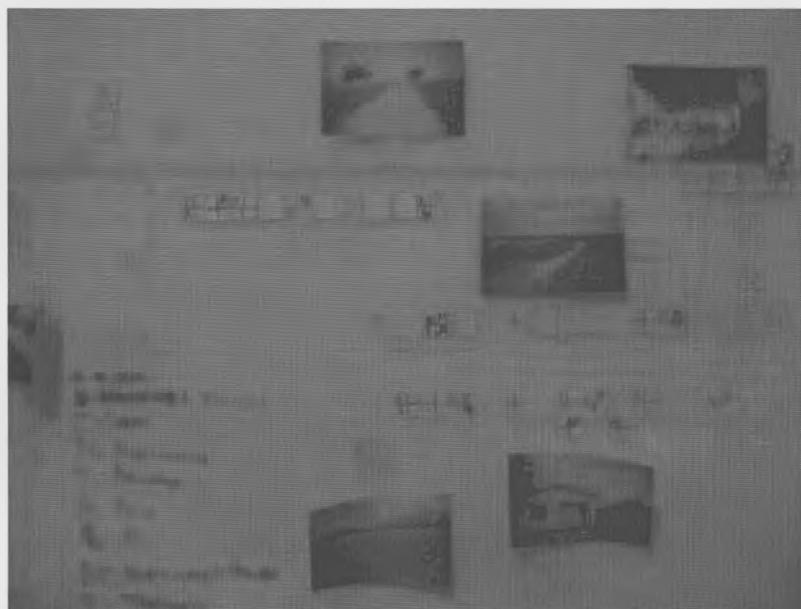


Foto 13 – Mapa do assentamento.

Detalhe, onde pode ser notado que foram utilizadas fotografias para melhor comunicação, constando ainda de carteletras que anotavam em variadas cores diversas situações encontradas, além de conter uma legenda.

Nos primeiros dias interpretei que os dados apresentavam-se confusos, ou, usando uma linguagem *racional*, sem uma coerência interna. Apresentavam-se num emaranhado pouco *legível*, que, na verdade, era o segredo da constituição dos diversos territórios que lá existem, de sua multiterritorialidade¹⁸. Ajudaram-me um pouco a superar essas dificuldades, que resultavam dos meus arraigamentos dicotômicos, cartesianos, dos quais ainda tenho dificuldade de me libertar, o levantamento das árvores genealógicas dos principais grupos familiares e a confecção com pessoas de uma cartografia do assentamento. Unindo-as, suas histórias, numa linha de tempo que também junto com as pessoas do assentamento a construí. (Anexo 2).

Na medida em que percorria as duas vilas, diversas redes eram a mim apresentadas, que constituem territórios próprios, que, então, ainda eu não chamava

¹⁸ Estou utilizando *segredo* muito próximo do que chamou Francisco Amaro Gomes de Alencar (2000).

de territórios-rede. Uma dialética entre linha de tempo e redes foi também a mim apresentada com uma espécie de linha central de tempo de todo o território, apresentando importantes momentos, embora também cada lugar que freqüentava tivesse sua linha específica. Incorporaram-se ao meu cotidiano, porque são o cotidiano de Santa Bárbara, as árvores genealógicas, os mapas do assentamento e a linha central de tempo, sempre os articulando, coletando boa parte dos dados, utilizando o roteiro apresentado, e, também, dois questionários (Anexo 3).

Após meus primeiros dias no assentamento, tive *fortes indícios* de que, nos limites mais próximos das fronteiras do assentamento, havia um território, o que me *liberava* para continuar presente na minha unidade de pesquisa. *Aceitando* naquele momento o fato de que Santa Bárbara era um território, ou seja, ainda *aceitando* a idéia de que pessoas se relacionando num dado espaço não podiam estar num território, porque, como imaginava, mesmo existindo laços, vínculos, identidade, os mesmos não poderiam ser *tão fortes a ponto de* constituírem um território, entrei no mundo de Santa Bárbara, onde muito saí de demarcações.

Neste momento começou a se desenhar em mim uma libertação maior das dicotomias epistemológicas, uma espécie de des-demarcação, reduzindo meu viés de ver os territórios privilegiando aspectos *materiais*, enfim, *de produção*, cuidando de melhor *ver* invisibilidades, por exemplo, a origem social dos assentados, a ocupação ou não de moradias pelas famílias, as práticas de lazer, de religião ou de religiosidade, entre outras que se ligam a identificações entre as pessoas, sem me preocupar em *medir* a força da identidade, que seria me preocupar com uma quantificação e não com sua qualificação, que é saber do poder da identidade. Mesmo assim, pensava ainda com a noção de território em construção que era, na verdade, era uma idealização que fazia de que território *um dia* a mim se mostrasse concluído em torno de uma identidade monolítica porque também estava *amarrado* em querer ver as pessoas com única identidade. Neste momento, passei a proceder para coletar dados para responder à segunda pergunta: qual o papel que cumpriu a Educação na constituição deste território? Cumprindo o meu ponto de pauta, que era fazer um estudo com Santa Bárbara.

Já nas primeiras entrevistas pessoas vistas inicialmente por mim como referência, por exemplo, ser do Sindicato de Trabalhadores Rurais - STR, do MST, ou da Diretoria da Associação, passavam a não ter o *carimbo*, uma vez que o

mesmo era substituído por uma ou mais identidades, outras referências. Diversas identidades, portanto, eram a mim apresentadas. Neste momento, me vi muito próximo de D`Incao & Roy (1995), em *Nós Cidadãos*, porque a mim estavam aparecendo com detalhes, ou traços, de múltiplas identidades estabelecidas por aprendizados da participação e da negociação política.

Guiei-me pelo que chamo de identidade fundante do território, a que se constitui em função da origem em relação à terra – de dentro ou de fora - que se apresentava negada, ou esquecida, pela realidade da constituição do território. Guiei-me também por outras identidades que chamo de identidades de constituição dos territórios - as que se constituem nos lugares, por exemplo: movimentos sociais, MST; igrejas, católicas e evangélicas; times de futebol; situações de gênero, como o grupo de mulheres; situações de geração, como os senhores que conversam perto do galpão; de orientação sexual; de poder territorial institucionalizado, a assembléia, a coordenação, a diretoria da Associação, as comissões; famílias, bem como suas residências; dos grupos familiares, como as casas dos chefes de famílias; de localização dentro do assentamento, nos núcleos de moradia e as vilas, sendo esta pela qual *amarrei* a solicitação e marcação das entrevistas¹⁹.

A realidade que é edificada por pessoas das diversas identidades, que constituem a identidade do território, formada que é pelo conjunto das identidades, no ceme das revelações me *empurrou* para entrevistas que não estavam programadas, ocorrendo em algumas uma espécie de ocupação da entrevista, por uma pessoa que assistia que, sem que estivesse na programação, daí em diante se incorporou ao processo.

Outro procedimento foi a utilização da coleta de dados secundários, entre eles uma Dissertação Mestrado de Maria das Dores Ayres Feitosa (2002) e documentos que encontrei vasculhando as gavetas da cômoda/escritório, que estão na casa dos técnicos e que me trouxeram mais detalhes das trilhas que percorri²⁰, e, ainda outros que obtive em diversas instituições públicas, com destaque no INCRA, e, evidentemente, no Movimento, seja em documentos apresentados em meio tradicional, seja em meio digital, muitos conseguidos em pesquisa na Internet, isto já

¹⁹ Mais à frente serão feitas correlações desta identidade de localização com o que se discutirá como sendo espaço de socialização política.

²⁰ Além de vasculhar gavetas, observei muitos detalhes. Por exemplo, as cercas das casas ou suas paredes ou seus varais, de onde pude ter sinais de muitos elementos da realidade.

sendo demonstração, inicial, da multiterritorialidade do MST.

Num primeiro momento, estabeleci uma estrada por onde caminhei com as pessoas de Santa Bárbara. Num segundo, caminhei na mesma, quando realizei a maior parte das entrevistas. Ora indo para um lado, ora para outro, ora recuando, ora indo à frente, ora pegando atalhos, ora trilhas que eram descobertas, sempre dando pequenas paradas. Neste momento, a cada entrevista, me preparava para a seguinte. Algumas confirmaram as primeiras observações e me deram melhores indicativos para as demais, sendo, do conjunto delas, ao lado dos demais procedimentos, de onde me encharquei na realidade²¹.

As entrevistas realizadas não correspondem às entrevistas planejadas (Conferir Anexos 4 e 5). Esta passagem revela que a riqueza da realidade era bem maior do que inicialmente supunha com um aumento na quantidade de entrevistas em mais de 50% que nem de longe representa a dimensão da riqueza qualitativa do que é o território Santa Bárbara. Evidencia-se que transitei de *focar* nos lugares e passei a *focar* nas pessoas, sendo importante ressaltar que são elas que fazem multiterritorialidade, assim compreendida:

Multiterritorialidade (ou multiterritorialização se, de forma mais coerente, quisermos enfatizá-la enquanto ação ou processo) implica assim a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma “mobilidade concreta”, no sentido de um deslocamento físico, quanto “virtual”, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço. (HAESBAERT, 2004: 345).

A partir daí, atentava para os múltiplos papéis que cada pessoa exerce no assentamento notando lugares que ainda não havia observado, sem, contudo, me esquecer de que existem relacionamentos entre as pessoas que tem relação com os locais e com o tempo que dedicam a tais relacionamentos²². Neste sentido, transitei

²¹ Não considero que tais entrevistas eram pré-teste, uma vez que desde os primeiros contatos com o MST, e com Santa Bárbara, não estava “testando”. Sempre nós, quando atuamos na realidade, a qualquer que seja o motivo, estamos nela intervindo. De forma autoritária ou não. Mediando ou não. Importa lembrar que tive contato com, pelo menos, uma pessoa e pelo menos uma vez, de cada lugar. Conversas mais demoradas, foram, pelo menos, umas oitenta.

²² Embora tenha chegado a Santa Bárbara em fevereiro, e tenha permanecido até junho, as entrevistas ocorreram no mês de março, quando neste ano estava o assentamento na entressafra, não estando as pessoas em atividades na agricultura, da qual são produzidos os alimentos, que, com tarefas de preparo da terra, plantio, colheita e beneficiamento, em acontecendo, recebem a justa dedicação quase exclusiva da grande parte das famílias do assentamento. Também ganha dedicação no assentamento, durante o dia, mais ainda quando chove uma “horinha” que vai por volta da hora do almoço (do casal) até mais ou menos duas horas seguintes; *não sei por*

para conseguir entrevistas, considerando a identidade fundante das pessoas, suas histórias, associadas que estavam à sua identidade de localização em relação à terra antes do assentamento, de dentro ou de fora, que praticamente estavam esquecidas, o que me fazia buscar saber por que elas não mais eram relevantes para tais pessoas.

Neste momento, libertei-me da amarra que havia posto em mim nos primeiros dias de minha passagem por Santa Bárbara, o roteiro das entrevistas, ao mesmo tempo em que me libertava de outras, mais fortes, invisíveis, que ainda me aprisionavam a locais, resquício forte de minha formação no paradigma cartesiano²³. Nesse momento de maior preocupação que passei na coleta de dados por temor de estar cometendo um *erro* epistemológico fatal, estava, na verdade, consolidando rompimentos que em mim estavam acontecendo desde quando tive mais aproximação com as práticas e reflexões da Educação Popular.

Posto o desafio, ousei. Realizei as entrevistas superando um pouco de minhas visões dualistas - digo *um pouco* porque delas não me libertei totalmente - aprofundando um sentido relacional do mundo e do reconhecimento da imanência do território à existência humana. Naquele momento, saí de demarcações, de intencionalidades, como destaca Fernandes (2005), e passei a ter o ritmo da pesquisa conduzido pela paciência pedagógica. Primeiro deixando-me ser levado pela vida de Santa Bárbara, depois, no curso da utilização do questionário, conscientemente, fruto de problematização, dando a ele rumos, junto com as pessoas do território, dos múltiplos territórios²⁴.

A minha pauta, as minhas perguntas, as minhas angústias, eram desveladas e desveladoras de pautas das pessoas, das suas perguntas, de suas angústias, num diálogo libertador, delas e de mim, porque, conforme acertado na assembléia que me autorizou a entrar, passei a apresentar os resultados parciais que encontrava, sempre nas reuniões da Coordenação. A produção do mapa básico do assentamento ocorreu solicitando ajuda de assentados. Quando foi alcançada sua versão mínima, a apresentei à Coordenação, deixando colada à parede da casa dos técnicos (Ver foto seguinte de um dos momentos de socialização).

quê...

²³ Este paradigma será comentado em confronto ao paradigma da Educação do Campo.

²⁴ Foi constante dormir e acordar, em pensamento, com as pessoas e os lugares de Santa Bárbara.



Foto 14 – Socialização de informações / Santa Bárbara

Pessoas do assentamento. Casa dos Técnicos. Ao fundo mapa do assentamento

Após o encharcamento nas águas de Santa Bárbara, tive cinco encontros com as pessoas de lá, quando fizemos breves reflexões que complementaram dados primários e apontaram para coletar mais outros dados secundários: na constituição do II Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará – PRRRA-CEARÁ, duas vezes, sendo uma na primeira oficina e outra na oficina estadual, que aconteceram no Centro de Treinamento da EMATERCE, em Caucaia; a terceira quando, no Cine Ceará, ocorreu a sessão de cinema no assentamento; a quarta na Assembléia Legislativa do Ceará, quando da sessão solene de comemoração dos 15 anos do MST; e, a última, quando lá passei um fim de semana, e, na ocasião, ocorreu a festa junina do assentamento. Nessas oportunidades, outros sinais me foram dados que indicavam que Santa Bárbara está na territorialização do MST, que faz parte, considerando suas fronteiras externas, de um Território Social Mundial, onde se constitui uma identidade de projeto (CASTELLS, 1999), e, porque é multiterritorialidade, e *continuum* dessa e uma territorialização profunda, porque nem Santa Bárbara nem o MST estão isolados do mundo.

A coleta de dados secundários, que não se referem à pesquisa direta, e, primários, que são de campo, foram feitos mediante vários instrumentos, todos

articulados. Fiz análise de documentos e registros fotográficos, gravei imagens de vídeo, assisti as reuniões, visitei casas, realizei entrevistas, algumas breves e outras com profundidade, a partir de histórias de vida, além da produção da cartografia básica do assentamento, árvores genealógicas e a linha de tempo do território. Assim, integrei análises macro e micro, para detectar onde o particular se articula com o geral, da constituição histórica do processo educativo que se desenvolve na multiterritorialidade do MST. A importância dos dados não está neles mesmos, mas na medida que ofereceram respostas à investigação, ou, como disse Frigotto (1989)

É importante ressaltar que quem conduz a investigação é o investigador e não os dados, sejam primários ou secundários. É o pesquisador que estrutura as questões e sua significação para conduzir a análise dos fatos, dos documentos etc. Com isso está-se afirmando que o investigador vai à realidade com uma postura teórica desde o início. A questão crucial é estabelecer o inventário crítico desta postura em face do objeto que se está investigando, e não abstratamente. (p. 88).

A coleta de dados ocorreu principalmente por meio das entrevistas e da observação participante, relacionadas que estavam ao meu *campo de observação*, confirmando Geraldo Romanelli (1998), introduzindo a dimensão exterior, o *campo da investigação*, que é o plano macrossocial, o contexto histórico e os determinantes estruturais que ordenam a sociedade, enfim, para desvendar como o processo educativo que se desenvolve na multiterritorialidade do MST se articula com a sociedade global, atentando para a especificidade de Santa Bárbara.

Nesse sentido, foi estabelecido um diálogo, auxiliado pelas anotações nos diários de campo, que, à primeira vista, para quem quer tudo *arrumadinho*, são confusos, mas, que, na verdade, expressam a complexidade encontrada que se funda no estranhamento, guiada e orientada pela *visão antropológica* que é estudar uma determinada sociedade de modo não etnocêntrico, "...consiste em estudar a nós mesmos como se fôssemos o outro, realizando o processo de estranhar aquilo que é familiar". (ROMANELLI, 1998: 123). Para tal, fiz "arte", observação participante (GONÇALVES 1997), ora banhando-me com o objeto e ora distanciando-me para reflexão, que é fazer "disjunção intelectual" entre participação e observação, consciente de que, embora sendo eu distinto do MST, e de Santa Bárbara, com eles, como mostra minha história de vida, estava em conjunção.

A observação participante, condição necessária de qualquer investigação antropológica, consiste em viver com os outros, sem, todavia, querer ou imaginar ser um deles. A conjunção do observador e do observado constitui uma arte. Na verdade, a observação participante está ligada, por um lado, ao contexto social em que o observador exerce sua prática e, por outro lado, está associada às condições específicas históricas, sociais, culturais e ideológicas da produção de dois discursos e de duas culturas, que se caracterizam por formas e modelos teóricos e conceptuais diferentes. (GONÇALVES, 1997: 95).

Mesmo com as dificuldades da prática da observação participante, seu uso foi fundamental para a pesquisa, considerada esta como uma relação didática limitada no tempo e que produziu matéria-prima do conhecimento, resultante do encontro entre mim e as pessoas de Santa Bárbara, transformando estranhos em parceiros de uma troca²⁵. Ao final desta fase, coroando a pesquisa, na qual Sem Terras são sujeitos, foram realizadas reuniões em Santa Bárbara, e, em Fortaleza, com a Direção Estadual do Movimento²⁶. Foto seguinte.



Foto 15 – Socialização de informações / Direção Estadual do MST. Observe-se que a mesma se realizou após a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, o que pode ser notado pela camiseta do Dirigente.

²⁵ “Desse modo, a pesquisa é uma relação de troca e não um processo de apropriação do outro, no qual este é alienado de si, pelo saber que cauciona o poder do pesquisador” (ROMANELLI, 1998: 127). Acho, contudo, que Santa Bárbara de mim se apropriou. Tanto é que hoje lá, tenho o meu apelido: São Nunca.

²⁶ Considero este momento como de grande valia, porque não *morri na praia* do desafio metodológico. Tanto é que a Direção fez questionamentos e sugestões, dentre elas, uma que prontamente acolhi: dar mais detalhes sobre os Núcleos de Base.

No tratamento e sistematização dos dados, utilizei mapa, quadros e diagramas, todos eles como amparo à descrição do que foi estudado. A transcrição das entrevistas e o uso da ferramenta-programa de tratamento de dados qualitativos Nudist tiveram importância a ser considerada, em virtude de um episódio: inicialmente pretendia contratar os serviços de uma pessoa que é conhecida no meio acadêmico para fazer a transcrição. Após examinar as possibilidades financeiras, resolvi eu mesmo fazer, muito embora ainda tenha tentado conseguir recursos com tal finalidade.

Ainda bem que não consegui. Ouvir novamente as falas das pessoas teve importância fundamental para o desenvolvimento dos trabalhos, porque foi deste material que os achados se apresentaram com maior clareza, não obstante a importante contribuição dos demais instrumentos utilizados. Encontrei detalhes que não percebera em campo, como o sotaque de um grupo familiar, um som de um assobio que é característico de outro, o ritmo da fala de militantes do Movimento, e expressões de algumas pessoas, algumas simpáticas e outras que até aproveitei pelos significados que trazem. Foi ouvindo as entrevistas que me vi em Santa Bárbara, ou me revi, atentando algumas vezes para algumas pausas e alguns silêncios, que dizem muito mais do que dezenas de palavras em *alto e bom som*. Foi ouvindo mais atentamente as entrevistas que o contexto em que cada uma foi realizada foi mais bem apresentado.

Alguns detalhes, que já havia notado quando estivera no assentamento, *teimavam* em estar presente nas entrevistas: o canto dos pássaros, o balir de ovelhas, o mugido do gado, o rincho de jumentos e de cavalos, o latido de cães, o cacarejar de galinhas, o canto de galos e o *barulho de alguma coisa*, vindo de aparelhos de TV, de rádios, de máquinas, de veículos, e, vozes, muitas vozes, sempre gente falando nas proximidades; tudo isso me chamando a atenção de que o assentamento, em quase todo local aonde se vá, por mais que você se recolha, inclusive durante a noite, está constituindo um lugar, está constituindo um território.

Após a transcrição das fitas, foi feito o tratamento com o NUDIST²⁷. Sua utilização inadequada, gerada por minha incompetência no campo da informática, originou fatos que também foram importantes para a pesquisa. O referido programa “roda” inicialmente montando árvores, hierarquias, categorizações e subcategorizações, para, em seguida, serem montados cruzamentos, ou exclusões, tais como união e interseção de falas, ou trechos delas. Para tanto, usa como base de dados textos, no caso, as entrevistas, com os quais fiz os já referidos procedimentos. Por não fazer uma seqüência de protocolos de funcionamento do programa, entretanto, fui obrigado a *limpar* todos os relatórios, que foram por mim comandados, retirando dos seus textos sinais gráficos e muitas palavras em língua inglesa²⁸.

Fazer este procedimento, que não estava nos meus planos, me fez examinar cuidadosamente os relatórios, resultando numa segunda leitura dos textos, que não sei se sem o problema tivesse o mesmo cuidado, e, junto de que pude melhor identificar cada um dos relatórios solicitados ao NUDIST, que partem de árvores, que consistiram da união de falas a partir da origem fundante dos assentados. Esta *limpeza* dos textos me deu, com isso, mais elementos para começar a sistematizar diversos rizomas e territórios-rede, conforme serão apresentados no Capítulo 3.

Assim, com os dados trabalhados, surgiram, ou ficaram mais evidentes, elementos da multiterritorialidade do MST. Neste momento, a partir da realidade, saliento, radicalmente a partir da realidade, passei a trazer luzes às minhas descobertas. Neste momento, tendo cumprido o desafio de manter o rigor acertado com o Professor-Orientador, passei a verdadeiramente dialogar com contribuintes da Educação Popular.

Neste momento, com grande felicidade, pude sentir mais intensamente que havia vencido outro desafio proposto pela professora Doutora Eliane Dayse Furtado quando me alertava para o fato de como se levanta o pensamento crítico, movimento ação-reflexão-ação, além de ter compreendido melhor o significado de

²⁷ Agradeço ao Departamento de Informática Educacional, na figura do professor Hermínio e da bolsista Janete, por terem dado acesso e orientações sobre o uso.

²⁸ A seqüência do protocolo, na versão por mim utilizada, seria um salvamento das entrevistas em extensão txt e em seguida re-nomear o arquivo em questão na extensão rtf. Isso, antes de importar as entrevistas para *dentro* do Nudist. *Limpei* mais de trezentas páginas, espaço 1,0, fonte doze.

suas palavras:

[...] construir metodologias e categorias de estudo apropriadas para esse tipo de análise, uma vez que os programas de pós-graduação são muito influenciados pela produção gerada em países de primeiro mundo e os mestrandos e doutorandos acabam se acomodando a uma situação de aplicar teorias estranhas à nossa realidade. (FURTADO, 2000: 23).

Por isso foi acerto estar no concreto, na ação, no cotidiano, buscando *destruir* o que aos meus olhos se mostrava como realidade, tentando ver o que estava por trás dos números da Reforma Agrária, que são a sua pseudoconcreticidade, como ensina Kosik (1989), pois estava convicto que é no terreno das relações do cotidiano que se testa a qualidade e o alcance de projetos grupais e individuais. Para isso, o cotidiano foi a minha referência, o meu parâmetro, confirmando o que disse Alder Júlio Ferreira Calado (1999) quando forneceu *pistas* para os desafios da Educação Popular nos acampamentos e assentamentos do Sem Terra. Assim:

O Cotidiano é uma complexa e vasta rede de relações humanas tecidas de numerosos fios, que correspondem à multiplicidade de sentidos de que são portadores ações, práticas, fatos, situações, acontecimentos, circunstâncias que envolvem o dia-a-dia dos seres humanos e dos grupos sociais (no caso em tela, os Movimentos Sociais populares), em lugar, e tempo socialmente determinados, desconstruídos e reconstruídos (p. 141).

Para tanto, a todo o momento, em todos os lugares, buscava abstrair qual o movimento da história das pessoas do território *capturando* suas múltiplas forças e determinações. Para tal, tinha como pressuposto a noção de que os fatos sociais têm uma materialidade – objetiva e subjetiva - implicando um esforço de abstrair e teorizar um movimento dialético da realidade.

Trata-se de um esforço de ir à raiz das determinações múltiplas e diversas (nem todas igualmente importantes) que constituem determinado fenômeno. Apreender as determinações do núcleo fundamental de um fenômeno, sem o que este fenômeno não se constituiria, é o exercício por excelência da teorização histórica de ascender do empírico – contextualizado, particularizado e, de início, para o pensamento, caótico – ao concreto pensado, ou conhecimento. Conhecimento que, por ser histórico e complexo e por limites do sujeito que conhece, é sempre relativo (FRIGOTTO, 2000: 18).

A pesquisa decorreu num *ciclo de pesquisa*, conforme diz Spink (1999), que discute pesquisa social na perspectiva de uma abordagem dialética, que

compreende para transformar, e cuja teoria, desafiada pela prática, a repense permanentemente. Este repensamento, no meu caso, ocorreu quando estava em Santa Bárbara, quase sempre, nas caminhadas entre um lugar e outro, e, à noite, recolhido para dormir. Ocorreu também quando das apresentações à Coordenação junto com os assentados. Fora, no âmbito do MST, em reuniões com militantes e, de forma ampliada, no momento de um encontro em setembro de 2004. Referido ciclo é visto como um processo que termina num produto provisório e recomeça nas interrogações lançadas pela análise final, uma vez que o conhecimento é um processo infinito assim como não é possível fazer previsão do processo histórico, do seguinte modo apresentado:

O Ciclo completo projeta a investigação como um processo com etapas e atividades específicas em cada fase, que podem ser delimitadas em cronograma; e ao mesmo tempo como um movimento permanente de integração das partes no todo e de sucessivo recomeçar. Ele veicula a idéia de um trabalho que tem dinâmica própria em busca da objetivação do conhecimento, mas também é uma busca inacabada que se reinicia cada vez que apresenta um produto “provisório”, integrando a historicidade do processo social e da construção teórica (SPINK, 1999: 18).

A coleta de dados, entendida como momento importante do diálogo entre eu e o MST, uma relação de troca e como parte do desenvolvimento de um ciclo de pesquisa, mostrou “produtos provisórios”: a pauta, ou os seus pontos, que o Movimento apresentava é como que um roteiro que guia suas ações, uma espécie de plano da aula que o movimento social propõe do aprendizado da territorialização. A pauta-aula, no momento da territorialização, estava dividida em duas partes, acampamentos e assentamentos, expressando, além do processo de mobilização dos militantes, os subpontos de luta, nos quais os diversos elementos que fortalecem as territorialidades se concretizam. No mundo do Movimento, um militante pode representar uma regional, se assim for delegado, ou o núcleo dirigente, dos assentamentos, dos acampamentos, ou um setor, bem como que, sendo da coordenação regional, por exemplo, não está impedido de participar da estadual e, muito menos, até da coordenação nacional; e existem pessoas, entre as quais me incluo que, por identificação, carregam a bandeira do Movimento, na condição de amigo do MST, ou como amigo-militante, podendo ser encontradas em diversos lugares, exercendo diversas atividades, constituindo o território do MST.

No exercício daquele ciclo busquei compreender as leis que condicionam o desenvolvimento do real do assentamento para transformá-lo, ganhando o

conhecimento mais sentido porque foi levantado dialogando com uma ação que é transformadora da realidade. Santa Bárbara já não é a mesma. Nem o MST. Muito menos eu. Por isso, quando apresentava os resultados encontrados tendo consciência de que era um ator do processo que deveria ter um papel crítico e atuante, trazendo minha capacidade teórica de análise e uma metodologia, busquei uma combinação democrática entre nós – eu, as pessoas do assentamento, militantes e amigos do MST - aproximando-me da Pedagogia da Mediação (SOUZA & FURTADO, 2004), muito embora estando consciente de que não estava fazendo uma intervenção, na perspectiva da conscientização e compreensão da realidade.

Atuei tentando fazer mediação (CIAVATTA, 2001), buscando ter uma visão historicizada de um objeto singular, com ele dialogando, buscando suas múltiplas particularidades, situadas no tempo e no espaço, na sua contextualização, o que me permitiu sua apreensão à luz de suas determinações mais gerais.

É no campo da particularidade que situam-se as mediações, determinações sociais que permitem ir do singular ao universal, não como objeto genérico, abstrato, mas na sua essência, na concretização (pensado concreto) de suas múltiplas relações, como ser histórico-social (CIAVATTA, 2001, 137).

Esta expressão do percurso cumprido revela relações dinâmico-causais que dão base ao fenômeno da multiterritorialidade na constituição de território, que é educativa e pautada pelo MST. Foi desvendado o fenômeno, segundo sua origem e seu desenvolvimento histórico, jamais conforme sua aparência que vai desde as bandeiras que são vistas nas casas e nas roupas de pessoas do assentamento, de militantes e de amigos, passando por bandeiras que são fincadas em muitos lugares, a do Movimento e de outros atores sociais, no Ceará e no País, que, se expandindo, se amplificando, traspassam fronteiras, e são vistas em lugares muito maiores que um assentamento, como é o Fórum Social Mundial²⁹.

Assim, as categorias de análise, então prévias, foram confirmadas e ampliadas pela pesquisa, com novas qualificações, conforme serão apresentadas no Capítulo 2, que resultam de reflexões que eram feitas em Santa Bárbara, quando

²⁹ Acho mais adequado utilizar amplificação, em vez de multiplicação. Veio-me a palavra lembrando de amplificação do som, que *vêm de dentro* dos aparelhos sonoros, que não é somente somar falas para que uma outra se apresente “amplificada”, mas, aproveitar a potência do próprio (aparelho de) som. Uma pessoa tem sua fala amplificada, ampliada, por ela própria, a não ser nos casos em que ela não tem o domínio de sua fala, seja porque a fala é transmitida por um outro meio, seja porque sua capacidade de amplificar esteja prejudicada, por exemplo, quando fuma muito, quando os seus pulmões e/ou cordas vocais estão prejudicados.

praticamente residi no assentamento, e, outras, após meu distanciamento de lá. A maior delas, que contribuiu definitivamente para este produto provisório, se deu no segundo semestre de 2004, e com maior intensidade, no início de 2005, no segundo semestre, como será comentado no Capítulo 3, quando participei da elaboração do II PRRA do Ceará³⁰.

Antes de apresentar os achados, importa levantar alguns outros pontos de destaque do processo de pesquisa, ressaltando que nenhum assentamento é autárquico, nenhum é uma ilha, muito mais com a presença do MST, muito mais ainda porque está no mundo da Reforma Agrária que, por sua vez, estão no território da mundialização.

Estes fatos me *tocavam* e foram deixados de lado quando entrei em Santa Bárbara, alguns até que já fizeram parte dos meus estudos de Mestrado. Quando passei por suas cercas, lá, vendo suas relações face a face, e com as pessoas dialogando, com *as visões se clareando num reino que não tem Rei*, pude ver com maior clareza, que, contundentemente, existe uma relação ontogênica entre Educação Popular e a Territorialização do Movimento, não estando, tais relações, uma externa à outra, não sendo possível, por isso, estudá-las separadamente, delimitando, como muitos fazem, uma no mundo da Educação e a outra no mundo da Geografia. Ao mergulhar nas águas de Santa Bárbara, e, dialogando com ela, tudo me foi trazido à tona, para poder reconstituir historicamente sua constituição.

A reconstituição da presença do Movimento como produção dos militantes, assentados, e amigos do MST, apresenta a particularidade de um ser social, histórico-social, não constituindo a categoria territorialização profunda, que se desenvolve no território de Santa Bárbara, como pura abstração, ou uma simples classificação, porque, palavras são criadas, ou novas denominações, para explicar novos fenômenos:

As categorias são concretos de pensamento gerados sobre a realidade objetiva e diversificada, são mediações ontológicas da totalidade social, construídas na sua particularidade histórica. De outra parte, assim como o

³⁰ Com ele as reflexões, e até coleta de dados, a mim se ampliaram. Outra informação: realizei, no segundo semestre de 2004, um trabalho em Pernambuco; “bico” este, que, entre outros objetivos por mim definidos, foi atualizar o meu, como dizem os mais jovens, “cansado” computador, sem o que seria extremamente difícil de dar curso à tese, uma vez que tive grandes dificuldades financeiras para realizá-la. Em tal trabalho, pude olhar territórios, no caso na Zona da Mata, sobre seus contextos e sobre a fluidez de suas fronteiras, que o modelo de desenvolvimento lá em curso impõe. Nas duas oportunidades, olhei e vivenciei muita multiterritorialidade.

real é diversificado e em movimento, a produção das categorias e sua apreensão pelo homem se faz num tempo histórico que reflete a diversidade e o movimento (tempo e espaço) (CIAVATTA, 2001: 138).

A presença de Santa Bárbara é contextualizada num território cuja escala e particularidades vão além das suas fronteiras e das relações que conformam seu espaço de socialização política, que tem como fronteiras as mais próximas dos limites formais do assentamento. Mostra também como um elemento singular de um território-rede mundial, com a presença marcante do MST. A Educação Popular, nesses territórios, tem papel determinante nas suas constituições, que é mais de luta e constituição de territórios alternativos aos dominados pelo capital, de um outro mundo possível, que foram ilustrados no Fórum Social Mundial, configurando contra-espços dentro da ordem social hegemônica, como num “jogo de contraposições”, permitindo, além do confronto de identidades, o nascimento das “diversidades libertadoras”.

Alternativos, aqui, no sentido da crítica aos espaços hegemônicos, que se alia à esperança por uma “alternativa” que, literal e metaforicamente, permita a construção de um espaço muito mais igualitário e democrático, onde se dê a inserção dos excluídos de todas as matizes. Mas alternativos, também no sentido de novas perspectivas teóricas para analisar os espaços dos homens que,..., superem a dicotomia entre sensibilidade e razão, experiência e representação (HAESBAERT, 2002: 11).

Tendo como foco o processo educativo que se desenvolve no Assentamento Santa Bárbara, o qual carrega a bandeira do MST, fui aos seus primórdios, passando por cada conjuntura, a partir da memória dos assentados e militantes. Acompanhando a elaboração do PRRA, momento em que o MST passa a pautar o destino da Reforma Agrária do Ceará, também vi um processo educativo, conectado ao que ocorre nos assentamentos, no qual o Movimento territorializou-se. Nesta oportunidade, pude com o Movimento saber melhor o entendimento que tem sobre o seu contexto, o desenvolvimento capitalista, sobre o que visualiza como futuro, que *colado* está com a constituição de um território cujo entendimento também foi conseguido, e que aqui chamo, parafraseando o poeta Zé Vicente (2004), algumas vezes lembrado nas oficinas de elaboração do PRRA, de semente da Utopia, do reinado do povo (Anexo 6), me autorizando a dizer como disse Paulo

Freire (1980):

Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico (FREIRE, 1980: 27).

Conseguí com este estudo preencher o objetivo a que me desafiei que era identificar a relação entre uma educação e a dinâmica de ocupação de um assentamento, de onde se ergue esta tese, a Multiterritorialidade Popular, como produto do MST, que é uma pequena contribuição para o conhecimento sobre a Reforma Agrária, particularmente os assentamentos e o MST.

Porque foi possível desenvolver uma metodologia a partir da realidade estudada, este trabalho tem sua importância porque saiu minimamente de fronteiras que aprisionam pesquisadores como algumas que os fixam ou na geografia ou na história, ou, até outras, que os fixam ou na pedagogia ou no território. Este trabalho, por essas razões, contribui para que se reflita criticamente sobre a realidade dos assentados, porque muitos deles já superaram “enfrontamentos” daquela natureza, porque fazem suas vidas trafegando despreocupadamente em tais mundos, como também aqui se faz, sem destemor de entrar e sair de algumas ciências.

Este trabalho, ousado, reconheço, tem também sua importância, porque, pelo que será visto, é uma sugestão de como ver o presente à luz da história não se acovardando o pesquisador por cercas acadêmicas, como as que tentam *fazer a nossa cabeça* que tentam nos impor a “verdade” de que possibilidades de transformações do mundo capitalista estão mortas, porque estava eu preocupado em reconhecer sinais de um novo tempo, como mencionou Sader (2001):

A capacidade de reconhecer os sinais de um novo tempo é o que permite ser contemporâneo do nosso presente e captar o movimento real que articula condições objetivas e a construção de um novo sujeito histórico. (...) O primeiro grande exercício de captar os sinais do “novo” é o de conseguir reconhecê-lo, não apenas como fenômeno que destoa, mas como poder de servir de fio condutor para reverter a relação de forças existente (p. 122).

Por isso estou aqui tratando de território, unidade pedagógica que nunca está isolado da realidade onde se insere, menos por pesquisadores, técnicos, facilitadores, assessores, ou qualquer outro ator que com ele se relacione.

Assentamento não está à nossa disposição, como muitas vezes imaginamos, para que dele façamos uso. Menos ainda assentados, indubitavelmente também um movimento social. Santa Bárbara me disse. O MST me disse.

Disseram também que fronteiras são demarcadas pelo Movimento. E são muitas. Algumas temporárias, visíveis ou não, nos assentamentos ou acampamentos, que fazem com que, por exemplo, colunas de soldados da polícia sejam obrigadas a ficar de fora das ocupações e acampamentos, bem como pesquisadores, que não conseguem entrar em seus diversos territórios, ou ainda, por exemplo, jornalistas que têm que pedir autorização para *cobrir* atividades do Movimento³¹. Outras, de descrição difícil, porque muitas vezes são abertas com olhares, em silêncio de cumplicidade, que são *amarradas* por laços de confiança, de companheirismo, que se estabelecem no cotidiano.

Disseram ainda que, para pesquisar o MST, militância tem de estar presente. Seja militante-pesquisador ou pesquisador-militante, é preciso carregar a bandeira do Movimento ou ajudar a portá-la. Sem isso não se entra em qualquer um de seus territórios.

Pude *ouvir* também a constituição de uma identidade vista como processo de aprendizagem, mostrando Santa Bárbara produzindo possibilidades de superação da subalternidade como componente educativo da multiterritorialidade; tal constituição, onde as pessoas fazem uma identidade coletiva marcada pela ação do MST, identificada, reforça Boaventura de Souza Santos (1995), que faz suas reflexões com a perspectiva da conquista multicultural da igualdade, a partir de uma “globalização a partir de baixo”, coerente, assim, com a teoria e com a prática política que tem como referência a luta de classes e a conquista de hegemonia, a Educação Popular, como alerta Melo Neto (1999).

Desta constituição não estou separado. Nela se faz uma disparada para um reino que não tem rei, maior ainda que Santa Bárbara, cujos caminhos que a ele levam aparecem também no dia-a-dia de muitos territórios, alguns deles no mundo do MST, que se juntam em diversos encontros preparativos e que levaram até o Fórum Social Mundial - FSM, que, como disse Frei Betto, numa rede de TV, conseguiu pautar Davos, na Suíça, que, no mesmo período do FSM, é lugar de encontro, território, portanto, dos que, ainda, dominam o território-mundo.

³¹ É interessante ver a reação de pessoas que não entram. Uma das falas mais recorrentes: "... o MST é muito fechado".

CAPÍTULO 2

NOS LIMITES TEÓRICOS A PARTIR DO COTIDIANO: EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO DO CAMPO E MULTITERRITORIALIDADE DO MST

LUNARIO e PROGNOSTICO PERPETUO

DO MUNDO E SUA DIVISÃO

Pelo mundo se entende todo o universo, no qual se contém os céos, as estrellas, elementos, com as mais cousas creadas. Os gregos chamaram a esta universal machina Cosmos, e os latinos Mundus, que quer dizer ornamento e adorno, pela formosura e perfeição, que em si contém; o qual foi creado (conforme graves auctores) no outono, que é pelo mez de setembro fundando-se em que as nações antiqüíssimas começavam a contar o ano desde setembro, como foram os egypcios, persas, gregos, e todos os orientaes, e porque nossos primeiros paes logo que foram creados comeram do fructo prohibido ; e tempo natural e perfeito das fructas maduras é no equinoccio outonal. Porém o mais certo, e conforme a razão, é que o mundo teve principio no equinoccio vernal, que é no mez de março, entrando Sol no primeiro grau de Áries, que agora succede a 21 do dito mez; e convinha que fosse creado o mundo no dito tempo, por ser mais temperado, mais apto para a geração, e augmento das cousas, do que o outono: no qual tempo antes se diminuem as cousas, do que se augmentam , por lhe estar tão vizinho o inverno.

DOS QUATRO TEMPOS DO ANNO E SUAS QUALIDADES

A Primavera tem principio a 21 de março, cuja qualidade é quente e humida e n`esta primeira parte do anno predomina o sangue: e se a primavera fôr muito humida, as fructas apodrecerão nas arvores; haverá abundancia de hervas, porém serão de pouca substancia e proveito.(...) O Estio ou Verão começa a 22 de junho, e acaba a 22 de setembro, cuja qualidade é quente e sêcca, e a esta segunda parte do anno predomina a cólera. E se o estio for muito humido, seus fructos apodrecerão, e denota pouco trigo, menos cevada e muitas enfermidades.(...) O Outono tem principio a 23 de setembro, e acaba a 21 de dezembro, cuja qualidade é fria e sêcca; e n`esta terceira parte do anno predomina a melancolia. Se o outono fôr mui humido, será causa de apodrecerem as uvas, e toldarem-se os vinhos na primavera seguinte e ao transfegal-os. (...) O Inverno começa a 22 de dezembro, e acaba a 20 de março; a qualidade d`esta quarta parte do anno é fria e humida, na qual predomina a fleugma

As passagens que abrem este Capítulo são do *Lunário Perpétuo*, livro que no Nordeste do Brasil é guardado com muito mistério. Os que o possuem apresentam-se, muitas vezes, como estando numa condição além dos *vis mortais*. Quem o possui sente-se como um rei. O livro é uma obra raríssima, à qual só tinham acesso elites nordestinas ao longo dos séculos XIX e XX. É uma espécie de guia de produção agrícola, de agroindustrialização, de conservação de produtos e até de obtenção de terapias com ervas medicinais. Muitos intelectuais, artistas e animadores culturais, mesmo sem o possuir, somente por falar seu nome, quase chegam a ter o poder de abrir portas que os levam a se tornarem mestres da arte e da cultura populares.

Como sugere o título, e como foi visto nas passagens reproduzidas, tem diversos fundamentos, alguns deles questionáveis, quais sejam: o regime da Lua, o movimento do Sol, as posições das estrelas, e as condições naturais. Todos observados, como referência geográfica, somente no hemisfério norte. Muito do que nele está aplica-se somente na Europa, em nada se relacionando com a América do Sul, com o Brasil, com o Nordeste e com o Ceará, nos seus mais remotos locais. O livro, para nós, em não sendo feitos os devidos ajustes, é um mito.

Que seja feita, a seguir, esta demarcação, antes de serem mostrados os achados dados por Santa Bárbara e pelo MST. Quanto ao *Lunário*, que dele façam uso pessoas que o cultuam, perpetuamente, conforme lhes aprouver. E que sirva até, para quem assim desejar como sinal de poder em suas bibliotecas.

Situa-se o presente estudo no campo das Ciências Sociais, dialogando com a Educação, buscando uma perspectiva integradora de território e relendo a noção de lugar, visto como um *locus* particular de *encontro*, como momento de relações e de entendimentos sociais estabelecidos em escalas bem diferentes das que tradicionalmente estamos acostumados. Sai-se, com efeito, da perspectiva tradicional, que o vê o território como uma área com feições ou relações de poder homogêneas, onde as formas de territorialização objetivam o controle do seu acesso e nem a perspectiva que faz sua releitura, que o vê como rede, centrado no movimento e na conexão, mas

Uma terceira que, ao mesmo tempo que inclui a concepção multiescalar e não exclusivista de território (territórios múltiplos e multiterritorialidade, ...), trabalha com a idéia de território como um híbrido, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural) (HAESBAERT, 2004: 77).

Desse modo, os limites deste trabalho são múltiplos. As interpretações, aqui, por isso, buscam conceber conteúdos, procuram ter “um caráter minimamente conceitual”, tentando sair da simples descrição geográfica, não definindo limites estanques, nunca tentando fazer periodizações precisas da história factual, mas observando fluxos de relações que se movem em múltiplos ritmos da temporalidade:

Além desta *escala cronológica*, de tempo linear quase absoluto, temos também, e primordialmente, um tempo histórico que se expressa em ritmos diferenciados, complexos, em *escalas históricas*, em que é impossível estabelecer limites estanques, exatos, e em que os fluxos são resultado do entrecruzamento de tempos de diferentes durações (HAESBAERT, 2002: 105).

Nesta delimitação, que não é uma leitura unidimensional da realidade, considera-se o movimento T-D-R (Territorialização – Desterritorialização - Reterritorialização) como processo dos movimentos socioterritoriais que portam suas múltiplas identidades territoriais, sua multiterritorialidade, movimentando territórios pela conflitualidade que decorre do enfrentamento das classes e que é “...o estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios” (FERNANDES, 2005: 6).

Considerando que os assentamentos e o MST estão no nosso cotidiano, conflituando ao mesmo tempo em que fazem desenvolvimento, como disse Fernandes (2005 e 2005a), porque são frutos da contradição estrutural da formação social capitalista que é a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria, este estudo está situado nos marcos de uma Questão Agrária, que se abre aos nossos olhos. Assim:

Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Igualmente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas “*commodities*”; nas teses, livros e relatórios. No dia-a-dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua *conflitualidade*. (FERNANDES, 2005: 4. Destaques no original).

Desse modo, a Questão Agrária gerando *conflitualidade*, que é um processo de enfrentamento que explicita as contradições e desigualdades do capitalismo, traz também para este trabalho a necessidade do debate do controle político dos territórios e de concepções de desenvolvimento, uma vez que nela estão em jogo a territorialização, a desterritorialização e a reterritorialização, do capital e do campesinato. Do conceito de conflitualidade, idéias-elementos são aqui aportados, tomando de empréstimo de Fernandes (2005), para que possa ser feita leitura da espacialização e da territorialidade da conflitualidade:

1) a complexidade das relações construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogêneos; 2) a historicidade e a espacialidade dos processos e conflitos sociais, dinamizadoras e não determinadas; 3) a construção política de uma perspectiva relacional das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução social; 4) o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao “consenso”; 5) posicionar-se ante aos efeitos da globalização da sociedade, da economia e dos espaços e territórios, marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades e ameaçado a consolidação da democracia. (FERNANDES, 2005: 5).

Também é necessário destacar, com isso, o fato de que a Educação está enraizada na práxis social, conforme diz José Carlos Libâneo (1995) tratando de objetivos e meios de grupos sociais que disputam interesses na sociedade que materializam, num determinado contexto social, práticas de um sistema educativo, que ocorrem na família, na escola, nas instituições políticas, sociais e econômicas, ou seja:

Sendo genuinamente um fenômeno social e histórico, a educação realiza-se em meio à dinâmica das relações entre as classes e grupos sociais, de modo que seus objetivos e conteúdos são permeados pelas relações de poder existentes na sociedade. Dessa forma, trata-se de uma atividade intencionalmente impulsionada conforme fins e meios determinados por distintos interesses e práticas das classes e grupos sociais. (LIBÂNEO, 1995: 77).

Este estudo situa-se, vale ressaltar também, entre lutas, resistências e alternativas a mundialização, momento presente do desenvolvimento capitalista, que, por sua natureza, em muito nos *enfeitiça*, fazendo com que, muito do que se apresenta aos nossos olhos apareça como real, ou, o que é assim, apareça como um mito. Situa-se, simplesmente, em nossos territórios, em nossos cotidianos, enfim,

em nossos mundos. Continuemos com esta demarcação, que nos limita a constantes multiterritorialidades.

2.1 O cotidiano dos Sem Terra – tempos e lugares de quem luta

A “globalização”, nada mais é do que a mundialização da economia, uma fase particular, verdadeiramente imperialista, da tendência da formação social capitalista, na qual a produção está socializada e a apropriação dos seus resultados continua privatizada¹.

Esta tendência histórica mostra-se com presença da exclusão social, na qual uma parte significativa da população fica entregue à própria sorte, num território mundial, comandado pelo capital. Ao mesmo tempo, alguns trechos do *Manifesto Comunista*, de Karl Marx & Friedrich Engels (1998), escritos há mais de cento e cinquenta anos, lidos hoje, poderiam ser identificados como de estudiosos da “globalização”, deste começo do século XXI. Senão, veja-se:

Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas. A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares. ...Em suma, ela cria um mundo à sua imagem e semelhança. (MARX & ENGELS, 1998: 12).

Comentários de Luis Fernandes (1998) sobre o *Manifesto Comunista*, apresentam uma dialética da “globalização”, como processo que constituiu o mundo moderno, a expansão global do capitalismo de “forma fulminante e avassaladora”, que, pela primeira vez na história, integra todo o planeta em único mercado, ao mesmo tempo em que subverte e suplanta variadas formas de cultura e sociedades

¹ Para detalhes sobre o processo, é fundamental ver Vladimir Ilich Lenin (1987), que propõe, no início do século XX, como necessário para definir o *imperialismo*, englobar os seguintes caracteres fundamentais: “1) concentração da produção e do capital atingindo um grau de desenvolvimento tão elevado que origina os monopólios cujo papel é decisivo na vida econômica; 2) fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse “capital financeiro”, de uma oligarquia financeira; 3) diferentemente da exportação de mercadorias, a exportação de capitais assume uma importância muito particular; 4) formação de uniões internacionais monopolistas de capitalistas que partilham o mundo entre si; 5) termo da partilha territorial do globo entre as maiores potências capitalistas” (LENIN, 1987: 88).

preexistentes².

Essa ruptura histórica preparada pela expansão global do capitalismo mercantil na época dos *descobrimentos*, como o do Brasil, e pelas colonizações que os seguiram, superando a antiga produção feudal-corporativa, fizeram nascer o capitalismo moderno. Unificado o mundo em um mercado, sob o domínio inglês, é, assim, desde seu início formado e desenvolvido como sistema transnacional, tendo, também, como outro lado da história, a formação de estados nacionais unificados, inicialmente na Europa, que se nutriam dos mercados a eles externos, numa articulação das dimensões nacional e global, entranhada na modernidade capitalista, na “globalização”, desde os seus primórdios.

A própria formação dos impérios coloniais mercantis – e as grandes guerras comerciais que ela engendrou – decorreu das tentativas de monopolizar à força os recém-constituídos fluxos globais de comércio e riqueza, usando o novo poder político concentrado nos Estados nacionais. Estes, por sua vez, deflagraram processos de unificação e integração dos seus respectivos mercados internos, expropriando as terras comunais que viabilizavam economias camponesas de subsistência (isto é, forçando os camponeses a se transformar em “trabalhadores livres” sem terra). No século XIX, o recém consolidado capitalismo europeu se valeu do poder concentrado dos grandes Estados centralizados para subordinar efetivamente o conjunto do planeta à sua dinâmica, inicialmente através de uma agenda universal liberalizante (que favorecia o capital britânico) e, depois, através da montagem de novos impérios coloniais concorrentes (o imperialismo). (FERNANDES, 1998: 113).

Mais recentemente, no final dos anos 1970, estava se iniciando uma reorganização dos espaços da estrutura econômica e poder mundiais, expandindo a hegemonia norte-americana. Naquele momento, antes da formação dos atuais blocos econômicos que se constituíram nos anos 1990 e da derrocada no leste europeu do chamado socialismo real, Petras & Rhodes (1978) argumentavam que a expansão é possível com o desemprego em grande escala e com a redução dos custos de medidas de seguridade social, com o capitalismo reorganizando sua presença internacional, mostrando-nos uma cartografia desta “nova ordem mundial”³.

² Já foi dito que cultura é tudo o que o homem acrescenta à natureza, cujo processo de aquisição, de uma pessoa ou grupo, vai da nascença até o momento da morte.

³ Considera-se aqui cartografia, ou mapeamento, o resultado de um georeferenciamento de informações, ou seja, o resultado de anotações da realidade em lapsos num dado espaço.

Um território mundial, um território-mundo, é presente, com a universalidade das mercadorias garantindo a ligação entre as diversidades existentes pela realização de estratégias de ação de atores globais e presença de núcleos globais de decisão. Estes núcleos, isolados dos contextos geográficos e compostos por executivos de nacionalidades diversas munidos de instrumental complexo de comunicação, cristalizam uma identidade, expressa não na história das pessoas, mas de objetos mundiais, coisas que no cotidiano nos cercam. Ocorre também, como fala Ortiz (1994), não mais uma hierarquia de territórios, mas uma hierarquia de gostos, na qual a mundialidade está presente dentro de cada um de nós, indiferentemente se estamos no que se chama de primeiro ou terceiro mundos, porque não mais existiriam nem as diferenças dentro de cada um deles nem entre eles, enraizando uma modernidade conservadora, agora no contexto mundial.

Fica evidente que, ao criar uma nova “interdependência” e ao conectar, econômica e culturalmente, as regiões mais longínquas, está-se estruturando uma nova organização territorial, uma espécie de “território-mundo” globalmente articulado. (HAESBAERT, 2004: 177).

Ladislau Dowbor (1998) correlaciona “globalização” com poder global. Observa que existe hoje uma nova hierarquia dos espaços, vistos não somente como substrato físico, mas, sim, como espaços de reprodução social, uma vez que presentemente a simples reprodução do capital - reprodução econômica - não é suficiente para refletir nossos problemas, muito menos a reprodução do capital; sem esquecer de que “globalização” é uma tendência, alerta para a noção de que o aspecto de ser uma dinâmica diferenciada é fundamental para sua compreensão, sobretudo porque é hierarquizada, na qual é sugestiva a imagem de um rolo compressor, representando os países mais poderosos, sobre uma estrada, a maioria de suas populações, com 500 grandes empresas comandando 25 % das atividades econômicas mundiais e controlando cerca de 80 a 90 % das inovações tecnológicas: “No dizer franco de um economista, neste sistema, *quem não faz parte do rolo compressor, faz parte da estrada.*” (DOWBOR, 1998: 32. Grifos no original)

Um aspecto importante destacado por ele é o fato de que não é geral, sendo necessário distinguir entre os produtos globais, como, por exemplo, automóvel, computador e telefone celular, e vários outros, que estão no dia-a-dia e que foram produzidos em diversos níveis de atividade econômica e social, em espaços locais. Uma visão crítica de nossas vidas, na casa onde moramos, na escola dos nossos filhos, no médico da família, no local de trabalho e em muitos alimentos consumidos quotidianamente, como o sagu, a tapioca, a cajuína e o acarajé, aponta para a necessidade de ser substituída a visão de que tudo se globalizou pela compreensão de que diversos espaços do nosso desenvolvimento se diferenciaram e se rearticulam, sendo a totalidade um sistema mais complexo.

Paulo Freire (2001) discute a força que tem o discurso da “globalização” para ocultar a verdade de fatos, “miopizar”, “ensurdecer”, de nos fazer aceitar, docilmente, o discurso fatalista neoliberal de que o desemprego no mundo é uma desgraça de fim de século, ou que morreram os sonhos de transformação social, sendo válido um pragmatismo pedagógico. Alerta para a noção de que esta capacidade de nos amaciar também nos faz aceitar o fato de que a “globalização” da economia é uma invenção dela mesma, ou de um destino, convencendo muitos de que para sua superação nada há por fazer, mas obedecer a uma ordem *natural* dos fatos, sem notar que a “globalização” é uma produção histórica, portanto, mutável. Em suas palavras:

Na medida mesma em que a desproblematização do tempo, de que resulta que o amanhã ora é a perpetuação do hoje, ora é algo que será porque está dito que será, não há lugar para escolha, mas para a acomodação bem comportada ao que está aí, ou ao que virá. Nada é possível de ser feito contra a globalização que, realizada porque tinha de ser realizada, tem de continuar seu destino, porque assim está, misteriosamente, escrito que deve ser. A “globalização” que reforça o mando de minorias poderosas e esmigalha e pulveriza a presença impotente dos dependentes, fazendo-os mais impotentes, é destino dado. Em face dela não há outra saída senão que cada um baixe a cabeça e agradeça a Deus porque ainda está vivo. Agradeça a Deus ou à própria “globalização”. (FREIRE, 2001: 129).

A mundialização, na atualidade, segundo Ivo Lesbaupin (2000), tem a exclusão como uma situação nova, especial, caracterizando “uma nova questão social”, que resulta das transformações do processo produtivo, que torna uma parte significativa de trabalhadores “inúteis no mundo”, entregues à própria sorte,

desprovidos de opções e de uma rede de proteção social. Muito embora concordando com o argumento de que o modo de produção dominante é estruturalmente excludente, Aldaíza Sposati (2003) discorda de Lesbaupin quanto à decrepitude da exclusão social, não considerando como um fenômeno novo, uma vez que ela é inerente ao processo de acumulação capitalista, posto que isto tenha contribuído para permitir ao senso comum tratá-la como natural.

Seguindo este ponto de vista, a exclusão social passa a ser um conceito-denúncia advindo do aviltamento do estatuto universal da condição humana, sendo, assim, uma concepção ética, que merece incorporar uma dimensão cultural, não sendo, por tal razão, unívoca a qualquer realidade. Desse modo, excluído socialmente passa a ser, por exemplo, diferente de oprimido, que se refere ao processo de opressão econômica e política, nem de marginalizados, que supunha a contrapartida de integração ao processo modernizador e desenvolvimentista; muito menos de pobreza, que define uma situação absoluta ou relativa, de quem tem ou não tem. A exclusão social, com este sentido alargado, apresenta o patamar da igualdade, da equidade e da cidadania, que vai além da capacidade de retenção de bens, de ter algo, alcançando, assim, valores culturais, discriminações. O excluído pode ser, desse modo, por exemplo, a pessoa que tem o sexo feminino, tem orientação homossexual, é afrodescendente, é indígena, é velho.

A exclusão social no Brasil, ainda segundo (2003), é germinada numa sociedade que parte da relação colonizado-colonizador, num território de segregação para o qual vinham muitos portugueses degradados, tendo ainda a particularidade do processo de escravidão que fez de negros e índios objetos de demonstração de riqueza, e, ainda, num país que teve sua independência pouco séria porque colocou como seu rei o filho do rei colonizador.

Considerada como perda de uma conquista, pressupondo a universalidade da cidadania, a exclusão social, na particularidade brasileira, mostra dificuldades da constituição da universalidade da condição humana a todos os brasileiros, vez que existe uma cultura patrimonial que não incorpora padrões básicos de cidadania, com o Estado não cobrindo os riscos sociais e constituindo uma inclusão social que não afiança direitos sociais, partilhando suas ações com a

filantropia da sociedade, sempre à mercê das chamadas forças de mercado.

A exclusão tem a mesma idade da lógica estrutural e centenária da formação social capitalista demonstrada por Marx em toda a sua obra, na qual o Brasil se insere com índices de exclusão social dramáticos.⁴ O novo deve-se à visibilidade maior nos chamados primeiro e terceiro mundos, no momento em que a sociedade se torna recessiva econômica e socialmente, a partir da regulação neoliberal, que *amacia, amansa, harmoniza*, enfim, subalterniza⁵. Por isso, o sentido do novo reside não principalmente sobre a oposição de interesses entre grupos sociais e a luta pelo reconhecimento social, mas antes sobre a fraqueza de um lado presente neste jogo, ou seja, a ausência de reivindicações organizadas e de movimentos com capacidade de reforçar a coesão identitária das populações desfavorecidas (DEMO, 1998).

Também considerando as reflexões de Marx, que já havia identificado a exclusão nas condições de vida dos trabalhadores em inclusão precária, que estão em extrema penúria, bem como olhado para os extremamente excluídos, o lumpemproletariado, Haesbaert (2004) traz a noção de aglomerados de exclusão. Com ela é possível traduzir a dimensão geográfica dos processos mais extremos, porque expressa a condição de desterritorialização e de territorialização, marcadas por “desenraizamentos” e “enraizamentos”, numa dinâmica instável entre as duas situações, porque não se apropriam nem controlam o lugar onde estão, apresentando como propriedades básicas: instabilidade, insegurança socioespacial; laços frágeis entre os grupos sociais e destes com o seu espaço, em termos de

⁴ Para melhor compreensão, é básico consultar Marx (1981, 1983, 1987ab e s.d.), onde são enunciados os processos fundamentais do capitalismo, além de outros mais daqui próximos, por exemplo, colonização e mundialização. Sobre o Brasil no contexto do desenvolvimento capitalista, consultar Caio Prado Júnior (1987), Florestan Fernandes (1975) e Mello (1982). Também, na mesma direção, quando se observa uma problemática agrária, consultar Garcia & Martine (1987), Delgado (1989), Stédille (1994) e Graziano da Silva (1996). Um embate mais recente pode ser encontrado em José Eli da Veiga (2001) *versus* José Graziano da Silva (2001), no qual o primeiro propõe uma estratégia de desenvolvimento para o País admitindo que existe uma separação entre urbano e rural, por meio da maximização da competitividade do agronegócio junto de uma dinâmica maior do exército industrial de reserva, e o segundo afirmando que é “imaginária” a linha de separação entre urbano e rural, com o qual concordo, questionando se o Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento porque a necessidade central é de criação de cidadania no campo.

⁵ Segundo Hackbart (s.d.), no Dicionário Popular de Economia Política, o Neoliberalismo é um conjunto de idéias políticas e econômicas que tenta adaptar os princípios do liberalismo ao capitalismo atual, representando as idéias da burguesia, constando: de liberdade individual dentro da ordem capitalista; democracia representativa (delegação de poder pelo voto e a separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário); direito à propriedade, à livre iniciativa e à concorrência para “harmonizar” os interesses individuais e coletivos; com o “...Estado não deve interferir na atividade econômica, apenas garantindo a livre-concorrência”.

relações funcionais e simbólicas; e indefinição da direção da mobilidade, ou, quando estão “parados”, não têm o efetivo controle territorial.

Trazendo para este trabalho, vale destacar trecho de Haesbaert (2004), ilustrando com o que chama de Aglomerado de Exclusão, que pode ser tomado como uma síntese da condição de muitos sem-terra, sem que assim se refira:

Em sua área de origem, no Sertão nordestino, eles estiveram muito tempo “presos à terra”, como diziam, numa condição de extrema miséria, ou seja, numa situação de desterritorialização, ou melhor, de territorialização precária, para ser coerente com o domínio dos processos de inclusão precária aqui defendido. Desatrelados da situação crítica de fome e até mesmo de falta de água, no Sertão, eles se tornam alvo fácil de uma desterritorialização na mobilidade, verdadeiros “novos nômades” em busca de condições mínimas de sobrevivência. (p. 330).

Mônica Dias Peregrino (2003) examina possibilidades da análise de atores populares, encontrando uma imponderabilidade nos tempos neoliberais. Encontra como diz geografias da exclusão, que são feitas a partir de critérios de homogeneização, que muitas vezes omitem as desigualdades, porque eliminam como “resíduos” aqueles que “sobram”, servindo isso para legitimar um destino das pessoas, traçado por quem assim procede antes mesmo de sua entrada, por exemplo, na escola ou na vida das comunidades.

“Tateando o imponderável”, acentua também que a exclusão não pode ser considerada como um movimento unilateral que nos torna reprodutores da acumulação, uma vez que ao mesmo tempo é fato econômico e social, contendo, por isso, a possibilidade do diverso. Recomenda, então, voltarmos à visão para os atores que estão no centro das situações de exclusão, em territórios políticos culturais, sujeitos periféricos, fronteiriços, beiradeiros, pela posição de contradição que ocupam na produção de suas vidas.

Souza & Furtado (2004), com base em suas práticas e reflexões com afrodescendentes, indígenas e pescadores artesanais, que vão à direção de superar uma ou mais causas das características há pouco enunciadas, alertam para o fato de que o enfretamento da exclusão social passa pela elaboração de políticas, estratégias e abordagem para inclusão social. Mostram, porém, que, para tanto é fundamental que os próprios excluídos sejam os sujeitos de suas ações, cuja tônica

é a reflexão sobre o conhecimento dos diversos contextos nos quais estão inseridos, atentando também para a idéia de que, entre as razões que os fazem excluídos dos excluídos está a mundialização neoliberal.

Apresentando assim uma perspectiva de superação, de que os excluídos *façam, tomem e escrevam a bula do seu remédio*, salientam que é fundamental que se considere o caráter histórico do processo, como propõe Paulo Freire, porque, assim, podem-se analisar os diagnósticos, compreendendo os contextos e as mudanças ocorridas no mundo, bem como suas repercussões no local onde transcorre a exclusão. Isto porque:

A história mostra, por exemplo, que as soluções liberais foram tomadas nas crises do capitalismo, como é o caso da globalização; assim como nos permite compreender que a exclusão social tem um caráter estrutural, permite também conhecer as causas do processo de exclusão social e entender e entender o que propiciaram as experiências bem-sucedidas e as malsucedidas, referências na elaboração de propostas de enfrentamento. (SOUZA & FURTADO, 2004: 43).

Também desmistificando a mundialização, McLaren (2002) alerta para o fato de que em qualquer lugar que estejamos “nas esquinas da história”, nossa localização hoje é precária, num “sublime abismo” do desconhecido, que não nos livra da “violenta colisão entre trabalho e capital”, porque milhões e milhões de trabalhadores em todo o mundo estão tendo sua dignidade manipulada e possuída por uma pequena, mas poderosa, classe dominante global. Mesmo assim, ainda segundo ele, encontram-se resistências à “globalização”, que erguem uma pedagogia revolucionária, de um “novo socialismo”, mais internacional, contribuindo para recompor e fortalecer agrupamentos que se opõem ao internacionalismo do capital⁶. Também não ilustrando com o MST, assim apresenta alguns movimentos sociais:

⁶ Destaca, e com isto concordo que o colapso do comunismo soviético e o declínio de movimentos e partidos marxistas em muitas partes do mundo não indicam refutar o marxismo, e, menos ainda, a inexistência da reprodução social capitalista e lutas anticapitalistas no planeta, muito menos “arquivar” a história: “Alternativas históricas para o capitalismo são consideradas apenas no domínio da ficção científica. Um esquecimento politicamente motivado permeia muitos exemplos de auto-atividade da classe trabalhadora, tais como a democracia de trabalhadores da Comuna de Paris de 1871; os primeiros anos da Revolução Russa; Espanha em 1936-37; Hungria em 1956; os comitês de ação de 1968; os *cordones* chilenos de 1973; as comissões portuguesas de trabalhadores de 1974-75; o *shoras* iraniano de 1979; e a ascensão inicial do Solidariedade no Polônia em 1980” (McLAREN, 2002: 77).

O renascimento e a reemergência de novos movimentos revolucionários em todo o mundo, tais como os zapatistas em Chiapas, no México, da força armada Tupac Amaru no Peru, da Intifada nos territórios ocupados da Palestina e das contínuas lutas da classe trabalhadora na Coréia do Sul, são evidências claras da persistência obstinada dos movimentos libertadores e anticapitalistas lutando, em todo o mundo, contra o neoliberalismo e a globalização. (McLAREN, 2002: 21).

Pelo que foi até aqui apresentado, existe uma disputa por territórios, promovida por atores com interesses antagônicos. Por isso, será apresentada a Questão Agrária enfocando alguns atores globais que movem a Educação da subalternidade e a Educação popular, em luta, em conflitualidade, para manterem, ou não, no território-mundo, o território da “globalização”.

2.2 Questão Agrária – educação do campo no campo da educação popular

João Pedro Stédille (1994) organizou artigos, palestras e comentários que tratam da Questão Agrária, tratando da natureza do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, da importância da necessidade da Reforma Agrária, da crítica à Reforma Agrária ou da sua não-necessidade, e dos desafios dos movimentos sociais e luta de classes no campo. Assinala como autor de um dos artigos, que existe um problema agrário a ser resolvido pela Reforma Agrária, mudando a estrutura de propriedade da terra tocando em três leis básicas do capitalismo que foram para o campo - acumulação, concentração e centralização - razões dos graves problemas sociais⁷.

Para este brasileiro, a conquista da Reforma Agrária está inseparável da conquista do socialismo, superação, portanto, da realidade capitalista. Sem se preocupar com quanto tempo isto virá, mas sabendo que as lutas dos trabalhadores

⁷ “[...] o capitalismo permanentemente está acumulando, reinvestindo e aumentando seu próprio negócio. Essa lei básica do capitalismo foi para o campo. Então os proprietários rurais passaram a acumular cada vez mais, estimulados pelas políticas econômicas do governo com créditos fáceis, com preços subsidiados para exportação, com uma idéia de benefícios que ajudou as grandes propriedades a acumularem de uma maneira mais rápida. (...) “O capitalista não fica mais satisfeito em acumular dentro de sua própria empresa. Quando a acumulação é tão grande, ele passa em seguida a comprar do vizinho, a comprar a terra dos pequenos proprietários. (...) ele procura concentrar o capital e o poder em suas mãos” (...) “... o capitalista não se contenta apenas com o seu negócio. Além de ter outras propriedades que ele comprou na fase de concentração, ele começa então a atuar em vários setores, não só na agricultura, mas no comércio, na indústria, no capital financeiro. Esse movimento do capital em que o capitalista controla vários setores de atividades chama-se movimento de centralização” (STÉDILLE, 1994: 314).

acumulam capacidade organizativa, capacidade de mobilização, em termos de consciência da classe trabalhadora, dando conta de sua realidade, sabendo que gerará um movimento de massa no Brasil, assim se pronuncia:

Então, nós imaginamos que vai ser impossível implantar o socialismo no Brasil se não fizer a reforma agrária, ao mesmo tempo que não se consegue a reforma agrária sem implantar o socialismo. Agora, para implantar isso vai demorar. Quanto tempo? Ninguém sabe! ... Vai depender da classe trabalhadora se organizar e ir para a luta enfrentar essa burguesia; porque de mão beijada eles não dão para nós nem as migalhas. Na hora que nós formos jantar debaixo da mesa, eles ainda nos darão uns pontapés. (STÉDILLE, 1994:321).

Estas constatações e observações são mais ressaltadas quando recordamos que a estrutura agrária é uma unidade formada pela estrutura fundiária, que no Brasil se reproduz com a concentração de terras e pelas relações de produção que são dadas pela formação social determinada pelo modo de produção dominante, no caso do Brasil, capitalista. A Reforma Agrária, portanto, pode passar desde a manutenção da ordem social vigente até sua transformação. Por isso muitos chamam o que até agora ocorreu no País como somente uma reestruturação fundiária, porque Reforma Agrária é, como diz Manuel Correia de Andrade (1980), com o qual concordo que são medidas em que a classe dominante é substituída na direção do País pelas classes dominadas.

A Reforma Agrária, assim, deve estar no núcleo organizador das forças populares, como diz Plínio de Arruda Sampaio (2004), porque não pode ser confundida, como até aqui transcorreu, com uma política de assentamentos, porque se vislumbra na sua realização a substituição da dinâmica capitalista. Nesta perspectiva, fugindo aqui de armadilhas economicistas ou sociais da questão agrária, os assentamentos são vistos como lugares onde: distribuem-se renda, riqueza e poder no campo, criando condições de um desenvolvimento equilibrado dos recursos agrícolas e florestais; cria-se escassez relativa de força de trabalho, forçando aumento dos salários em geral; e ocorre aumento da produção de alimentos, sustentando uma demanda resultante da distribuição de renda. Desse modo, Reforma Agrária apresenta-se para solucionar um problema originado na concentração da propriedade da terra, a ser resolvido, não com uma política de fazer assentamentos, que somente reduzem tensões localizadas, mas quebrar a dominação no campo pelo latifúndio, que é ir de encontro ao que há de mais

atrasado no País, estabelecendo uma nova hegemonia, de um *território liberado*, assim ressaltado:

[...] a reforma agrária visa mudar uma estrutura de poder que cria um ambiente social, econômico, cultural e político inibidor do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento democrático. Se não destruir essa estrutura de poder e substituí-la por outra, os assentamentos serão sempre uma espécie de dentes postiços, sem nenhum efeito real no desenvolvimento. (SAMPAIO, 2004: 5).

Já Grzybowski (1991), apresentando os caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo no Brasil, ressalta que existem num cenário fragmentado e desordenado, mas impositivo, com diferentes ações ocorrendo ao mesmo tempo, com a luta sob diversas formas estabelecendo um elo de união, e ainda:

Mas se o cenário aparece como representação para o analista, ele é vida para os atores, é parte de uma peça histórica que está sendo vivida e escrita coletivamente, no ato, adquirindo sua expressão nas oposições existentes entre eles e nas circunstâncias mutáveis em que lutam. (GRZYBOWSKI, 1991: 11).

Nesta mesma oportunidade, considerando que existem diversidade e fragmentação dos movimentos sociais, apresenta o que chamou de frentes de luta dos trabalhadores rurais, das quais aqui destaca os movimentos dos camponeses pela terra, especificamente “Movimentos dos Sem-Terra”⁸. Evidencia o MST como o movimento social que apresentava maior grau de articulação interna, revelando maior homogeneidade nas formas de luta, tendo como marca importante o fato de que põe a nu sua situação de excluídos, e que não se defende, ao contrário, toma iniciativa, fazendo ocupações, organizando acampamentos, conquistando terras e estabelecendo assentamentos.

O MST, por meio de Fernandes (1998), quando apresenta sua gênese e seu desenvolvimento, fala da importância da territorialização, liberando terras, a partir das ocupações, destacando que, embora existindo dispositivos legais, a

⁸ Segundo Grzybowski (1991), as frentes de luta dos trabalhadores rurais são quatro, a saber: lutas contra a expropriação, dos posseiros, dos sem-terra, barragens e indígenas; lutas contra as formas de exploração e assalariamento, dos operários do campo; lutas contra a subordinação do trabalho ao capital, dos camponeses integrados; e alternativas de produção, mulheres, previdência social, que chamou de novas frentes de luta no campo.

concretização da Reforma Agrária só se dá com a intensificação da luta pela terra⁹. Com as ocupações, a cada terra liberada, a cada assentamento conquistado, movimenta-se o Movimento, dando continuidade à sua territorialização, assim apresentada:

Territorialização é o processo de conquista da terra. Cada assentamento conquistado é uma fração do território que passa a ser trabalhado pelos Sem Terra. O assentamento é um território dos Sem-Terra. A luta pela terra leva à territorialização porque ao conquistar um assentamento, abrem-se as perspectivas para a conquista de um novo assentamento. Se cada assentamento é uma fração do território conquistado, a esse conjunto de conquistas, chamamos de territorialização. Assim, a cada assentamento que o MST conquista, ele se territorializa. (FERNANDES, 1998: 33).

Dos estudos de Jean-Yves Martin (1999) sobre o MST no Rio Grande do Norte, podemos ver territorialização, com novas práticas territoriais e mutação de identidades de camponeses, materializando uma estratégia que visa a adaptar a espacialização do Movimento às suas necessidades sociais e às possibilidades dos militantes. Nota-se também conquista de novos direitos, contribuindo para a formação de uma identidade constituída num espaço coletivo de reivindicações que permite passar dos limites individuais marcados pelo trajeto campo-cidade-campo, por meio de caminhadas e marchas, passeatas e ocupações de terras e dos centros de decisão.

Um desafio para o MST de dar continuidade à sua dinâmica de territorialização ocorre num contexto em que se confrontam dois projetos de Reforma Agrária: do governo, que se preocupa principalmente com a questão fundiária e entendendo o desenvolvimento em termos econômicos, financeiros, tecnológicos e comerciais, motivado para que os assentamentos se transformem em unidades capitalistas individuais, em glebas de base familiar; e outro, do Movimento, que propõe:

⁹ “As referências históricas sobre sua origem são as ocupações de terras realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Das várias ocupações de terra em todo o Brasil e do crescimento das formas de organização, resultou a fundação do MST, em 1984, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, com a realização do primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra” (FERNANDES, 1998: 21).

[...] mudanças estruturais com base num projeto socialista, exigindo serem atores, protagonistas de amplo processo de experimentação social... (procurando) implementar a exploração coletiva, opondo-se frontalmente às abordagens dos órgãos de terra. (SOUZA & FURTADO, 2000: 57).

Ao lado disso, sabemos que o MST desenvolve Educação não somente na escola, mas em todos os lugares onde se territorializa, dando destaque para a mística, mesmo que alguns lugares estejam temporariamente em suas mãos¹⁰. A mística contribui para constituição de sua identidade, portanto de seu território, com os militantes dedicando sempre um momento de suas atividades para a mística, fazendo com que com suas práticas sejam mediadas pela experiência mística, (PEIXOTO, 1997), assegurando a renovação e a continuidade do carisma do Movimento, dentro e fora da escola, dia após dia, em diversas escalas¹¹. Com isso, objetivos do MST, que poderiam ser diluídos na luta econômica e nas práticas cotidianas, são continuamente renovados com a contribuição da mística, que é desafiada para ser criadora de identidade, alimentadora de sua esperança e animadora de suas práticas.

Dito isso, assim pode ser apresentado mais um pouco da proposta pedagógica do Movimento, objetivando continuidade e avanço de sua luta:

É por isso que, para o MST, todos os princípios que sustentam sua proposta de educação devem visar a formação de um aluno militante. Portanto, a educação proposta pelo MST não é uma educação desinteressada, voltada para uma pretensa difusão de conhecimentos científicos e neutros, que, na verdade, carregam em si, de forma oculta, uma forte *intencionalidade*, que é a de formar indivíduos passivos em relação aos conflitos sociais que são inerentes à sociedade de classes. (PEIXOTO, 1997: 181. Destaque no original).

A atuação do Movimento, portanto, orienta-se por novas formas de pensar e agir - um novo paradigma, que é o da Educação do campo. Porém, antes de apresentá-lo, será destacado o paradigma moderno, o qual separa e antagoniza relações, como a que ocorre entre o campo e a cidade, já adiantando que, mesmo

¹⁰ A mística, um dos elementos da prática pedagógica do Movimento, quando observada numa perspectiva política, é um conjunto de convicções, crenças, valores, que, arraigados numa idéia, mobilizam pessoas com vontade de afrontar dificuldades ou sustentam a esperança frente a fracassos históricos (BETTO & BOFF, 1983).

¹¹ São utilizadas, entre outras práticas de mística, cânticos, palavras de ordem e dramatizações, quase sempre os lugares onde acontecem ornamentados com bandeiras do MST, da Via Campesina, do Brasil e de algum "movimento irmão", como, por exemplo, o MPA e MAB. Invariavelmente se encerra com o Hino do Movimento.

sendo dele herdeiro, busco ampliar minhas observações e análises, exatamente como o MST assim faz, com suas práticas de Educação popular.

Somos herdeiros de um modelo paradigmático ocidental formulado por Descartes e imposto pelo desenvolvimento da história europeia do século XVII que separou e tornou antagônicas todas as relações de sujeito/objeto; alma/corpo; espírito/matéria; qualidade/quantidade; finalidade/causalidade; sentimento/razão; liberdade/determinismo; existência/essência. Por sua vez, a ciência pautada por esse modelo também se desenvolveu sob esse paradigma se baseou na técnica objetiva, se tornando quantitativa, manipuladora e congelada, em nome da neutralidade científica. (JESUS, 2004: 110).

Junto disso também, sabemos que o Banco Mundial que foi criado em 1944 a partir da preocupação dos países centrais com a nova ordem mundial que se instalava com o pós-guerra, ao lado do Fundo Monetário Internacional – FMI tinha a função básica de induzir o desenvolvimento capitalista, passando a ter papel estratégico no cenário internacional¹².

Nos anos 1980, ampliou sua importância estratégica nos chamados países em desenvolvimento, como o Brasil, executando programas de ajuste estrutural. Com isso passou a exercer amplo controle sobre as políticas domésticas, intervindo diretamente na formulação das políticas internas e da sua legislação, atento às necessidades da mundialização, batizadas como o Consenso de Washington, que, conforme Maria Clara Couto Soares (1998), tem os seguintes eixos principais:

Equilíbrio orçamentário, sobretudo a redução dos gastos públicos; 2. Abertura comercial, pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não-tarifárias; 3. Liberalização financeira, por meio da reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro; 4. Desregulação dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos etc.; 5. privatização das empresas e serviços públicos. (SOARES, 1998: 23).

¹² Alguns outros elementos, segundo Soares (1998), mostram também o papel estratégico do Banco Mundial no cenário internacional: conta com 176 países-membros, com seus empréstimos em 1993, na ordem de 24 bilhões de dólares, sendo o maior captador mundial “não soberano” e o principal financiador de projetos de desenvolvimento no âmbito internacional, formado por um conjunto de instituições lideradas pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

Em função de severas críticas de organizações não governamentais – ONG, movimentos sociais, segmentos de governos nacionais e até mesmo parlamentares de Países desenvolvidos, com destaque do Congresso norte-americano, a partir de 1992, vem ocorrendo uma modificação do discurso do Banco Mundial e anunciando algumas mudanças que dão ênfase ao combate à pobreza, com um caráter instrumental, visando a garantir o suporte político e a funcionalidade econômica necessários ao padrão de crescimento presente, sem questionar

[...] o caráter excludente das políticas de ajuste, e suas propostas se restringem ao financiamento de programas sociais compensatórios voltados para as camadas mais pobres da população, destinados a atenuar as tensões sociais geradas pelo ajuste. (SOARES, 1998: 27).

Esses elementos da sua atuação mostram um ator global no território mundial, que, se sabe, tem no Brasil os sucessivos governos federais articulados aos governos estaduais, fieis cumpridores de uma espécie de lição do Banco Mundial, que não é neutro e possui uma identidade que se coaduna com a de atores no Ceará e no País, co-responsáveis na implementação das políticas que aqui favorecem, porque, o Banco Mundial é tudo, menos um ator neutro representante da racionalidade científica e da eficiência técnica, uma vez que é “...fundamentalmente, um banco, um banco mundial, e é a partir dessa identidade (para qual é preciso olhar) que define seu papel técnico” (TORRES, 1998: 185).

Quando se observa o cotidiano das repartições públicas no Brasil, pode ser visto que nos mais diversos escalões há um processo que poderia ser classificado como de adestramento de servidores. Alguns, por isso, aprenderam a lição de que o êxito de sua atuação não supõe a cooperação e a solidariedade, porque muitos “executivos” as consideram como comportamentos *românticos*, *filosóficos*, segundo eles, inadequados para fazer gerenciamento, tendo os servidores que ser “realistas” na busca do triunfo do melhor funcionamento para o mercado, que é, na verdade, servir aos atores globais em função da utopia neoliberal:

Ser competitivo significa ter a capacidade de passar pelas provas que o mercado impõe, respondendo rápida e eficientemente às suas mudanças. [...] e aqueles que vierem a adotar as políticas corretas em tempo terão melhores possibilidades de passar no exame das forças supostamente naturais e involuntárias do mercado. Recomenda-se ser realista, adaptar-se à natureza das coisas, para sobreviver e eventualmente prosperar. (CORAGGIO, 1998: 80).

Especificamente tratando da Questão Agrária brasileira, mais particularmente sobre a atuação do Banco Mundial a partir de 1975, Sérgio Sauer (2001) faz um mapeamento do que foi chamada de reforma agrária de mercado, cuja dinâmica teria pela compra de imóveis feita por trabalhadores rurais sem-terra. Do estudo, pode-se notar que no Brasil, e inicialmente no Ceará, a partir de 1996, vem sendo implementado um programa de compra de terras, cujo nome de fantasia inicial foi Cédula da Terra, que agora é chamado de Crédito Fundiário, em confronto ao que já vem sendo chamado de Reforma Agrária Tradicional, cuja dinâmica é dada pelas desapropriações de terra¹³. Tanto é que,

No dia 30 de novembro de 2000, a diretoria do Banco Mundial autorizou a solicitação de um empréstimo de aproximadamente US\$ 200 milhões para ampliar a proposta de “reforma agrária de mercado” no Brasil. De acordo com documentos do Banco Mundial, esse recurso deve dar continuidade ao projeto piloto Cédula da Terra, ampliando esse mecanismo de compra de terra para 15 estados brasileiros. (SAUER, 2001:1).

Confrontando dados da presença do MST no Ceará, considerando resultados de desapropriação de terras efetuadas pelo INCRA, com dados do PCT, que no Brasil recebeu também o nome de fantasia de Banco da Terra, nota-se que a

¹³ Antes de instituir-se no seio da sociedade, chegou ao Brasil, oficialmente, com a passagem de uma missão do Banco Mundial no período de 20/11 a 02/12/95, cujo “tema básico” era: “Discutir o planejamento e a implementação de um Programa de Reforma Agrária, denominado “**Reforma Agrária Amiga do Mercado**”, nos moldes de programas semelhantes desenvolvidos na África do Sul e Colômbia, com o apoio do Banco Mundial” (Destaque no original). Consultar GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/SEARA/IDACE (1995a), no qual consta agenda da missão realizada, tratando, de contatos com dirigentes do Governo do Estado, necessidade de um manual de operações, política de teor agrário, desenvolvimento institucional, comitê de acompanhamento do programa, cronograma de execução e documentos entregues à missão, de onde se pode ver, pela quantidade de informações contidas nos mesmos, que negociações menos oficiais já estavam sendo travadas antes da presença da missão, evidentemente sem participação da sociedade. Naquele momento, um documento pronunciou-se contra o programa de compra de terras, assim, no seu último parágrafo: “A compra de terras onde a desapropriação não for impedida por lei, ou seja, a abolição pura e simples deste instrumento, é um prêmio aos proprietários que não investiram em suas propriedades e uma punição aos sem terra que já pagaram com o seu trabalho a terra de que necessitam para sustentar suas famílias. Estudos realizados comprovam que os moradores de uma propriedade rural, em média, pagaram o valor da mesma com o seu trabalho, via renda da terra.(11) Figueroa, Manoel. O Problema Agrário no Nordeste do Brasil. Hucitec, 1997, Recife – PE” (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/SEARA/IDACE: 1995, 38).

compra de terras por trabalhadores sem terra comporta-se como um freio à territorialização do Movimento. Esta presença do PCT é um duro golpe, dado pelos que estão no ar refrigerado dos palácios, nos que lutam no calor da lona preta dos acampamentos e das ocupações, mostrando que um ator global está materializando, por meio de atores locais, no Ceará e no País, uma estratégia, uma intencionalidade, para manter a ordem social e a mundialização da economia, tentando retirar de cena o ator que vai à direção oposta, o MST¹⁴.

O freio, intencional, a territorialização do MST, que Alencar (2005) chama de destensão da territorialização das lutas camponesas no Ceará, ficou explícito nas palavras do então ministro da Reforma Agrária, em revista semanal de grande circulação nacional, ao final do ano de 2000, mostrando uma face dos opositores ao Movimento ao mesmo tempo em que ilustra um pouco a natureza de sua estratégia, assim:

P – O Sr. Pretende quebrar o MST?

M – Pessoalmente acho importante a existência de mediadores que organizam os movimentos sociais. O MST é que abandonou essa função em nome de outra atividade. Foi o MST que se perdeu, em parte por causa de sua própria estrutura e em parte por não ter sabido adaptar-se às mudanças que vem ocorrendo tanto no mundo quanto na questão agrária no Brasil. Se agente contribuiu com isso, foi apenas tomando medidas para diminuir o número de conflitos e dar mais eficiência à reforma agrária.

P – Como isso aconteceu?

M – Passamos a interromper, por exemplo, processos de desapropriação em áreas invadidas, que só são reiniciados dois anos depois da desocupação. Fizemos uma aposta contra os conflitos...De repente, o MST ficou sem moeda. Por mais socialista que seja, o movimento tem de atender a seu mercado, tem de responder à demanda dos sem terra, e eles não podem esperar dois anos. Ficaram desmotivados para as invasões, que diminuíram muito depois disso, assim como as mortes no campo. E o MST não foi capaz de criar novas alternativas.

(VEJA, 2000)

Sem discutir outras razões da então maior autoridade no Brasil com responsabilidade de fazer a Reforma Agrária deliberadamente ir de encontro a toda legislação do País, que diz que o instrumento prioritário são as desapropriações, o

¹⁴ Já em 2000, quando eram traçadas curvas com os números dos dois programas, no Ceará, os traçados já mostravam o decréscimo dos resultados de desapropriação e a tendência de aumento do já presente crescimento do PCT. Sobre dados, ver IDACE (2000) e INCRA (1999).

depoimento manifesta, junto com o que foi apresentado há pouco, a Educação da subalternidade. Evidencia que o Ministro aprendeu, referenciando-se em Carvalho (2000), a prática de lealdades políticas e consentimentos ao modelo econômico e social dominante, sendo PCT o exemplo de melhores traços quando se fala em anti-Reforma Agrária¹⁵. Isto faz lembrar Demo (1995), alertando para o fato de que, para a estrutura dominante de poder, a conquista de espaço por parte do desigual é temerária, e que, poder inteligente é aquele que se travesti de conquista popular, porque desmobiliza.

Quando apresenta sua *Pedagogia do Oprimido*, Paulo Freire diz que a ação do opressor é para manter sua hegemonia sob diversas formas, sendo a divisão no seio das massas uma dimensão fundamental tão velha quanto a opressão, utilizando diversos artifícios, interessando ao poder enfraquecer os oprimidos, ilhando-os, desde os métodos de burocratização estatal, até formas diretas de ação, compensando alguns de seus problemas, dando a impressão de que as ajudam, ou através do uso da violência, isto porque

Não se podem dar ao luxo de consentir na unificação das massas populares, que significaria, indiscutivelmente, uma séria ameaça à sua hegemonia. Daí que toda ação que possa, mesmo incipientemente, proporcionar às classes oprimidas o despertar para que se una, é imediatamente freada pelos opressores através de métodos, inclusive, fisicamente violentos. (FREIRE, 2.000: 138).

Sem esquecer de que as ações do MST são recebidas via de regra violentamente pela polícia, se destaca ainda do Educador que outra forma de ação para frear a conquista da hegemonia das massas é a visão focalista, que quase nunca é percebida por profissionais e pesquisadores. Tal visão pulveriza a realidade

¹⁵ Como uma espécie de prêmio, pelas lições aprendidas de subalternidade, algumas das pessoas que mais em frente conduziram este PCT no Brasil tiveram um trabalho, apologético, apresentado na reunião geral do Banco Interamericano do Desenvolvimento - BID que se realizou em Fortaleza, que são Edson Teófilo, Aécio Gomes de Matos, Antônio Márcio Buainaim, Bastiaan Philipe Reydon, Danilo Prado Garcia, José Eli da Veiga, José Maria da Silveira, Ludwig Augusto Plata & Romualdo Hernandez Astudillo (2002), patrocinado pelo Governo da Alemanha. O trabalho faz propaganda de um *sucesso* desta ação antipovo do Banco Mundial no Brasil, utilizando pequeníssima parte de dados coletados no Estado de Pernambuco. A pesquisa foi coordenada pela Universidade de Campinas - UNICAMP, da qual eu e outros pesquisadores, com os quais aqui me solidarizo, fizemos parte de sua elaboração, cuja avaliação-diagnóstica, o relatório, sobre o Estado do Ceará – na sua totalidade – foi censurado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento - NEAD, inclusive argumentando que estávamos ideologizando o relatório, e ainda continua talvez porque seja o único trabalho *de governo* que desmistifica o PCT, que agora tem o apelido de Crédito Fundiário.

em comunidades locais, tratando-as como totalidades singulares, descontextualizadas, sem que sejam vistas como partes de totalidades maiores (município, estado, país, mundo), intensificando o que chama de modo focalista das massas oprimidas, "...sobretudo rurais, dificultando sua percepção crítica da realidade e as mantêm ilhadas da problemática dos homens oprimidos de outras áreas em relação dialética com a sua". (FREIRE, 2.000: 139).

Apoiando-se em Marx, Paulo Freire mostra ainda que este processo de divisão entre os oprimidos, dificulta a emergência das consciências e a sua inserção na realidade dos oprimidos, como classe, facilitando, assim, a harmonia entre os opressores, visto que entre classes sociais antagônicas é impossível uma verdadeira harmonia, em contraposição ao estabelecimento da harmonia entre os oprimidos, em busca de sua libertação¹⁶.

Quando estudou o papel que as escolas exercem na reprodução de uma sociedade estratificada, Michael Apple (1982) identificou o fato de que, como aspectos do capital, as formas culturais e econômicas-políticas trabalham integradas, ou que a distribuição cultural e o poder econômico estão intimamente entrelaçados no corpo do próprio conhecimento escolar. Dado que os atores da Educação da subalternidade também *nascem* nas escolas, é importante destacar considerações deste estudioso norte-americano:

[...] não somente a educação estabelece o lugar dos indivíduos num conjunto relativamente fixo de posições na sociedade – uma distribuição de posições determinadas por forças econômicas e políticas –, mas o próprio processo de educação, o currículo formal e o oculto, sociabiliza as pessoas a aceitarem como legítimos os limitados papéis que elas fundamentalmente ocupam na sociedade (APPLE, 1982: 52).

E ainda que:

¹⁶ Assim Paulo Freire fez nota: “A propósito das classes sociais e da luta entre elas, de que tanto se acusa Marx como uma espécie de “inventor desta luta, ver a carta que escreve a J. Weydemeyer, a 1 de março de 1852, em que declara não lhe caber “o mérito de haver descoberto a existência das classes na sociedade moderna nem a luta entre elas. Mesmo antes que eu (comenta Marx) alguns historiadores burgueses haviam já haviam exposto o desenvolvimento histórico dessa luta de classe e alguns economistas burgueses, a sua anatomia econômica. . O que acrescentei (diz ele) foi demonstrar: 1) que a existência das classes vai unida à determinadas fases históricas de desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz à ditadura do proletariado; 3) que esta mesma ditadura não é, por si, mais que o trânsito até a abolição de todas as classes, para uma sociedade sem classes. “Marx e Engels, Obras Escogidas. Moscou. Editorial Progresso, 1966, vol. II, p. 456”” (FREIRE, 2.000: 141).

[...] para compreender completamente o que fazem as escolas, quem tem êxito e quem fracassa, não se deve ver a cultura como neutra, como necessariamente contribuindo para o progresso social. Pelo contrário, deve-se ver a cultura, tacitamente ministrada pelas escolas, como contribuindo para a desigualdade fora dessas instituições (APPLE, 1982: 52).

Com isso, é importante lembrar, Giroux (1983) acentuando que a escola introduz em seus interesses uma cultura “oficial” que legitima o gosto, o conhecimento, o discurso e as experiências das camadas dominantes, destacando que “... aquilo que é considerado conhecimento, em qualquer sociedade, escola ou espaço social, pressupõe e constitui específicas relações de poder” (GIROUX, 1983: 330.). Neste momento, cabe reforçar aqui o entendimento que se tem de cultura, uma vez que esta se desenvolve não só na escola, mas em todos os lugares, ou seja, onde estão presentes pessoas, conforme Laplantine (1996):

[...] a cultura é o conjunto dos comportamentos, saberes e saber-fazer característicos de um grupo humano ou de uma sociedade, sendo essas qualidades *adquiridas* através de um processo de aprendizagem, e *transmitidas* ao conjunto de seus membros (LAPLANTINE, 1996: 120).

Peter McLaren estudou o que chama liturgia do cotidiano, vendo o que para ele é prático e o que é mundano que nos ocorre em diferentes espaços das escolas, os rituais, vistos como atividades sociais naturais não confinadas a contextos religiosos. Os rituais na escola tradicional, para ele e com o qual concordo, tendem a servir para unificar o domínio público servindo freqüentemente para mascarar relações sociais ligadas a um bem sob a lógica do capitalismo e produzindo formas de exploração erroneamente concebidas como liberdade individual.

Esse pesquisador canadense ressalta que a “aldeia global” está repleta de sistemas e rituais novos que, intrincados, nós raramente temos consciência de seus efeitos estruturantes. Destacando que a materialidade de um ritual está sempre ligada às relações de poder e à lógica do capital, assim os define:

Os rituais são forças geradoras através das quais nós, enquanto atores sociais, julgamos nossos conflitos instintivos com a cultura que nos cerca com símbolos públicos e privados fornecendo a mise-en-scène. Ao mesmo tempo eles são os mecanismos articuladores do controle social que literalmente nos coloca no lugar. (McLAREN, 1992: 75).

Muitos, e diversos exemplos poderiam ser dados da Educação da subalternidade, mas considero um bom lembrete o fato de que no IDACE, instituição governamental situada culturalmente num País cristão, mas que no Ceará é quem cuida do PCT, a fotografia oficial do Governador do Estado, durante mais de oito anos, esteve em posição mais superior do que uma escultura de um Jesus crucificado. Ao mesmo tempo, ainda hoje, como num ritual, ao primeiro informe que é dado de que Sem Terras, no contexto de alguma mobilização, se dirigem a este órgão de terras que tem entre uma de suas responsabilidades contribuir com a realização da Reforma Agrária, suas portas são trancadas e a polícia se posta defronte ao seu local de funcionamento. São fortes evidências de uma cultura oficial introduzida pela Educação realizada na escola e no cotidiano de muitos lugares, que tem esta marca de frear o MST, que foi e está sendo de subalternidade.

Um sistema educativo e suas práticas desenvolvem-se com base numa teoria política, evidenciando aqui a noção de que o interesse, a intencionalidade, a vontade política hegemônica, é manter a reprodução capitalista cuidando do momento presente da mundialização. Elementos de uma outra Educação, que vai noutra direção, a popular, vêm sendo aqui apresentados desde a primeira página deste trabalho, com a presença de muitos que fazem crítica à Educação da subalternidade, e será nesta ocasião dada continuidade com maior ênfase, marcando a perspectiva da superação da realidade presente, com a conquista de uma outra formação social, a socialista.

Sendo essa a perspectiva, mas o que é mesmo ser popular?

O esclarecimento é tomado de empréstimo a José Francisco de Melo Neto (2005) que respondeu à pergunta – “o que é popular?”, cuidando de correlacioná-la com Educação, ao lado da constituição de identidades, como a do MST, apresentado num contexto internacional de luta pela vida¹⁷. Como será visto ao longo deste ensaio, o *popular* relaciona-se a dimensões constitutivas, fundantes, diferenciando-se em cada uma delas, que são

¹⁷ “[...] também no Brasil, em especial decorrente da questão fundiária surge, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) que defende a reforma agrária, com forte dimensão popular”. (MELO NETO, 2005: 7).

[...] a *origem* e o *direcionamento* das questões que se apresentam; o componente *político* essencial e norteador das ações; as *metodologias* apontando como estão sendo encaminhadas essas ações; os aspectos *éticos* e *utópicos* que, para os dias de hoje, se tornam uma exigência social. (MELO NETO: 2005: 14).

Atentado para as dimensões fundantes, considerando a origem e o direcionamento das questões que se apresentam, compondo a pauta que está posta, bem como quem está sendo ou será beneficiado pelos seus resultados, é popular quando vem do povo, do seu trabalho e de seus interesses entendidos como classes ou frações que vivem e viverão do trabalho, ou quando interessa a setores comprometidos com suas lutas. Uma segunda dimensão, a política, apresenta algo como sendo popular quando a definição da pauta, e dos seus beneficiários, se dá com clareza do papel político de seu sentido, buscando alternativas ou estratégias que conduzam a um plano político de toda a sociedade, originando ações próprias, criativas, conseguidas no cotidiano, até mesmo tornando-se capazes de fazer um novo tecido social. Desse modo:

Ser popular, portanto, significa estar relacionando as lutas políticas com a construção da hegemonia da classe trabalhadora (maiorias), mantendo o seu constituinte permanente, que é a *contestação*. É estar se externando através da resistência às políticas de opressão e adicionadas com políticas de afirmação social. Uma ação é *popular* quando é capaz de contribuir para a construção de direção política dos setores sociais que estão à margem do fazer político. (MELO NETO: 2005: 15).

Ainda segundo o autor, o fazer político popular pode suceder de várias formas, ressaltando que uma metodologia é popular quando promove o diálogo entre os participantes de uma ação e contribui com o exercício de uma cidadania crítica, que se constitui pela ação-reflexão-ação, apontando para a afirmação da identidade dos que a fazem e buscam a conquista de uma outra sociedade. O diálogo, nesta metodologia, ocorre com pluralismo de idéias, que pressupõe a solidariedade e a tolerância, porque os que nele estão envolvidos buscam radicalmente concretizar sonhos de liberdade e de felicidade.

Esse conceito arrasta para si definições envolvendo as *utopias* tão necessárias para os dias atuais. *Ser popular* é tentar alternativas. É estar realizando o possível, mas que, ao se realizar, abre, contraditoriamente, novas possibilidades de utopias, cuja negação trará os elementos já realizados e tentativas de novas realizações. (MELO NETO: 2005: 15).

Neste momento vale lembrar que Calado (1999), discutindo Educação popular nos movimentos sociais no campo, destaca a importância de ser potencializada a relação macro-micro no cotidiano como espaço de exercício de cidadania. Observa ainda a importância de destacar alguns traços constitutivos do conceito dos movimentos sociais, uma vez que se sabe que nem todo movimento social é popular, quais sejam: esforço de constituição de sua identidade, zelando pelos seus valores, mostrando-se cioso de tem algo novo ou diferente a enunciar; defini seu campo adverso, que se antagoniza com o propósito de sua “cara nova”, levando-o a traçar uma estratégia de enfrentamento; capacidade de organização e de mobilização, que demanda um esforço de conquista de meios e caminhos que levem ao ponto que deseje. Diante disso, e uma vez que a ação dos movimentos sociais acontece no cotidiano, ressalta que o vê em unidade (dialética) dos contrários, em constante movimento, associando quantidade e qualidade, interdependência de meios com fins, sendo a prática o terreno adequado para verificação e avanço da teoria.

Desse modo, concorda-se também com a idéia de que o cotidiano é visto como uma malha de relações, que não necessariamente se desenvolvem em torno ou com um micropoder, e que serve de parâmetro para aferir a qualidade da práxis dos educadores populares, inclusive quando no papel de pesquisadores, ou seja,

Refiro-me à extraordinária multiplicidade de experiências e situações em que nos vemos envolvidos, no curso de nossa existência, estendendo-se do ambiente doméstico às macro-relações de poder, passando pelas motivações do trabalho, jeitos/modos de gerir/articular os diferentes momentos do nosso dia-a-dia, de acordo com nossas visões de mundo e da sociedade, nossa posição ética frente às situações de conflito, nossa capacidade de articular teoria e prática, gestos e palavras, enfim, (re)significando continuamente as ações e expressões do nosso corpo, descobrindo suas potencialidades, a partir da tomada de consciência dos limites/sombras de que também é tecido nosso dia-a-dia. (CALADO, 1999: 138).

A Educação popular se expressa, no sentido de transformações da realidade, pela sua metodologia, teoria do conhecimento, conteúdo, avaliação e filosofia, como uma prática política, na medida em que expressa também em ações coletivas, indo além de relações entre indivíduos ou pessoas, ligação entre educador e entre o educando. Destacando a investigação da realidade, é também relação

entre os participantes das ações com o mundo objetivando a organização do povo, sendo, assim, prática política, como prática em que educador e educando investigam a realidade (MELO NETO, 1999). Por isso, para a Educação popular, os sujeitos das ações são sempre coletivos, desenvolvendo sua consciência de classe, que não se expressa pela escolarização dos que atuam ou pela capacidade de memorizarem conceitos ou jargões *revolucionários*, mas pelos organismos organizativos que desenvolvem.

Desse modo, Educação popular é um sistema aberto, de permanente reflexão, na e sobre a prática, que serve ao avanço histórico dos movimentos sociais, como o MST, que resiste, luta e constrói alternativas à mundialização neoliberal, mantendo-se em comunicação com sua exterioridade e absorvendo novas formulações, ou corrigindo algumas ou eliminando outras porque se fazem na diversidade de sua realidade exercitando constantemente Educação popular.

Deve estar aberta a novas formas de captação da realidade, contemplando o emotivo, o sensitivo e o físico dos indivíduos envolvidos nesse processo de educação, para além da via intelectual, até então, considerada quase única e, ainda, à ampliação dos sujeitos sociais, ao considerar a complexidade organizativa da sociedade, trazida pelas reformas estruturais que estão se processando como resultado das novas tecnologias, sobretudo no mundo do trabalho. (MELO NETO, 1999: 69).

A Questão Agrária é composta de sujeitos coletivos, como o MST, e suas lutas em reação a presença de atores do capital, destacando-se a luta pela Reforma Agrária, acendendo um debate sobre um outro campo, numa outra concepção de desenvolvimento, com base em outro fundamento, a Educação do campo. Acende, por isso, o diálogo com a teoria pedagógica que se dá em torno de como é concebido o ser humano considerando sua formação coerentemente com a edificação desse projeto de sociedade integrando a Educação do campo.

O diálogo, segundo Caldart (2004), é vinculado à tradição pedagógica que tem objetivos políticos de luta por justiça, igualdade social e emancipação, que possui referência prioritária: a tradição do pensamento pedagógico socialista, que pode ajudar à pensar a relação entre educação e produção a partir da realidade dos sujeitos do campo, junto da reflexão sobre a importância da cultura no processo histórico, favorecendo combinar questões de aprendizagem e ensino considerando

estudos da Psicologia sociocultural e de outras ciências. Esta referência se emparelha com as seguintes, apresentando uma perspectiva múltipla da Educação do campo, em sua natureza humanista e crítica, como se seguem:

A segunda referência para esta interlocução é a Pedagogia do Oprimido e toda a tradição pedagógica decorrente das experiências da Educação Popular, que incluem o diálogo com as matrizes pedagógicas da opressão (a dimensão educativa da própria condição de oprimido) e da cultura (a cultura como formadora do ser humano), especialmente em Paulo Freire. (...) E a terceira referência pedagógica para a Educação do Campo vem de uma reflexão teórica mais recente, que estamos chamando de Pedagogia do Movimento, que também dialoga com as tradições anteriores, mas se produz desde as experiências educativas dos próprios movimentos sociais do Campo. Trata-se de uma matriz pedagógica cuja constituição teórica se dá no mesmo tempo histórico da Educação do Campo. Podemos dizer então que se trata de um diálogo que ao mesmo tempo será formulação de concepções e de seus desdobramentos práticos. Esta é, pois, uma reflexão pedagógica que a Educação do Campo está ajudando a construir, na perspectiva talvez de chegarmos a produzir uma tradição pedagógica que tenha como referências o campo e as lutas sociais. (CALDART, 2004: 21).

Também contribuindo para a edificação deste projeto de Educação do Campo, está Fernandes & Mônica Castagna Molina (2004), refletindo sobre as diferenças paradigmáticas entre Educação rural e Educação do campo. Contribuem a partir do conceito de território, definido como espaço político, ou como campo de ação e de poder, assim visto como fundamental para que possam ser compreendidos os enfrentamentos que fazem os movimentos sociais, e digo, ainda, como constituem territórios alternativos ao “território do capital”, que são, no campo, no Brasil, alternativos ao território do agronegócio. Por isso aqui se destacam, com os quais concordando:

O conceito de território não é utilizado neste trabalho apenas como referência ao espaço geográfico controlado por determinada instituição ou relação social. Também é utilizado para representar o poder das teorias nos processos de transformação da realidade. (FERNANDES & MOLINA, 2004: 54).

Com isso se destaca a edificação do paradigma da Educação do campo, que nasceu da luta pela terra e pela Reforma Agrária, não ficando restrita aos assentamentos rurais, com base em práticas e reflexões teóricas produzidas por diferentes movimentos sociais, que têm como princípio a noção de que os sujeitos da Educação representam os sujeitos do campo: pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, assentados e reassentados,

ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros e bóias-frias.

Tal presença mostra que ocorre o que os pesquisadores denominaram de espacialização da Educação do campo, e que, como será visto aqui, é fundamental para a territorialização do MST, seja por sua ação própria, para sua territorialização profunda, seja interagindo com outros movimentos sociais, seja porque ampliam parcerias e pauta as agendas federais, estaduais e municipais, ou seja, ainda interferindo diretamente no andamento de políticas públicas, por exemplo, mediante a incorporação da Educação do campo no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF¹⁸.

O campo da Educação do campo é campo da agricultura camponesa, radicalmente oposta à que pensa que o campo é somente território do negócio, do agronegócio, que, em virtude da concentração da estrutura fundiária e do movimento populacional para as cidades, é função e funcional, como já identificou Marx, à ativação do exército industrial de reserva, ao mesmo tempo em que apresenta um outro território, da Reforma Agrária, como alternativa de enfrentar problemas do campo e da cidade.

O paradigma da Educação do Campo é fruto e semente desse processo porque é espaço de renovação dos valores e atitudes, do conhecimento e das práticas. Instiga a recriação de sujeitos do campo, como produtores de alimentos e de culturas que se constitui em território de criação e não meramente de produção econômica. (FERNANDES & MOLINA, 2004: 84).

Ressaltam-se as palavras de Fernandes & Molina de que o paradigma da Educação do campo tem cor, cheiro e sabor, além de que conceitos na Educação do campo não podem ser mera transposição de outros fora do seu campo, tocando a ela, portanto, que erga os seus próprios, ao mesmo tempo em que são fundamentais estudos tratando da Questão Agrária, dado que ainda é o agronegócio que domina a maior parte das políticas de desenvolvimento. Por essas razões, serão salientadas as diferenças entre os territórios do agronegócio e da agricultura camponesa, no Quadro 1, seguinte.

¹⁸ O CONDRAF está na ambiência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em cuja organização política-administrativa situa-se o órgão central da Reforma Agrária, o INCRA, bem como, entre outras, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, criada no Governo Lula, onde se aqeece o enfoque, ou concepção, de desenvolvimento territorial, francamente aproximado ao paradigma da Educação do Campo. Na Marcha pelo Brasil – 2005, o Movimento dialogou com o Presidente da República, secundado pelo Ministro do MDA.

Quadro 1
Campo do Agronegócio e Campo da Agricultura Camponesa
Diferenças

Campo do Agronegócio	Campo da Agricultura Camponesa
Monocultura – <i>Commodities</i>	Policultura – uso múltiplo dos recursos naturais
Paisagem homogênea e simplificada	Paisagem heterogênea e complexa
Produção para exportação (preferencialmente)	Produção para o mercado interno e para exportação
Cultivo e criação onde predominam as espécies exóticas	Cultivo e criação onde predominam as espécies nativas e da cultura local
Erosão genética	Conservação e enriquecimento da diversidade biológica
Tecnologia de exceção com elevado nível de insumos externos	Tecnologia apropriada apoiada no saber local, com base no uso da produtividade biológica primária da natureza
Competitividade e eliminação de empregos	Trabalho familiar e geração de emprego
Concentração de riquezas, aumento da miséria e da injustiça social	Democratização das riquezas – desenvolvimento local
Êxodo rural e periferias urbanas inchadas	Permanência, resistência na terra e migração urbano-rural
Campo com pouca gente	Campo com muita gente, com casa, com escola
Campo do trabalho assalariado (em decréscimo)	Campo do trabalho familiar e da reciprocidade
Paradigma da Educação rural	Paradigma da Educação do campo
Perda da diversidade cultural	Riqueza cultural diversificada – festas, danças, poesia, música
AGRO – <u>NEGÓCIO</u>	AGRI- <u>CULTURA</u>

Fonte: Fernandes & Molina (2004)

Com o quadro acima melhor se evidencia que a Questão Agrária conduz a conflitualidade entre a Educação da subalternidade e a Educação popular. De um lado está a Educação rural, atualizada como do agronegócio, cujas organizações que mais receberam influência sua são a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

– FETRAF, e, de outro, a Educação do campo, que tem repercussão nos movimentos camponeses vinculados à Via Campesina - Brasil, que são o MST, o MPA, o MAB, o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC e a CPT. (FERNANDES, 2005).

Junto com essa conflitualidade se desenvolvem formas novas de poder, de produção e de participação social, destacadas pela presença do MST, fazendo lembrar de Paulo Freire, salientado por Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus (2004), que diz que a utopia só é verdadeira na tensão entre a denuncia do presente intolerável e o anúncio do futuro a ser criado por nós, e, afirmo, no contexto da Questão Agrária, pela realização da Educação do Campo.

É neste contexto que se insere a potencialidade da Educação do Campo, ela nasce no seio da luta pela terra, mas não se submete em algo pragmático, mas sim paradigmático, porque a Educação do Campo, pautada na condição humana e pelo seu compromisso com a justiça social, restabelece o direito e a condição dos sujeitos de reorganizarem o conhecimento sobre outras bases técnicas e científicas. Essa educação banha-se no próprio campo que foi perversamente desqualificado, para pensar de forma crítica e propositiva a vida. Por isso, a Educação do Campo é uma prática fundamental de reinvenção social, pois ela questiona os dispositivos utilizados para manter a desigualdade e a exclusão, e ainda reinventa novas formas de intervenção. (JESUS, 2004: 127).

Com efeito, é apresentado o Quadro 2, seguinte, montado com base em Jesus (2004), que considera a ampliação das condições de um projeto de educação emancipatória, mostrando as diferenças paradigmáticas entre a Educação rural e a Educação do campo, ou entre o paradigma de fortalecimento do modelo de exploração capitalista e o modelo de exploração camponesa, ou entre o paradigma da Educação da subalternidade e a Educação popular.

Quadro 2

**Educação Rural e Educação do Campo
Diferenças Paradigmáticas**

EDUCAÇÃO RURAL	EDUCAÇÃO DO CAMPO
<p>Educação e seus sujeitos</p> <p>A educação é instrumento para adequar pessoas ao mercado. A integração subordinada e hierarquizada dos sujeitos é estratégia para manter a desigualdade e a exclusão.</p>	<p>Educação e seus sujeitos</p> <p>O significado maior da educação é a formação humana. A condição de serem os homens históricos-sociais os faz buscarem sua completude por meio da educação.</p>
<p>O contexto</p> <p>É forjado pelas relações econômicas mundializadas. A educação molda a formação dos sujeitos sempre dependendo das regras de consumo global.</p>	<p>O contexto</p> <p>As lutas e resistências acolhem as práticas educativas como práticas sociais, estruturadas pelo sentimento de pertença a terra, a uma comunidade, a uma cultura. A formação dos sujeitos está implicada ao contexto local, nacional e internacional, exercitando o pensamento que analisa os fenômenos em sua multidimensionalidade com relações, interrelações e implicações, que podem ser ao mesmo tempo solidárias e conflitivas.</p>
<p>A temporalidade</p> <p>O tempo é linear, vendo a história com uma única direção e sentido. A idéia de progresso acelera o tempo, oculta o passado e o substitui pelo presente que se torna efêmero. A agricultura camponesa fica incompatível com o progresso.</p>	<p>A temporalidade</p> <p>As temporalidades são recuperadas. Conhecimentos são produzidos respeitando o ritmo, a cultura e o ambiente físico de cada grupo social, junto da valorização das temporalidades dos sujeitos. Os conhecimentos e estratégias de desenvolvimento buscam preservar as reservas naturais e formas de organização solidárias.</p>
<p>Educação: a ciência e os saberes</p> <p>A ciência é vista como a única com capacidade de produzir verdade e prever o futuro, com a educação sendo meio de desenvolvimento da razão. O conhecimento é fragmentado, para satisfazer exigências hegemônicas econômicas e de poder, instrumentalizando julgamentos do que é mais ou menos importante.</p>	<p>Educação: a ciência e os saberes</p> <p>Complementam-se a razão, a emoção, a intuição e o sensorial, quando os sujeitos produzem saberes e conhecimentos. Porque todo conhecimento é imperfeito, incompleto, a educação, aumentado a capacidade de crítica, é meio de desenvolvimento da consciência.</p>
<p>Relação sujeito-objeto</p> <p>O sujeito conhece e o objeto é o que será conhecido. O objeto, sem vida, não se relaciona com o sujeito e nem com outros objetos. Prática e teoria estão apartadas.</p>	<p>Relação sujeito-objeto</p> <p>Cada sujeito, consciente de suas limitações e possibilidades, é, ao mesmo tempo, um objeto, porque faz e pensa sobre seu fazer e, após agir, avalia o resultado de suas ações.</p>

Conquistada a terra, uma cerca a ser traspassada se apresenta: a que envolve os assentamentos, lugares de constituição de territórios. Que entremos neles, vendo-os como lugares de construção da multiterritorialidade do MST e como sinais das construções de territórios alternativos ao território do capital. Todos, assim, alguns mais, outros menos, unidades pedagógicas de Educação do campo no campo da Educação do popular.

2.3 Território - lugar de ação e poder na transformação do cotidiano dos Sem Terra

Nos marcos do materialismo histórico e dialético, a prática social é o ponto de partida para a busca do conhecimento, ao mesmo tempo em que é constituinte da história, transformando o mundo, dando fim ao que é velho, e fazendo surgir o novo, ocorrendo, sempre, em um território. Nele, não existe terra, pela qual se lute, fora do espaço, e nem se constituiu, em suas mais íntimas propriedades, fora de um determinado período.

Uma gleba de terra, fundamental para que exista qualquer assentamento, tem uma dimensão, limites, ocupa uma posição geográfica e está mais perto ou mais longe de outras glebas. Isto quer dizer que a terra existe no espaço. Um determinado fenômeno num assentamento tem uma duração, uma seqüência de fases ou momentos, uma ordem de sucessão que se estabelece. Isto mostra que o fenômeno existe no tempo.

O território, imbricação de tempos e de lugares modificados pela presença do homem, tem servido também para ajudar a explicar dinâmicas sociais, vistas como num jogo formado pela interpenetração de instâncias ambientais, econômicas e socioculturais. Dá-se o jogo com a integração de fatores exógenos e endógenos, os quais são movidos por estratégias que, ao serem executadas, caracterizam atores presentes no processo de conformação (GILLARDOT, 1997).

Sendo território uma produção social a partir do espaço, fundamental para o seu conhecimento, é saber sua origem, as relações que mantém com outros territórios e também as normas que o regem. Assim, para seu conhecimento,

fundamental é, como digo, nos des-demarcamos, sairmos de nossas fronteiras e aprendermos o estabelecimento de novas relações, sendo importante, para isso, destacar como se formam territórios.

O território se forma a partir do espaço. É o resultado de uma ação conduzida por um ator (que realiza um programa). Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (pela representação por exemplo) o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993: 143).

Os territórios existem na medida em que os erguemos pela combinação do nosso concreto real com nosso concreto pensado, fazendo com que tais instâncias metodológicas – ao lado de uma terceira, o possível - sejam também fundamentais para entender, como diz Horácio Bozzano (2000), toda a complexidade do que é território. Com esta perspectiva, devemos conquistar a necessária paciência pedagógica e aceitar a idéia de que há construções e desconstruções, que não são nem somente na natureza nem somente na sociedade, mas, sim, em diversas articulações que se estabelecem, podendo ser lidos e identificados diversos territórios em um mesmo espaço, uma territorialidade múltipla. Por exemplo, numa grande cidade como Fortaleza, numa esquina de uma rua, ao longo de uma sexta-feira, em época de eleições: pela manhã, das mulheres com crianças de colo, pedindo esmolas; ao meio-dia, dos vendedores ambulantes, uns oferecendo quinquilharias e outros vendendo frutas; no começo da noite, já dividindo a esquina, dos ativistas de dois ou mais candidatos, com seus panfletos, bandeiras e até carros de som; em seguida, dos malabaristas, com alguns mais afoitos *cuspiendo fogo*; e, já noite alta, a esquina é dividida por pessoas se prostituindo, homens, mulheres, homossexuais, muitos até, adolescentes e crianças.

Um território é um espaço humanizado¹⁹. Tem limites, visíveis e invisíveis, constituídos pelas relações que nele se estabelecem, possuindo um ou vários centros nervosos, onde a vida pulsa, onde decisões são tomadas. No território existem áreas com produção econômica, outras com produção sociocultural, outras servem para lazer, outras aparentemente sem utilização, mas que assim interagem com as demais, algumas outras são utilizadas para serviços e existem redes que servem para circulação de produtos, de pessoas, de informações, contendo

¹⁹ Humanizado no sentido de que é constituído por pessoas, portanto histórico e contraditório, como aqui se vem trabalhando.

caminhos e estradas, reais e virtuais, visíveis e invisíveis.

O que é mais importante de um território: é onde uma população estabelece sua identidade, onde define e gesta seu destino. A identidade é estabelecida e é fortalecida nas suas histórias, na vida social, nos vínculos, nas relações, na interdependência entre as pessoas (GILLARDOT, 1997).

Assim pode ser afirmado que em todo lugar, por exemplo, numa aldeia indígena, numa comunidade quilombola, numa comunidade de pescadores artesanais, num acampamento, numa ocupação, num assentamento, numa esquina de rua, num bairro ou numa favela de uma cidade, num distrito municipal, em qualquer lugar de um País, em todo o planeta, estando presentes pessoas, constituem-se territórios.

Neste entendimento, território tem dois ingredientes, espaço e poder, que interferem na sua constituição e desconstituição, devendo ser visto aqui mais do que o solo, por si só desprovido de classes ou grupos, mas, que, quando por eles apropriado e passa a constituir uma estrutura fundiária, como acentua Antônio Custódio Gonçalves (1997), conformam relações de poder: "Território e poder aparecem intimamente ligados. Os títulos de posse ou de simples ocupação instauram uma hierarquia entre os possuidores da terra". (GONÇALVES, 1997: 163). Outro ingrediente, como se definem os grupos apresenta-se uma vez que as pessoas estabelecem ao longo de suas histórias, ligações nos territórios, assim:

Todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais (HAESBAERT, 2002: 93).

Marcelo José Souza (1995) enfoca territórios sob dois ângulos: um que trata da compreensão da gênese ou do interesse em tomá-lo ou mantê-lo, considerando características geológicas e dos recursos naturais de certa área, quem produz em um dado espaço, e quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço; o outro ângulo trata do espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, ou quem domina ou influencia, que também é tratar de saber como domina ou influencia a dinâmica do território.

Ainda segundo o autor, conjugando as idéias de poder, território e autonomia, pode-se sair do adorno *nacional* à palavra território que leva a pensar muito nos Estados Nacionais como determinantes das realidades dos territórios, nos levando a buscar o alcance socialmente crítico da análise conceitual sobre o território. Sendo feito o que denomina repensamento da questão do desenvolvimento, flexibilizando a visão do que seja o território, pode ser entendido como sendo:

[...] um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders). (SOUZA, 1995: 86).

Neste entendimento, território é todo espaço definido e delimitado por certas relações de poder, aqui ilustrando segundo esse autor, desde um quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN²⁰. Nesta discussão, o princípio que guia é o da autonomia. Destacando que todo poder necessita de uma base territorial, um referencial espacial, por mais rarefeita que seja, lembra que os atores envolvidos quotidianamente estão em lutas por territórios nas mais diferentes escalas, das mais modestas às menos acanhadas. No dia-a-dia se vêem confrontados com necessidades de sua defesa, como expressão da manutenção de um modo de vida, recursos vitais para sobrevivência do grupo, de sua identidade e liberdade de ação, encerrando o território a materialidade do sustento econômico e da identificação cultural; descontadas as trocas com o exterior.

Neste entendimento, redes de relações surgem sem que haja uma superposição absoluta entre espaço concreto, com seus atributos materiais, e o território como campo de forças²¹. Por isso, o território são relações sociais que podem formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido, podendo ter duração de anos, meses, semanas ou dias, apesar de que o substrato espacial permaneça o mesmo.

²⁰ Coalizão de países europeus. Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN.

²¹ Redes aqui não se apresentam como antagônicas aos territórios, ou resultado do seu fim, mas, pelo contrário, seguindo Haesbaert (2004), como componentes indispensáveis de pontos e linhas, dos mais visíveis aos mais invisíveis conjugam com numa superfície territorial, que se movem, em múltiplas escalas de tempo e de lugar.

Exemplificando com a apropriação de espaços públicos encontrados nas grandes cidades, como os territórios da prostituição feminina, ou masculina, e como fazem os nordestinos nos fins de semana na Praça Saens Peña e o tráfico de drogas, os dois, na cidade do Rio de Janeiro, divide os territórios como de alta e de baixa definição, dando-se a segunda quando um grupo logra eliminar um dos rivais, e, território descontínuo e território contínuo, estes ocorrendo quando se conformam territórios em rede, exemplificando com as organizações criminosas, nos quais cada território é uma rede de dois ou mais territórios descontínuos²².

Pode ser visto que lugares e relações de poder estão imbricados nos territórios, sendo constituídas identidades que são vistas nos gostos, nos discursos e nas experiências das pessoas, que podem nos mostrar também disputas por conquistar territórios, ou por mantê-los, vistas como processos educativos. Por isso é importante seguir Henry Giroux (1983) que destaca que um aspecto dialético precisa ser considerado quando se busca o conhecimento da realidade de processos educativos, para que ocorra a necessária coerência entre o que se faz, o que se diz e o que se escreve, dado que são sujeitos reais, o ensinante – o educador - e o que aprende – o educando - assim, num duplo objetivo:

De um lado, é examinado de tal modo que revele sua função social, a maneira como legitimou a sociedade existente. Ao mesmo tempo o conhecimento poderia ser analisado para desvelar, em suas combinações, palavras e estruturas, aquelas verdades não intencionais que contivessem “imagens efêmeras” de uma sociedade diferente, de práticas mais radicais de novas formas de compreensão. (GIROUX, 1983: 26. Destaque no original).

²² Seguindo as ilustrações de Souza (1995), em Fortaleza podem ser encontrados alguns exemplos, como os de prostituição no centro da cidade e nas imediações da Avenida Beira Mar. Os “topiqueiros”, chamados em outros lugares de perueiros, proprietários de veículos Van, também podem ser ilustração, defronte ao Aeroporto Pinto Martins, vez em quando, lutando por sua regulamentação. Quanto ao tráfico de drogas, também pode ser encontrado, e, para sentir sua presença, basta qualquer interessado ter contato com a população de favelas na cidade, como, por exemplo, Ipaumirim ou Pantanal, na região do grande José Walter. Alguns já são constantes, por exemplo: em Fortaleza, todos os anos, 15 de agosto, na Praia do Futuro, o território é dos umbandistas; dentre outros, chama-me atenção o território de pescadores artesanais que fazem suas redes no passeio da avenida do bairro Mondubim. Interessante também foi a ocupação da Reitoria da UFC, inicialmente pelos servidores, durante a greve das Universidades em 2001. Na Praça José de Alencar outras ilustrações se encontram, como os territórios dos *crentes*, dos artistas de rua, dos vendedores ambulantes, dos *lanceiros*, e por aí em diante.

As redefinições que presentemente estão ocorrendo no espaço mundial mostram que o mundo caminha na direção de fronteiras mais permeáveis, com as redes de circulação dos territórios instrumentalizadas e pensadas em função do interesse dos atores que neles interferem²³. O Brasil teve seu território há mais de 500 anos *descoberto* para o capitalismo. Inserido, então, internacionalmente como colônia de exploração, tem hoje uma desigual formação econômica, social e regional²⁴. Hoje, é alvo de grandes mudanças, destacando-se: abertura comercial intensa e rápida, priorização à “integração competitiva”, reformas do Estado e o programa de estabilização econômica, com as decisões no seu território submetidas, muitas vezes, aos interesses de atores globais e seus aliados no País, tendendo a influir fortemente na sua organização territorial.

Considerando tarefas dos movimentos sociais no contexto de mundialização da economia, Graziela de Oliveira (1997) afirmava que os trabalhadores, para enfrentar o capital, que está organizado mundialmente, precisam superar barreiras locais e nacionais, bem como se organizarem em termos internacionais. Com isso destacava, naquele ano, mas mantendo-se ainda atual, o MST e, com ele, os assentamentos, como possibilidades de mudar o rumo da economia e da sociedade brasileira para uma sociedade mais justa.

O papel do MST tem sido importantíssimo, no sentido de mostrar a sociedade a necessidade de se lutar organizadamente para a realização de legítimos interesses do uso produtivo e social da terra. Sem a luta do MST, a sociedade o Estado e o Congresso Nacional não estariam discutindo e buscando solução para um problema que não é apenas da população do campo, mas também da cidade. Com o aumento da produção de culturas de alimentos, é possível a redução do preço dos produtos, do que pode decorrer uma visível melhoria dos indicadores sociais de nutrição, mortalidade, além do aumento do poder aquisitivo tanto da população urbana quanto da rural. Os efeitos do assentamento da população no campo serão enormes, tanto no campo quanto na cidade. Nesta, parte da violência poderá ser reduzida, pois ela se radica em parte, na falta de emprego e de cidadania; crianças e adolescentes, hoje abandonados, poderão freqüentar escolas rurais ou urbanas, preparando-se para um futuro produtivo consciente. (OLIVEIRA, 1997: 23).

²³ Atores aqui são apresentados tomando de empréstimo de Sérgio Buarque: “**Atores sociais** – são os grupos sociais e segmentos diferenciados na sociedade que constituem conjuntos relativamente homogêneos, segundo sua posição na vida econômica e na vida sociocultural, e que, por sua prática coletiva, constroem identidades, interesses e visões do mundo convergentes, procurando espaços de influência no jogo de poder” (BUARQUE, 2002: 92. Destaque no original).

²⁴ Sabe-se, em função do Tratado de Tordesilhas, que o Brasil foi apossado por Cabral, em nome de Portugal. Têm-se estudos de que, antes dele, Pinzón, buscando terras para a Espanha, passou pelo Siará Grande. Ver Alves (1979).

Importa lembrar que Grzybowski (1991), apresentando os caminhos e descaminhos dos movimentos sociais do campo no Brasil, já afirmava que eles existem num cenário fragmentado e desordenado, com diferentes ações ocorrendo ao mesmo tempo, com suas lutas estabelecendo seus elos de união, e ainda:

Mas se o cenário aparece como representação para o analista, ele é vida para os atores, é parte de uma peça histórica que está sendo vivida e escrita coletivamente, no ato, adquirindo sua expressão nas oposições existentes entre eles e nas circunstâncias mutáveis em que lutam. (GRZYBOWSKI, 1991: 11).

Na mesma oportunidade, considerando que existe uma diversidade e fragmentação dos movimentos sociais, apresenta o que chamou de frentes de luta dos trabalhadores rurais das quais aqui destaco os movimentos dos camponeses pela terra, especificamente, “Movimento dos Sem-Terra”²⁵. Evidenciava como o movimento social que apresentava maior grau de articulação interna, revelando maior homogeneidade nas formas de luta, tendo como marca importante o fato de que põem a nu sua situação de excluídos, e, que não se defendem, ao contrário, tomam iniciativa, fazendo ocupações e organizando acampamentos, dos quais, muitas vezes, resultam em assentamentos.

O que é, porém, um assentamento? Melhor ainda: quem é um assentado?

Assentado é o sujeito da história dos assentamentos rurais²⁶. Diversos entendimentos podem advir da palavra *assentado*. No Dicionário Aurélio é apresentado no passado, correlacionando a *alguma coisa* que já ocorreu, mas, que, se visto agindo no presente, nos indica um pouco da noção como aqui é considerado: Assentado. 1. Que se assentou; 2. Posto sobre uma base; fundamentado. Já há muitos tijolos assentados, falta assentar só alguns. 3. Firmado, resolvido, deliberado: *Quanto à isso não há dúvida: é matéria assentada*. 4.

²⁵ Segundo Grzybowski (1991), as frentes de luta dos trabalhadores rurais são quatro: lutas contra a expropriação, que fazem posseiros, sem-terra, atingidos por barragens e indígenas; lutas contra as formas de exploração e assalariamento, que fazem os operários do campo; lutas contra a subordinação do trabalho ao capital, que fazem os camponeses integrados; lutas por alternativas de produção, que fazem mulheres; e lutas previdência social rural.

²⁶ Em todo este trabalho deve-se considerar assentado como sendo homens e mulheres do assentamento. Optei por não utilizar neste texto algumas saídas gramaticais flexionando gênero. Tento escapar da armadilha “machista” utilizando *pessoas*.

Combinado, convencionado. No mesmo dicionário sua ação é tratada como o que se faz do objeto, ou como se materializa uma atitude: Assentamento. 1. *Ato ou efeito de assentar (se)*. (FERREIRA, 1986).

A partir de uma noção genérica de assentamento, como está em Bergamasco & Norder (1996), pode ser feita uma tipologia que tem como referência uma ação do Estado com interesse em assentar, sob diversos motivos: projetos de colonização; reassentamento de populações, sobretudo aquelas atingidas por barragens ou obras públicas e aquelas que fossem retiradas de outros assentamentos, como, por exemplo, indígenas, quilombolas e povos do mar; planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; programas de Reforma Agrária, com base no Estatuto da Terra, com destaque para a obtenção de terras por meio do rito processual civil da desapropriação por interesse social; e, ainda, a criação de reservas extrativistas. Nesta classificação, em concedendo os autores, poder-se-iam incluir programas de financiamento de compra de imóveis pelos governos dos estados e municipais, e, até mesmo, programas de financiamento para compra de imóveis, de antiterritorialização do MST, como o PCT.

Quando discutiram os impactos, dimensões e significados dos assentamentos rurais, Moacir Palmeira & Sérgio Leite (1998) ressaltaram a importância de tratá-los como um objeto de estudo peculiar, não considerando pela óptica das categorias empresas rurais/produtores rurais ou buscar identificá-los com a chamada pequena produção. Apresentaram os assentamentos como objetos por excelência das políticas públicas governamentais e não governamentais, observando que além de impactarem quanto aos aspectos econômicos, modificam as relações locais de poder, alterando o espaço onde cada um se insere pela introdução de novos elementos e agentes. Inauguram, com sua real presença, uma nova dinâmica de demandas (saúde, Educação, transporte, apoio à produção etc.), e a presença de mediações que atuam em rede que extrapola muitas vezes até os limites do Território nacional, por exemplo, as Igrejas, o próprio MST, o MAB, a CONTAG, fazendo com que uma questão local seja tratada como algo mais amplo, envolvendo interesses globais.

Um entendimento de quem é o assentado ressalta outros aspectos importantes, mostrando-o como ator que luta para transformar sua realidade, atuando nas causas dos seus problemas e buscando satisfazer suas necessidades territoriais e anunciando-se como um sujeito de sua história²⁷.

O termo assentado denota ação de terceiros sobre os trabalhadores, ocultando uma ação anterior destes que, antes de serem alocados, fixados, assentados, lutaram renhidamente pelo direito de cultivar a terra. Antes de serem assentados, foram bóias-fria, posseiros, pequenos proprietários que perderam suas terras, pequenos arrendatários, todos em busca de terra para cultivar. Esses trabalhadores jamais são lembrados pela burocracia estatal como ocupantes, o que implicaria em reconhecimento de sua ação visando a transformação das terras ociosas em terras de cultivo. Ao caracterizá-los como assentados, o Estado enfatiza sua própria ação sobre aqueles que insiste em considerá-los como beneficiários e não como sujeitos. (ANDRADE et al, 1998: 8).

Esta presença dos assentados nas terras que se incorporam à Reforma Agrária como sujeitos dos assentamentos, dando rumos aos seus destinos, é territorialização. Para que melhor sejamos referenciados é necessário entrar em outros territórios. Quando saímos do local do assentamento, muitas e muitas vezes visto somente como resultado de uma ação do Estado, que nos faz olhar quase sempre para os quantitativos de áreas incorporadas a certa intervenção fundiária, quando estamos saindo dessas demarcações, temos a possibilidade de passarmos a ver os lugares dos assentados, as terras onde estão como objetos por eles controlados e onde nelas pautam seus destinos, passando desse modo a ver a qualidade que está por trás dos números da Reforma Agrária, porque estamos entrando nos limites da multiterritorialidade.

Para este objetivo, uma boa contribuição é a de Boaventura de Sousa Santos, (1995), falando da constituição multicultural da igualdade e da diferença, decisiva para uma globalização a partir de baixo, contra-hegemônica, quando se examina o que chama de sistemas de desigualdades e de exclusão da modernidade capitalista. Esta “globalização”, no espaço-tempo de um novo cosmopolitismo emancipatório no qual nem toda a diferença é inferiorizadora, pressupõe o

²⁷ As necessidades territoriais são compreendidas aqui como sendo muito mais do que carências, problemas, dificuldades. Elas são, considerando uma interpenetração das dimensões econômica, sociocultural e ambiental, *pontos* que são pautados e que, quando conquistados, favorecem a constituição de certa territorialidade.

imperativo de que temos o direito a sermos iguais, sempre que a diferença nos inferioriza e temos o direito de sermos diferentes toda vez que a igualdade nos descaracteriza. (SANTOS, 1995).

Para tanto, um novo paradigma epistemológico se faz necessário, com o conhecer significando seguir a trajetória que vai da desigualdade e da exclusão em direção à solidariedade. “Nesta trajetória será possível, não só reconhecer as diferenças, como entre elas distinguir as que inferiorizam e as que não inferiorizam, na específica constelação social das desigualdades e de exclusões em que elas existem” (SANTOS, 1995: 42). A identificação, pausa transitória da constituição da identidade assenta-se sobre três processos:

O processo de diferenciação é o processo de separação entre o eu e o outro, entre o nós e o resto. É, por assim dizer, o reverso do processo de exclusão ainda que partilhe com este dispositivo da separação entre o eu e o outro. Só que ao contrário do que sucede no processo de exclusão, o outro assume-se como eu e a inversão da separação, longe de ser imposta é uma conquista. (...)

O segundo processo, a auto-referência, é o momento especular da criação da identidade, a soma das partilhas originais, que justificam uma pertença específica e especificamente identitária. Os mitos de origens, os rituais e os símbolos, a orientação a valores, a história partilhada, tudo isto são elementos constitutivos de auto-referência. (...)

Por último, (...) Ao contrário do que se passa com o sistema de exclusão, na identidade o eu necessita, para se constituir plenamente, do reconhecimento do outro. (SANTOS: 1995: 43)

O entendimento do que é território, como vem aqui sendo discutido, melhor se expressa na territorialização que ocorre com a constituição dos assentamentos. Considerando que cada um adquire um papel produtivo-econômico que é também sócio-político, uma noção de território como construção social, cultural e histórico, multidimensional, portanto, pode nos oferecer luz para entender a complexidade do que se constitui nos assentamentos. Com isso, rememorando a atuação do Movimento como uma rede, na qual cada assentamento é um dos seus pontos, apresenta-se a proposta de Haesbaert (2004), da visão não dicotômica, que não separa território de rede. Tal compreensão sabe que os atores sociais erguem as redes com um duplo papel desterritorializador-reterritorializador, exercido quando os mesmos, alguns deles como o MST, sabem desmistificar, desmontar, na sua vida

prática, o movimento neoliberal, que prega em função de seus interesses, ainda segundo o mesmo estudioso, com o qual aqui concordo: fim dos territórios e até mesmo da história.

Pelo que até aqui está sendo apresentado, evidencia-se que o território que o MST constrói é muito mais do que o resultado de um somatório de terras liberadas. É, sim, uma apropriação do espaço em que as chamadas dimensões urbana e rural se articulam de maneira orgânica, junto da interação de outras dimensões, entendidas como cortes analíticos de uma totalidade complexa, visando à compreensão e à interpretação de um dado objeto, segundo Sérgio Buarque (2002), sem que seja necessário hierarquizar *a priori* nenhuma delas²⁸.

Na constituição de territórios, constituem-se também identidades. Ser Sem Terra, por exemplo, possuir esta identidade, resulta de uma constituição que ocorre junto com a constituição do seu território. Uma está contida na outra, pois no território que o MST constitui, se constitui também a identidade com o próprio Movimento, isto porque identidade resulta de relações com aliados e antagonistas, devendo ser compreendidas em sentido amplo, abrangendo presente, passado e futuro.

Para ler e edificar escrevendo sua história, numa Educação que se mostra como Educação de constituição de cidadania, o Movimento “inventa” jeitos de desenvolvê-la em outros espaços que não o da escola, como identificou Caldart (2000), porque espaço, como é dito por Fernandes (1996, 2000), é lugar de constituir territorialidades, de aprender territorialização, de vencer desafios que se apresentam; é onde o MST atua, seja no trabalho de base, nos acampamentos, nas ocupações, nos assentamentos, nas lutas diárias, nas relações pessoais e coletivas. É onde, também, se constitui sua força e produz solidariedade nacional e internacional.

²⁸ Dimensões são entendidas como subsistemas da totalidade complexa, formadas pela segmentação da realidade em grandes cortes analíticos que integrem conjunto de segmentos com afinidades, que constituem os sub-sistemas de cada sistema-dimensão, por seu turno, subsistemas da totalidade. Buarque (2002). Ressaltando que esses cortes não são rígidos, o mesmo autor sugere uma delimitação, dentro de características conferidas a cada uma das dimensões: econômica, ambiental, sociocultural, tecnológica e político-institucional.

Entra-se agora em fronteiras onde os assentados estão fora de suas fronteiras mais tradicionais. Para que possamos com eles prosseguir, é preciso, como faz o MST, saber em que estamos pisando para, daí, apresentarmos o que transcorre nos seus limites do que aqui se chamará de Multiteritorialidade Popular.

Em muitas ocasiões, observando acampamentos, ocupações, marchas e assentamentos, vi que a complexidade da territorialização do MST acontece dentro e fora de diversos lugares, em diversas espacializações, conforme trata Fernandes (2005), bem como em momentos importantes e nos seus desdobramentos, a exemplo: sessão de cinema que ocorreu no Assentamento Santa Bárbara, no contexto do XIV Cine Ceará; sessão solene de aniversário dos 15 anos do MST no estado, que ocorreu na Assembléia Legislativa do Ceará; III Curso de Jovens do MST, que teve como local Fortaleza; curso de Pedagogia da Terra, na UFC; quando participou da campanha na última eleição municipal em Fortaleza e, logo em seguida, contribuiu com a nova administração; na realização, também em Fortaleza, do Segundo Encontro Estadual de Mulheres Sem Terra e, por último, na recente Marcha Nacional pela Reforma Agrária, esta uma evidente espacialização.

Em todas as oportunidades, pode ser notada uma integração entre o que Haesbaert (2004) chamou de lógica zonal e de lógica reticular, vista como conexões, nós, fluxos, que são mais do que pontos, mais do que linhas, conformando, respectivamente, espaços de socialização política e territórios-rede, resultantes das formas, ou lógicas, de territorialização, que nunca se manifestam plenamente distintas

[...] uma, pela lógica zonal, de controle de áreas e limites ou fronteiras, outra, pela lógica reticular, de controle de fluxos e pólos de conexão ou redes. A diferença entre zonas e redes tem origem, como já destacamos, em duas concepções e práticas distintas do espaço, uma que privilegia a homogeneidade e a exclusividade, outra que evidencia a heterogeneidade e a multiplicidade, inclusive no sentido de admitir as sobreposições espaço-temporais. (HAESBAERT, 2004: 290).

Ilse Scherer-Warren (1999) apresentou elementos da constituição de uma cidadania sem fronteiras, a partir das ações coletivas na era da “globalização”, sistematizando textos produzidos com base em pesquisas feitas por volta de até 1997. Neste momento definiu cenários, analisou atores e suas formas de atuação e organização, com destaque para as ONG, vistas como elos de movimentos sociais

sob a forma de redes, em ações que perpassam as antigas fronteiras territoriais. Parte da constatação de que cidadãos, políticos e pesquisadores têm buscado respostas a desafios e processos que emergiram com a “globalização” do mundo, em duas direções: uma está preocupada com a reorganização do capitalismo em escala mundial, por meio de representantes dos interesses do mercado, o neoliberalismo; a outra, na qual estão ONG, movimentos sociais, organizações civis e cidadãos, formando:

[...] um conjunto de sujeitos sociais que coletivamente formam a sociedade civil, que encaminham respostas de outra natureza para criar espaços alternativos de atuação, enfrentamento e busca de soluções aos problemas gerados pelo processo de globalização. (SCHERER-WARREN, 1999: 11).

Dando atenção à atuação de ONG na América Latina, faz uma cartografia, com base em campos de ação, com três referenciais: a filantropia, que vai do assistencialismo à solidariedade; o desenvolvimento, do efeito de demonstração para o desenvolvimento sustentável e justo; e cidadania, que vai das lutas de libertação às lutas pela democracia. É necessário destacar que considera as ONG; como os novos atores do globalismo, não obstante questionar se estariam enfrentando o desafio do que chama de “glocalização”, conexão entre o local e o global, por dois duplos processos: o primeiro, a universalização de valores democráticos e de respeito aos direitos e valores culturais locais; o segundo, de contestação e de proposta de mudanças profundas da sociedade e de consolidação da solidariedade entre os povos. Enquadrando no tipo associação, que se forma para servir a um movimento setorizado, apresenta o MST, separando o movimento social de sua forma jurídica (ONG):

O MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), no Brasil, criado no início da década de 80, tem-se organizado como uma ONG de apoio e referencia aos vários núcleos do movimento espalhados por todo o país. Nesse caso, combinam-se as funções típicas de uma ONG com a de articulação política do Movimento dos Sem-Terra a partir de suas bases. (SCHERER-WARREN, 1999: 55)

Elenaldo Teixeira (2001), porém, destaca a participação cidadã como um processo social em organização que combina o uso de mecanismos institucionais com mecanismos sociais, no cotidiano das lutas, não negando o sistema de

representação, articulando seus mecanismos com os da participação cujo âmbito procura se estender ao mercado, oferecendo parâmetros compatíveis com os interesses do conjunto da sociedade numa lógica de desenvolvimento sustentável²⁹. Da participação cidadã, pode resultar processos de debate público, da negociação entre diferentes atores e monitoramento de sua aplicação, surgindo também outras formas de propriedade e gestão dos recursos econômicos - economia social, terceiro setor - como a autogestão, co-gestão, cooperativização e propriedade pública não-estatal que em vários países, inclusive no Brasil, vão além do mercado e tentam se guiar por uma racionalidade não mercantil.

Quando comenta o contexto da luta pela terra e política de teor agrícola no Brasil, salienta que o seu conteúdo político é explosivo, porque envolve as bases que sustentam as elites governantes, que buscam realizar seus projetos modernizantes e de corte neoliberal, ressaltando que as *dimensões da participação cidadã* são bem caracterizadas no MST, embora as considerando incipientes no poder local, a saber: Educação, integração, expressão e controle³⁰.

José Seoane & Emílio Taddei (2001) organizaram um estudo sobre a conflitividade contemporânea, sobre protestos e sujeitos sociais da América Latina e Caribe, cujo substrato é a universalização do modo de produção capitalista, dando destaque a experiências que questionam a hegemonia neoliberal, permitindo "... voltar a sonhar com um modelo civilizatório fundado nos valores da solidariedade, da participação democrática e da justiça social." (SEOANE & TADDEI, 2001: 12).

Além de uma cronologia dos protestos e convocações internacionais e regionais, a partir de 1996, trazem um balanço do caminho percorrido pelo movimento antimundialização, apresentando o estado de debates por ele suscitado,

²⁹ Desenvolvimento sustentável é visto aqui como alternativo à reprodução capitalista, embora realizado ainda na sua existência, cujos defensores, com os quais me alinho, aceitam a importância histórica dos movimentos sociais, como o MST, assim: "Princípios de desenvolvimento alternativo, que também fundamentam o desenvolvimento sustentável como fonte inspiradora, foram tomados para fundamentar teoricamente a prática relatada com as comunidades quilombolas e indígenas, a partir da análise empírica. Eis alguns pontos: regem-se nos valores de igualdade e cidadania, com vistas a contemplar os excluídos na produção e no usufruto das benesses do desenvolvimento; consideram como protagonistas do desenvolvimento os sujeitos coletivos e as comunidades excluídas socialmente; têm um "local" como espaço da ação social; privilegiam a economia de troca; promovem o surgimento de empresas populares autogestionárias, dando poderes às comunidades; respeitam o multiculturalismo, a transdisciplinaridade, a diversidade racial e a multidiversidade étnica, bem como as questões de gênero e de geração". (SOUZA & FURTADO, 2004: 50).

³⁰ Os segmentos sociais da luta pela terra são segundo ainda Teixeira, os trabalhadores sem-terra, os atingidos pelas barragens, os indígenas, e, os seringueiros.

em duas partes: uma trata das etapas e características mais importantes da mundialização do capitalismo, salientando a validade analítica da categoria imperialismo, mostrando a estrutura do poder mundial e qual o papel que desempenham os organismos financeiros internacionais, bem como as características da relação capital-trabalho no mundo presente e o papel dos Estados nacionais; a outra apresenta as evoluções e manifestações mais recentes do movimento contra a mundialização neoliberal, salientando a experiência do zapatismo, o protesto de Seattle, os acontecimentos em Praga, as manifestações do ano de 2000, a marcha mundial de mulheres e o primeiro FSM, no ano de 2001.

Emir Sader (2001) comenta uma cartografia de resistências e alternativas à mundialização neoliberal, com base no FSM de 2001, que revela novas forças antineoliberais no mundo: a) sindicalismo norte-americano, sul-africano, sul-coreano, ao lado do brasileiro e do argentino; b) movimentos indígenas latino-americanos, movimentos de mulheres, de negros, de professores, a ATTAC - Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos - a partir de sua liderança francesa, ONG ecológicas e de direitos humanos; c) partidos de esquerda latino-americanos, Partido dos Trabalhadores - PT do Brasil, Frente Ampla do Uruguai e Partido da Revolução Democrática - PRD do México; e d) movimentos sociais representados na Via Campesina – em que se sobressai o MST no Brasil.

Já Teixeira (2001), mesmo não trazendo para suas reflexões a noção de território como aqui discuto, faz uma cartografia que evidencia a presença de atores globais e locais, em 20 (vinte) grandes espaços que chama de participação cidadã³¹. O seu mapeamento divide-se por entidades, temas, temáticas, organizações, eventos, ação, leis, tipos e canais, totalizando 472 (quatrocentos e setenta e duas) ilustrações, entre as quais o MST está presente, já em 1977, na Via Campesina, que

³¹ 1. Organizações e programas sociais do sistema das Nações Unidas, 2. Redes e organizações da sociedade civil global, 3. Principais conferências internacionais – Sistema Organização das Nações Unidas - ONU, 4. Sociedade civil global – Congressos e conferências, 5. Organizações internacionais de articulação e desenvolvimento local, 6. Encontros internacionais sobre poder local/participação, 7. Mecanismos de participação cidadã em alguns países, 8. Ações coletivas no Brasil, 9. Organizações da sociedade civil no Brasil (meio urbano), 10. Organizações da sociedade civil no Brasil (meio rural), 11. Articulação e redes de organizações da sociedade civil no Brasil, 12. Participação da sociedade civil na elaboração de leis, 13a. Mecanismos de participação cidadã no Brasil administrativos (controle/gestão), 13b. Mecanismos de participação cidadã no Brasil parlamentares, 13c. Mecanismos de participação cidadã no Brasil judiciais, 13d. Mecanismos de participação cidadã no Brasil políticos/eleitorais, 13e. Canais institucionalizados (esfera pública), 13f. Mecanismos de apoio à participação cidadã no Brasil, 13g. Instrumentos políticos sociais de participação cidadã.

então congregava 69 (sessenta e nove) organizações de produtores de 37 (trinta e sete) países.

Mais recentemente, Gohn (2005) discute significados do movimento “antiglobalização”, ressaltando que as “...lutas sociais voltaram à cena internacional como fonte de pressão por mudanças que levem às transformações do modelo civilizatório em curso” (GOHN, 2005: 47).

Junto disso apresenta também uma cartografia com base em “eixos temáticos de lutas e demandas”, resumidamente como sendo: lutas e conquistas por condições de habitabilidade; mobilização e organização em torno de participação nas cidades (por meio de Orçamentos Participativos e de Conselhos Gestores); recuperação de estruturas ambientais, equipamentos e serviços coletivos; contra o desemprego; solidariedade e apoio a programas ligados à HIV, drogas e deficiências; étnicas (índios e negros); questões de gênero; rurais pela terra, reforma agrária e acesso ao crédito para assentamentos; e contra políticas neoliberais e efeitos da globalização. Nessa sua apresentação considera o MST entre os “rurais pela terra”, entre “sem-terras”, porém evidenciando que a presença do Movimento, no contexto de antimundialização, está ligada a lutas e demandas nas cidades, por meio de

[...] mobilizações e movimentos dos sem-terra, na área rural e suas redes de articulações com as cidades via participação de desempregados e moradores de rua, nos acampamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). (Gohn, 2005: 32).

O MST, estando em cena, se territorializa. Aprendeu e ensina a conquista de terras e outros espaços, constituindo um território que se apresenta como uma complexidade, na forma do entendimento de Edgar Morin (2000a), quando apresentou os princípios do conhecimento pertinente e os sete saberes necessários à Educação do futuro. Neste sentido, cada assentamento é um ponto singular de uma *teia* constituída por outros assentamentos, e até mesmo acampamentos, guardando multidimensões, como uma expressão mais imediata da territorialização do MST. Isto impõe, para pesquisadores que têm ainda muito de uma formação técnica, cartesiana, dicotômica, um forte desafio, que é olhar o mundo

multirreferencialmente: compreender a noção de totalidade, do conjunto dos assentamentos, como sendo relações de cada um deles, interna e externamente, com o todo, e vice-versa, que é compreender sua realidade como complexa, entendendo a interdependência de todos os fenômenos nela implicados, tomando vários campos disciplinares para erguer conhecimento, como faz um poliglota, porque

[...] a análise multirreferencial das situações, das práticas, dos fenômenos e dos fatos educativos se propõe, explicitamente, uma leitura plural, sob diferentes ângulos e em função de sistemas de referência distintos, não redutíveis uns aos outros, o que supõe como exigência a capacidade do pesquisador ser poliglota e ter uma leitura aberta. (MARTINS, 1998: 28).

Assim, por tudo que até aqui foi apresentado e considerando Fernandes (2005), território resulta de relações sociais, pela transformação do espaço e vice versa, bem como dele elas resultam. E ainda, considerando a territorialização do capital, é espaço de liberdade e dominação, e, de expropriação e de violência. Neste espaço de relações sociais desiguais, contraditórias, conflitivas e até em muitas situações solidárias, são criados múltiplos territórios, cujas fronteiras e limites estão em escalas materiais e imateriais, porque

As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. (FERNANDES, 2005: 4).

Território, em suma, é uma totalidade multidimensional identitariamente política, porque é espaço de vida e de poder que se apresentam em múltiplas escalas, materiais e imateriais, e que, no contexto da formação social capitalista, é também efeito e causa de ações de dominação e resistência a mundialização. Território, portanto, quando olhamos a presença dos Assentamentos e do MST, é lugar de ação e poder na transformação do cotidiano dos Sem Terra.

Como as estrelas, o Sol, a Lua e as estações do ano, o MST está presente no mundo. Está socializando terras, conquistando assentamentos, enfim, pautando sua vida aprendendo, lutando, resistindo e construindo territórios que nos fazem sonhar com um outro mundo possível. Com isso, apresentam-se lugares em que se desenvolve a territorialização do MST. Integrados, movem-se, edificando territórios sociais, desde as escalas mais amplas, mundiais, até às escalas mais restritas, dentro de assentamentos. Em todos se desenvolvem relações entre os Sem Terra e o local onde estão que são também relações de luta, resistência e edificação de alternativas a mundialização.

No cotidiano de muitas pessoas dos assentamentos, apresentam-se elementos de uma múltipla territorialização, impondo-nos limites que vão além dos que por nós são conhecidos. Por essas razões temos que sair de nossas demarcações para que possamos adentrar um mundo que, para muitos, é desconhecido. Que entremos nos territórios do Movimento Sem Terra.

CAPÍTULO 3

CONSTRUÇÃO DE SABERES: DA ESPONTANEIDADE À RACIONALIDADE

DOS MULTITERRITÓRIOS A MULTITERRITORIALIDADE POPULAR

Prepare o seu coração pras coisas que eu vou contar
Eu venho lá do sertão, eu venho lá do sertão
Eu venho lá do sertão e posso não lhe agradar

Aprendi a dizer não, ver a morte sem chorar
E a morte, o destino, tudo, a morte e o destino, tudo
Estava fora do lugar, eu vivo pra consertar

Na boiada já fui boi, mas um dia me montei
Não por um motivo meu, ou de quem comigo houvesse
Que qualquer querer tivesse, porém por necessidade
Do dono de uma boiada cujo vaqueiro morreu

Boiadeiro muito tempo, laço firme e braço forte
Muito gado, muita gente, pela vida segurei
Seguia como num sonho, e boiadeiro era um rei

Mas o mundo foi rodando nas patas do meu cavalo
E nos sonhos que fui sonhando, as visões se clareando
As visões se clareando, até que um dia acordei

Então não pude seguir valente em lugar tenente
E dono de gado e gente, porque gado a gente marca
Tange, ferra, engorda e mata, mas com gente é diferente

Se você não concordar não posso me desculpar
Não canto pra enganar, vou pegar minha viola
Vou deixar você de lado, vou cantar noutra lugar

Na boiada já fui boi, boiadeiro já fui rei
Não por mim nem por ninguém, que junto comigo houvesse
Que quisesse ou que pudesse, por qualquer coisa de seu
Por qualquer coisa de seu querer ir mais longe do que eu

Mas o mundo foi rodando nas patas do meu cavalo
E já que um dia montei agora sou cavaleiro
Laço firme e braço forte num reino que não tem rei

A presença do MST na cena social é inquestionável e de grande relevância, fazendo com que o seu conhecimento seja fundamental nos aspectos científico, social e político. A sua multiterritorialidade me desafiou a superar limites de seu estudo e provou que é inseparável a ocupação do espaço de aprendizado do espaço de resistência e luta contra a mundialização. Isso é Multiterritorialidade. Santa Bárbara é prova pulsante, e me fez lembrar de McLaren (1992), que ouviu muitas vezes de estudantes em escolas que os professores nunca nos perguntam o que a gente acha importante, e de mim mesmo, de minha vida, quando algumas pessoas também não a achavam importante, sobretudo os últimos anos e até mesmo meses e dias, os mais recentes. Venci o desafio de perguntar aos Sem Terra, com destaque os assentados de Santa Bárbara, o que para eles é importante. Por quatro razões.

A primeira considerou Maria da Glória Göhn (1997), ao afirmar que o homem e sua forma de pensar são realidades universais junto de que a sua forma de viver possui características locais, sendo necessário que se demarquem peculiaridades locais, no plano econômico, no político, no social e no cultural, atentando para as diferenças, extremamente significativas, isto porque a sua identificação poderá nos indicar o novo, a tensão, o sentido e a direção de mudanças.

Preocupações de como ir à realidade para conhecê-la na busca de sua transformação foram expressas por Furtado (2000), dando-me a segunda razão da importância da pesquisa como a seguir será apresentada. A Professora discute os caminhos das ciências humanas e a crise da contemporaneidade, salientando que o pensamento crítico não quer apenas analisar e explicar os problemas sociais, mas também dar à sociedade subsídios para solucioná-los debruçando-se sobre o contexto local, sem aplicar teorias estranhas à nossa realidade.

A terceira razão aponta a perspectiva da edificação de uma teoria da Multiterritorialidade Popular situada no campo da Educação, mais ainda no campo da Educação do campo, que é enfatizada nos assentamentos que estão no ambiente do MST, mesmo que sejam muito aquém quantitativamente das reais necessidades de Reforma Agrária. Nesta expectativa, destaco o que indicaram Apple (1982) e McLaren (1992, 2002), apresentando caminhos de se conhecer a realidade.

1. Tentar ir além da reprodução. Tentar sair do limites da ordem social e de nossas formas de considerá-la, como digo, agora, nos desterritorializar ou nos descentrar, sobretudo porque a realidade é estabelecida pela prática humana, portanto, mutável.

2. Junto disso, conceber a realidade como múltipla, complexa, de relações no seio de estruturas sociais coerentes e que se contradizem, algumas delas opressoras e outras libertadoras, acendendo, assim, a esperança radical, saindo da resignação de distopia (MCLAREN & FARAHMANDPUR, 2002), conjugando esperança com luta revolucionária, procurando alternativas às relações sociais capitalistas de exploração, como um começo de nossa atividade de “fazer-história”, porque

[...] significa que nós reconhecemos nossos eus exilados e, no entanto, permanecemos estratégica e teoricamente capacitados a reconstruir o conceito do eu e da liberdade em termos de gênero, classe, raça e política. Isto é, continuarmos abertos à práxis da possibilidade. (McLAREN, 1992: 363).

Isso é antes de tudo pronunciar o mundo, como diz Paulo Freire na *Pedagogia do Oprimido*, que é transformar a realidade sem ser conquista de um sujeito por outro, sem que o pesquisador conquiste o pesquisado, mas por meio de um diálogo entre eus que querem a libertação dos homens, como disse: “A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens”. (FREIRE, 2000: 79).

A quarta razão, que não se separa das anteriores, reside na importância que tem a pesquisa para o MST, incluindo-me aqui como dele, na condição de um pesquisador-militante. Ressalto a importância de compreender as novas realidades e transformações causadas pelas suas ações, contribuindo para a conquista de uma sociedade justa e igualitária. Neste sentido, vale lembrar como se constituiu a necessidade do MST de conhecer sua realidade para transformá-la, adiantando-se, porém, o que torna um pesquisador militante com base no que tratou Bernardo Fernandes, que é participante do Setor de Educação do MST:

O que torna um pesquisador militante é seu compromisso e/ou identificação com determinadas organizações, com definidas visões de mundo. Essa condição aproxima mais a universidade da sociedade, dos seus inúmeros problemas. Para o pesquisador-militante, a ciência tem como significado a perspectiva da transformação das realidades estudadas, bem como a sociedade. Desse modo, há um intenso compromisso com as pessoas que são o sujeito de seu objeto de pesquisa, o que também contribui – e muito – com o desenvolvimento da ciência. (FERNANDES, 2001: 17).

Os dados coletados apresentaram uma multiterritorialidade junto do papel que cumpriu a Educação popular, em tempo e lugares singulares, que me fizeram recordar de mim mesmo, fazendo-me rever, recuperar minha existência, minha história de vida, rerepresentando-me a Santa Bárbara, ao MST, para *pronunciar* o mundo de uma territorialização profunda¹.

Por isso o que será apresentado neste capítulo serão elementos da produção de saberes na multiterritorialidade. Desse modo, serão vistos os elementos de sua constituição a partir do fim dos territórios que havia nas terras do Assentamento Santa Bárbara, quando os sujeitos, os indivíduos, as pessoas, enfim, os assentados, na sua via prática, a partir daí, da espontaneidade, ou da elaboração dos seus saberes pelo senso comum, pela tradição e pela autoridade, transitam para a racionalidade, multiterritorializando-se, produzindo desse modo um saber científico, conforme está em Laville & Dionne (1999). Como será vista, a transição tem por marca mais forte a Educação do MST que está no campo da Educação do campo, como uma chave que a abre a porta de uma nova realidade na Reforma Agrária pela *práxis* das pessoas, o movimento ação-reflexão-ação, elemento delimitador da Educação popular.

Isso me faz reconhecer que minha história de vida me preparou para ser pesquisador-militante. Será que sou? O tempo dirá, porém, tentando ser, busquei saber das pessoas de Santa Bárbara e do MST, somente delas, o que para elas, de suas histórias de vida, é importante². Isto é fundamental para uma reflexão sobre a prática, que será feita no capítulo seguinte deste trabalho, como contribuição para que possam os sujeitos da Multiterritorialidade Popular orientar uma nova ação, bem como outros que no seu contexto se inscrevam, evidentemente se se identificarem com a transformação de sua realidade, tendo como perspectiva a conquista do Socialismo.

O trajeto que percorri já foi apresentado. As revelações, de sua disparada, agora serão expostas. Seguindo a música, estando preparados os corações, que sejam apresentados os atores presentes em cena...

¹ Destaco que o termo profundo me veio quando liguei o texto de Sérgio Sauer (2003) com os textos de Kayser e Gillardot sobre territórios, que falam de um rural profundo. Sua apresentação será feita mais à frente quando dialogarei com Haesbaert (2004).

² Segundo Queiroz (1988), história de vida é um método biográfico, do diálogo entre o que ouve, o pesquisador, e o narrador, que procura reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir experiências que adquiriu.

3.1 Atores e suas Territorialidades: saberes espontâneos

Uma territorialização profunda e a Educação popular têm, em virtude de sua singularidade de cada assentamento, atores únicos, da multiterritorialidade que acontece. São produtores e produto da relação entre a história e a geografia da edificação dos seus territórios. Que a eles sejamos apresentados, a partir de suas identidades fundantes, que se dão em virtude de suas origens relativamente à sua localização, dentro ou de fora da terra, e de suas histórias de vida, durante o tempo do patrão, que transcorria nas terras que hoje são o Assentamento Santa Bárbara.

3.1.1 Moradores da terra

Nas terras da fazenda que deu origem ao assentamento residiam cinco conjuntos de famílias de trabalhadores, e a de um irmão do ex-proprietário da terra, quase todos formando grupos familiares que, a depender dos interesses do proprietário, exerciam atividades nos plantios de caju, criatório de gado e pesca, além da produção de agricultura de subsistência³. Os grupos residiam em diversos locais do imóvel, considerando uma subdivisão interna, assim: os moradores da agrovila, formada de casas de modelo único e provida de água encanada e aparelho sanitário, onde estava a sede da empresa Companhia Agropecuária e Industrial do Nordeste - CAPINE, os moradores da “fazenda”; um segundo grupo, que morava em casas fora “da fazenda”, sendo que residindo em casas do imóvel que têm maior porte e melhores condições de habitação embora não tendo água encanada; e, o terceiro, que morava nas “casas de moradores”, geralmente menores, de taipa e sem banheiro com sanitário.

Como pode ser observado, no tempo do patrão ocorria uma ocupação do espaço de forma diferenciada. Os moradores da CAPINE nunca foram um só grupo, com única territorialidade. Continuemos a apresentação deles, atentando para suas particularidades que apontam para diferentes territorialidades, ou, considerando sua condição em relação a CAPINE, sua desterritorialização na imobilidade (HAESBAERT, 2004).

³ Considerarei o grupo familiar como àquele que, hoje, se referencia no chefe da família, o mais velho, mesmo que agora esteja a *sua* família ramificada dentro ou fora do assentamento.

O primeiro conjunto é formado por três famílias constituídas em três casamentos, residindo predominantemente no núcleo de moradia da fazenda. Os seus componentes nasceram nas terras do assentamento, sendo que o chefe do grupo no vizinho Município de São Gonçalo do Amarante, onde morava nas margens do rio, tendo chegado em 1972, ainda quando não tinha se constituído a CAPINE, indo residir no Angico. Uma parte dos filhos é de assentados, outros moram em Fortaleza, seja porque acompanharam as mães, seja porque tiveram que trabalhar. Concluíram o ensino fundamental e médio em Sítios Novos. A não ser dos desencontros amorosos dos pais, na seqüência de constituição das famílias, guardam boas recordações da infância em Santa Bárbara, sobretudo as escolares, onde fizeram até a 4ª série do ensino fundamental: “Farda. Blusinha de manguinha, com o nome da escola bordado aqui (*no peito*), Nossa Senhora da Conceição, bainha azul, de duas pregas na frente. Eu me lembro como se fosse hoje”⁴.

O segundo é formado pelas famílias dos casamentos de dois irmãos com duas irmãs, cujos pais nasceram em localidades vizinhas à terra. Uma parte deles já nasceu na terra, só que dela se ausentou indo residir até no interior do estado Pará. Após ficarem *perambulando*, inclusive sem ter onde morar, retornaram à CAPINE, quando moraram durante uns meses em uma mesma casa junto com a família do grupo anterior. Também as primeiras letras foram na escola do lugar. Uma parte das pessoas é constituída de pescadores artesanais que tinham sua produção condicionada à entrega ao dono da terra, e outra de agricultores, que exerciam atividades como trabalhadores temporários ou permanentes. Os dois grupos residiam na “fazenda”. Uma parte dos pescadores “andou muito no mei do mundo”, e a outra parte, junto dos então jovens de outras famílias, constituiu laços mais fortes de amizade, que ainda hoje perduram aproximados que foram pela vida na CAPINE, que tinha um dos chefes das famílias como gerente.

No sábado chegava do trabalho, tomava banho, e vinha pro escritório receber dinheiro. E era muito bom. Dia de domingo tinha uns forró na minha casa. Não tinha radiola. Era um rádio, na rádio de Maranguape (município vizinho). Era um programa sertanejo e a gente dançava de oito hora até dez hora.

⁴ Considero todos os informantes como PESSOAS de Santa Bárbara. Por isso, resolvi anotar aqui seus testemunhos sem identificar qualquer detalhe de quem fala. Assim, penso eu, pude reforçar a complexidade de suas existências. Cada fala, quando não estiver colada à minha, será destacada no texto em itálico.

O terceiro conjunto é formado por pessoas que exerciam a maior parte de suas atividades cuidando da pecuária do patrão, “do gado”, nas terras do imóvel, ou movimentando os seus rebanhos, nas crises de realização dos produtos ou nas de semi-aridez, nas terras de outros dois imóveis situados nos Municípios de Caucaia e de Maranguape. Residem em vilas do assentamento, fora da “fazenda”, mais próximas ao centro de manejo do rebanho. Boa parte não conseguiu completar o ensino básico. Chegaram há mais de vinte anos. Alguns já adultos, os chefes das famílias, e alguns com tenra idade, que foram “apartados” de suas mães em função do cumprimento de obrigações nas terras para garantia de seu sustento.

O mesmo dono daqui era lá também. Parece que na época tava precisando de tirador de leite aqui. O pai não queria me trazer de jeito nenhum. Na época eu tinha doze ano. Aí nós viemos pra cá. Minha mãe ficou lá, porque era na época do inverno, da colheita, em junho. Eu vim logo mais ele pra cá. Eu ia trabalhar mais ele no gado e fazer almoço pra ele.

No quarto conjunto, estão trabalhadores que exerciam atividades com trabalho temporário, presos também à terra pelo patrão, seja porque estavam inseridos no binômio produção de subsistência-criatório de gado, seja porque estavam sempre sendo requisitados para atividades na CAPINE, associada a utilização de sua força-de-trabalho à sujeição de dias de trabalho. Uma parte é proveniente do imóvel, com algumas famílias, sem nunca dele ter se afastado, enquanto outras foram “levadas” para trabalhar na “empresa”, sendo originárias de vários municípios circunvizinhos. Residem nos dois núcleos de moradia e na sua maior parte concluíram somente as primeiras séries do ensino básico, porque, “...com sete anos começamos a trabalhar e estudo já era pouco, (porque) a gente tava mais na questão do trabalho”.

Existe um quinto conjunto, oriundo dos demais, que são aquelas famílias que estavam desterritorializadas dentro desses conjuntos, e que se territorializaram no assentamento: família do irmão do ex-proprietário; mulheres que conquistaram a condição de assentadas; um senhor, que sozinho mora numa casa mais isolada do assentamento porque, segundo os assentados, em noite de lua cheia, é misto de “homem e lobo”; uma senhora, que, pela sua prática religiosa com raízes africanas, a exerce no assentamento, porém de forma discretíssima; uma família que sempre residiu nas *fronteiras* do imóvel, e continua no seu lugar, quase que de forma isolada do restante do assentamento; e, ainda, famílias que solicitaram ao assentamento

sua condição de assentado e estão numa espécie de estágio probatório para obter aprovação.

Os de fora, que na sua maior parte entraram na terra no início do assentamento, durante a ocupação pelo MST, a seguir serão apresentados, destacando-se que têm sua origem em diversos municípios do Ceará, tendo, também, diferentes histórias, portanto, diversas desterritorializações.

3.1.2 Caminhantes de outras terras

São seis conjuntos, sendo que um deles se esparramou em Santa Bárbara. Suas origens são marcadas por tentativas de parar em um lugar, de se enraizar, de se territorializar, seja em assentamento, seja em projetos de irrigação, seja migrando para grandes cidades, porém, sempre, se desterritorializando.

O primeiro conjunto teve territorialização, antes de chegar a Santa Bárbara, em um perímetro irrigado do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, que fica no Município de Paraipaba, também no Ceará, cujos chefes das famílias haviam passado por vários lugares. O casal chefe do grupo familiar reside com uma filha em uma casa de fazenda, nas proximidades da “fazenda”, com alguns dos demais filhos do casal também assentados morando em vilas erigidas após a entrada na terra, bem como na vila da “fazenda”. Por ser o grupo com o maior grau de escolarização, tem contribuído com a maior quantidade de professores para o assentamento, além de liderar uma parte da religiosidade católica no território, contribuído destacadamente com a pecuária e com a saúde do assentamento. O que levou o conjunto a ir para Santa Bárbara foi motivado por informação de um dos ex-parceiros do DNOCS que já estava em processo de seleção pelo INCRA.

Também tendo passado pelo mesmo perímetro irrigado do DNOCS, o segundo conjunto é constituído de famílias que passaram por várias territorializações e desterritorializações, com alguns dos assentados tendo vivido experiências trabalhando na construção civil em outros estados da Federação. Neste conjunto foram incluídas aquelas que estão no assentamento sem compor grupo familiar, ao mesmo tempo em que tomaram conhecimento do assentamento por meio de reuniões feitas por técnicos do INCRA, que as promoveram no sentido de ocupação

de vagas em Santa Bárbara. Os assentados deste grupo residem nos dois núcleos de moradia, tanto em casas de fazenda quanto em casas construídas com o assentamento.

Neste conjunto estão assentados que tiveram história de vida semelhante aos dois anteriores e moram nas proximidades dos que são oriundos do Perímetro Irrigado. Uma forte marca é sua religiosidade guiada por preceitos evangélicos, pentecostais, ao mesmo tempo em que apresentam certo distanciamento do MST, diferentemente dos demais. Também passaram por desterritorialização e territorialização, em busca de algum emprego, até chegarem ao assentamento: “A gente ficou se mudando, procurando emprego pra ganhar salário, nas fazendas dos pessoal mais ou menos. A gente vei se aprumar um pôquim depois que a gente chegou aqui. Ta com sete anos”.

Outro conjunto com menor quantidade no assentamento, não obstante também tenha passado por desterritorialização. Trata-se de famílias que se agregaram ao assentamento, seja porque se casaram com assentados, seja porque solicitaram cadastro diretamente à coordenação do assentamento. Tem por marca importante experiência de vida mais intensa no mundo urbano, residindo nas suas periferias das cidades, trabalhando em bairros mais centrais em atividades de comércio ou prestação de serviço. Residem nas vilas construídas “pelo INCRA”, têm escolaridade e religiosidade diversificadas, e, quanto ao MST, uns assumem posição favorável, outros, desfavorável. Alguns dos seus filhos, como muitos dos diversos grupos, com identidade fundante de dentro ou de fora, são simpatizantes, ou, até mesmo, militantes do Movimento.

A marca destacada do quarto conjunto é sua identificação com o Movimento Sem Terra, indiferentemente de estarem ou não com militância mais atuante. Todos têm histórias de vida de desterritorialização em relação à sua origem no campo, com alguns tendo experiências de viver em bairros populares de grandes cidades, ou até mesmo em favela, tendo, inclusive, vendido objetos em semáforos em Fortaleza e chegando a ser, por convivência com outras crianças ou jovens, usuários de drogas. Militaram antes de conhecer o MST em associações de agricultores, associação de moradores, pastorais sociais da Igreja Católica e Sindicato de Trabalhadores Rurais.

Todos passaram, ou ainda passam, mais ou menos intensamente, também pelos processos de luta ou formação, como ocupações de terra e prédios públicos, acampamentos, marchas, caminhadas, cursos promovidos pelo Movimento dentro e fora do Ceará, além de participarem de instâncias de coordenação. Alguns em atividades mais ligadas ao Setor de Produção, outros ao Setor de Educação, sendo que, dos dois, contribuíram até na sua estruturação inicial. Alguns deles, também, chegaram a assumir instâncias da direção, seja de um setor, seja da própria Coordenação Estadual do Movimento, além de terem participado de atividades diversas em outros estados do Nordeste. Alguns, por *sorte*, conviveram cotidianamente com figuras do MST nacionalmente conhecidas⁵.

A entrada do conjunto deles em Santa Bárbara se deu nos primeiros momentos do assentamento, já na ocupação que foi feita para apressar a desapropriação da terra, ou logo em seguida, antes de completar o primeiro ano de assentamento. Uma parte do grupo, antes de fixar raízes com os companheiros em Santa Bárbara, estava assentada no Município de Aracati, e uma outra parte havia coordenado diversas mobilizações que tiveram por termo assentamentos na região litorânea do Ceará.

Alguns deles ingressaram no Movimento com pouca escolarização, e assim continuam. Outros chegaram a completar o Ensino Médio. Outros completaram o Ensino Superior, em Curso de Pedagogia, tradicional, ou da Terra. Residem no assentamento nas diversas vilas. Alguns parentes de assentados, oriundos de todos os demais conjuntos, que com eles estabelecem sua territorialização, dentro ou fora de Santa Bárbara, com certeza, contribuem para a multiterritorialidade do Movimento Sem Terra, como mais à frente será visto, fincando sua bandeira. A foto seguinte foi feita em Fortaleza durante a presença do MST, em janeiro de 2005, no que a Prefeitura denominou Operação Fortaleza Bela, e que será mais à frente comentada, na qual estiveram também presentes assentados de Santa Bárbara.

⁵ Zé Rainha, Diolinda, Mário Lill, e, por mais tempo, Fátima Ribeiro.



Foto 16 – Bandeira do MST fincada no chão.
Fortaleza. Margens do rio Maranguapinho, nas proximidades do bairro Genibaú. Ao fundo alguns Militantes.

3.1.3 Na construção de uma multiterritorialidade

3.1.3.1 Tempos de patrão – tempos de Sem Terra

Tempo do patrão é tempo diferenciado. Não existe um tempo único, no tempo e no espaço, dentro ou fora do assentamento, porque em um mesmo momento ocorrem territorializações, desterritorializações e reterritorializações. O tempo do patrão é diferente para os diversos conjuntos de atores apresentados, tanto para os de dentro quanto para os de fora da terra. Em cada conjunto ocorrem também tempos diferentes, para seus subconjuntos. Deve ser dito, ainda, que é único, de cada pessoa, sendo visto, por isso, de forma diferenciada e tendo muita relação com o seu estágio de consciência. O tempo do patrão, visto como uma relação entre a geografia e a história dos atores, é parte inseparável das demais que fazem a constituição do território Santa Bárbara. A seguir serão vistos os diferentes tempos do patrão, considerando os conjuntos de dentro e de fora do assentamento.

Para os cinco conjuntos de famílias de dentro das terras do hoje assentamento Santa Bárbara, o tempo do patrão é tempo que transcorre desde antes da implantação pelo proprietário da Empresa CAPINE, quando é regra sair de seu lugar, como foi visto quando foram apresentados. É tempo marcado por

desterritorialização, seja movendo-se as famílias, seja na própria terra, na sua imobilidade. Neste tempo, o destino das pessoas é destino comandado pelo patrão, na sua condição de sem-terra, mesmo que disso não tenham consciência. Os cinco conjuntos vivenciaram três tempos, que os integrava, fazendo com que um dado conjunto vivenciasse, em algumas situações, mais de um tempo.

Para algumas pessoas é tempo de quase não ver dificuldades por que passam suas famílias, que lutam para “melhorar de vida”. É tempo de sonhos, de criança e de adolescente, que ainda não teve de trabalhar. É tempo também de sonhos serem desfeitos, quando se vive separação de pais e até mesmo a fome. Na lembrança fica, contudo, a recordação de um tempo bom, que é das caminhadas em direção à escola, dos banhos de açude, do primeiro amor. Neste tempo, os que podem vão estudar em Sítios Novos, Distrito de Caucaia, muito diferente da CAPINE. Outros vão mais longe, para trabalhar ou estudar, geralmente fazendo a primeira atividade como empregado, “porque minha família não tinha condição”, morando com parentes na cidade, em Caucaia ou em Fortaleza. O tempo do patrão é, por isso, tempo vivido na cidade, restando dele os fins-de-semana na *sua* terra, que, quase sempre, não existiam como tempo para trabalho, mas, sim, tempo de repouso ou de pequenas brincadeiras. Retornar à *sua terra* é momento de alegria, sendo o tempo do patrão, para os que sempre estavam nela tempo diferente do seu. A saudade, desse tempo, se instala que é também saudade do seu lugar.

O tempo do patrão, para outros, era tempo de aprendizagem do trato com o gado, que é até como um tempo de *status*, dentro da “fazenda”, mesmo que isto lhe tenha custado no início da adolescência distanciar-se do lugar onde nascera com o “apartamento” de sua mãe e suprimidas suas possibilidades de estudar. Trabalhar com gado, que é como uma poupança viva do patrão, e com os animais de campo. Depois que “ficou homem”, com 15 anos, é tempo de mais responsabilidades. É tempo também de uma “fazenda organizada”, com as tranqueiras e portões sempre fechados e nunca danificados. “Tudo era ajeitadim. As cerca, não tinha ninguém que cortasse arame. (...) Depois que os Sem Terra chegaram ficou um buraco só”. Por isso, para uns, era tempo até melhor que hoje, até porque, quando chegavam o sábado e o domingo, se podia “brincar de bola” e acompanhar as viagens do time de futebol. É tempo de uma despercebida condição de trabalho quase escravo, sendo prescindível o *gato*, que, na imobilidade

(HAESBAERT, 2004) da fazenda, da CAPINE, era tempo de desterritorialização. Tempo de ser sem-terra, estando na terra, mas que, para alguns, representa, sob alguns aspectos, tempo melhor do que assentamento:

Tinha serviço até pra mulher casada, solteira, menino, tudo que tu imaginar tinha serviço aqui. De julho pra frente era plantar capim na beirada dos açude, mulher e menino, daqui. Só era da fazenda. E ninguém ficava desempregado não. E os home, era roçar os cajueiro, roçar pé de cerca, fazer cerca. O home criava gado. O roçado, quem quisesse botar fora da donde que ele (o patrão) dizia, era botar o roçado cercado, pra num atrapalhar o gado. Nós só botava fora. Mas ele (o patrão) escolhia as manga, pra cada um botar lá, seu roçado. Era pouca gente que trabalhava aqui assim com roçado, porque a maioria era carteira assinada, tinha o seu, (seguro) desemprego. (...) No inverno? Não faltava serviço não, no inverno. Apanhava feijão, algodão, milho. A gente trabalhava de enxada limpando o roçado dele. Tinha a obrigação de trabalhar três dias. Como era muito serviço, emendava a semana. Trabalhava também o nosso roçado. E o pai ganhava salário, e eu ganhava meus dias por fora também. (...) Quarenta morador. Todos os sábado tinha ganho. Ele pagava de quinze e quinze dias, mas tinha o fornecimento (do patrão) que fornecia pra gente, mas quando chegava o fim da semana, a gente pagava, dependendo. Aí pagava nós, o fornecimento.

Era tempo também, para outros, de uma relação de medo e de apadrinhamento. Alguns moradores que exerciam funções de gerenciamento tinham a sensação, e suas famílias, de liberdade, nas pequenas festas que eram feitas nos fins de semana.

Para os que estavam fora da terra, era tempo também diferente do tempo dos nela estavam. Às vezes é até muito semelhante, reproduzindo marcas que há pouco acima foram mostradas, porém sempre tempo de se desterritorializar. É tempo diferente do tempo da CAPINE, porque não estão na sua especificidade, seja ocorrendo num perímetro irrigado, seja em outra propriedade com as mesmas relações sociais apresentadas, seja num assentamento, seja em mobilizações do MST.

É tempo, para todos, como ocorreu com menor intensidade na CAPINE, da definição religiosa, com o aprofundamento, para uns, de suas convicções, ou a conversão, para outros. É tempo também de conhecer o seu companheiro, ou a sua companheira, com quem continuarão se territorializando e se desterritorializando.

Para algumas pessoas, para os que estão no perímetro irrigado é tempo de fazer a territorialização pela escolarização, ensinando em escolas dentro ou fora do perímetro, ao lado do tempo de trabalho no perímetro irrigado do DNOCS, para todos do conjunto que lá estavam. Este tempo sucede, ou se intercala, com outras

desterritorializações, inclusive as que são marcadas pelo trabalho assalariado, nas cidades, pequenas e grandes, com destaque em construção civil, em tecelagens e em empregos domésticos. O patrão e seu sistema da gestão são diferentes. Em alguns casos, é o Estado que se apresenta por meio da figura do gerente no perímetro irrigado, mas que pode ser um pequeno agricultor que controla a parcela do perímetro. Pode ser o dono da fábrica, ou o dono da construtora, que muitas vezes nunca são vistos pessoalmente, que se personificam na figura do chefe de turma ou do engenheiro de produção. Em outras oportunidades o patrão é a patroa, “nas casas de família”, com quem se convive cotidianamente e que diz que é “como se fosse da família”, mas que às vezes não assina Carteira de Trabalho, não permite folgas semanais e até finge que não vê o assédio sexual do marido ou do seu filho mais velho.

Para outros, pela vida suburbana que levavam, *o tempo do patrão* marca-se por ser tempo de “brincar na rua”, mas também de conhecer as dificuldades de habitação e da prestação dos serviços públicos, que é tempo ainda de trabalho infantil, de apresentação às drogas e ao seu tráfico, tudo isso em contato com maior violência e arbitrariedade, enfim, de peleja por territórios, como salientou Souza (1995). É tempo, na verdade, de multiterritorialidade, que dá “orgulho” a quem hoje é assentado para isso destacar, porque conseguiu ser como exceção de uma regra, num bairro popular, ou em uma favela.

Eu me orgulho muito, porque na minha turma tinha um grupo que gostava muito de drogas. Eles tinham acesso à drogas, "ripinol", "artane", esses eram os comprimidos que eles usavam muito, e tinha o grupo de maconha. Só que eu consegui ficar no meio deles e nunca me envolvi, nunca usei, a não ser que eu tenha utilizado involuntário, botado na bebida. Eu acho que, talvez, eu tenha utilizado, porque teve uma época que eu tava muito perdido, no sentido da noção de espaço e de tempo. Talvez pode ter sido numa das festas que a gente foi, eu tenha utilizado, mas, graças à Deus, eu me senti. Eu sempre soube me esquivar dessa questão aí. Eu gostava de tomar uma bebida, algumas vezes eu me embriagava. Era o grupo mais perigoso que eu tinha pra andar. No grupo da minha rua a maioria dos meninos vendiam jornal. Eu não vendia porque meu pai trabalhava e eu tinha que ficar em casa com os meus irmãos. Eu não saía. Os meninos da rua, todos vendiam jornal. A gente tinha muita notícia, eles eram muito discriminados. Acho que, por isso, eu não ia. Eles saíam vendendo. Uns vendiam jornal e outros vendiam sacola. Eles iam andando na rua, e eles contavam. Muitos depoimentos, eu ouvi, sobre isso. Às vezes com medo. Havia um roubo, na rua, todos os meninos já iam detidos. Os maiores, tomavam os produtos deles. Eu tinha muito medo dessa parte da violência, eu sempre me esquivei muito dessa parte de violência. Toda minha turma fazia isso, pra ajudar na família.

O tempo do patrão, para os que estavam organizando acampamentos, era busca de lutar para se territorializar, que inicia por reuniões com outros Sem Terra, estudando o que significa a luta pela terra, até formar um grupo, mesmo que pequeno, para ocupar terra, tornando-se, assim, militantes.

A gente começou a participar do Movimento Sem Terra, que é o MST. A gente tinha muita vontade de morar num lugar que tivesse terra suficiente pra gente trabalhar, porque era de que a gente vivia. Meu marido e eu nós num sabia fazer outra coisa, porque a gente num tinha estudo, a gente trabalhava na terra, mesmo, e aonde a gente morava era terra de patrão. A gente tinha que pagar renda, se fizesse ou não fizesse, tinha que agüentar abuso de patrão, e era um negócio muito complicado. A gente começou à participar do Movimento Sem Terra, começou ter reuniões com os militante.

Para outros militantes, o tempo do patrão da CAPINE era tentativa de viverem em uma terra que conquistaram, embora em algumas vezes isso não tenha se concretizado, como ocorreu com alguns que entraram em Santa Bárbara. O assentamento era criar raízes, que era distanciamento da militância exercida em organizações populares, muitas vezes em lugares geograficamente distantes, como as suas Comunidades Eclesiais de Base – CEB, as suas associações de moradores, as suas representações regionais da Comissão Pastoral da Terra – CPT e os seus STR. Territorializar-se era também se desterritorializar. O tempo do patrão, observando as mobilizações e outras atividades do Movimento de que os militantes participam e que requerem continuidade da militância longe do assentamento, como são as marchas, os acampamentos e os cursos em outros estados, era, além do aprofundamento desses distanciamentos, dificuldade para realização de sonhos, comuns aos jovens, como disse uma assentado, “dirigir um carro e conhecer o mundo”.

De uma maneira ou de outra, dentro e fora da CAPINE, era tempo de preparação, de aprendizado, com marcas de Educação popular, fortemente influenciada pelo MST, que tem um projeto de sociedade, diferente do que ocorria em todos os tempos do patrão, propondo mudar, sobretudo, as pessoas. Na síntese de um assentado-militante que teve seu tempo de patrão, portando outras marcas, entre elas, de um pequeno agricultor, são sinalizados o passado e o presente, indissociáveis:

Vamos dizer que seja uma escola. Ele me ensinou a eu acreditar naquele projeto que eles tinham. A minha vida inteira eu nunca trabalhei de empregado, eu nunca trabalhei alugado, pra patrão. Eu sempre trabalhei pra mim. Aqueles projeto que ele tinha, eu achei que, se eu chegasse um dia morar numa área de assentamento, eu sabia que a minha vida ia mudar. Eu num ia ter mais aquela dificuldade que eu tinha. Pagar renda, das terras onde a gente trabalhava, mesmo sem dar nada a gente tinha que pagar. Hoje eu num faço isso. Hoje eu tenho minha terra pra eu trabalhar livre, o tanto que eu quiser, plantar o tanto que eu quiser. Isso fez com que eu hoje me sinto mudado.

Vejamos como continua a trajetória do assentamento, destacando o começo do território Santa Bárbara, dentro de uma espécie de escola de multiterritorialidade do MST, que se dá com a entrada dos de fora, que, junto com os de dentro, em disparada estão no mundo que *foi rodando*⁶.

3.1.3.2 Terra ocupada - começo e recomeço de territórios camponeses

Num era nem trinta famílias, que moravam aqui. Era umas vinte e poucas. E a gente: "meu Deus do Céu: e agora? O pessoal vão invadir; vão tomar as casas da gente". A gente tava meio com medo. Num entendia direito como é que seria essa Reforma Agrária. As pessoas começaram a vim. Todos que vieram já tinham escrito seus nomes em algum canto, que era pra se cadastrar aqui, pra poder vim morar aqui. As pessoas foram se arranchando. Tinha, às vezes, até quatro famílias numa casa. Foi indo.

Chegamos aqui na Santa Bárbara. Não fizemos ocupação. A terra estava sendo negociada entre o fazendeiro e o INCRA. A gente só reforçou a agilização do processo, porque chegou muita gente e o INCRA agilizou mais rápido a desapropriação da área.

Juntei-me com o meu marido e fui morar no assentamento. Ele continuou trabalhando em Fortaleza até a gente montar nossas coisas de casa. Com a minha gravidez ele veio definitivo para Santa Bárbara. O meu primeiro filho, quem levou foi a Dorinha, que é técnica do INCRA.

Foi um contraste, digamos assim, na minha vida. Eu num fazia a mínima idéia de como seria a vida no campo, na zona rural mesmo. A maior parte da minha vida eu vivi na cidade, nessas zonas suburbanas, mesmo.

la ser dono. la ser livre. Achei o lugar bom e vim.

O começo do assentamento não é o mesmo para quem entra e para quem já está na terra. As histórias de vida que cada um traz relacionam-se com as histórias que cada um tem. As diversas histórias, individuais e coletivas, encontram-se no assentamento, a partir do momento em que o primeiro Sem Terra, consciente

⁶ Chegou-me esta denominação, escola de multiterritorialidade do MST, após ter lido *Boletim Eletrônico* do Movimento, que informava a abertura da Escola Florestan Fernandes.

ou não de sua condição, atravessou as fronteiras da CAPINE. É o começo de alguns territórios. Começa também um dos pontos da multiterritorialidade do Movimento Sem Terra.

Os que já estavam na terra começaram ouvindo uns "buchicho", uns boatos, que duraram mais de dois anos, de que o INCRA se instalaria na terra. Muitos não queriam. Tinham medo. Estavam acostumados com suas vidas e se instalavam inseguranças, como, caso fossem "expulsos" da terra, como teriam condição de viver em Fortaleza? Outros ficavam com medo de ficar no assentamento, porque teriam que sair dos seus empregos e "...o padrão de vida ia cair muito". Amiudaram informações mais precisas, mais concretas, e: "Quando a gente pensou que não, lá na ponta da parede do açude, chegou um caminhão, cheio de gente. Cheio".

O cadastramento iniciou com uma funcionária do INCRA, auxiliada por um consultor, que atuava em um convênio entre o Órgão federal e o IICA. Durante duas semanas, fizeram reuniões, apresentado o processo de assentamento, no sentido de que as pessoas verificassem se preenchiam os critérios necessários para serem assentados, e, se, realmente, tinham condição de seguir as normas que orientam um assentamento⁷.

Alguns ainda ficaram com dúvidas, de, estando na terra, se *dirigirem* para o assentamento, "se nós íamos, se nós num íamos". Alguns chegaram a informar que não, justificando suas razões. Mesmo assim, se cadastraram, tendo o direito de trabalhar nas outras atividades fora da terra, por mais três meses. Nas semanas seguintes aconteceram muitas reuniões, que perduram até hoje. Eram promovidas pelo INCRA e pelo MST.

Era demais. Era o dia todo. Num era brincadeira. Com a Dorinha (INCRA). O Nonato (MST) também nessa época ele dava reunião. Tinha outras pessoas que eu num consigo me lembrar, mas o Nonato era um dos cabeças.

O assentamento não começou com luta tradicional pela terra, porque o dono negociou a desapropriação com o INCRA, não tendo, como muitos outros, por isso, um acampamento ou uma ocupação. "Nós chegamos aqui, em 96, e começamos a morar e até hoje estamos por aqui." Pode ser dito, contudo, que teve

⁷ Os critérios são eliminatórios e classificatórios, que se dividem em preliminares, básicos e suplementares, segundo Maria Auxiliadora Guimarães Castilho, Maria Luiza Pereira da Silva & Maria Silma Moreira Magalhães (2001). Ver Anexo 10.

a luta no seio da burocracia, institucional, feita pelo Movimento. A partir do momento em que havia feito a “vistoria” na terra, tinha montado a estratégia de conquista do assentamento⁸. Ocorreu luta, sim, “...porque a luta tem, porque o Movimento quando sabe que tem uma terra, assim, ele luta pra que seja desapropriada. O que eu digo que num teve foi luta das pessoas.”

Para se organizar, incentivou-se nos primeiros dias coletivização no assentamento, como meio de até se defenderem, mas, acima de tudo, como meio de sustentabilidade a partir da própria terra. O primeiro coletivo, com a sua força e simbolismo, ainda hoje é lembrado por muitos assentados, quase como um ritual de passagem.

Logo no começo era uma coisa dividida. O Movimento Sem Terra “vamos ficar todo mundo unido que a gente sabe se defender de alguém”. Até hoje, seu Castro, eu me lembro do primeiro coletivo. Terminemo uma reunião doze hora, mei dia. Nós tava conversando de sete hora da manhã até as doze da manhã. Aí os meninos: “vamos começar primeiro trabalhar o coletivo, porque essas família vão ter que se sustentar daqui mesmo. Num vamos ficar só esperando a cesta do INCRA, que custa vim, se não, a gente vai passar necessidade aqui”. Terminou a reunião, fumo todo mundo pro coletivo, pra trabalhar na terra. Fazia era gosto de ver a fileira de gente daqui pra área coletiva. Trabalhar pra preparar a área.

As pessoas eram *estranhas* umas das outras, principalmente quase todos os de dentro em relação aos de fora. Novidade, porém, que ficou mais guardada na recordação dos assentados foram os primeiros dias, “com muita gente” alojando-se junta, fazendo em cooperação diversas atividades ao longo do dia, como cozinhar, lavar panelas e roupas, cuidar das crianças. À noite todos ficavam no alpendre da casa grande da fazenda, e no escritório da CAPINE, em rodas de conversa, inclusive as crianças. Era repetição de atividades que já haviam vivenciado. Inclusive os que eram de dentro da terra, sendo que com a diferença de serem sem a presença do patrão, agora com a presença da Coordenação do assentamento, que era composta pelos próprios assentados, “puxada” pelos integrantes do MST.

Este processo de organização, que no futuro, diga-se, hoje, apresenta Santa Bárbara como território, tem como ponto de partida a inexistência de casas

⁸ Pode ser afirmado que o MST, quando faz a “vistoria”, está colhendo elementos para um planejamento estratégico, mesmo sem assim o nomear, de como conquistar o assentamento, a partir da conquista da terra. Sobre o que se denomina aqui de planejamento estratégico, assim pode ser resumido: no ambiente interno, da terra, os seus problemas e as suas potencialidades; o ambiente externo para a conquista da terra, as oportunidades e as ameaças; e, considerando o contexto social, o futuro que *os de dentro e de fora* almejam, e a visão de futuro deles, considerando os quatro primeiros elementos, que seria uma realidade a se concretizar a curto, médio e longo prazo, considerando o futuro desejado.

para todos os assentados. Isso levou muito deles a morarem juntos, indiferentemente de serem de dentro ou de fora, a partir, também, da cessão de algumas casas dos que já estavam na terra, mas, principalmente, pelo uso coletivo das casas de fazenda, que eram habitadas pela família do proprietário ou por gerentes, da “fazenda” ou da CAPINE. Este fato inaugura, também, além da apropriação das moradias por todos os assentados, ou a sua socialização para o assentamento, aprendizados, reforçados pela convivência, ou socialização de saber, com militantes do MST.

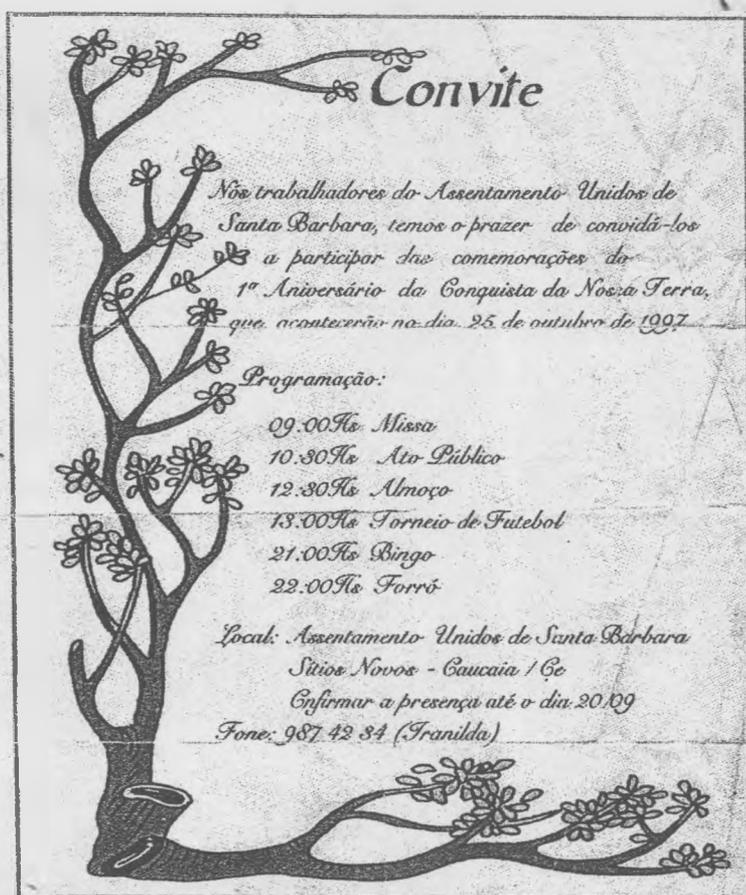
A primeira coisa: não tem casa pra todo mundo; todo mundo vai, a maioria, vai morar junto. Quando chegamo aqui se juntemo nessa casa que hoje é a creche, seis família. Era um monte de gente naquela casa, tudo cozinhando numa panela só, e, tudo comendo quase no mesmo prato. Aprendizado. Isso aí a gente já vei através do movimento. Aprendemo isso através do Movimento. A gente chegar num canto, cozinhar, fazer comida, repartir. Terminou de comer, lavar seu prato, sua colher e guardar num cantozim. Tudo isso a gente aprendeu com o Movimento, antes de vim pra cá. Quando nós chegemo só butemo em prática. E ensinemo à muita gente isso aí. Muita gente que num tinha costume de cozinhar, por exemplo, o homem, que é difícil querer cozinhar, a gente ensinou a cozinhar. Aprendeu à lavar o prato e botar lá no cantim. Aprendeu à lavar roupa. Tudo isso, a gente aprendeu através do Movimento. Quando nós chegemo já foi repassando pra alguém que num sabia, que nem a gente.

Este processo que estava no cotidiano do assentamento que nascia foi reforçado pelo INCRA por meio da equipe responsável pelo que é chamado de aplicação dos créditos de implantação. Este reforço do aprendizado ocorreu mediante cursos de administração, ao lado de trocas de experiência com outros assentamentos nos Municípios de Tauá, Ocara e Monsenhor Tabosa, e, ainda, reuniões semanais que ocorreram ao longo dos dois anos subseqüentes, aproximadas metodologicamente das práticas do MST, no sentido de ser elaborado o planejamento do assentamento. Neste momento, apresenta-se o Movimento como o ator que mais contribuiu na pauta dos rumos de Santa Bárbara, secundado pelo INCRA, na figura de alguns funcionários públicos e técnicos de ONG, contribuindo na territorialização que estava sendo cultivada. O começo do assentamento, como uma ocupação, pode ser assim resumido:

Era importante. Era uma ocupação. Era muito gente morando todo mundo junto. Na casa sede nós tinha vinte e oito família, morando todos junto. Era aqueles pés de mangueira, era aquelas casa, tudo ocupado. Era bom não, mas era o momento que a gente tava junto pra tentar se organizar. Era o momento quase só de reunião. O INCRA sempre teve aqui fazendo reunião, pra tentar ajudar organizar as pessoa. Quando nós chegamos aqui, nós que viemo de Amontada, no dia da imissão de posse o pessoal já tava com quinze dias que tava ocupando.

Este processo de ocupação da terra que ocorre em muitos assentamentos, muitas vezes, como já presenciei, mostra o assentamento, no seu futuro, dividido em duas partes, fracionado, que até são antagônicas, com duas associações, constituindo dois territórios, e, muitas das vezes, com dificuldades de dar continuidade na territorialização do Movimento, sobretudo no fornecimento de militantes. Apresenta-se o assentamento, nestes casos, distante da multiterritorialidade do MST. Isto se dá porque, geralmente, ocorre na ocupação uma agudização da luta pela terra, em algumas situações com violência pela polícia e até mesmo morte. Nestes casos, o lado mais politizado, aquele que está em consciência organizativa, que “puxou” a ocupação, como fez o MST em Santa Bárbara, se territorializa em parte da terra conquistada, quase sempre onde ocorreu a ocupação, ao mesmo tempo em que o outro lado, com pessoas que eram de dentro e de fora da terra, porém que ficaram fora do processo de luta, se territorializa em uma outra parte da terra. Ao futuro do assentamento, portanto, está reservado seu fracionamento, resultando na constituição de dois territórios, menores cada um do que o ocupado, em termos físicos, além das dificuldades constantes em termos políticos. Com a força da ocupação instala-se, dialeticamente, uma fragilização relativa do MST. Frente ao exposto, é justo perguntar: como ocorreu com Santa Bárbara? Como se desenvolveu a relação entre Geografia e História?

Vejamos, então, um momento seguinte de sua constituição, a saída definitiva do exército brasileiro de suas terras, que ocorreu três anos após a ocupação pelo MST, que é parte da constituição do território Santa Bárbara. Este momento, no qual uma organização com tradições milenares de peleja por territórios, que é aperfeiçoada com as particularidades brasileiras, deixa de usar a CAPINE como área de treinamento, como vinha fazendo há mais de quinze anos. Para tanto se uniram pessoas de dentro e de fora, em dois lados, que se antagonizaram, com cada um contando com pessoas em diversos estádios de consciência, sendo que um deles era fortemente marcado pela presença do Movimento. Antes, contudo, ao final do primeiro ano, comemoraram a conquista da terra. Uma cópia do Convite é a seguir apresentada.



Reforma Agrária : Uma Luta de Todos / MST-Ce

Figura 1 – Convite da festa de primeiro aniversário do assentamento

Fonte: Pesquisa Direta

3.1.3.3 Saída do exército – conquista de Santa Bárbara

Ele sempre vinha fazer acampamento aqui. Fazer os trabalho dele por aqui. Quando eles vinham eles traziam dentista, eu mesma fui beneficiada umas vezes. Só que o próprio assentamento decidiu que não era mais bom eles vim, porque eles faziam os tiro dele e ficava bomba, como agora ha pouco dias desativaram uma ali. Era muito perigoso. O próprio assentamento proibiu que ele viesse.

Nos dia que tavam atirando tinha uns locais que a gente podia passar. Eles botavam guarda. Teve uma época que passou uma semana sem poder apanhar castanha, porque tinha guarda lá, e num podia entrar. Ficavam como dono. Na semana eram os verdadeiros dono da Santa Bárbara.

Nós não podia fazer queimada, e eles podiam chegar e destruir a nossa serra. Nós não podia botar roçado na serra, nós não pode tirar mais o quê na serra, e o Exército mandava bala e a serra queimava todinha. (...) E nós achava melhor acabar. Graças à Deus acabou. Cortava cerca. Nós fizemos uma cerca nova, quando da fé, o Exército chegou e cortou o arame, as quatro pernas de arame.

"Nós emenda". "Nós num quer saber de emenda".

A presença do exército teve início antes da história de Santa Bárbara. Começou na época da CAPINE, que, por intermédio do proprietário, passou a utilizar partes das terras como um de seus campos de treinamento. Quando a situação de propriedade mudou, com a desapropriação, com o assentamento, os militares passaram a procurar a figura que, para eles, substituiu o patrão, o presidente da recém-criada Associação, sem reunirem-se com os demais assentados. Com a presença do exército, por três anos, problemas foram sendo criados, e notados, pelos assentados. Inicialmente, a dificuldade do criatório de gado bovino, porque durante os exercícios era retirado do pasto o gado de leite, produto que era fornecido para as famílias.

Nós tava no começo, e ninguém podia faltar o leite, principalmente das criança de 1 ano. Isso era regra, isso foi passado em assembléia. E onde tinha pasto e era exatamente pra onde eles iam atirar, que era no pé do serrote, e a gente tinha, nesse período que eles passavam, de uma semana, tinha que tirar o gado. Isso foi causando problema e chegou a tal ponto que eles não queriam sair.

Durante os períodos em que ocorriam os treinamentos, o exército controlava o seu território, transferindo um verdadeiro quartel para as terras do assentamento. Afinal, eram os exercícios necessários à tropa, para que ela, soldados e oficiais, obtivessem o cumprimento do serviço militar. Controlado o território *ocupado*, com soldados nas extremidades das terras, aproximadamente 600 homens serviam-se da estrutura do imóvel, em dois períodos a cada ano, entre os meses de setembro a dezembro, conforme as necessidades do exército. Ilustrativo é o depoimento de um dos assentados, reportando-se ao uso da água, onde se nota que soldados invadiam os improvisados locais de moradia, junto de que o trânsito dos assentados nas terras era impedido nos dias em que estavam atirando, ao contrário do “vaivém dos carros do exército”, oferecendo outros problemas, além do que ocorria com o gado:

Tiravam água da caixa d'água. Eles num pedia autorização pra tirar essa água. A água era dum morador da caixa e eles tiravam a água. Uma vez reclamamo, vei o Capitão mandou tirar no açude, lá no açude. Eles queriam encher a pipa, que era no balde, queriam tirar da caixa que era só abrir o cano. E tiravam mesmo. A gente ia lá, "rapaz, mas que a água...". A gente tinha um motor lá, era um motor antigo, do antigo dono ainda, já velhim, a gente num podia comprar outro motor, reclamava, "não, mais". Ficava naquilo.

Nos dias de exercício de tiro, ao longo de todo o dia, e em todas as noites do período em que o exército acampava em Santa Bárbara, se dava também o controle de pontos considerados estratégicos do assentamento: o antigo escritório da CAPINE, que passou a ser a sede da Associação; a parede do açude grande, onde uma gurita havia sido instalada pelo ex-proprietário para controlar um dos acessos à "fazenda" e a saída de pescado no imóvel; o centro de manejo pecuário, onde era o centro do acampamento do exército; outra entrada nas terras, que se liga à estrada que passa pela localidade de Piões e que leva até o Município de Maranguape; e as estradas internas. A presença em cada local sempre era com dois soldados montando guarda e fazendo os devidos revezamentos. Em algumas oportunidades, quando assentados não cumpriam as determinações do comandante dos exercícios, a falta de domínio pelos assentados sobre as terras do assentamento ficava mais evidente, inclusive o pleno controle das fronteiras. Um outro depoimento, ilustrando também problema na comercialização do abundante pescado existente nas águas de Santa Bárbara, mostra uma outra parte do quadro:

Nos dia que eles tavam atirando que chegou ao ponto de um rapaz chegar aqui, passar a noite na estrada, porque vinha de outra comunidade, pra comprar peixe, pra vender, e eles tinham botado dois guarda lá, e o rapaz passou a noite lá. De manhã, veio reclamar, na época eu era presidente, "rapaz eu perdi o dia hoje, eu perdi a freguesia, porque eu tinha que levar o peixe, e eles num deixaram eu passar", foi reclamar lá, na cruz, "não, mas ele não se identificou, se era da comunidade". Aconteceu. Aconteceram muitos problemas.

Aos problemas que ocorriam com o não-controle da "fazenda", de todo o imóvel, somaram-se os problemas do não-controle da implantação do assentamento, que era a consolidação da ocupação feita pelo Movimento, a começar pelas agrovilas que foram construídas para atender à capacidade de assentamento⁹, que se somava às dificuldades da gestão dos recursos hídricos, e até o desenvolvimento de investimentos feitos com os primeiros créditos, notadamente na pecuária.

Este controle do território pelo exército interferia em todas as atividades do assentamento, inclusive as que hoje se mostram realizadas em lugares que apresentam forte enraizamento, como os jogos no campo de futebol, as festas, comemorações e assembléias realizadas no galpão das máquinas, e, também, as manifestações religiosas, como missas na capela e cultos evangélicos, que, pela ainda não-existência de um templo, eram feitos em casas de assentados. As

⁹ Segundo o INCRA, à época relatada, a capacidade era para 130 famílias. Os assentados *fincaram pé* em 90 cadastrados, deixando o restante como reserva para a expansão dos grupos familiares.

estradas, não sendo controladas pelos assentados, pouco contribuíam na constituição da rede interna de multiterritorialidade, deixando de plenamente unir tais e outros lugares, bem como impossibilitando atividades nelas próprias, como o transporte do gado, da produção, o tráfego de pessoas e de veículos, e, até mesmo, as procissões que estavam sendo organizadas com percurso entre o núcleo de moradia do Angico e o núcleo de moradia da “fazenda”, onde está a capela, cumprindo, neste particular, também o papel de unir dois núcleos de moradia¹⁰.

Todos os problemas, pelo não-controle do território pelos assentados, estavam associados à exclusão da serra que circunda o imóvel que era feita pelo exército, como local de alvo para tiro¹¹. A dificuldade de territorialização do MST em Santa Bárbara era agravada pela dificuldade da consolidação das agrovilas, dificultadas pela territorialização do exército.

Eles atiravam no quintal das casas. Os canhã era armado no quintal das casas. Tinha criança. Criança recém-nascida. Não respeitavam nada. Era cem metro pra casa. Tremia o chão. Quando atiravam tremia o chão. Você imaginou um recém-nascido?. Uma vez um assentado chegou pra mim quase desesperado: "rapaz, eu quero outra casa; ou então eu vou-me embora, porque eu num agüento mais". Nessa hora, que estavam atirando, ninguém chegava nem perto. Num deixavam. Num tinha como ir lá não.

Instalada a disputa, instalado estava também um processo de Educação, fortemente influenciado pelos militantes do MST que ao longo do tempo passaram a ter como fortes aliados assentados que tinham origem dentro da terra. Dois grandes lances eram recorrentes em tal disputa: as assembléias, que determinavam que não fosse mais aceita a presença do exército, e, as idas da corporação militar ao INCRA, que resultava em “um jeitim” que resultava também na sua volta. Lances, mais fortes foram dados: sem estardalhaço, pelos dois lados, nomeadamente o exército e os assentados influenciados pelo MST. O primeiro, buscando mais aliados, dentre os assentados. O segundo, tentando também mais aliados, sendo que utilizando estratégia diferente daquele.

A disputa por territórios põe em encruzilhada pelo menos duas histórias. No caso de Santa Bárbara, estavam presentes, como atores mais fortes, duas instituições, cada uma com suas histórias. Cada uma com um aprendizado específico, porém ambas tentando firmar-se pela conquista de corações e mentes

¹⁰ Em boa parte, os de dentro continuaram morando na fazenda ou nas vilas localizadas no seu entorno, preservando laços já estabelecidos; e uma boa parte dos de fora passou a morar nas vilas do Angico.

¹¹ Problemas ambientais estavam ocorrendo, a partir dos tiros, que resultavam em queimadas nas matas da serra, destacando-se também morte de peixes e desaparecimento de animais silvestres.

dos assentados, percorrendo caminhos semelhantes. A diferença, porém, determinante para a saída do exército, foram táticas utilizadas por ambas as partes. O Exército tentava atrair os assentados com práticas assistencialistas e continuou utilizando a força de seu novo aliado externo, o INCRA, que agia *lavando as mãos* para o caso. O MST ampliava sua aproximação com os funcionários públicos que estavam no âmbito do INCRA, porque tinham como ponto de aproximação com o Movimento práticas na constituição da organização do assentamento, ao mesmo tempo em que aprofundava o desenvolvimento da consciência organizativa dos assentados. Detalhemos um pouco.

O centro da estratégia do exército residia em três táticas: prestígio aos dirigentes da Associação do assentamento que naquele momento eram em sua maior parte assentados com origem dentro da terra, convidando-os para as festas de encerramento e com quem os comandantes militares faziam os seus contatos; oferecimento de serviços médicos, alimentos e remédios, para todos os assentados; e visitas casa a casa, como reforço das duas primeiras, *centrando fogo* nos de dentro.

Eles usavam essa estratégia que já falei, de dar aos mais pobres. Os menos evoluído, eu num digo evoluído em termo "de inteligência", porque uns nascido e criado aqui não conhece Fortaleza ainda hoje. Os mais antigo. Eles procuravam esse pessoal, e davam as coisas. Esse pessoal era a favor deles. Num iam dar aos mais sabido.

Assim, como disse um dos assentados, o exército, foi "conscientizando que era um bem para o assentamento", ao ponto de alguns assentados, majoritariamente aqueles com origem de dentro da terra, em assembléia, tomarem posição favorável pela permanência.

O processo desenvolvido pelos militantes do MST foi da discussão dos problemas, das causas e das conseqüências, com "...as pessoas mais conscientizadas passando de uma pra outra". Com isso, na medida em que as discussões evoluíam ficava mais evidente que os problemas afetavam o conjunto dos assentados e em toda a extensão do assentamento. O relato seguinte, de uma das assembléias requisitadas ao assentamento, mostra um forte momento da disputa entre os assentados, com interferência do MST e o exército:

E aí foi aumentando, tanto os problema como as reclamações, que a gente ia no INCRA, a gente formava comissão, "não, a gente num dá autorização, apenas a gente autoriza a conversar com vocês". Mas eles num conversavam: chegavam aqui, umas três vezes eles falaram cum vice, que eu num tava, saía muito na época, que era no começo que a gente tinha

que tá, no INCRA, em qualquer órgão. Como o vice era antigo também, achava que não causava problema, e autorizava. Três vezes ele autorizou por conta dele, sem a assembléia autorizar. (Porque) o comandante disse que ia pedir autorização ao Governo (Federal), nós levantamos, foi até o Dezinho que disse: "rapaz é o seguinte: você pode até pedir, e ele conceder, mas você vai atirar na gente, porque nós vamos lá pro Serrote Preto, e o escudo vai ser nós", que eles botavam lá uma bandeirona branca lá pra atirar, "o escudo vai ser os assentado".

Tal assembléia, com os assentados presentes em maioria e preparados para ela, demarca o resultado do trabalho de conscientização, "Foi quando nós nos conscientizamos que a gente tinha que ser realmente os dono da terra", por terem descoberto que não estavam mandando no assentamento, pelo menos no período de permanência do exército. As atitudes seguintes, dado que internamente uma hegemonia estava conquistada, principalmente buscando apoio fora do assentamento de pessoas historicamente ligadas às causas populares, sobretudo à Reforma Agrária, mostram que a multiterritorialidade do MST já estava presente¹².

A saída do exército, muito embora com alguns assentados querendo sua permanência, deu continuidade à territorialização em Santa Bárbara, por multiterritorialidade, agora enraizando não mais os de dentro e os de fora, mas, sim, os que avançaram na luta seus estádios de consciência. A nova identidade que passara a se constituir pela ocupação, conquistada agora a terra mediante uma luta, tem agora em seu cerne a presença da saída do exército, unindo os de dentro aos de fora, assentados que se mobilizaram num processo de elevação de estágio de consciência, ao mesmo tempo em que em todos os cantos do assentamento estão presentes pessoas que participaram da luta, com histórias singulares de sua organização, não resultando, daí, um fracionamento, mas a unidade do assentamento, numa "territorialização profunda", porque em cada lugar do assentamento passou a existir uma pessoa que conquistou coletivamente toda a terra.

Esses acontecimentos, que obedeceram a órbita de todo o perímetro do imóvel, fizeram com que em cada lugar do assentamento existam raízes que se aprofundam cotidianamente, constituindo, assim, multiterritórios. Desse modo, existem raízes em todos os conjuntos de atores enunciados, ao lado também das estruturas de poder e outros locais de territorialização, por exemplo, na assembléia

¹² Que se faça justiça histórica: o apoio de fora veio basicamente dos então deputados - Sérgio Novaes, federal; Eudoro Santana, estadual.

ou na Coordenação, nas igrejas ou nos times de futebol, e, até, no grupo de mulheres ou pescadores. Este fenômeno de luta pela terra estando na terra, muito raro nos assentamentos, apresentou nas cercas de Santa Bárbara ensinamentos que explicam parte do papel que está cumprindo a Educação popular na constituição do território do MST, destacando-se:

A gente conseguiu mostrar que a organização tá acima de tudo. Inclusive nós levamos um documento, em nome da associação, em nome dos assentados, ao Comando Geral do Exército, mostrando pra eles que aqui não era mais uma fazenda que um dono mandava, e, sim, que aqui tinha vários donos, apesar de ter aqui um pequeno grupo que era a favor do Exército, mas a maioria era contra. Nós conseguimos mostrar que a maioria, a organização dos assentados, tem força.

A saída do exército ainda hoje é contestada por algumas pessoas do assentamento. Para outras, a maioria, é fruto de luta e organização que hoje serve para ajudar a clarear a história do assentamento, e, também, da constituição do território Santa Bárbara. Assim, na fala de um dos assentados, pode ser vistos a estrutura formal de poder que hoje existe no assentamento e sinais da apropriação do território, observando-se que a serra está *nas mãos* dos assentados, diferente do tempo do patrão, que se estendeu até a saída do exército, como sinal de controle deste espaço, no tempo presente de sua trajetória:

No lugar de nós ter privacidade eles tavam "privatizando" a gente. Da gente ir e vim dentro da nossa propriedade. Nós discutimo e levemo pra coordenação; a coordenação levou pros grupo; os grupo levou pra assembleia; na assembleia a gente decidiu que ia fazer um documento pedindo afastamento do Exército, da nossa propriedade. Conseguimo. A gente conseguiu afastar o Exército, graças a Deus, e à nossa força, que a gente deparou com uma grande potência, que é o Exército Brasileiro. A gente sabe que o Exército é a nossa potência maior nas nossas forças armadas, e mesmo assim, nós conseguimos afastar ele da nossa área. Até hoje não se decepcionemo com essa decisão. Tamos satisfeito. As áreas que explorava mais com tiro, elas tão reflorestando de novo. As serra, tão hoje emadeirando de novo. Tamo recuperando essas área.

O estudo que realizou Feitosa (2002) apresenta muito do que ocorre no assentamento no que trata do tempo seu presente, no que trata de sua gestão e das dificuldades que passam os assentados para aprimorar seu processo de organização. Quem ao assentamento se dirigir, como também observei, idealizando encontrar um *paraíso* de coletivização, ou uma comum-unidade, terá uma forte decepção. Lá, existem tensões, disputas, invalidações constantes, enfim, uma

multiplicidade de interesses, em torno de múltiplas necessidades territoriais¹³. Mesmo assim, lá pode ser observado que a luta pela terra, inicialmente ocupando-a e em seguida buscando sustar o uso pelo exército das terras do imóvel já desapropriado, que, quando aconteceu, verdadeiramente um latifúndio foi conquistado, e pela sua manutenção, como em seguida será mais visto, desenvolve saberes ao mesmo tempo em que é condição de criação e de recriação do trabalho camponês. Dentro de Santa Bárbara, onde seguramente não reproduz as contradições do capitalismo, pode ser vista uma ilustração de formação do campesinato, a partir da conquista da terra.

A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação ou da recriação da relação social familiar ou camponesa. Este é o seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação social camponesa, da sua própria existência, fora da *lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo*. (FERNANDES, 2005: 7. Destaques no original).

Santa Bárbara é um território, marcadamente familiar ou camponês, com múltiplos territórios, entretanto, de sua realidade, algumas perguntas, além da que guiou o meu estudo, se levantaram: o que concorreu para o estabelecimento da rotina de reuniões das comissões de trabalho, da Coordenação, da assembléia geral, em diversos lugares e datas do assentamento? O que concorreu para que todo o assentamento não se apresente fracionado, como muitos que por aí existem? O que concorreu para o assentamento proteger suas fronteiras, a ponto de ser notado um sentimento de proteção coletiva, ao lado de manterem uma equipe guardando durante a noite suas fronteiras? O que concorreu para o assentamento ter autonomia em relação ao INCRA, ao MST, e aos partidos políticos? O que concorreu para que atores sociais de fora de suas fronteiras, que tem um mínimo de conhecimento de sua realidade, por exemplo, pesquisadores ou um mestre-de-capoeira, para atuarem em seu perímetro, peçam licença para tanto? O que concorreu para, mesmo não sendo computada pelo MST como estando no seu território, Santa Bárbara fortaleça a força do Movimento com militantes?

¹³ As necessidades territoriais são compreendidas aqui como sendo muito mais do que carências, problemas, dificuldades. Elas são, considerando uma interpenetração das dimensões econômica, sociocultural e ambiental, pontos que são pautados e que, quando conquistados, favorecem a constituição de certa territorialidade.

Tentei respondê-las. Alguns elementos já foram aqui apresentados. Outros que serão enunciados indicam somente sinais das respostas, porque, por mais exaustivos que sejam os estudos sobre Santa Bárbara, ou qualquer outra multiterritorialidade, pelo que ela é - relações que se movem na dialética espaço-tempo-, seus resultados serão parciais.

Por isso será aqui dada continuidade; tentativa de continuar refletindo a partir da disparada de Santa Bárbara, guardando a lembrança do lema do Fórum Social Mundial - FSM, onde o MST foi um ator de grande importância, que é: um outro mundo é possível. Não partindo da gestão do assentamento, mas de como ele se conforma, desenhando-o, fazendo uma cartografia dos lugares onde ocorre sua territorialização. Isto no primeiro semestre de 2004.

3.1.4 Aprofundando e amplificando territorialidades

3.1.4.1 Papéis – para constituir territórios

O exercício dos papéis dos atores nos lugares do assentamento constitui territórios¹⁴. A organização das pessoas no cumprimento de papéis diversos faz com que, mesmo dentro do assentamento, territórios sejam conquistados, e, amplificando essa organização, novos territórios são constituídos e “...o povo vai se organizando neles”. Essa organização, que pressupõe uma divisão de papéis, constitui redes, um meio para o cumprimento de um papel coletivo que exercem as pessoas de Santa Bárbara, que é controle e apropriação do território, “...porque as pessoas têm aqui dentro alguma ligação umas com as outras”.

A presença das pessoas em organizações conformadas como árvores e como rizomas, às vezes em espaços de socialização política outras vezes em territórios-rede, faz com que, nesta multiplicidade, os seus papéis não sejam tão claros para as nossas *vistas* habitadas às dicotomias, que não estão habitadas às relações, mais ainda quando no contexto a nós se apresenta tendo menos valor a família, a propriedade privada e o Estado (ENGELS, 1991). E muito mais ainda quando em tal contexto a produção está prioritariamente direcionada, seja individual, seja coletivamente, para a satisfação das necessidades das pessoas e não para ser

¹⁴ Ouvi uma palavra, *participamento*, em muito tendo conotação com o que aqui se discute. Faço homenagem aqui à pessoa que a pronunciou.

posta no mercado, como meio de realização da extração de mais-valia¹⁵.

Uma pergunta, então, abstraído de serem buscados resultados econômicos do assentamento e de se saber dos impactos no contexto mais próximo ou mais distante de suas fronteiras, se levanta: em qualquer outra dimensão do desenvolvimento, por exemplo, a ambiental ou a sociocultural, quem manda em Santa Bárbara? A resposta dessa pergunta, de maneira geral, é: são os assentados. É necessário, todavia, qualificar a resposta, fornecendo pormenores, dado que, na cena de Santa Bárbara, apresenta-se o Estado, na figura mais proeminente do INCRA, e, a Sociedade, na figura mais destacada dentre os movimentos sociais, do Movimento Sem Terra.

Neste caso, a qualificação implica responder outras: esses atores não mandam em Santa Bárbara, dado que o INCRA é ainda o proprietário das terras e o MST a organização mais marcante da vida do assentamento? Outras perguntas e respostas qualificativas à primeira, em seguida serão apresentadas, já adiantando que tratam de dar mais traços, não à gestão do assentamento, que seria repetir outras observações, mas buscar na direção de apresentar o papel que cumpre a Educação na constituição de tal território. As respostas das duas são não. Nem INCRA nem MST mandam no assentamento. Ocorre uma relação, na qual os três atores, cada um a seu interesse, relaciona-se, cada um tirando proveito para sua territorialização, que não necessariamente é somente em Santa Bárbara. O INCRA, que detém a propriedade da terra, “lava as mãos”, deixando as “coisas rolarem”, computando Santa Bárbara nos seus números, e, quando lhe interessa, dele aproximando-se, coisa que também faz o assentamento¹⁶.

Essa relação de não-domínio que aparentemente poderia mostrar um descompromisso do INCRA pela Reforma Agrária reflete, na verdade, o grau de autonomia de Santa Bárbara. Devemos lembrar que o assentamento tem fortes

¹⁵ Santa Bárbara não é uma ilha socialista, mas, com certeza, não se reproduz comandada por leis capitalistas. Para isso observar, boas luzes estão em Engels (1991). Não é demais recomendar outros clássicos, de Marx, iniciando pelas *Teorias da Mais-Valia* (1987a) e *O Capital* (1983). Recomendo também consultar Castro Júnior (1994), para examinar o que hoje denominaria de *Rudimentos da Teoria do Trabalho Necessariamente Social em Assentamentos de Reforma Agrária*.

¹⁶ Sabemos que a propriedade sobre o meio de produção nunca assegura o poder sobre o mesmo. O que garante, verdadeiramente, são as relações de poder que mantêm aqueles que nele atuam. Na formação social capitalista, a propriedade formal, como é a do INCRA sobre as terras de Santa Bárbara, pressupõe o desenvolvimento de relações de domínio, que, seriam, mesmo, controlar seu uso e fruir dos seus resultados, ou seja, dela se apropriar. Quem assim faz são os assentados.

influências do MST, o qual se desenvolve buscando autonomização frente ao Estado, muito embora dele não prescindindo, tanto que busca se espacializar nele próprio ocupando cargos por meio de pessoas amigas do Movimento. Ao mesmo tempo Santa Bárbara mostra que sua história vem se autonomizando. Recorde-se de que a saída do exército foi um processo de afastamento do assentamento do INCRA, uma vez que este, no fim das contas, ficava ao lado do exército.

Evidências do não-mando do INCRA podem ser cotidianamente observadas. Para aqui ilustrar, serão apresentados quatro sempre exibindo Santa Bárbara como dona do controle da situação: a primeira, cronologicamente mais recente, se deu com a presença do assentamento numa feira de socioeconomia solidária¹⁷, com todas as negociações para a participação do assentamento feitas sem qualquer intermediação do INCRA, que soube que Santa Bárbara participaria, mesmo sendo dela um dos organizadores, por meio de comentários despretensiosos do pesquisador quando buscava informações na sede da Superintendência do Ceará, em Fortaleza.

A segunda ilustração é da participação do assentamento no XIV Festival de Cinema – Cine Ceará, realizado também em 2004, do qual o INCRA era um dos organizadores. Nesta oportunidade, toda uma negociação foi feita por técnicos do INCRA com dirigentes do assentamento, inclusive quanto à programação que no assentamento ocorreu. Nesta oportunidade, foi necessário que os técnicos apresentassem justificativas na coordenação, sem o que “os filmes não iam mostrados”.

A terceira, como muita brevidade, é da atuação de uma comissão de sindicância instalada para averiguar “irregularidades” que teriam ocorrido no uso de recursos do Fundo Constitucional para Desenvolvimento do Nordeste -

¹⁷ Feira realizada em Fortaleza, na qual seus participantes, atores “rurais” e “urbanos” estão presentes porque produzem e comercializam por meio da socioeconomia solidária. Aqui é o momento de apresentar o que é socioeconomia solidária, para que se tenha um entendimento de qual “economia” se aproxima Santa Bárbara, para indicar também de onde se afastam, recomendando consultar Singer (2002), bem como Castro Júnior (1994), para se observar assentamento, muito embora ainda não identificasse o caso estudado como tentando conquistar tal “economia”: “Estamos tratando de uma outra economia mais integrada com a natureza e com a sociedade, portadora de uma racionalidade mais substantiva. São atividades que simultaneamente reforçam o pertencimento social a uma comunidade, gerando trabalho e renda, rompendo com a lógica da mera adaptação à forma mercantil fundamentalista. Recupera-se aqui o sentido original da economia: o cuidado da casa.(...) Uma outra economia voltada para o sustento da vida e do ser humano como membro da comunidade envolve uma ruptura com o economicídio moderno e uma reconceituação da própria categoria economia, bem como uma outra compreensão sobre desenvolvimento, riqueza, mercado, moeda” (LISBOA, 2005: 23).

FNE/PROCERA¹⁸: a Comissão *sentiu* que deveria se distanciar das cercas do assentamento e montou seu *escritório* nas proximidades da cidade de Caucaia. Isso evidencia no mínimo que o INCRA, ou os procuradores do INCRA auxiliados pela Polícia Federal, mesmo numa situação que pudesse ser de fragilidade do assentamento, não tomou, ou ocupou, ou reocupou, um lugar que, porventura, achava que fosse seu ou que sobre o mesmo tivesse domínio.

Se se considerassem as anteriores como concessões que o INCRA faz aos assentados, a quarta evidência retira qualquer dúvida sobre quem manda em Santa Bárbara: a saída ou a entrada de famílias no processo de assentamento está sob o controle do assentamento. Hoje nenhuma pessoa entra ou sai dali, “se cadastra” ou o tem o seu cadastro “abaixado”, sem o consentimento do assentamento. O processo inclui uma espécie de estágio, considerando os critérios de seleção do INCRA e o exercício de normas criadas pelos assentados. Resumidamente: o pretendente a assentado submete-se às instâncias de poder - assembleia, Coordenação e comissões - sendo estas últimas uma espécie de comissões de avaliação, e as duas primeiras como de julgamento, tendo, ainda, quando entrar no assentamento, obrigação de manter sua presença, a condição de assentado, “pagando dias coletivos”. Também para sair, seguindo o processo inverso nas árvores citadas, o assentado tem seu cadastro “abaixado”. Nos dois casos, o INCRA é somente comunicado.

Onde entra o papel do INCRA é em termos, por exemplo: foi expulso, a diretoria vai lá e diz: "fulano de tal foi expulso por isso". Ele (INCRA) procura derrubar o cadastro. Tirar o cadastro. É tanto que, nem isso aí, ele manda. É. Aqui a gente procura resolver, da melhor forma possível, as coisa interna daqui.

Diante dessas ilustrações de participação do assentamento nos episódios, é importante dizer que Santa Bárbara está conseguindo fazê-la como conquista (DEMO, 1993), autopromoção do assentamento, ao contrário de muitas dádivas que ocorrem, e que foram bem ilustradas com algumas falas de pessoas do assentamento quando vivenciavam o tempo do patrão. Não são, portanto, participações tuteladas, que vigem na medida das boas vontades do doador, que é

¹⁸ Quem instituiu a comissão deu com os burros n'água, porque aceitou intempestivamente denúncia de mau uso do dinheiro público. Foi feita a denúncia por um assentado que disputa poder institucionalizado no assentamento. Na verdade, foi excelente uso do dinheiro público, como aqui foi rapidamente comentado (no caso da montagem da estratégia para montagem da infra-estrutura). Mais um caso para os anais hilariantes da Reforma Agrária.

quem delimita o espaço de tal participação. Como sua síntese:

Não pode ser entendida como concessão, porque não é fenômeno residual ou secundário da política social, mas um dos seus eixos fundamentais; seria apenas um expediente para obnubilar o caráter de conquista, ou de esconder, no lado dos dominantes, a necessidade de ceder. Não pode ser entendida como algo preexistente, porque o espaço de participação não cai do céu por descuido, nem é o passo primeiro. (DEMO, 1993: 18. Destaques no original).

Com respeito a outros órgãos governamentais, dos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como aos demais poderes, Judiciário e Legislativo, o assentamento mantém relação também de autonomia, mantendo-se na legalidade. Em algumas situações resolve-se por conta própria, como é caso de não solicitar policiais em dias de festa, fazendo os assentados a sua própria segurança. Com respeito ao IBAMA, que tem o “seu território”, que é a área de exclusão da serra, até por conta do aprendizado das pessoas com a saída do exército, sua relação com o órgão é dentro dos marcos estabelecidos.

A relação estabelecida entre MST e Santa Bárbara é de autonomia entre os dois, que é também de companheirismo; desde o início do assentamento que o MST está em Santa Bárbara e esta faz parte do Movimento. Em todos os lugares por onde se anda pode ser vista a presença do Movimento, como foi discutido aqui mais atrás. Do mesmo modo, em muitos lugares do Movimento, Santa Bárbara está presente, seja na figura de militantes, seja na figura de assentados que são Amigos do Movimento.

Deve ser atentado, contudo, para o fato de que o MST não é a organização mais marcante de Santa Bárbara, dado que com outras lá divide territórios, mas é também o assentamento marcante do Movimento. O companheirismo, sinal de identificação, pode ser visto em todos os quatro episódios relacionados ao INCRA, quando, sempre, militantes e/ou amigos do Movimento estavam ao lado de Santa Bárbara, dentro ou fora das cercas do assentamento. No cotidiano o MST, é parte de Santa Bárbara. Ao mesmo tempo a autonomia é presente em ações dos dois, fazendo com que em muitas situações o assentamento não se reporte ao Movimento, e vice-versa.

Para dar prosseguimento à qualificação que aqui foi enunciada, se faz necessário ir à direção de ver o papel que cumpre a Educação na constituição da territorialização que se desenrola em Santa Bárbara. Antes, porém, é necessário observar um pouco mais como em Santa Bárbara ocorre sua auto-identificação, até porque me sinto dela um pouco parte, e, sendo dela, sou parte também do Movimento, mais ainda quando se recorda que a Educação popular tem como uma de suas bases a identificação com nossa libertação, de nossos eus aprisionados.

3.1.4.2 Identidades – para se ver no Movimento Sem Terra

Assentamento não é somente um local. Assentamento tem história. Por isso tem identidade. Assentamento é um lugar. De pequenas histórias do dia-a-dia, que fazem sua identidade. De histórias maiores, de tempos de vida. É também um lugar de histórias bem maiores, que ainda estão sendo construídas e que também fazem a identidade de Santa Bárbara. Sua disparada faz sua identidade.

A constituição de múltiplos espaços de referência identitária guarda correspondência com a vida dos assentados desde o tempo do patrão, ou dos diversos tempos do patrão, marcados que foram por desterritorialização e territorialização, mas que nunca os desligaram da vida na terra, do mundo rural. Os instrumentos de trabalho, que pelos seus punhos sempre se erguem para o trabalho no campo, com homens e mulheres, lado a lado, são parte de suas vidas, como bem simbolizados estão na Bandeira do Movimento (Foto seguinte).



Foto 17 – Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Conquistado o assentamento, as pessoas passaram a controlar seus diversos movimentos territoriais, ocupando locais e estabelecendo lugares, mantendo sempre o controle do seu território, até mesmo quando abrem suas fronteiras, como é o caso de aceitarem a pesca de vizinhos nas águas do assentamento, recebem turistas no seu balneário, fazem festas juninas, são anfitriões de encontro estadual do MST e, até, recebendo uma grande comitiva de cineastas e admiradores da sétima arte no contexto de um festival de cinema.

Muito embora diariamente ocorra um fluxo de santabarbarenses para fora e para dentro do assentamento, tendo também um fluxo de visitantes ampliado nos dias feriados, nos fins de semana, nos períodos de festas, além de doses maciças de *invasão*, como as apresentadas, linhas atrás, e quando acessam o mundo pelas antenas de rádio e TV. Os assentados por diversos motivos sentem-se pertencendo e identificados com o lugar. Alguns depoimentos ilustram diversos sentimentos por Santa Bárbara. Todos eles portam integração entre geografia e história, entre razão e emoção, entre materialidade e imaterialidade, entre o passado e presente, sempre ligados no futuro, e, ainda, entre desterritorialização e territorialização.

Para algumas pessoas, é o lugar que temem perder, ao ponto de estarem dispostos a continuar lutando para dele não se afastarem, porque se sentem como se nessa terra tivessem nascido, ou quando isso se dá com outras, tendo constituído suas famílias, e, com o assentamento, mudaram até de vida. Em Santa Bárbara estão aprendendo a viver e vislumbram um futuro seguro.

Eu brigo tanto, porque aqui é o meu lugar. É o meu canto. Eu tenho medo de sair daqui. Pode ser hoje, pra mim, pode não ser amanhã. Mas eu tenho medo. Eu tenho pra onde ir? Eu não tenho. O meu canto é aqui. Eu, bem dizer, nasci e me criei aqui. Meu canto é aqui. Enquanto eu puder brigar por ele, pelo que tá aqui, eu faço. (Silêncio). O meu lugar é aqui. Eu tenho que ficar aqui. Eu gosto daqui. Nasci aqui. Tô criando os meus filhos. Meu lugar é aqui. Eu tenho que ficar é aqui. Pra isso eu vou ter que lutar pra fazer de tudo pra num sair daqui. Por mais que não seja muito bom, que eu não ache muito bom, que nem antigamente, que era diferente, mas eu gosto daqui, eu amo o meu lugar. É o meu lugar.

Do jeito que eu tô aqui, mais lascado do que eu entrei, eu num saio não. Mais lascado que eu falo em termo de "Real". Que em termo de vida mesmo, tá bem com minha vida. Melhor do que tava no tempo do João Coelho (Patrão) eu tô. Passei cinco anos solteiro, sem nada. Nunca tive nenhuma filha. Hoje em dia já tenho filha, tô com a cabeça no lugar, ela me ajudou muito eu viver. Que eu num sabia viver. Era muito ignorante, só levava a negada debaixo dos pés. Andava armado, por nadinha queria

meter bala em gente. Ela nasceu e eu amo muito a minha filha. Neste termo aí, ter me ajudado eu sair dum buraco. E depois conheci a minha esposa, que me ajudou também, "meu filho num é assim não, a gente num veve assim não". Eu fui pegando o "clima" dum, o "clima" douto, e hoje em dia tô aí. Tô mais tranqüilo o pessoal fala "tá errado assim assim", eu digo "ta, deixe pra lá". Às vezes eu brinco com ela (a esposa) "eu vou resolver", só que é da boca pra fora.

Eu nasci e me criei neste assentamento. Já pari minha filha, ela já tem 10 anos, mas minha geração tá indo. Eu adoro este lugar. Nunca gostaria de sair daqui. De jeito nenhum. Mas, se a vida me der oportunidade, deu conseguir uma coisa melhor, irei deixar. Mas, a não ser que tenha uma coisa bem concreta. Eu num vou trocar o certo pelo duvidoso. Aqui eu tenho minha casinha, a minha família toda, a família do meu marido. É desse jeito.

Para outras é lugar a ser protegido, que não pode ser exposto aos de fora, parecendo como um abrigo a ser embelezado, mesmo que tenha que "botar a poeira para baixo do tapete". Santa Bárbara é como sua casa, seu lar. Para essas pessoas, a história do assentamento, que é muito de sua história, assume valor a ser preservado, como bem ilustra a fala de um assentado, poeta de cordel.

Num fiz história do assentamento mais não, porque contar essa história é contando a realidade. Pra mim falar do assentamento só coisa boa. Eu só quero fazer história quando boto o que é bom e boto o que é ruim. E eu num quero falar mal do assentamento. Eu prefiro continuar deixando no que tá e mais na frente, quando tiver melhorando, posso fazer uma história resumindo mais ou menos algumas coisas que passou. Posso contar a melhora que teve e contar as novidade que tem. Mas, pra fazer a história, que tem mais coisas ruins, eu num quero falar de nos mesmos, prefiro deixar no que tá.

Para outras, que são exceções de presença em lugares associados às árvores de organização do poder institucionalizado, apresentam falas de não-identificação, até afirmações fortes de que pretendem deixá-lo, coisa que não fazem, porque estão inseridas em lugares fora dessas árvores, como atividades com produção individual, que muito pouco controlam suas vidas como fazem a assembléia e a Coordenação, ou porque estão como que reclusas em suas próprias casas, às vezes pelas relações de gênero que nelas se reproduzem. "Não, num me sinto parte não. Eu me sinto isolada. Eu vivo mais do meu trabalho em casa". De uma maneira ou de outra, essas e outras pessoas estão presentes em espaços de socialização política e até mesmo em territórios-rede, estes com relações marcadas por invisibilidades.

Eu moro aqui por falta de opção. Não assim, que eu não goste. Tem momento que eu gosto, porque é tranquilo, é calmo. Mas eu sinto que aqui num é o meu lugar. Por mais que eu tenha nascido aqui, morado aqui minha vida inteira, mas eu num me sinto fazendo parte daqui. É tanto que eu num participo da maioria das coisas que acontece. Já deu pra perceber que eu não faço parte de nenhum grupo, de jovem, de mulheres, nada. Eu me sinto ausente. Por mais que eu esteja presente, eu me sinto ausente.

E, para outras, é lugar de Reforma Agrária; onde se guarda o passado e a importância do que aprenderam com suas famílias, seja em Santa Bárbara ou seja em outro lugar, e que valorizam suas presenças nas organizações com que se identificam, contando o tempo numa referência de lugar. É, ainda, neste contexto, o seu assentamento, mesmo que ainda se identifiquem como Sem Terra, porque é lugar de territorialização, lugar, enfim, de vida em que se vive.

Tem duas coisas que são fundamentais na minha vida: uma, que eu destacaria em primeiro lugar, é a minha família, que foi que me educou, pra eu ser a pessoa que eu sou; e, a outra, é a Reforma Agrária. Quando eu falo na Reforma Agrária, eu queria destacar as organizações que eu fiz parte, até aqui, e, o meu assentamento, em que vivo.

Na constituição de territórios, constituem-se também identidades. Ser Sem Terra, possuir esta identidade, resulta de uma conquista que ocorre junto com a constituição de seu território, resultando de relações com aliados e antagonistas que devem ser compreendidas em amplo sentido, abrangendo das pessoas o presente, o passado e o futuro. Quando estudou a identidade de lideranças do MST, Tereza Queiroz (2000) trata também de território, acentuando a articulação de cada pessoa com a identidade coletiva do Movimento, chamando de inscrição no tempo e no espaço de lutas e diálogo com oponentes e aliados. A fala de uma pessoa de Santa Bárbara é como uma síntese do que aqui se discute:

Porque aqui tem muita gente que moram aqui, são assentada aqui, mas num se consideram como Sem Terra. Eles acham que não são Sem Terra porque eles já conseguiram, a terra, pra trabalhar, eles acham que não são Sem Terra. Sem Terra não é só a pessoa ter a terra. A pessoa é considerada Sem Terra até que todo mundo tenha a terra pra trabalhar. Enquanto a Reforma Agrária não for feita pra todos no País, todo mundo é Sem Terra. Mesmo que a pessoa seja assentado, e tenha a terra pra trabalhar, mas se o nosso companheiro não tem, nós somos considerado Sem Terra. Só deixamos de ser Sem Terra, quando a Reforma Agrária for toda feita no País.

Tudo isso tem que ter o aprendizado, mas tem que se lembrar da nossa raiz. Isso a gente descobriu aqui mesmo. Através do próprio Movimento também, que a gente já veio com as idéias do Movimento que a gente tinha que mudar a história. A gente quando ocupa uma terra já muda a história. O cara é sozinho e vai participar. Já num vai ser sozinho mais. A partir daí a gente num vai ser sozinho mais. Vai ser um grupo de gente. O que a gente

aprendeu? A gente aprendeu no Movimento que o Sem Terra num é a Santa Bárbara. É a Santa Bárbara. É a Santa Luzia. É Umari. É o Angico. É o Capim Grosso. É o Zé Lourenço.(Assentamentos). É o estado do Ceará completo. É a Bahia. É o Pernambuco. É o País. É lá fora, se tiver ocupação nos outros Países, se tiver Sem Terra. É um só. Sem Terra é um só. Nós aprendemo isso. Nós aprendemos isso aqui.

As relações estabelecidas entre os diversos atores da territorialização de Santa Bárbara são também elementos constitutivos da identidade do MST e das posições ocupadas nas diversas territorializações que ocorrem no assentamento. Por isso foi necessário reconstituir tudo o que foi apresentado da territorialização, correlacionada com Educação Popular, sem o que se correria o risco de ver de forma *rasgada* esta identidade¹⁹. O processo de multiterritorialidade, que faz as pessoas sentirem-se Sem Terra, resultou de relações estabelecidas no passado e que continuam sendo negociadas, pautadas, no presente, sendo cada lugar de territorialização do assentamento assim compreendido:

O lugar de que falam é socialmente preenchido, com um sentido demarcado, porém nada é fixo, estando os sentidos atribuídos num jogo permanente de deslocamentos e disputas que têm a ver com os intercâmbios sociais e simbólicos entre os diversos grupos em presença. (QUEIROZ, 2002)

O assentamento Santa Bárbara, por essas razões, tem uma complexidade, uma multiplicidade, de aprendizado de identificação, e é isto que o faz singular. É aprender todos os dias auto-referência, que é cada pessoa frente a diversas identidades que possui decidir com ela própria o papel que vai desempenhar.

É também aprendizado de reconhecimento, a partir do anterior, quando também cada pessoa, interagindo com as demais, aprende a estabelecer territórios, dos mais secretos aos mais visíveis. Como tal, a auto-referência, que se faz na intimidade das pessoas, leva as fortes decisões, dramáticas até, movendo e estando, nas emoções, onde se revelam invisibilidades. A segunda, constituindo a unidade do território com o aprendizado da constituição do território, traz em primeiro

¹⁹ Essa metáfora de *rasgamento da identidade* foi apresentada por um atingido pelas obras do Complexo do Pecém, comentando sua dificuldade de atravessar uma larguíssima estrada construída em paralelo a uma ferrovia, as duas para transporte intermodal de cargas entre uma outra rodovia e o Porto que lá foi instalado. O atingido pelas obras sentia-se *rasgado* porque não conseguia ver o outro lado do seu lugar, onde ficou parte de seu grupo familiar. O mesmo sentimento foi passado, a mim e a outros colegas do IDACE, por atingidos pelo Complexo do Castanhão, que foram *rasgados* pelas obras da barragem. O impacto sobre a qualidade de vida das famílias do Pecém pode ser conferido em Monte, Paula & Castro Júnior (2005).

momento a defesa do ponto de pauta, que não está separado do seguinte, a sua realização, a sua materialização, constituindo uma identidade coletiva, identificada (SANTOS, 1995). Com isso, importa ressaltar que as diversas identidades, que se estabelecem nos territórios são pausas transitórias de constituição de uma identificação, da constituição da multiterritorialidade que aqui está sendo apresentada, ou seja,

Os grupos sociais, tal como os indivíduos, acumulam, ao longo do tempo, diferentes identidades e a cada momento podem dispor de várias identidades complementares ou contraditórias. Deste *stock* identitário, uma das identidades assume, segundo as circunstâncias, a primazia. (SANTOS, 1995: 43).

Porque os assentados e militantes dialogam, interagem e sincronizam elementos significativos de suas vidas, satisfazendo necessidades territoriais e constituindo sua identidade com o assentamento, que é o seu território, será apresentado a seguir como a Educação contribuiu ou faz parte de tal processo. É necessário, no entanto, melhor apresentar quem faz a disparada, o MST.

3.1.5 Movimento Sem Terra – organicidade e territorialidades

Para saber sobre o que Sem Terras estão estabelecendo, fui até Santa Bárbara, e, lá, pessoas fizeram revelações; mas o MST está no Brasil e no Mundo. Como então ouvir de alguns Sem Terras que fossem significativos? Como ouvi-los, neste contexto de multiterritorialidade? Como, a exemplo de Santa Bárbara, conseguir dados, informações, confiáveis no contexto do presente trabalho? A saída encontrada foi conseguir dados por intermédio de *falas* em lugares multiterritoriais, amparando-se em algumas situações de outras *falas*, particularmente de sítios na Internet e alguns documentos governamentais. Para tanto são utilizadas informações que estão na Agenda do Movimento ano 2004 e o seu lugar, o sítio, na Internet.

A apresentação do MST vem sendo feita ao longo deste trabalho, em algumas situações sendo anunciada mais enfaticamente, particularmente quando o próprio Movimento se apresenta. Todo este capítulo está apresentando o MST. Com tudo isso, porém, este momento requer que sejam apresentados mais de seus traços, vez que nesta nossa reflexão este ator em disparada vai estar no meio de

outros atores, sendo necessário atentar para *quem é ele*, a fim de não perdê-lo de vista.

A gênese do MST traz em seu âmago a luta pela terra contra expropriação e exploração no desenvolvimento do capitalismo, inserido o Brasil num plano internacional, a partir da tomada das terras dos índios, seus primeiros habitantes, seguida de sua escravização, e dos negros vindos da África, e, mais recentemente, com outras formas de trabalho escravo, um movimento histórico se desenrola, com camponeses lutando por direito a terra²⁰.

Lutas organizadas, das quais o Movimento sente-se herdeiro, podem ser mencionadas, destacando-se: a Guerra do Contestado; os diversos quilombos, tendo mais destaque o de Palmares; o Movimento de Canudos; o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto; as Ligas Camponesas; a revolta camponesa de Trombas e de Formoso; e, os conflitos no Araguaia, sem esquecer de todo o movimento sócioambiental²¹. A gênese e a natureza do MST, assim são apresentadas por Fernandes (1998):

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar. Esse processo é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo. O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. Desde Canudos, Contestado, Porecatu, Trombas e Formoso, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito à terra. Chegam ao final do século XX sem ainda ter conquistado, sem sua plenitude, esse direito. (FERNANDES, 1998: 26).

O Movimento Sem Terra aprendeu que está continuando a história de lutas e resistências de muitos que o antecederam, com base em permanentes reflexões sobre sua experiência prática, referenciando-se na história de outros movimentos no Brasil e na América Latina, e construiu: escolas para suas crianças, seus jovens e seus adultos; uma organização de associações cooperativas, cultivando valores de solidariedade, por meio de mutirão e outras formas de cooperação no trabalho; a luta na busca saúde digna para todas as pessoas, que não seja com base no mercado de remédios; a busca em conseguir a igualdade nas relações entre homens e mulheres; a persistência de ter a cultura e arte no cotidiano

²⁰ Um breve resgate do processo de ocupação, no Brasil e no Ceará, pode ser conseguido esmiuçando Prado (1966), Alves (1979) e Cunha (1998).

²¹ Podem ser encontradas em Moura (1981), Costa (1988), Cunha (1973), Aued (1986), Esterici (1987), Bernardert (1979), Guimarães (1988) e Martins (1991), bem como no precioso resumo de Duarte (1997), além de Santana (1993) e CPT (2001), que nos informam a presença do trabalho escravo.

de cada pessoa da “família do MST”; muitos jardins, bosques e pomares; a recuperação de rios, lagos e lagoas; a luta incessante pela produção de alimentos livres de agrotóxicos e de transgênicos; e a elaboração de seus próprios meios de comunicação. A partir da terra conquistada, da casa onde morar e da barriga sem fome,²²

[...] nossa bandeira tremula na sede da comunidade e nos latifúndios improdutivos, nosso hino soa em nossos ouvidos como uma eterna poesia, nos convoca a seguir em frente. [...] Brindamos cada gesto novo, cada palmo de terra semeada e vencemos pela simples decisão de continuar lutando até a realização do nosso sonho coletivo.

Em mais de 20 anos de lutas, resistências, conquistas e esperanças, o MST vem se expandindo pela amplificação de sua territorialização, tendo criado frentes de atuação, os setores e coletivos, que possibilitam atender pontos de pauta específicos que são fruto do empenho de seus militantes e de amigos do Movimento. Nos Quadros de 3 a 8, seguintes, se tem um resumo dos seis setores, sendo importante lembrar que tudo o que é apresentado é conquista do Movimento, onde se desenvolvem territorializações. Por isso, antes de apresentá-los, é necessário trazer aqui o que dizem Ezpeletta & Rockwell (1986), para que o Movimento e os seus setores e coletivos sejam vistos como edificações políticas, orgânicas, como diz Grzybowski (1994), conforme foi já aqui lembrado.

Toda forma social viva, toda instituição é, de fato, história acumulada, rearticulada. É produto de todos os setores sociais engajados nela, síntese de práticas e concepções criadas em diversos momentos do passado, cujo aparecimento atual não é homogêneo e nem coerente. Para tornar inteligível o presente é presente é preciso procurar no passado o sentido e a força destas “pistas recebidas sem a vantagem de um inventário”. Este conhecimento é necessário para criar propostas alternativas vinculadas a um movimento histórico real. Somente no enraizamento histórico a política torna-se construção orgânica. (EZPELETTA & ROCKWELL, 1986: 60).

²² Sempre quando não for citada fonte, nesta apresentação do MST e outros trechos, considere-se MST (2004) e outras referências com www.mst.org.br.

Quadro 3
Setores do MST
Comunicação

Conquista	Descrição
Jornal Sem Terra	É um dos jornais de movimentos populares de mais longa duração, 21 anos
Rádio	Programas em 158 rádios comunitárias e universitárias
Sítio na Internet	Desde 1996, recebendo até mais de 1.000 visitas diárias
Revista Sem Terra	Com 5 anos de existência, periodicidade bimestral, abordando temas relacionados a economia, política, cultura e movimentos sociais de âmbito nacional e internacional
Curso de Comunicadores	Em parceria com o ITERRA

Quadro 4
Setores do MST
Direitos Humanos

Descrição das Atividades
Capacitações sobre os direitos fundamentais e essenciais do cidadão brasileiro e legislação agrária, nos diversos cursos e encontros.
Assistência jurídica popular, com um quadro de 500 advogados.

Quadro 5
Setores do MST
Formação

Descrição das Atividades
Formação de educadores em nível médio e superior
Formação de 15 mil educandos jovens e adultos, em parceria com 59 universidades.
1.000 escolas da 1ª a 4ª série e 100 escolas da 5ª a 8ª série
1.400 salas de aula, com 30 mil jovens e adultos alfabetizados com 2.000 educadores/as.
300 educadores/as trabalhando com crianças de 0 a 6 anos, nas cirandas infantis, em 250 cirandas em 23 estados
Escola Itinerante, no Rio Grande do Sul, atendendo crianças de 7 a 12 anos da 1ª a 5ª série.
Realização em Brasília, em conjunto com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO e Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, a Conferência Nacional de Educação Básica do Campo.
Formação de Educação do Campo em Pedagogia da Terra, em parceria com universidades, Governo Federal em articulação com a Via Campesina.

Quadro 6
Setores do MST
Gênero

Descrição das Atividades
Mesmo sem haver política de cotas, a Direção Nacional é composta com 1/3 de mulheres, com coordenações estaduais chegando a ter de 50 % de mulheres.
Linha política de participação de 50 % de mulheres nos cursos de formação e nas mobilizações e que a coordenação de cada núcleo de base seja realizada por um homem e uma mulher
Debates e estudos sobre gênero e participação da mulher em todos os cursos e encontros
Ciranda Infantil em todos os encontros, curso e seminários nacionais, para permitir a participação da mulher.
Aumento da participação da mulher em todas as instâncias de decisão
Campanha de documentação da mulher trabalhadora rural
Luta pela titulação conjunta dos lotes e direito aos créditos em nome do casal

Quadro 7
Setores do MST
Produção, Cooperação e Meio Ambiente

Conquista	Descrição
Associações	Produção, comercialização e serviços, num total de 400 unidades.
Cooperativas	Cooperativas de produção agropecuária, coletivas e semi-coletivas, num total de 63 unidades, com 2.299 famílias associadas.
Cooperativas	Comercialização e prestação de serviços, num total de 22 unidades, 11.174 sócios diretos.
Cooperativas	Crédito (Banco Popular), num total de 3 unidades, 5.400 associados
Agroindústrias	Pequenas e médias, num total de 96, sem contar as milhares micro-agroindústrias, processando frutas, hortaliças, leite, grãos, carnes e frutas.
Projeto "Abraço Verde"	Preservação de matas com plantação consorciada
Embelezamento de Assentamentos	Campanha de educação ambiental, com o plantio de árvores, flores, construção de jardins e florestamento
Produção de Sementes	Sementes agroecológicas Bionatur e produção orgânica de semente de milho
Produção agroecológica	Capacitação de assentados em tecnologias alternativas

Quadro 8
Setores do MST
Saúde

Descrição das Atividades
Formação de educadores em saúde comunitária
Programa de prevenção DST/AIDS, em parceria com o Ministério da Saúde.
Programa Terra e Saúde, com produção de plantas medicinais, em parceria com a Fundação Instituto Osvaldo Cruz - FIOCRUZ/Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima - PETROBRAS/Ministério da Saúde
Curso de Medicina em Cuba para Jovens Assentados
Programa de Produção de Medicamentos Naturais

Dois setores, considerando a busca por terra, elemento fundamental para a edificação da multiterritorialidade do MST, têm papel importante: o de Formação, que favorece o conhecimento do contexto e a conseqüente luta direta pela terra, e dos Direitos Humanos, visto que as mobilizações como já foram apresentadas, recebem, em muitas oportunidades o “não” dos que controlam os territórios que o Movimento busca conquistar na forma de prisões, assassinatos, torturas, ameaças e despejos violentos e até desfechos com mortes.

Outro setor que tem destaque é o de Gênero, porque “...afinal o Movimento não é uma ilha na sociedade. É através das lutas e das diversas formas de formação que se rompe com os valores disseminados pela burguesia”. O setor incentiva a discussão no seu seio, sem priorizar essa luta em detrimento da luta de classes, mas deseja mulheres de compromisso com a classe trabalhadora, com oportunidades iguais de militar e de dirigir o Movimento²³.

O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, no qual estão as associações e cooperativas, articula também o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA, que é organizado pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda – CONCRAB, que tem, segundo Paulo Cerioli & Adalberto Martins (1997), ao mesmo tempo, o caráter de empresa econômica e caráter político. O SCA, nascido para se especializar na organização da produção, aglutina os assentados e os representa politicamente com a perspectiva de instalar um cooperativismo alternativo ao modelo econômico capitalista, a partir da ampliação da territorialização do MST, “...ampliar a reforma agrária na região onde estamos assentados”, sendo importante destacar alguns de seus objetivos, que põem melhores traços da prática da estratégia de multiterritorialidade do Movimento:

- a) Garantir a organização do povo assentado: massificando e politizando; b) Consolidar a organização de base do MST; c) Conseguir liberar pessoas (militantes) para participar dos Movimentos e Organizações Populares; d) Cultivar a política e implementar a estratégia do MST; e) Ser a retaguarda econômica do MST; f) desenvolver a consciência social e política da nossa base social, estabelecendo uma nova visão de sociedade e engajar-se nela; g) Transformar a ideologia do camponês: substituir o “meu” pelo “nosso” e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo; h) Criar condições materiais para a luta social e política, dispendo de infra-estrutura e recursos Econômicos. (CERIOLI & MARTINS, 1997: 13).

²³ O MST do Ceará já dá uma boa contribuição. Os setores e sua coordenação estadual têm, preponderantemente, a presença de mulheres. Também Santa Bárbara, com o seu grupo de mulheres, que influenciam fortemente no destino do assentamento.

Os dois coletivos, o de Relações Internacionais e o de Cultura, revestem-se também de grande importância para a territorialização que o Movimento desenvolve. O primeiro, porque são estabelecidas, na amplificação internacional da multiterritorialidade, relações com movimentos e organizações que, em seus países de origem, também realizam lutas populares. Como será visto adiante, em redes, como a da Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo - CLOC, como a Via Campesina e como o Fórum Social Mundial. Em diversos momentos do Movimento, a música, a poesia e a dança estão presentes, expressando e consolidando a identidade cultural *Sem Terra*. O Quadro 9 apresenta resumo do coletivo de cultura.

Quadro 9
Setores do MST
Coletivo de Cultura

Descrição das Atividades
Exposição fotográfica TERRA, que percorreu 800 cidades de todo o mundo.
Gravação, em 1988, do primeiro CD do MST, Arte em Movimento, com músicas compostas por militantes SemTerra, interpretadas por artistas consagrados da MPB
Realização, em Palmeira das Missões, em 1999, no Rio Grande do Sul, I Festival Nacional de Músicas da Reforma Agrária, de onde saíram as dezesseis músicas do segundo CD, Canções que Abraçam os Sonhos.
Realização, em 2002, da Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
Parceria com o Centro Teatro do Oprimido na formação de “coringas” para atuarem nas áreas de Reforma Agrária
Articulação com intelectuais e amigos da Reforma Agrária

Uma expressão importante dos setores e dos coletivos, portanto, de todo o MST, ligando luta pela terra e a cultura emergente do Movimento, pode ser encontrada na produção de muitas publicações, vistas por Landless-Voices (2003) como imagens e vozes da despossessão, que aqui são consideradas como expressões da sua espacialização. Uma rica sistematização pode ser encontrada em sítio da Internet, hospedado pela Escola de Línguas Modernas, Universidade de Nottingham, localizado geograficamente na Grã-Bretanha, de onde podem ser resumidos títulos e publicações, que estão no Quadro 10, ao mesmo tempo em que ilustram também a idéia de que o Movimento não está somente em fronteiras no Brasil.

Quadro 10
Espacialização
Cultura Emergente – Temas de Estudo

Categorização	Quantidade de Temas
Cultura	241
História	61
Luta pela Terra	35
Acampamentos e Resistência	26
Assentamentos	99
TOTAL	462

No mesmo sítio são apresentados temas correlacionados às categorias apresentadas, podendo ser notado como verdadeiro estudo da arte sobre o MST, que sinaliza não só sua dimensão em termos de presença nos espaços das universidades, mas, também, pelas próprias publicações, a dimensão múltipla da presença do Movimento nos diversos espaços sociais (veja o Quadro 11, seguinte).

Quadro 11
Espacialização
Cultura Emergente - Publicações

Título	Números
Cadernos de Formação	36
Cadernos de Cooperação Agrícola	11
Cadernos de Experiência Históricas da Cooperação	3
Cadernos de Educação	10
Boletim de Educação	8
Coleção Fazendo História	7
Coleção Fazendo Escola	4
Por uma Educação Básica do Campo	3
Cadernos Concurso Nacional de Redação e Desenhos	6
Coleção Pra Soletrar a Liberdade	2
Cadernos do ITERRA	3
Gênero	3
Cartilha de Saúde	5
Coleção dos Lutadores	3
Série Cadernos Vermelhos	9
Coleção Saber e Fazer	6
Publicações Diversas	8
TOTAL	127

Esta produção expressa a não-reprodução da Educação da subalternidade, constituindo função marcadamente hegemônica, dando direção intelectual aos Sem Terra e aos seus amigos pelo exercício da Educação popular, na qual educador e educando investigam a realidade, desenvolvendo consciência de classe, como diz Melo Neto (1999). Tal produção da presença do MST ressalta que desenvolve sua filosofia em Educação popular, que apresenta suas verdades políticas, desejos, poder e seu pensamento, singular.

Outras atividades, integrando Educação, saúde, produção, comunicação e cultura, reforçam os laços entre os diversos setores, os *laços* do Movimento, destacando-se: três oficinas nacionais de artes e comunicação, com a participação

de artistas, educadores e comunicadores populares de assentamentos; parceria com o Centro do Teatro do Oprimido, para melhorar o teatro e a mística em suas atividades; a promoção da importância da arte, da cultura e da comunicação, mediante intercâmbios, oficinas, filmes e documentários, junto aos cursos de Pedagogia, Magistério e Técnicos de Cooperativismo; e os seminários regionais e nacionais, discutindo cultura, enfocando a formação do povo brasileiro, do País, sua arte, suas pluralidades e diversidades culturais.

Malgrado o fato de que tudo que foi mostrado ser multiterritorialidade, no tocante, o Setor de Educação vem tendo papel destacado na articulação por uma Educação básica do campo, que teve origem na conferência realizada em 1998, tendo como um de seus objetivos: articular e formular uma proposta de Educação para o campo. Além dos três seus cadernos publicados, que são referência, mais recentemente, em 2004, destacou-se na II Conferência Nacional, e nos demais estados da Federação, como ocorreu no Ceará em 2005, onde foi notado que o MST pautou a Conferência e o Encontro Estadual. (veja foto seguinte do cartaz).

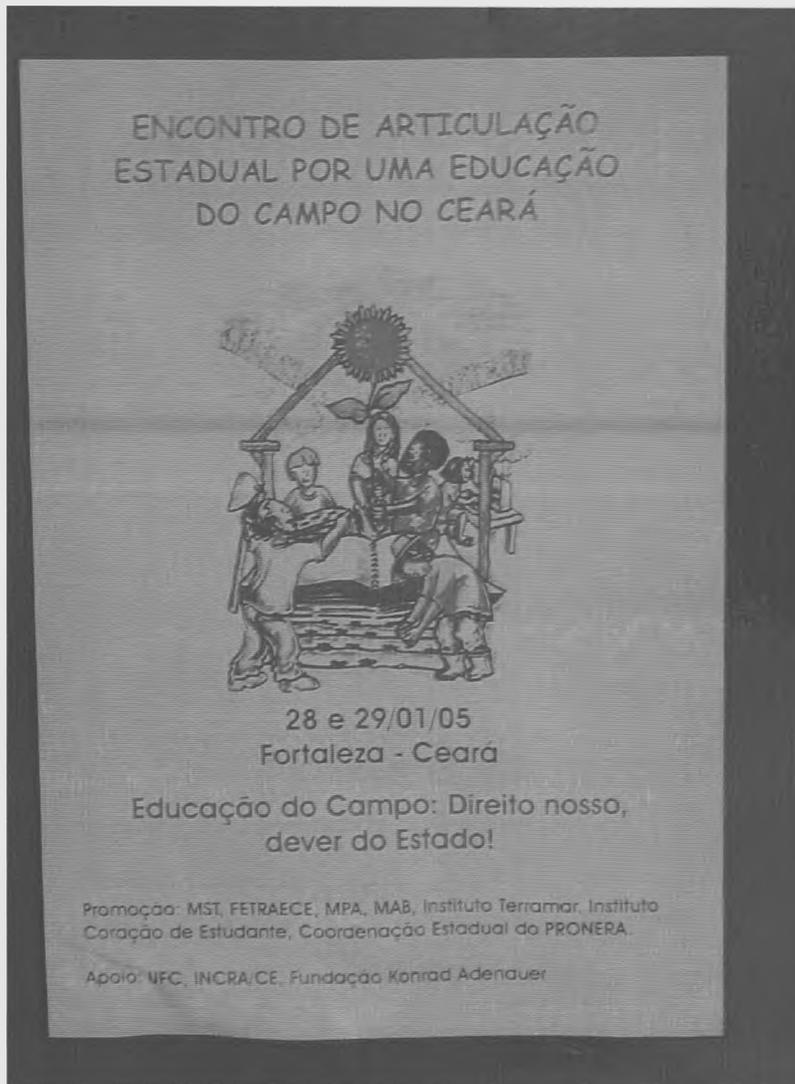


Foto 18 - Cartaz do Encontro da Articulação por uma Educação do Campo no Ceará.
Foto cedida pelo MST.

Pela importância que dá o Movimento à Educação popular, e sendo um dos pilares desta reflexão, será oferecida uma atenção maior ao Setor de Educação, lembrando Paulo Freire, ao assinalar que ela é somente um meio para ações das pessoas, e de Goethe (2004), que está nas páginas da Agenda do MST: “Saber não é suficiente, devemos aplicar. Desejar não é suficiente, devemos fazer”.

O Setor foi constituído em 1987 e está organizado nos 23 estados em que ocorre a territorialização do Movimento. Nos acampamentos e assentamentos, apresentam-se por intermédio de organizações arbóreas que são formadas por equipes, as coordenações regionais e a estadual, sendo que, quanto mais desce para a base, apresenta-se como rizomática, a qual se amplifica para o Coletivo Nacional. É nele onde é arquitetada a pauta de Educação do MST, porque é onde

são feitas discussões e “tirados” encaminhamentos, a serem desenvolvidos pelas frentes, que são: trabalho na Educação, para viabilizar na organização as frentes de trabalho; Educação infantil, onde estão as cirandas com atividades que cuidam da boa gestação de bebês, passando com atividades das mães, indo até a busca de formas de educar os filhos e de opções de melhorar a nutrição das crianças até seis anos de idade; ensino básico, que se organiza a partir das necessidades locais e coletivas na implementação das escolas nos assentamentos, luta pela garantia e respeito a uma proposta pedagógica nascida e adequada à realidade das pessoas dos assentamentos; jovens e adultos, tentando romper com a herança de trabalhadores que não sabem ler e escrever e “...decretarmos nossas áreas territórios livres do analfabetismo”; e, formação de formadores, constante de pessoas que acompanham conteúdos, a prática da proposta pedagógica, as linhas de formação, atentando para os que estudam no Ensino médio e no Ensino superior dentro da proposta do MST.

O Quadro 12, montado com base em atualização do sítio do MST na Internet, em fevereiro de 2003, apresenta o que estava sendo conquistado, estando, então, em processo de negociação alguns lugares de especialização, como o Curso de Pedagogia da Terra, em Fortaleza, hoje em funcionamento, e também a Escola Florestan Fernandes, que se apresenta, recentemente instalada, como possibilidade de se tornar um centro internacional de formação de camponesa.

Quadro 12
Espacialização
Educação

Lugar	Quantidade
Prêmio recebido pelo trabalho no campo da Educação	5
Curso de Ensino Médio que se iniciou em 2001	5
Curso de Formação de Educadores e de Técnicos	8
Curso na Área da Gestão	3
Curso de Ensino Supletivo	2
Convênio com Universidade – Curso Realidade Brasileira / Jovens	13
Encontro Regional e Nacional	10
Concursos para escolas e estudantes do MST	3
TOTAL	49

Observe-se também que o Movimento estimula e procura viabilizar a presença de jovens em cursos em universidades brasileiras, e fora do País, como os que estudam na Escola Latino-Americana de Medicina, em Cuba. Para isso vem desenvolvendo projetos e parcerias com cerca de sessenta instituições públicas ou privadas. “Já temos diversos companheiros filhos de assentados, que se formaram em universidades e hoje exercem atividades no MST como agrônomos, advogados, jornalistas, professores, e pesquisadores”.

Além do que foi mostrado, o setor conta com aproximadamente 3 mil educadores de alfabetização de jovens e adultos, atuando com cerca de 30 mil alfabetizando, alguns em trabalho voluntário e outros mobilizados por projetos, todos presentes num universo de 1.800 escolas de Ensino Fundamental, atendendo aproximadamente 160 mil crianças e adolescentes. Mesmo assim, tem consciência das dificuldades que enfrenta, assim expressando:

Apesar disso ainda é grande o número de crianças e adolescentes fora da escola, ou porque a escola ainda não é reconhecida como legal, ou porque não se respeita uma proposta de currículo adaptada às necessidades dos filhos de trabalhadores rurais.

O assentamento tem uma área delimitada onde as pessoas passaram a trabalhar, a ter educação, a ter saúde. É também onde discutem seus problemas e vão procurando resolvê-los por meio de um autogoverno, por uma autogestão. Os assentados, ao mesmo tempo, têm relacionamentos com pessoas e instituições de fora. Procuram constituir relações de amizade, com agricultores familiares, assentados, acampados, comerciantes, com entidades governamentais e não-governamentais, enfim, procuram manter relações em diversas dimensões. Mesmo assim, mesmo com as amizades, muitas vezes a solução de seus problemas, de suas necessidades territoriais, é realizada por eles próprios, como que num isolamento. Quando sai de seus espaços de socialização política, contudo, constituem outros espaços de socialização política e, desse modo, estão em territórios-rede.

Sabem disso e tentam relacionamentos externos para novas conquistas. E estão estabelecendo esses relacionamentos de acordo com suas necessidades, “a gente vai tentando realizar algo pra combater os problemas”, porque, também, com esses relacionamentos, assentamento é um lugar em constituição, diariamente em constituição, ao mesmo tempo em que está em outros lugares em constituição.

Constituem-se os assentamentos em todo o Ceará e amplifica-se o Movimento nacional e internacionalmente, na Via Campesina e Movimento Mundial Anti-Mundialização Neoliberal, onde se constrói o Território Social Mundial - TSM, como observado em janeiro de 2005, na cidade Porto Alegre. O MST, como um dos coordenadores do FSM se apresenta, portanto, mundialmente se multiterritorializando.

O MST não está parado, nem fechado, nem isolado. Amplifica-se para vários lugares. Para onde leva essa disparada? Para onde aponta? Alguns dizem que é para uma nova sociedade, “que a gente busca, que a gente sonha”, para o País e para o Mundo. Aponta nesse rumo, nesse sentido: os Sem Terra estão desenvolvendo seu potencial “invencionário”, com criatividade e ousadia, essencialmente populares, materializando utopias, sonhos realizáveis em todos os territórios conquistados e a serem conquistados.

3.2 Desterritorialização e Territorialização: outros saberes

Vem se constituindo a alguns anos em Santa Bárbara tudo o que hoje está aparecendo, porque não estão separadas a história e a geografia da constituição de sua territorialização. Aos saberes que foram apresentados, dando destaque às pessoas que o fazem, serão agregados aqui outros, sendo apresentados agora mais no sentido de mostrar os processos de desterritorialização e territorialização, jamais aqui se esquecendo de que são as pessoas é que os constituem.

Dando assim continuidade a esta apresentação de segredos que revelados, serão a seguir apresentados outros elementos que caracterizam o assentamento, isto não querendo dizer que todos estão presentes em outros assentamentos, e, muito menos, que cada um tem as mesmas características, uma vez que cada assentamento tem os segredos que fazem sua singularidade.

3.2.1 Cartografia - desenho de uma multiterritorialidade

Santa Bárbara tem por marca a multiplicidade. Nela estão inscritas territorialização e desterritorialização, conformando uma unidade com um profundo sentido relacional de multiescalaridade e de multidimensionalidade, que busca satisfazer necessidades territoriais dos assentados, do nível mais físico ou biológico até o mais imaterial ou simbólico, constituindo uma territorialidade múltipla, integrada, de organizações arbóreas e rizomáticas (HAESBAERT, 2004).

Esta conformação acontece integrando espaços de socialização política e territórios-rede, compreendida territorialização como sendo: "...as relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico" (HAESBAERT, 2004: 339). Nesta perspectiva, como aqui está sendo desenvolvido, será apresentado a configuração de Santa Bárbara, salientando que a sua multiplicidade é associada aos sujeitos que a desenvolvem, sendo considerada a especificidade de cada um deles.

Alguns elementos do que poderia ser chamado de uma cartografia de Santa Bárbara vêm sendo apresentados ao longo deste trabalho. Agora, continuando, serão apresentados outros dando mais atenção a alguns detalhes dos

já enunciados, do espaço de socialização política de todo o assentamento. Os lugares que o montam, que configuram o espaço de socialização política do assentamento, são os ambientes onde as pessoas conversam e trocam idéias, onde relações face a face se estabelecem. É ali também onde os assentados tiram a maior parte de seu sustento²⁴. É lá que se reúnem e decidem, onde exercem seus poderes. São lugares onde também: preparam-se para lutas, dentro e fora do assentamento; têm sua religião e fazem religiosidade; criam e matam seus mitos; fazem seu lazer, suas festas, suas artes, seus esportes; fazem amor e fazem sexo; estuda-se, se aprende, ergue-se conhecimento. Cada lugar é singular, onde *cada um guarda mais o seu segredo*, onde confidências são reveladas e onde até algumas não podem ser publicadas. São lugares, enfim, da vida de Santa Bárbara. Nesses lugares, sempre, estão constituídas organizações arbóreas ou rizomáticas.

Diversas são as organizações arbóreas no assentamento. As que mais chamam a atenção serão logo a seguir destacadas, começando pelas instâncias de poder presentes no território, que tem algumas constituídas formalmente, e outras presentes em outros territórios no assentamento, mas que existem na informalidade. Esta dicotomia, formalidade-informalidade, no que pese a sua importância para a territorialização, como será visto à frente, configura-se também como dificuldade, dado que muitas vezes entra em choque com o aspecto formal (administrativo) do assentamento que não pode *penetrar* parte da organização informal.

Como pode ser visto no Diagrama 1, o poder formal está organizado em uma árvore com três níveis, diferente de como ocorria ao tempo do patrão. A assembléia, que tem o poder de controlar as atividades coletivas, assim, indiretamente interfere em cada uma das atividades individuais, uma vez que a terra tem o uso misto. Com isso é a parte da organização que é portadora da maior distância comandado-comandante, uma vez que somente podem dela participar os assentados, os cadastrados e não todas as pessoas do assentamento.

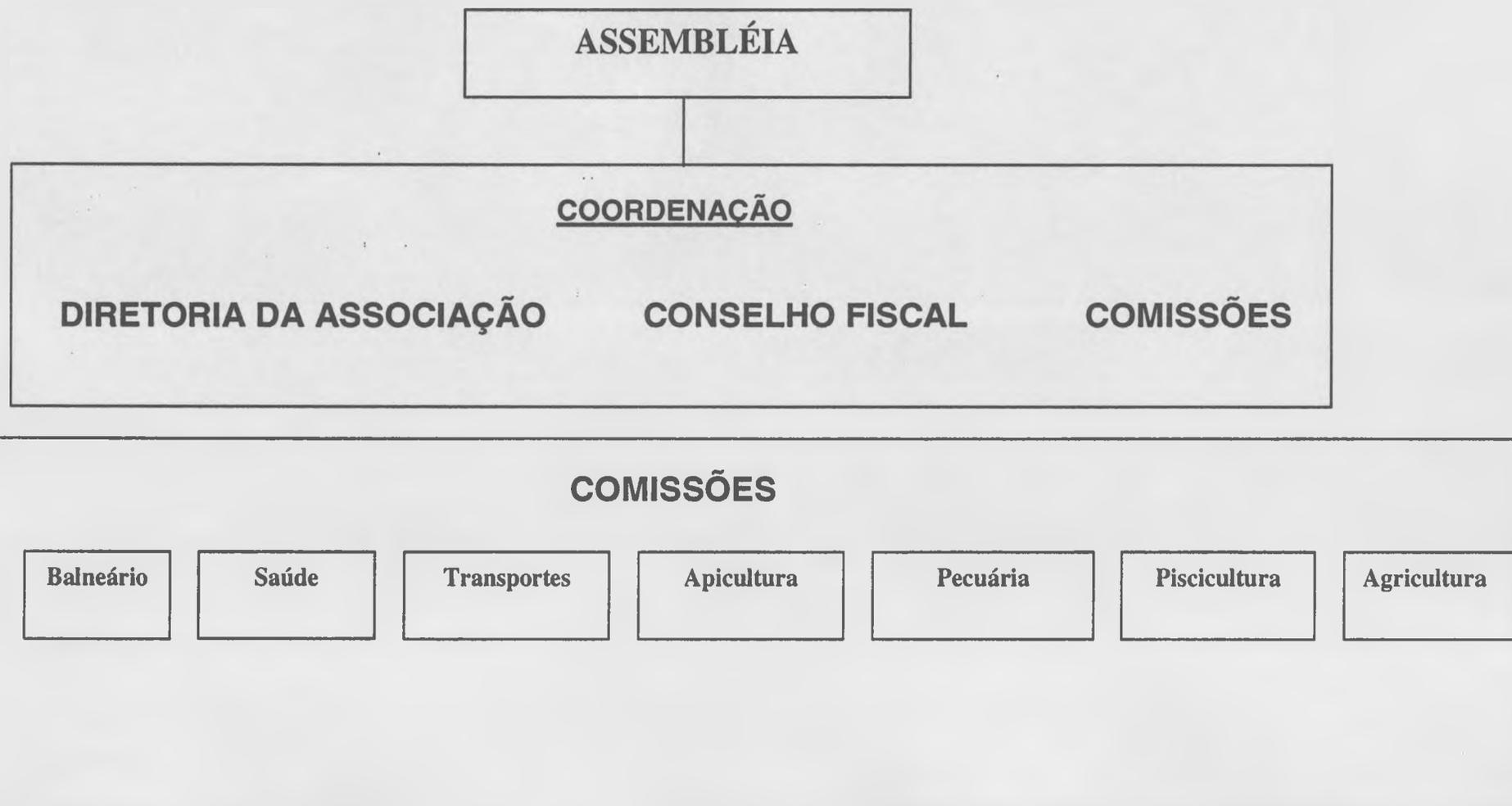
Tal composição da assembléia dá poder de mando, *nas terras do assentamento*, às pessoas que são cadastradas, àquelas que são formalmente assentadas, e, por isso, na prática, fazendo a Reforma Agrária sob o controle dos

²⁴ Uma parte da reprodução dos assentados é proveniente de rendimentos obtidos fora das terras do assentamento, quais sejam o box de venda de peixe no mercado público em Caucaia, venda de outros produtos agrícolas e prestação de serviços pelo assentamento. Outros rendimentos, como aposentadorias e pensões, bem como doações, também ingressam no assentamento. Pode ser dito, sem medo, que Santa Bárbara é pluriativa.

trabalhadores, exercendo-o na coordenação e nas comissões, controlando toda infra-estrutura, a partir do mando sobre as terras conquistadas²⁵ (observar Diagrama 1, onde é apresentada a árvore de poder institucionalizado em Santa Bárbara).

²⁵ Não ocorre controle individual, com exceções encaminhadas à Coordenação ou assembléia, seja da infra-estrutura econômica, seja infra-estrutura sociocultural, seja da infra-estrutura ambiental. Qualquer uma delas, como, por exemplo, casas, para uso como moradias, ou para uso de algum grupo ou instituição, por exemplo, AA, Hip Hop ou Igreja, tem seu controle na Coordenação, sempre referendado, ou cassado, na assembléia. Algumas casas têm outros usos, principalmente com comércio, que são também questionados. (Ver Anexo 11 que apresenta a infra-estrutura).

Diagrama 1
Árvore de Poder



A distância entre assembléia e pessoas é reduzida na Coordenação, onde tem assento qualquer uma. E, mais ainda, nas comissões, onde o coordenador tem papel de mando, porém a partir de uma planificação das atividades da *sua* comissão, que passa pela Coordenação e chega até a assembléia. Seu *cargo* é destituível a qualquer momento, podendo assumir a função qualquer pessoa que tenha capacidade²⁶.

A coordenação é a parte da organização onde, com suas invariáveis reuniões aos sábados, a *administração* do assentamento é desenvolvida, bem como onde pautas que não são ligadas às atividades econômicas são encaminhadas, junto de que é onde tramitam pontos que são discutidos e encaminhados nas comissões, ou, ainda, onde decisões da assembléia são encaminhadas. É na Coordenação onde se consubstancia o poder formal sobre todo o território Santa Bárbara.

Essa forma de apropriação dos meios de produção, e sua gestão, em Santa Bárbara, não a fazem uma *ilha de socialismo*, um *Paraíso na terra*. Problemas, problemas e problemas, cotidianamente, são pautados, com alguns bem-encaminhados e outros não. O assentamento, com essas particularidades, somando-se o fato de que o que lá é produzido tem destino primeiro para as famílias do assentamento, mostra que está aberto para que todas as pessoas, ou grupos, possam nele se territorializar. Santa Bárbara está aberta para possibilidades, de todos, sem exceção, para pautar, pautar e pautar suas vidas.

Como tudo isso, porém, pode ser resumido numa forma mais comunicativa?

O Diagrama 2 é uma tentativa de expor a integração entre as dimensões do território - econômica, sociocultural e ambiental²⁷. A área de interseção, mínima, ou máxima, a depender da escala de amplificação, pode ser um espaço de socialização política ou um território-rede, ou, até mesmo, uma integração de

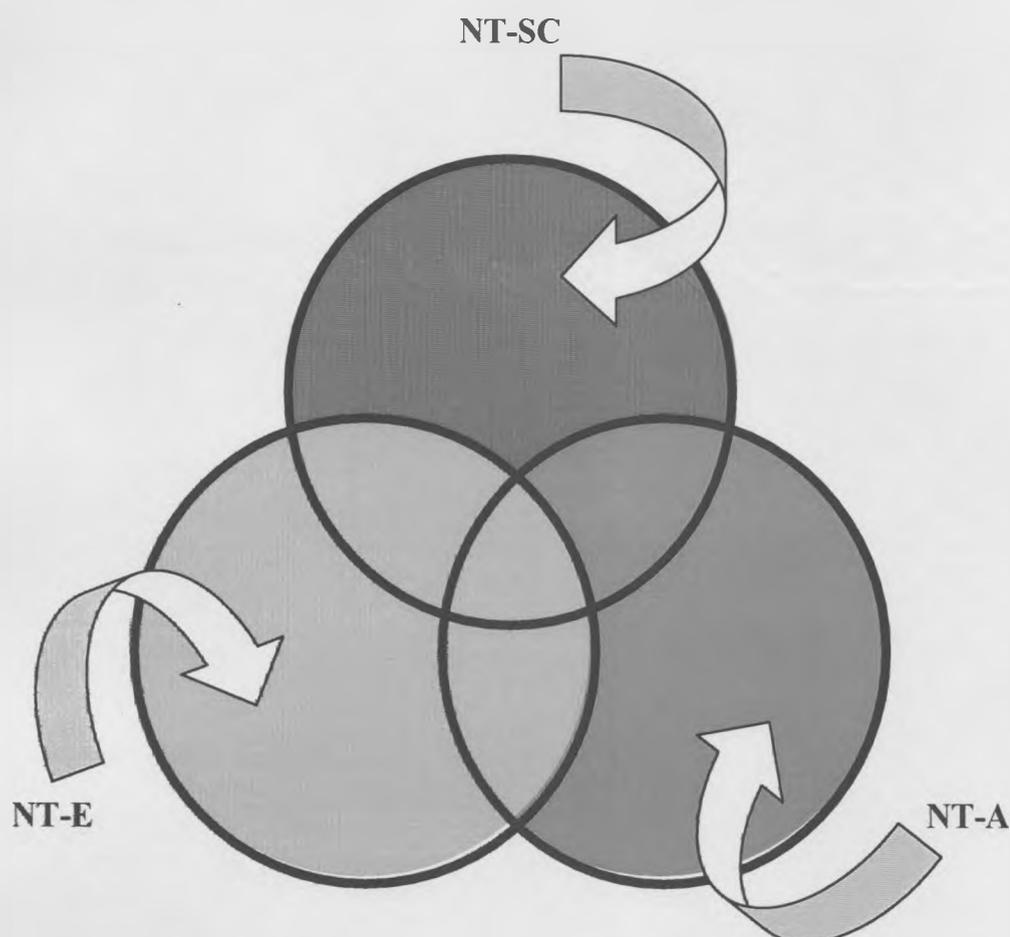
²⁶ O julgamento da capacidade é feito pela comissão, até do próprio coordenador. Em Santa Bárbara, presenciei duas destituições e respectivas assunções às posições.

²⁷ O diagrama aqui apresentando aproveita outro diagrama, concebido com base no Diagrama de Venn, que serve para mostrar áreas de sobreposição de elementos; é acessível, para muitos que têm computador, utilizando a ferramenta *inserir*. Tal diagrama é utilizado, com adaptações, por profissionais que atuam na perspectiva do que chamo desenvolvimento territorial pela mediação social. Sobre suas abordagens, consultar Souza & Furtado (2004). Os autores, em algumas ocasiões, já chamaram Desenvolvimento Popular, que, considero refletir mais uma concepção de desenvolvimento, no, ou para, rumo do Socialismo.

integração de territórios, considerando os espaços, ou lugares, circunscritos às suas respectivas esferas de poder.

Diagrama 2

Integração das Dimensões do Território



Outras árvores existem em Santa Bárbara. Serão comentadas, em primeiro plano, as que dão mais evidência de centro de poder e em seguida as que o mostram menos visível. As primeiras estão nos maiores grupos familiares do território²⁸. As seguintes serão ilustradas com suas presenças nos times de futebol,

²⁸ Considera-se grupo familiar como sendo a presença na árvore de mais de uma família, entendida esta como sendo, pelo menos, o casal e um descendente. Considerou-se como pessoa homem ou mulher, indiferentemente da sua idade.

nas igrejas, no grupo de mulheres e nos grupos de capoeira e de hip hop, uma vez que mais expressam as formações arborescentes mais marcadas por invisibilidades.

1. *Família* do Zezinho²⁹. Formada a partir de seus três casamentos, tendo pessoas participantes de árvores do poder institucionalizado, com algumas participando de time de futebol, capoeira, creche, escola e capoeira. Há uma que casou com uma de fora do assentamento e outra que casou com uma da próxima família. Algumas não são assentadas, porém freqüentemente estão no assentamento.
2. *Família* do Walmir. Há pessoas participantes das árvores do poder institucionalizado, com algumas participando de time de futebol e capoeira. Tem uma que casou com outra da família anterior e outra que teve filha com outra da família seguinte.
3. *Família* do Abrahão e da Ana Célia. Há pessoas participando das árvores do poder institucionalizado. Algumas participam da escola, da capoeira e da igreja. Tem não assentado, mas que freqüentemente está no assentamento. Existem outras que atuam em outras árvores fora do assentamento como seus representantes. Uma teve filha com pessoa da primeira árvore e outra que teve filha com um membro 6ª árvore.
4. *Família* do Zé e da Helena. Formada por quatro famílias, sendo que há duas pessoas que são casadas com componentes da 5ª família. Algumas participam da árvore de poder institucionalizado. Outras participam do time de futebol, capoeira, igreja, da escola.
5. *Família* do Alberto e da Zélia. Formada por três famílias, sendo que tem duas pessoas que são casadas com pessoas da 4ª família. Têm alguns componentes que participam da árvore de poder institucionalizado. Alguns

²⁹ Todos os nomes são fictícios.

participam do time de futebol, capoeira, igreja.

6. *Família* do Bernardo e da Daniela. Formada por duas famílias, com pessoas participando das árvores de poder institucionalizado. Têm algumas que participam da igreja e do time de futebol.
7. *Família* do Zé Maria e da Jacqueline. Formada por duas famílias, com poucas pessoas participando das árvores de poder institucionalizado. Algumas participam da igreja, mas muitas envolvidas em atividades que acontecem em lugares menos visíveis.

O Movimento Sem Terra se organiza integrando rizoma e árvore. Configura-se principalmente em rizoma, de militantes e de amigos do Movimento³⁰. É centrado, porém, no que denomina de núcleo de base, que, mesmo sendo um colegiado, não prescinde da figura seu representante em Santa Bárbara. Tanto o seu rizoma quanto a sua árvore têm em sua composição pessoas que estão em demais rizomas e árvores, mas, que, têm sua história marcada pela sua presença no Movimento. Essas pessoas, em árvores ou em rizomas, carregam, ou ajudam a carregar, a bandeira do MST.

A multiterritorialidade de Santa Bárbara nos mostra que as árvores e os rizomas transitam de umas para os outros e de uns para as outras, e se reverterem e se multiplicam e se integram. As múltiplas territorializações, ao mesmo tempo em que *puxam* para baixo o conjunto de rizomas, dá prosseguimento à “rizomização” e ao aprofundando das árvores. Os três movimentos, integrados, constituem, portanto, a conformação de Santa Bárbara, com o MST sendo forte expressão desta territorialização que se apresenta como profunda³¹.

³⁰ Amigos são pessoas que, tendo militado ou não, atendem imediatamente, ou não, solicitação de apoio. Com o Movimento sentem-se identificados. Como se diz: *pode demorar, mas não nega fogo*. Um amigo, muitas das vezes é silencioso, mas, em outras, diz o que o outro amigo não quer ouvir. Um outro amigo, muitas das vezes é *espalhafatoso*, mas, em outras, não diz o que outro amigo quer ouvir. Todos, do seu jeito, como na *Canção da América*, do cantor Milton Nascimento, estão sempre no *lado esquerdo do peito*.

³¹ Profundo, acontecendo nos territórios materiais e imateriais, conforme Fernandes (2005), que se dá, inclusive, nas mentes e corações das pessoas que se multiterritorializam.

Para que melhor seja observada a conformação de Santa Bárbara, de sua multiterritorialidade, é necessário ver outros traços de lugares que aqui já foram apresentados para daí ser observada a estratégia que guia a constituição do assentamento, ou como faz uso das vantagens dos diversos tipos de territorialização, como diz Haesbaert (2004), que é de sua multiterritorialidade, como ressalta Fernandes (2005).

O Quadro 13 apresenta os espaços de territorialização em Santa Bárbara, considerando presença como militantes ou amigos do Movimento. Foram encontrados vinte e sete lugares, entretanto, sabendo-se que em cada um deles ocorre em mais de um espaço de socialização política, como nas comissões, agroindustrializações e rodas de conversa, e, ainda, computando os territórios-rede que diretamente são conformados, a quantidade pode alcançar a cada dia, pelo menos, noventa territórios.

Quadro 13
Assentamento Santa Bárbara
Espaços Políticos de Territorialização

Lugar	MST	
	Militante	Amigo
Assembléia	X	X
Associação	X	X
Conselho Fiscal		X
Coordenação	X	X
Comissão - Agricultura	X	X
Comissão – Pecuária	X	X
Comissão – Piscicultura		X
Comissão – Apicultura		X
Comissão – Transporte		X
Comissão – Balneário	X	X
Comissão – Saúde		X
Grupo de Mulheres		X
Agroindustrializações	X	X
Escola	X	X

Continuação

NEDI	X	X
Igreja Católica	X	X
Igreja Evangélica 1		X
Igreja Evangélica 2		X
Alcoólicos Anônimos		X
Time de Futebol 1		X
Time de Futebol 2		X
Time de Futebol 3		X
Capoeira		X
Hip Hop	X	X
Passatempos e Festas	X	X
Rodas de Conversa	X	X
Pontos de Encontro	X	X

NEDI – Núcleo de Educação e Desenvolvimento Infantil

Fonte: Pesquisa Direta

É patente uma relação entre enraizamento e territorialização. Na medida em que a organização arbórea desce de nível, mais ocorre ocupação de espaços, materiais e imateriais, e que são bem delimitados no assentamento. A assembléia ocupa o galpão. A Coordenação ocupa a *casa dos técnicos*, com suas partes, como diretoria da Associação e o conselho fiscal, ocupando outros locais. As comissões nos dias de reuniões se encontram em lugares diferentes do assentamento: o galpão, as escadas da capela, a casa dos técnicos e até a calçada da casa de alguns assentados. Assim, dado que as comissões são em maior quantidade, elas controlam mais verdadeiros espaços de socialização política. Detalhando um pouco: a assembléia, durante sua realização, tem como seu espaço de socialização política o galpão e suas proximidades; e a Coordenação, durante suas reuniões, tem como seu espaço de socialização política a casa dos técnicos e suas proximidades³².

³² Estas proximidades, dependendo da quantidade de participantes, aumentam ou diminui. Presenciei reuniões em que as fronteiras das proximidades em muito se enlarguesceram para longe do local. Presenciei outras em que as proximidades *encolheram* para até dentro do local.

As comissões, durante suas reuniões, têm os seguintes espaços de socialização política: de pecuária, a casa de fazenda situada nas proximidades do centro de manejo; de transportes (e máquinas), nas proximidades do pátio de máquinas; e de piscicultura, as escadas da capela. A foto seguinte mostra reunião de uma das comissões. Na mesma foto pode ser notado o interesse por esportes.



Foto 19 – Reunião de uma comissão, reunida nas escadas da Capela. Pode ser observado também que a comissão gosta de esportes. Em primeiro plano, pessoa com camisa da Seleção Brasileira de Futebol, em seguida outra com a do Corinthians, e mais atrás, de pé, com a do Palmeiras. Mais ao fundo pode ser observada uma pessoa com abadá de capoeira.

Quatro agroindustrializações, cada uma na sua particularidade, em locais situados relativamente próximos, contribuem na constituição de vários espaços de socialização política, bem como os integram, constituindo outros espaços de socialização política, e, ainda, favorecem a conformação de territórios-rede.

Uma é a *farinhada*, lugar de cooperação entre os agricultores nordestinos. Reproduz suas particularidades na casa-de-farinha de Santa Bárbara. Constitui espaços de socialização política no assentamento, que consistem nos mutirões ocorrentes dentro das instalações da agroindústria e que se formam em função de um ou mais assentados que levam sua produção individual de mandioca

para “torrar” a farinha. Pode ser afirmado que os mutirões da farinhada são também espaços de socialização política, quais sejam, corte da mandioca, prensagem e torração. O conjunto dos mutirões, ou dos espaços de socialização política, que se espalham em lugares dentro da agroindústria, é um território-rede. Outro espaço de socialização política coletivo do assentamento também se constitui a cada farinhada, porque em cada uma que acontece o agricultor que utilizou as instalações da agroindústria passa parte da produção, na forma de produto ou em dinheiro, para a Associação. (ver foto seguinte de uma farinhada).



Foto 20 – Farinhada. Dois assentados, com um deles acompanhado de esposa.

Pode ser observado que ainda estão no início do processamento, dado que estão preparando a mandioca para ser prensada, como dizem, cortando as pontas.

Foto cedida por uma pessoa do assentamento.

Os espaços de socialização política constituídos na casa do mel, onde se beneficia mel e que tem uma parte de suas instalações funcionando como unidade de beneficiamento do pescado, tem como limites físicos os perímetros do prédio onde estão instaladas as agroindústrias³³. Na casa do mel são constituídos espaços de socialização política em função de assentados que produzem mel individualmente, ou em cooperação, quando sua produção está sendo beneficiada, sendo constituídos os espaços de socialização política do grupo de mulheres que lá

³³ Isto porque requer restrição de entrada de pessoas que não portem equipamentos de higiene pessoal (avental, luvas e gorros), em virtude da perecibilidade e apresentação dos produtos beneficiados.

trabalham e ao mesmo tempo espaços de socialização política dos assentados que no momento têm seu mel beneficiado (foto).

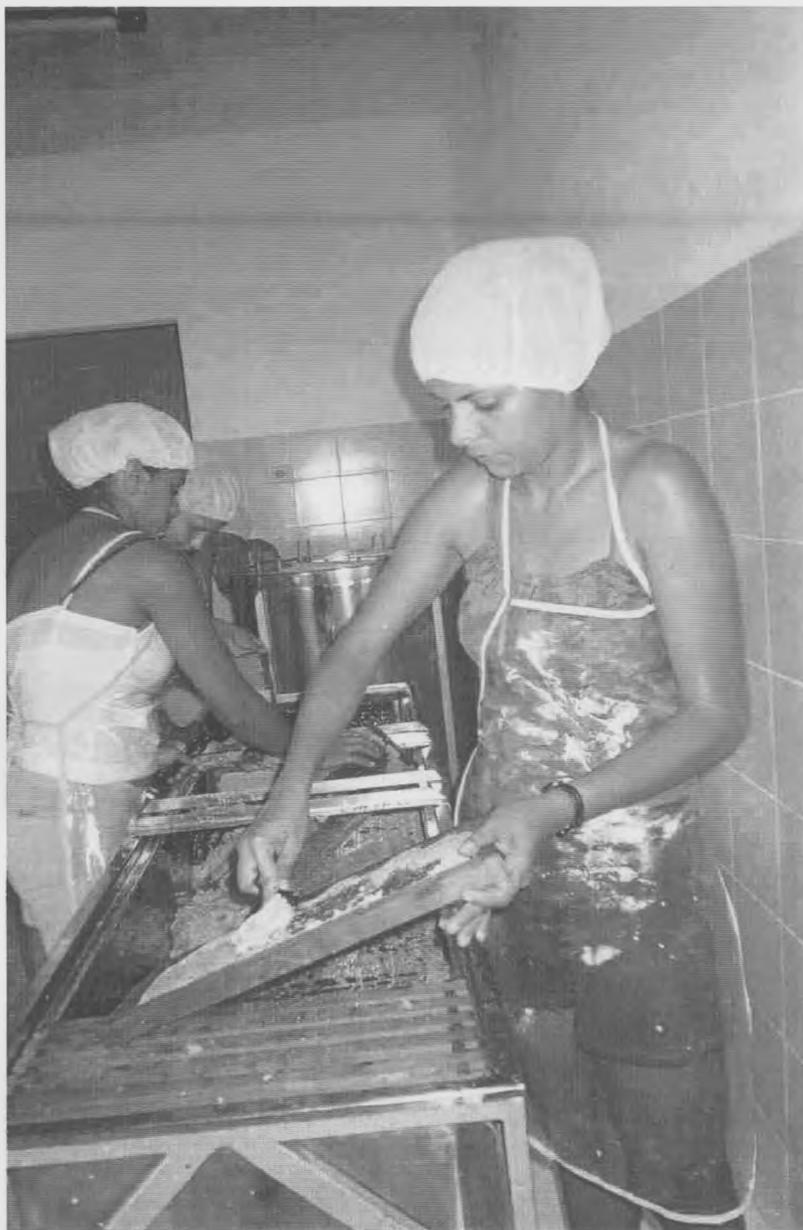


Foto 21 – Beneficiamento do mel. À frente pessoas retirando da melgueira.

Ao fundo, uma delas providenciando a centrifugação.

No mesmo local, em instalações contíguas, se constitui um espaço de socialização política do grupo de mulheres que beneficiam peixes produzidos por assentados em gaiolas individuais, gaiolas de grupos de assentados, gaiolas coletivas da Associação, tanques coletivos também da Associação, e ainda peixes que são pescados nos açudes do assentamento e que são comprados pela

Associação. Um território-rede, dos pescadores nos açudes, e um outro, dos produtores em gaiolas, são constituídos em articulação com a agroindustrialização do pescado (foto).



Foto 22 – Beneficiamento do peixe. Em primeiro plano, pessoas fazendo bolinhos de peixe. Ao fundo outras fazendo filetagem do pescado.

Nas duas agroindustrializações, do mel e do peixe, nos territórios das mulheres, a organização é arbórea. Do mesmo modo que a farinhada, no sistema que denominei cará-com-mel, formam-se também outros dois territórios coletivos, ocorrendo pagamentos à Associação pela utilização das instalações.

Na casa do queijo, que se situa muito próximo do NEDI, a creche, é onde o leite é beneficiado, sendo este espaço de socialização política, dentre os que se constituem nas agroindustrializações, o que conta com a maior presença de crianças. Elas se acostumaram a ir para lá pela própria proximidade do local ou porque, *de manhãzinha*, algumas vão ajudar a prensar e até comer uma bolota de queijo (ver foto seguinte).

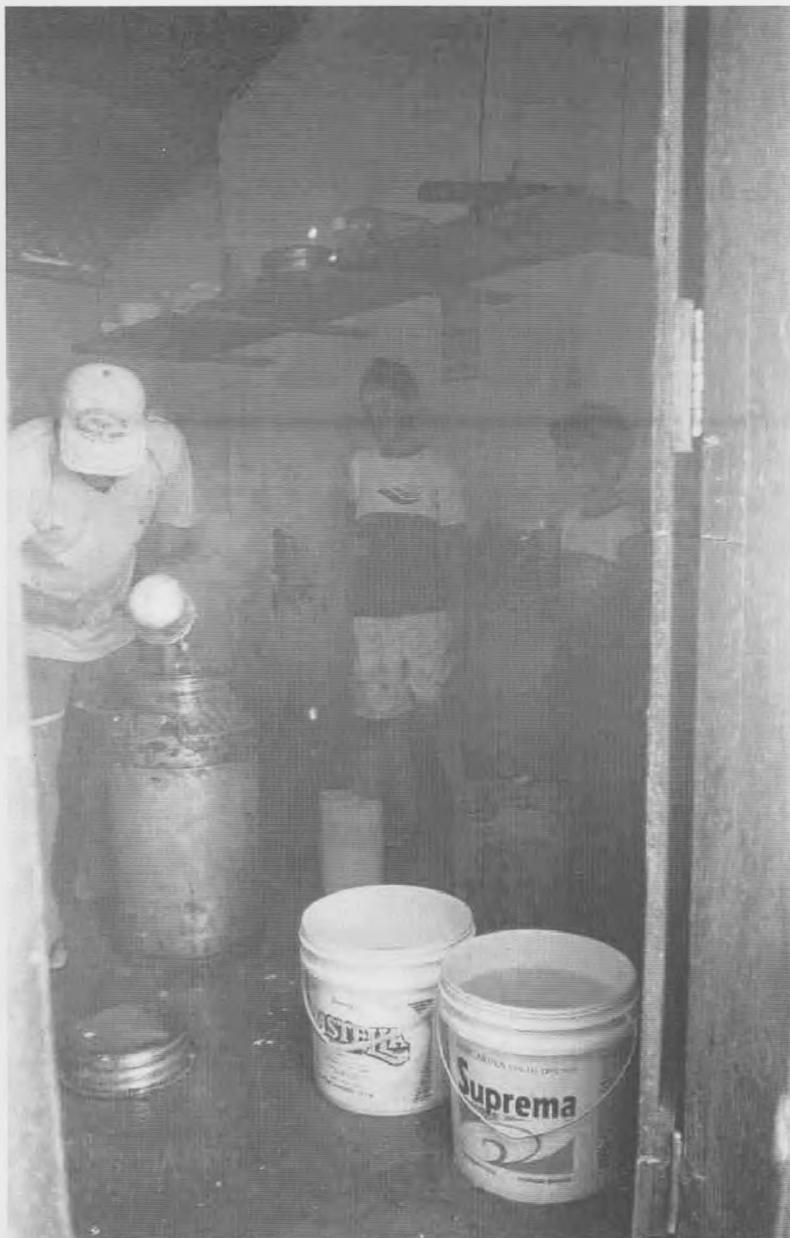


Foto 23 - Beneficiamento do leite. Recolhimento do “soro”.

Ao fundo crianças do assentamento, e, mais em seguida, na prateleira, alguns queijos “dormindo”.

Observar a pequena névoa dentro da local.

Alguns espaços de socialização política, que não estão correlacionados diretamente com as árvores de poder institucionalizados ou com as atividades econômicas controladas pela Coordenação, também se constituem. Nestes territórios, se estabelecem relações marcadas por invisibilidades, muitas vezes até mais fortes do que dos territórios anteriores, mostrando isso que o aprofundamento está correlacionado também com laços de acentuada invisibilidade, como diz Carlos

Julio Jara (1998, 2001), uma vez que se distanciam das formas materiais de territorialidades, estas que têm como marca forte as atividades chamadas produtivas³⁴. São os espaços de socialização política, por exemplo, da escola, que, embora com seu prédio cercado, espalham-se os alunos nos dias de aula para além das cercas, e, em diversas ocasiões, estendem os limites até para outros locais de estudo, de trabalho, de lazer e até de exercer religião (ver foto seguinte onde crianças brincam no pátio da Igreja).



Foto 24 – Estudantes na hora do recreio. Pátio da Capela

Situado nas proximidades da escola.

Também são espaços de socialização política as rodas de conversa, com algumas delas com fronteiras intransponíveis, e outros mais acessíveis, como as rodas de jogos de mesa, como damas ou baralho, que têm seus “cantim” já demarcados, que muitas vezes mudam de local dentro do assentamento, porém só neles entrando quem é convidado (ver fotos seguintes, que ilustram duas rodas de jogos de mesa, uma de damas e outra de baralho, lembrando que a primeira se

³⁴ Atividades que são, por exemplo, a pecuária, a agricultura e a piscicultura. Considero que outras atividades, por exemplo, jogar damas e baralho, “jogar conversa fora” ou participar de um grupo de quadrilha junina, produzem, no caso um “patrimônio” imaterial e, sobretudo, relações extremamente fortes, mas que não alcançam nossa capacidade presente de visualizá-las. Se considerar quando tais atividades passam a produzir algum rendimento, por exemplo, remuneração da quadrilha, esta atividade assume essa outra feição produtiva. É importante não esquecer de que as atividades diretamente produtivas também produzem ligações com invisibilidade.

move a depender das condições climáticas e a segunda se movimenta ao longo da rua onde foi feita a foto, situando-se sempre sob um poste de luz).



Foto 25 – Roda de jogo de mesa. Jogo de damas, dentro da oficina mecânica do assentamento.

Foto 26 – Roda de jogo de mesa. Jogo de baralho, *no meio* de uma rua da fazenda.

Outros espaços de socialização política são os pontos de encontro especiais, alguns bem visíveis, outros pouco revelados, com alguns deles que servem até para marcar lugares de fazer sexo, bem como outros bem evidenciados como são os dos times de futebol, que são liberados “para todos os torcedores do Ferroviário”, mas com um deles quase proibido para torcedores do Ceará e o outro quase proibido para torcedores do Fortaleza, mas que, nos domingos de jogo, pertencem a um só, à Santa Bárbara Futebol Clube.

Os espaços de socialização política algumas vezes se apresentam claramente em territórios-rede. Foram identificados oito deles em Santa Bárbara, considerando somente os grandes espaços de socialização política, abstraindo, portanto, de territórios que se estabelecem, por exemplo, nos espaços de socialização política das agroindustrializações, conforme são sintetizados no Quadro 14.

Quadro 14
Assentamento Santa Bárbara
Conformação Territorial

Território-Rede	Espaços de socialização política
Manifestações Culturais	Capoeira, Passatempos e Festas.
Futebol	Time de Futebol 1, Time de Futebol 2
Igrejas Evangélicas	Assembléia de Deus, Congregação Cristã no Brasil
Coordenação	Diretoria da Associação, Conselho Fiscal, Comissão - Agricultura, Comissão - Pecuária, Comissão - Piscicultura, Comissão - Apicultura, Comissão - Transporte, Comissão - Balneário, Comissão - Saúde, Grupo de Mulheres, Escola, NEDI, MST
Lazer e Cultura	Espaço de socialização política Coordenação; Espaço de socialização política Futebol
Educação	Casas do Assentamento, Escola, Salas de EJA, NEDI.
Movimentos Sociais	MST, Movimento Hip Hop
Acontecimentos Territoriais de Santa Bárbara e Acontecimentos Interterritoriais	Espaço de socialização política Coordenação, Espaço de socialização política Futebol, Espaço de socialização política Movimentos Sociais, Território Zona Educação, Espaço de socialização política Manifestações Culturais

NEDI – Núcleo de Educação e Desenvolvimento Infantil

Fonte: Pesquisa Direta, 2004.

Esta tentativa de desenhar o que foi encontrado nos caminhos percorridos em Santa Bárbara está em direção de expor relações que estão sendo edificadas entre Educação popular e territorialização do MST, visto que sua separação, como já foi feita, justificou aquilo a que aqui está se procedendo, não obstante as contribuições que agregaram conhecimento sobre uma e sobre a outra, sendo importante destacar o fato de que

Mais do que novas “formas”, o que interessa são as novas relações que estes múltiplos espaços permitem construir. Nunca é demais lembrar o pressuposto básico de que o território, no sentido relacional com que trabalhamos, não é simplesmente uma “coisa” que se possui ou uma forma que se constrói, mas sobretudo uma relação social mediada e moldada na/pela materialidade do espaço. Assim, mais importantes do que as formas concretas que construímos são as relações com as quais nós significamos e “funcionalizamos” o espaço, ainda que num nível mais individual. (HAESBAERT, 2004: 350. Destaques no original).

Está sendo visto aqui que o pressuposto do território-rede é o espaço de socialização política, começando pelo assentamento que tem por premissa a conquista da terra, materialmente liberada para os assentados com todas as suas propriedades naturais, estas delimitadas geograficamente. Outros lugares, também são espaços de socialização política. Com isso também de conformação de territórios-rede. Além da superposição e imbricação entre os territórios-rede, observam-se deles:

- 1 Na medida em que se amplia o tamanho, melhor expressando, na medida em que se amplificam os territórios, seja na composição de espaços de socialização política ou seja na composição de territórios-rede, que é composição de territórios-rede, aproximam-se das fronteiras de Santa Bárbara, ou delas passam, chegando até a se afastarem. Isto não quer dizer que o menor território não possa ligar-se a um território fora do assentamento;
- 2 A assembléia não se apresenta conformando território-rede, isto explicando por que, em algumas situações, decisões nela tomadas não são cumpridas no assentamento, no território onde afetaria, mostrando isso que o espaço de socialização política, ou até mesmo um território-rede, tem mais poder do que a assembléia. Pelo mesmo motivo, isso explica por que ocorrem *denúncias* de ações desenvolvidas sem que a assembléia tivesse decidido ou até mesmo tomado conhecimento;
- 3 Alguns lugares onde as relações maiores são de invisibilidades, mesmo constituindo espaços de socialização política, não se mostram em territórios-rede. O aprofundamento da territorialização de alguns espaços de socialização política afasta de territórios-rede, não obstante a presença individualmente de muitas das pessoas que os conformam em outros territórios-rede;
- 4 Nessa situação, entre outros, está o espaço de socialização política da Igreja Católica, que tem seus limites materiais e imateriais bem definidos, inclusive com locais fixos dentro do assentamento, tendo até quatro deles bem destacados - a Capela da “fazenda”, a Cruz do Angico, a Gruta da Escola, e a estrada principal do imóvel que é utilizada nas procissões - mas não se mostra em território-rede. Isto não quer dizer que os católicos estejam fora dos demais territórios,

- zona ou rede. Os católicos, por ações e depoimentos, atestam sua presença como aqui esta sendo discutido;
- 5 No caso do território-rede das igrejas evangélicas, nota-se uma situação semelhante à do espaço de socialização política da Igreja Católica. São territórios de igrejas “de crentes”, porém de congregações diferentes, que desenvolvem seus espaços de socialização política e relacionam-se no seu território-rede, sem estarem, contudo, em outros territórios-rede. Isto não quer dizer, também, que os evangélicos estejam fora dos demais territórios, zona ou rede. Eles também estão na multiterritorialidade do assentamento, sendo que se mostrando individualmente, como se apresentam os católicos, participando dos demais territórios;
 - 6 Finalmente, no que pese à não presença de alguns espaços de socialização política em territórios-rede, a suas presenças, seja como ações coletivas ou em atitudes individuais, mostram-se fortalecedoras, ou aprofundadoras, como foi adiantado, da multiterritorialidade em Santa Bárbara. É bom lembrar: as rodas de conversa, nas calçadas, dentro do ônibus, nos bares e sombras de árvores, todas com seu lugar, com dia e hora marcados, como a que se forma na residência de um “consertador de televisão”, aos domingos no começo da manhã, para o corte de cabelo de pessoas de todas as idades, ou as que se formam para comentar as notícias de televisão, novelas e até para “falar da vida alheia”, sendo que essas podem nem ter local fixo; os pontos de encontros, de amigos e de amigas, de casais de namorados que chegam até a trocar beijos apaixonados à plena luz do dia, e de pessoas em geral, que vão “pegar” o ônibus ou que ficam jogando bilharina, damas ou baralho; a quadrilha junina, “a melhor da região”, que tem como seu local de ensaio o galpão, mas que se apresenta também no Angico e sai até para apresentações nas redondezas; e de crianças, em tudo que é “canto” do assentamento, de todas as vilas, de todos os pais e de todas as mães, que sempre estão falando de suas vidas, de Santa Bárbara. A foto seguinte, de crianças na calçada do prédio que é da Diretoria da Escola e sede da Associação do Assentamento, é uma boa ilustração.



Foto 27 – Crianças de Santa Bárbara, brincando.
Jogo de pedras.

Estas considerações, da geografia do assentamento que não está separada da sua história, que não estão isoladas do mundo do MST, provavelmente não mais correspondem aos fatos de hoje, uma vez que a realidade é dinâmica. Um exemplo: logo depois que foram colhidos dados deste trabalho, mudou da vila onde residia (do Angico para a Fazenda) um militante do MST e suas irmãs, os três participantes do Hip Hop, uma delas professora no NEDI; a parada de ônibus, localizada junto à gurita que era local de pontos de encontros animadíssimos dos jovens, deixou de existir em função de que o ônibus passou a trafegar até o Angico, sendo, assim, reconstituídos outros pontos de encontro, agora nas seis paradas de ônibus que lá existem; e, pelo mesmo motivo, porque a sangria do açude diminuiu, e, com isso, uma refrescante cachoeira deixou de ser também ponto de animadíssimos encontros, para pessoas de todas as idades. Mesmo assim, ajudam a ilustrar o fato de que a territorialização em Santa Bárbara ocorre em multiplicidade bem como depende do contexto em que está situada. O Croqui 1, Anexo 7, ilustra graficamente um pouco do que aqui foi anotado.

Apresentada como é presentemente a múltipla territorialidade no assentamento, serão examinadas as estratégias que a constituíram, ou como Santa Bárbara tirou vantagens de múltiplas territorializações, das suas, que estavam ocorrendo, mas, também, da história de vida dos assentados, que trouxeram de suas desterritorializações.

3.2.2 Estratégia – satisfação de necessidades territoriais camponesas

A estratégia utilizada pelas pessoas de Santa Bárbara para conseguirem a edificação do assentamento tinha como objetivo central a satisfação integrada de suas necessidades territoriais. Vistas aqui nas suas dimensões econômica, sociocultural e ambiental, a satisfação se deu porque o assentamento possui variadas opções para tanto, porém, acima de tudo, ativando e comandando a riqueza que potencialmente se encontrava ao seu dispor.

Foi sendo montada a infra-estrutura considerando a existente e referenciando-se nas histórias de vida dos assentados, e, ainda, na proposta do MST, em cujo cerne estava a coletivização do assentamento³⁵. Havia ainda a referência da liberação imediata dos créditos de implantação fornecidos pelo INCRA, para moradia e para produção inicial, junto da possibilidade do PROCERA, e outros créditos, como do Projeto São José³⁶.

Havia no começo do assentamento a “vila velha”, da “fazenda”, e a infra-estrutura apresentada do tempo do patrão. Logo após a imissão de posse, o Governo federal liberou os recursos dos créditos de habitação, alimentação e fomento, que foram utilizados no primeiro ano. Nesse ínterim, é utilizado o crédito para custeio, que não financia investimentos. Em seguida é utilizado o PROCERA, “Isso foi empregado em máquina, trator e forrageiro, essas coisa, e gado; a gente investiu muito em gado, investiu muito em gado e piscicultura”. Em seguida recursos do FNE.

A casa de farinha e a casa do mel foram também implantadas por meio esforço direto dos assentados, poupando recursos do FNE, “Que tirou interno da gente”. A Escola já existia desde o tempo do patrão. A creche, o NEDI, por intermédio de um convênio com a Prefeitura de Caucaia; as turmas de Educação de Jovens e Adultos - EJA pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. O balneário, por meio de recursos da piscicultura, com a venda de alguns garrotes coletivos e venda de castanha, que também é coletiva.

³⁵ Na minha dissertação de Mestrado, faço um resgate de tal proposta do Movimento, que buscava constituir, se não, aproximar-se de uma CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária, plenamente coletiva.

³⁶ PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária. O Projeto São José é o nome de fantasia do PCPR – Programa de Combate à Pobreza Rural, com financiamento do Banco Mundial, que considero como sendo também instrumento pedagógico da Pedagogia da subalternidade.

A localização das casas, importantíssima para o que aqui é apresentado, foi discutida logo no momento do crédito para habitação. Alguns queriam sua casa isolada no serrote Preto, na encosta. Foi feita discussão, "não tem condições, porque vai ficar gente sem energia e sem água encanada", e tomaram a decisão de localizar as casas de trinta em trinta metros, na verdade, quinze metros ao lado de cada uma das casas, como meio de facilitar a implantação de água e energia.

A estrutura de água para consumo doméstico, que proporciona encanação em todas as casas e foi reforçada com chafarizes que nunca ficam numa distância de mais de cinquenta metros de cada residência, foi implantada com recursos do Projeto São José, reforçados os recursos pelos próprios assentados, oriundos da piscicultura, dado que os recursos fornecidos pelo PCPR foram insuficientes³⁷.

Poupando recursos do crédito-habitação, instalaram água nas torneiras de todas as casas. Em seguida receberam recursos do Projeto São José, passando a ter água de melhor qualidade, "doce", deixando a água do açude para gastos domésticos, como lavagem de roupa e banho.

Por que assim procederam, porém?

Porque perceberam que as pessoas tinham que andar até mil metros, ou até maiores distâncias, para pegar um pote d'água e conduzi-lo na cabeça até sua casa³⁸; porque viram que com água encanada sua qualidade de vida poderia melhorar. "A gente começou a descobrir que as facilidade, a donde a gente mora, seria muito mais fácil".

Como?

Organizando-se; superando a realidade então corrente para, nunca mais, uma pessoa, sozinha, transportar água de tais distâncias, porque, "se juntasse tudim, facilitava". Para isso, apresentaram projeto ao PCPR, depois de cavarem um cacimbão "Amazonas", junto a um olho d'água boa (uma nascente, uma fonte), melhor do que a do açude, que "...tem tempo que é mei saloba" (com maior concentração de sal). Santa Bárbara tem dois serviços de água: do chafariz, bastante próximo das residências, e água encanada, dentro de casa, na torneira.

Como, no entanto, realizaram sua parte do financiamento?

Logo no começo, quando começaram a fazer as atividades de custeio, resolveram reservar sempre trinta por cento, "que é pra garantir os pagamento dele".

³⁷ O poço foi feito nos anos de "seca" pelos assentados.

³⁸ Pote: utensílio doméstico, feito de argila, que serve para armazenar água para o consumo diário.

Quando chegou o momento de pagarem a conta, venderam algumas cabeças de gado, do coletivo, e pagaram a conta do custeio³⁹. Desse modo, além de saldarem sua dívida no banco, “utilizando a poupança viva”, estavam com mais recursos. Assim, pagaram as partes das pessoas que tinham investimento, e, com a sobra, com o lucro, somado à reserva do pagamento do custeio, passaram a ter seus dois sistemas de abastecimento de água.

A infra-estrutura que foi sendo montada, ou o melhoramento da que já existia ou a sua ampliação, tiveram reforço, assim, também de todos os assentados, dos seus coletivos. Como foi lembrado, por meio do cajueiro e da piscicultura que têm a mesma *lógica* econômica do gado, e, ainda, mediante recursos do sistema de compra da produção, sobretudo do milho, que teve aporte inicial dos coletivos citados⁴⁰. A par de garantir autonomia de semente, inclusive sem correr risco de entrar no conhecido sistema das transgênicas, a compra da produção faz com que: “A gente tá lucrando e tá evoluindo nele. Lugar de você tá com esse dinheiro no banco, você tá ganhando com ele e tá ajudando os próprio companheiro, que é os assentado”.

Essa montagem da infra-estrutura, para os assentados nas vilas dos núcleos de moradia “É uma coisa que, vamos dizer, assim, faz com que a gente permaneça morando ali”, servidos de água, energia elétrica, e, transporte. A discussão que fizeram para sua montagem considerou a possibilidade da construção de uma escola no Angico, porém, viram que não era necessário, uma vez que os deslocamentos máximos dentro do assentamento são em torno de dois suportáveis quilômetros⁴¹. Esta montagem aconteceu em torno de necessidades territoriais, entre outras, de trabalho, de melhoria da qualidade de vida, de organização;

³⁹ Uma vez que o “valor” do gado é “valor” de resultado de um investimento, porta cada cabeça de gado mais “valor” do que o tamanho do “valor” inicial da “poupança viva”. Os animais, o gado vendido, tinham maior valor de troca do que a reserva (a poupança) para pagamento do custeio, que, lembre-se, não faz investimento de capital. Dado que os assentados são também os proprietários dos meios de produção, é importante aqui salientar que assentamento com produção coletiva, como é Santa Bárbara, não se move pelo trabalho socialmente necessário, mas, sim, pelo trabalho necessariamente social, não gerando, por tais razões, mais-valia. Por isso, *valor* está entre aspas. Ver Castro Júnior (1994).

⁴⁰ Consiste na compra, pela Associação da produção individual dos assentados, seguida da espera de preço conveniente, e, após a venda, repasse do lucro, com uma reserva para a Associação.

⁴¹ Vale lembrar que o NEDI, “a creche”, está situado equidistante dos locais mais extremos de moradia, nunca sendo, para ele, o deslocamento distante mais de 1,5 km. Durante minha passagem por Santa Bárbara, habituei-me a deslocar-me da “fazenda” para o Angico; em tais deslocamentos, em todos os horários, às vezes com chuva ou às vezes sol a pino. Muitas caronas a mim foram oferecidas: de bicicleta, de cavalo, de jumento, de moto, de trator, de carro pequeno, e até de caminhão. Recusei quase todas, pelo prazer de caminhar em Santa Bárbara, como apresentei no Capítulo I, além do que, também, tinha a rica companhia de crianças que se dirigiam à escola. Essas distâncias máximas, considerando Molina & Fernandes (2005), atestam Santa Bárbara dentro de elevada situação de deslocamento para escola.

necessidade de infra-estrutura que ligou todas as partes do assentamento; necessidade que uniu a “fazenda” ao Angico; necessidade que desterritorializou territorializando.

É necessário que a gente tenha essa ligação, de uma ser a outra. Uma única comunidade. Se nós fossemos duas comunidades, você teria que ter uma estrutura diferente no assentamento. Cada comunidade teria que explorar a estrutura que existe.

Os assentados conquistaram moradias para todos, com os dois sistemas de abastecimento d’água, com energia elétrica e estradas internas com boa qualidade. Coisas básicas, porém, difíceis no campo e na cidade, mas que consistiram como fundamentais para o assentamento, para suas territorializações. Muitos deles haviam morado em cidades, em bairros ou em favelas, que são menos providos de tais estruturas, e, até mesmo, em áreas rurais com semelhantes dificuldades. Outros, nos assentamentos, tinham acumulado conhecimentos neste tocante. Entre eles, os militantes do Movimento, que, numa condição ou na outra, e até mesmo nas duas, eram portadores da pedagogia do MST.

O relato de um dos assentados que havia morado com seus pais num bairro popular de Fortaleza, antes de retornar ao campo e lá se engajar no MST, sintetiza as diversas histórias que se encontraram no momento da constituição da geografia de Santa Bárbara, e ajuda a explicar o processo de multiterritorialidade, bem como acentua ilustração do movimento Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização, conforme destaca Fernandes (2005). É trazido aqui, também, como contraposição ao relato feito em Haesbaert (2004), que mostrou a solitária desterritorialização de uma família nordestina buscando condições mínimas de sobrevivência. O relato mostra ações pautadas pelos assentados, não mais novos nômades em busca de condições de sobrevivência. O assentado que fala lutou pela terra conquistada, carregando no peito a bandeira do MST e não está parado no assentamento, porque, com os companheiros, constitui o seu território:

Quase todo mundo que tem aqui teve uma experiência muito rica a respeito dessa necessidade de você ter essas condições primordiais pra sua vida, água e luz. Por exemplo: na época do Palmeira (Bairro em Fortaleza), num sei se eu te falei na outra entrevista, a gente tinha uma dificuldade muito grande de água. Eu dava uma das principais contribuições para a minha família: juvenzinho, tinha uma tarefa importante que era buscar água. Tinha dia que eu ia buscar água no Palmeira, tinha um chafariz, com quatro torneiras, e um cacimbão. A fila, começava de madrugada, era quilométrica. Confusão na fila, por causa de balde, e tal. Por que? Não existia água favorável. Não existia água encanada nas casas e a gente tinha que pegar essa água no chafariz, trazer em balde, botar nos potes. Quem tinha recurso, comprava nos carroceiros que vendiam. A gente sentia muito isso,

essa questão da água, que é essencial pra uma família, pra dentro de casa, pro banho, pra lavar roupa, enfim, pro consumo. Além dessa necessidade que eu sentia na cidade, também morei muito tempo no interior. Depois de crescido, a gente ia buscar água de jumento. Longe, quatro, cinco quilômetros. Tinha que trazer nas ancoretas. A gente sentia na pele, porque, geralmente, quem faz esse tipo de serviço é a criança, o jovem. Os mais velhos trabalham no roçado e a gente trabalhava fazendo esse trabalho. Quando a gente veio morar aqui, eu tinha na cabeça o que muita gente tinha. Um pessoas, porque tinham morado na cidade, já tinham tido, sido beneficiadas. Na casa deles já existia uma água encanada, uma energia. Tinha esse costume já. Quando a gente veio pra cá, a gente imaginou assim: "o que nós vamos fazer pra gente viver bem? Com as coisas principais aqui?". Água, a gente buscou junto ao INCRA um projeto pra essa questão da água. A gente não conseguiu. A gente conseguiu um Projeto São José. Ultimamente pra água de beber. Já existia uma parte de água encanada no assentamento. Até isso favoreceu. Existia essas vinte casas da vila que a gente tá próximo aqui, já tinha água encanada. Existia já uma estrutura de caixa d'água. No novo conjunto que foi criado, a Vila C, D, E, F e G, não existia água encanada. A primeira coisa que a gente fez foi buscar isso aí. A gente construía a casa, mas construía pensando com energia e também com água encanada. Graças a Deus a gente conseguiu. A água de beber a gente tinha, ainda, que pegar no açude, numa cacimba. Nós lutamos até que conseguimos água no chafariz. Possivelmente, daqui a alguns dias, a gente vai conseguir encanar essa água, tratada, pra casa. A água que a gente tem hoje nas nossas casas não é tratada. Ela vem direto do açude; da caixa, pro açude. A tratada vai só no chafariz. Possivelmente, daqui uns dois, três, anos, a gente vai conseguir encanar, essa água tratada, pra nossas casas.

No começo da nossa energia, pra ter uma idéia, saiam daqui dois fios pra todas as casas que tem lá (Angico). Era tão baixo. Se alguém acendia uma luz, a gente sentia logo. Televisão tinha, mas não ligava. Juntamos. Algumas pessoas se juntaram. Isso foi interessante: umas cinco, seis pessoas, juntaram, conseguimos dinheiro, compramos o fio, botamo. Quando a gente chegou na nossa casa, o vizinho: "deixa eu puxar aqui também. É só um bico de luz". Quando tinha umas quinze casas, mais ou menos, ninguém conseguia mais acender a luz. Quando dava seis horas, começava acender a luz, e pronto: acabava tudo. Logo nos primeiros dias, eu tinha televisão. Eu ligava, a "bicha" pegava, mas, quando começou as outras casas se juntarem, e ligarem também a energia, ligavam só pra luz, pra iluminação. Aí não dava mais. Resolvemos: "num dá certo não. Vamos buscar". Foi quando a gente tentou junto aos órgãos e conseguimos botar energia. Foi uma festa. Até os fio lá em casa ainda tenho de lembrança, dos pedacinhos que a gente usou. Nós emendamos, às vezes, pedaços de fio de cinco metros. A gente emendou até conseguir chegar na vila. É um espaço distante, dos estábulos até o Angico. A gente conseguiu. Era uma coisa que necessitava. Queria muito. A gente conseguiu.

Essa parte de estrada também, esse acesso também. A gente tinha, muito deficiente, porque, como o terreno é muito ruim, no inverno a gente fica à mercê. É uma coisa que nós até programamos, quando construímos os vilas, que a gente ia lançar um calçamento, arrodando lá. Só que isso aí, exige um investimento muito grande, a gente não tem condição, de fazer com nossas próprias forças.

O ônibus, ele ia até a fazenda. Quando construímos as casas, fomos na empresa e ele começou entrar. Só que, quando é na época do inverno, ele já corta o sangrador. Quando não corta o sangrador, corta na casa grande, que tinha a outra parede do açude lá, que é muito ruim. Hoje em dia a gente tem o acesso à esta parte do transporte em casa. Isso é muito bom. É uma

coisa que, vamos dizer assim, faz com que a gente permaneça morando ali. Junto com essa água, a energia e o transporte. A gente até pensava levar uma escola pra lá (Angico), mas a gente viu que não. Onde ela tá hoje, dá pra atender. Andar esses dois quilômetros à pé, é melhor do que quando eu andava trinta e seis quilômetros de bicicleta, pra ir e vim.

Claro. Com as coisas do dia-a-dia foi com que a gente foi chegando ao que a gente é hoje, que a gente tá tentando melhorar. A cada dia que passa que vamos conquistando, a gente vai tentando avançar essa conquista. Por exemplo: a gente conseguimos energia. Fizemos uma luta muito grande pra gente conseguir a iluminação pública. Graças à Deus tá tudo iluminado, tá uma maravilha, parece uma cidade. A gente tinha um anseio muito grande por essa iluminação, porque a gente tem energia em casa, mas a gente sentia isso até na vivência da gente. Quando dava seis horas, tudo escuro na rua. Pra sair o quê, na rua? Ninguém saia. Todo mundo dormia cedo. Hoje, a gente anda até mais tarde, conversando, realizando uma atividade que tem de ser feita. Apesar de não ter esse problema de segurança aqui, mas, como tá mais claro, a gente já vê movimentação depois de sete, oito, horas da noite. As pessoas se juntam, inclusive conversando, porque sabem que depois vão pra casa, com tudo claro não tem coisa nenhuma.

A apropriação e controle do assentamento, a satisfação dessas necessidades territoriais, foi estratégia desenvolvida em Santa Bárbara, que, considerando imediatamente suas necessidades econômicas, se desenvolve como um assentamento pluriativo⁴². Muito embora tenha sido mostrada a satisfação de necessidades mais físicas ou biológicas, ou econômicas, estas se mostram como de grande significado para os assentados (a foto seguinte ilustra a fala anterior da pessoa do assentamento).

⁴² A pluriatividade do assentamento é encontrada na presença de múltiplas atividades agrícolas e não agrícolas, entre as quais as diversas da agricultura, da pecuária, da agroindustrialização, do comércio e dos serviços. Ver Castro Júnior, Coutinho, Ribeiro Coutinho & Silva (2003), quando discutem pluriatividade em um outro assentamento no Estado do Ceará.



Foto 28 – Angicos, tendo à esquerda da foto a vila C, com as linhas de energia elétrica. À sua frente, parte dos dois sistemas de abastecimento de água, constando em primeiro plano um dos chafarizes do assentamento e ao fundo uma das caixas de água. Ao centro, estrada que corta todo o assentamento.

Algumas outras necessidades, mais imateriais ou simbólicas, foram aqui apresentadas e que também são de grande significado. No momento em que os assentados se reportavam ao tempo do patrão, ao começo do assentamento e à saída do exército, estavam re-significando e se apropriando simbolicamente do seu meio, tendo incluído distinções de classe socioeconômica (HAESBAERT, 2004). Uns eram *com terra* outros eram Sem Terra. Era esta a unidade fundamental inicialmente rompida. Outras se constituíram em Santa Bárbara.

Estamos vendo os caminhos que os assentados percorreram na sua multiterritorialidade. Mostram dinâmicas que se desdobram em *continuum* das relações mais concretas às mais simbólicas. Mostram-se, os assentados, quando se observam de dentro para fora do território, como um grupo social coeso, que se apropria e controla o assentamento pela constituição de múltiplos territórios “...integrando de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço” (HAESBAERT, 2004).

Esta *alguma forma*, como senha, cartão, chave, segredo, da multiterritorialidade de Santa Bárbara, é o ponto de pauta. Dentro do assentamento, pautar o seu próprio destino, que é realizar a vida os atores de Santa Bárbara, apresenta-se como um padrão para a Reforma Agrária. “Botar ponto de pauta é o que faz nossa vida funcionar”.

3.2.3 Ponto de pauta – aprendizado pela participação

O ponto de pauta é meio para a participação das pessoas, militantes e assentados. Nasce de necessidades territoriais e as faz acontecer. É uma importante *ferramenta* do trabalho educativo, estando, por isso, presente em relações que constituem a multiterritorialidade. Com o ponto de pauta, as pessoas estabelecem o controle do seu território que é também estabelecer o controle sobre suas vidas, quando se observa o que é controlar o espaço, como se segue:

Se territorializar-se envolve sempre uma relação de poder, ao mesmo tempo concreto e simbólico, e uma relação de poder mediada pelo espaço, ou seja, um controlar o espaço e, através deste controle, um controlar de espaços sociais, é evidente que, como toda relação de poder, a territorialização é desigualmente distribuída entre seus sujeitos e/ou classes sociais e, como tal, haverá sempre lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta por seus desterritorializadores. (HAESBAERT, 2004: 259).

Montar uma pauta, listar os assuntos de uma reunião, é básico, trivial, de qualquer atividade que tenha um mínimo de organização. O que acontece, então, para que o ponto de pauta seja tão forte na territorialização de Santa Bárbara? Para responder a essa pergunta é preciso reavivar algumas observações aqui já feitas, para que os segredos aqui revelados possam ser desenhados melhor.

1 Quando aqui se fala de territorialização profunda, está se falando de relações que se dão ao longo do tempo. A multiterritorialidade de Santa Bárbara não apareceu de uma hora para outra. Acontece ao longo de sua história, que tem início bem antes do começo do assentamento, que é história de relações que se desenvolviam bem antes da passagem da CAPINE para os assentados.

2 Outro destaque é que aqui não se fala de aglomerados de exclusão, de pessoas com instabilidade e/ou insegurança socioespacial, com fragilidade dos seus laços em termos de relações funcionais e simbólicas, e, com mobilidade sem

direção definida ou com imobilidade sem o efetivo controle territorial (HAESBAERT, 2004). Não se fala aqui, portanto, enfocando a relação desses aglomerados com a estrutura agrária, de sem-terras, estejam dentro ou fora de uma propriedade rural.

3 Uma outra lembrança que não está separada das anteriores é que as conexões que predominam na multiterritorialidade de Santa Bárbara têm o peso de sua materialidade muito embora estejam presentes outras que funcionam na compressão espaço-tempo, -, os telefones celulares. As relações face a face, cotidianas, satisfazendo necessidades territoriais, algumas imediatas, nas diversas escalas do assentamento, materializam árvores e rizomas, tendo os assentados como atores que aprofundam territorialidades, porque, diferentemente do tempo do patrão, têm o domínio e apropriação sobre o seu território.

Diante disso, uma afirmação, que aqui soa como pergunta, será guia para fornecer mais elementos do que seja o ponto de pauta na multiterritorialidade de Santa Bárbara, que, recordemos também, faz parte da multiterritorialidade do MST:

A grande questão que se coloca hoje é de que tipo de “controle” se trata quando falamos de territorialização como um processo social de controle de movimentos pelo controle do espaço. E de que espaço, também, é que se trata. (HAESBAERT, 2004: 263. Destaque no original).

O espaço, o assentamento, em suas múltiplas dimensões já se tem muitos elementos que podem caracterizá-lo, porém, dado que geografia e história são inseparáveis, é necessário continuar apresentando o assentamento, ao mesmo tempo em que se tenta buscar responder à questão até porque botar ponto de pauta é dar direção ao destino do assentamento. Vamos em frente, na narração, retornando ao passado.

O tempo do patrão era o tempo do patrão. Ele, somente ele, tinha o controle das terras sobre as quais tinha domínio e sobre o tempo dos que nela moravam. Situações de aparente controle pelos trabalhadores, como o manejo do rebanho, a distribuição de turmas no cultivo do cajueiro, a participação em festinhas nos fins de semana, e até coisas menores, como se sentar na calçada de “sua casa”, ou namorar no “seu cantim”, era, sempre, parte das tarefas dos trabalhadores, ou concessões, mas sempre todas, subordinadas à pauta do dono da terra. Viviam aprisionados, desterritorializados, e defendidos pelo patrão, como diz um informante:

Os gerente faziam o que Seu João mandava. Ele num bolia com ninguém, só se fizesse alguma coisa errada. Ele mandava pra fora mesmo. Falava com o gerente e botava pra fora mesmo. O patrão do meu pai, eu toda vida gostei dele, era uma pessoa que sempre me defendia de qualquer coisa. Eu num sabia me defender, antigamente, e ele me defendia. Alguém dizia as coisas comigo e eu num tomava providência. Eu dizia pra ele e ele tomava providência. Ia lá e falava com a pessoa: "olha eu num quero esse tipo de coisa no meu terreno". Era isso.

O mesmo tempo, para os sem-terra, era outro. Tem faces diferentes, dependendo do estágio de consciência. Para os ingênuos, apresenta-se quase como idílico. Para os que desenvolveram consciência crítica, mostra-se como relação entre dominados e dominadores no seio da formação social capitalista. Para os que desenvolveram consciência organizativa, é tempo de luta, tempo de mobilização, de conquista de terra; tempo para a Reforma Agrária, vislumbrando a conquista do Socialismo.

Foi nesse tempo em que muitos dos que hoje são assentados aprenderam a botar ponto de pauta. Nas CEB, nas associações, nas pastorais, nos sindicatos, nas mobilizações e até mesmo nos momentos mais específicos de Educação. Nesse tempo, com a particularidade de cada uma dessas organizações, algumas arbóreas e outras tentando ser rizomáticas, pautas e mais pautas, de resistência popular, muitas delas, no contexto da Reforma Agrária, se desenvolveram. É também com esse tempo que entram os assentados no assentamento. E, continuando seu aprendizado de territorialização, desenvolveram o ponto de pauta como meio e produto de uma relação de constituição de territórios, ininterruptamente satisfazendo necessidades territoriais, porque, como disse o poeta Raul Seixas, "gente nasceu pra querer".

O começo do assentamento ocorreu dentro e fora dele. Junto com sua constituição, junto com sua territorialização, ocorre a territorialização do MST. Com isso, já durante o acampamento, nos primeiros dias de Santa Bárbara, antes da desapropriação, mobilizações ocorreram e, nelas, uma pauta era negociada. Os primeiros dias de Santa Bárbara foram também os primeiros dias de outros assentamentos e os primeiros dias de novos militantes. Com o assentamento, nascem novos militantes e os antigos aprofundam seus aprendizados, que têm, como um deles, a organização e a luta por uma pauta: "Tinha algumas pessoas que sabiam, entendia mais, que sabia trabalhar em alguma associação, já sabia. Antes eu nunca tinha visto falar esse tipo de coisa. Esse tipo de comissão, de ponto".

Nas ações, ocupações, acampamentos e marchas, eram levados muitas informações pelos representantes de Santa Bárbara. Entre elas a sua pauta, que servia para a elaboração da pauta de toda a mobilização, em virtude das regionais do MST, que são o conjunto de assentamentos e acampamentos, pelos quais se luta. Assim, assentados e acampados, militantes e amigos do Movimento, nas barracas de lona preta, trocam “idéias” e companheiros vão aprendendo a se multiterritorializar. Num acampamento de uma grande Avenida em Fortaleza, nos seus limites, ocorrem territorialização e aprendizado em torno de uma pauta, e, após, nos desdobramentos dos fatos da mobilização.

A gente fazia a pauta e ia discutir com eles. Fazia a pauta do que, realmente era nossa mobilização, pra isso se fazia. (...) A gente, devido ir trocando idéia, pegava forma de como trabalhar nos assentamentos, e a gente também repassava as informação, e assim foram gerando as idéias, os planos. Trocando idéia era que a gente repassava o que acontecia nos nosso assentamento e trazia dos outros.

A pauta quase sempre é distribuída para dirigentes dos Governos federal e estadual, à imprensa e amigos do Movimento⁴³. A seguinte foi apresentada em Fortaleza, em 2003, onde podem ser vistas diversas necessidades territoriais, que, ao serem observadas, se destacam em múltiplas escalas e com necessidades distribuídas nas dimensões, ambiental, sociocultural e econômica, conforme aqui apresentadas⁴⁴. Acampamentos: vistoria, desapropriação e imissão de posse (11 imóveis). Assentamentos: a) crédito de instalação, liberar os créditos já em conta dos assentamentos (3 assentamentos); b) estaduais, resolver a situação dos acampamentos ou áreas de conflito (3 áreas); c) assistência técnica, convênio com a Central das Cooperativas de Assentados – CCA e apoio à capacitação dos assentados; d) renegociação das dívidas, firmar a negociação das dívidas conforme MP 114; e) crédito investimento/custeio, liberação dos projetos aprovados, complemento de investimento para as famílias que não atingiram o teto de R\$ 12.000,00 e crédito custeio sequeiro; f) saúde, óculos para estudantes de EJA, apoio

⁴³ Consultando sítio do MST, pode-se ver que existem *links* para outros sítios de Amigos do Movimento, que estão *espalhados* pelo mundo, nas seguintes línguas: inglês, espanhol, francês, italiano, sueco, alemão e holandês. Notícias de suas ações são frequentes, com a mais recente assim noticiada, em jornal de Fortaleza, relatando sobre Amigos do MST nos Estados Unidos da América: “Empunhando as conhecidas bandeiras vermelhas, cerca de 60 simpatizantes do MST marcharam ontem numa das regiões mais nobres da capital norte-americana, para entregar uma carta de apoio à reforma agrária na embaixada brasileira. Os manifestantes eram, na maioria, estudantes de graduação da American University, de onde saiu a passeata. Também participaram dois irmãos da freira americana naturalizada brasileira, Dorothy Stang, assassinada no Pará em fevereiro” O POVO (2005a).

⁴⁴ O texto aqui apresentado tentou guardar o máximo de aproximação com o texto original da pauta apresentada.

para estudantes que estão fazendo Medicina em Cuba, estruturação das casas-sede de assentamentos para funcionar postos de saúde (37 assentamentos) e curso técnico em saúde comunitária; g) infra-estrutura para os assentamentos, estradas nos assentamentos-pólo, construção de pequenas barragens, recuperação de açude e perfuração de poços; h) Projeto São José, liberação para assentamentos; i) agroindústria/criação de pequenos animais, apoio para pequenas agroindústrias, implantação e comercialização de apicultura e piscicultura (implantação e comercialização); j) Educação, PRONERA, liberação do Projeto Associação de Cooperação Agrícola do Ceará - ACACE/Secretaria de Educação - SEDUC, apoio ao Curso Pedagogia da Terra no Ceará, material didático e consumo para turmas de EJA e compra do livro A Luta pela Terra, para escolas públicas; k) questão ambiental, redefinição definitiva das reservas dos assentamentos e licença ambiental; e l) soberania, não-regulamentação dos transgênicos e apoio à campanha Sementes, Patrimônio da Humanidade.

O que é acordado, prometido, muitas vezes não é cumprido, “fica só no papel”, mas continuam em pauta, procurando o MST levar conquistas para os assentamentos, para a Reforma Agrária. Conquistados ou não, são as pessoas, os companheiros, que “estão ali”, naquele ponto, porque tinham se reunido e discutido suas necessidades. Apresentar uma pauta numa mobilização implica tomar uma posição favorável, antes de tudo, a cada assentamento. A conquista obtida é conquista do MST, da regional, do assentamento, de cada um-dos assentados.

Toda reunião em Santa Bárbara tem sua pauta; de negociação da vida do assentamento: negociações cotidianas de muitos pontos que os assentados fazem, refazem, aprendem, e que fazem sua mobilização, sua movimentação, dentro do assentamento, que fazem, enfim, sua territorialização. O tráfego de ponto, por isso, a cada dia fortalece árvores e rizomas, fortificando a territorialização do assentamento porque são agenciadas mudanças a partir de modificações que ocorrem no assentamento. O ponto de pauta é, enfim, resultado e causa da dinâmica da territorialização de Santa Bárbara, porque nasce e se desenvolve para satisfazer suas necessidades territoriais.

Nasce com o aparecimento de problemas, de situações que acontecem. Nasce com os acontecimentos das coisas. Com alguma mudança. Pode nascer de qualquer mudança. Qualquer coisa que se dá no assentamento, pode se tornar um ponto desse que vai pra pauta.

O ponto de pauta, ou, “botar ponto de pauta”, mais do que procedimento burocrático funcional à gestão do assentamento, é fundamento da multiterritorialidade. A sua presença na vida dos assentados faz com que se confunda com os sonhos de alguns deles, ao ponto de assim falar uma assentada:

Se o assentamento, a nossa comunidade, tivesse mais saúde, se a nossa maneira de viver fosse melhor, nós teríamos menos doenças, nós teríamos mais pessoas trabalhando. Eu sei que a administração é muito importante, mas a pauta pra mim, o alicerce, é que eu acho que o mais importante, pra mim, é a saúde da minha comunidade.

Uma vez que surgiram oportunidades para botar ponto em alguns lugares de Santa Bárbara, “e você, Castro, tem ponto?”, ouçamos mais os assentados. Continuemos ouvindo-os, já que estão pautando também este trabalho, para que digam o que é assentamento seguindo a pauta de sua multiterritorialidade.

3.2.4 Assentamento – à procura de conquistas territoriais camponesas

Muito embora não tenham apresentado em seu trabalho um conceito sobre assentamento, muito menos enfocando sobre território, D’Incao e Roy (1995) encontraram vários territórios dentro do assentamento que estudaram. Também nessa direção Carvalho (2002) aponta que vários territórios constituem uma área de assentamento. Em Santa Bárbara não é diferente. Diversos territórios são encontrados ficando seus traços mais fortes quando se os olha como uma produção dos assentados que é, fundamentalmente, uma unidade pedagógica onde estabelecem relações, vivenciando a conquista de suas necessidades territoriais, como já nos havia adiantado Paulo Freire: “...assentamento porque é uma unidade de produção (não há produção fora da relação homem-mundo) deve ser também todo ele uma unidade pedagógica”. (FREIRE, 1983: 58).

Uma concepção considerando a multiplicidade, embora não apresentando os assentamentos, mas observando territórios, foi encontrada em Haesbaert (2004). O centro de sua reflexão apresenta-se exatamente quando afirma o sentido relacional entre desterritorialização e reterritorialização, desmistificando, assim, a primeira, ao mesmo tempo em que mostra o pano de fundo desse mito, movimento neoliberal que tenta manter o privilégio de “meia dúzia” que pode efetivamente escolher o território em que prefere viver. Ao seu lado, poderia ser dito, está Sauer (2003), apresentando o sentido da luta pela terra, embora do anterior um

pouco se distanciando, uma vez que não destaca o sentido relacional entre a qualidade de ser assentamento “um lugar diferente” ao mesmo tempo em que é resistência a desterritorialização:

A luta dos sem terra é uma luta por uma heterotopia (...), um *outro lugar* qualitativamente diferente e de resistência ao processo de desterritorialização, forçada pelo modelo agrário e agropecuário implantado no Brasil (SAUER, 2003: 22. Destaque no original).

A luta pela terra vista como aprendizagem é portadora e construtora de homogeneidade nas suas formas de luta, que não se separam de sua articulação interna (GRZYBOWSKI, 1991). Como já identificou Caldart (2000), pode ser vislumbrada quando é consultado o *Caderno de Reuniões – Ocupar, Resistir e Produzir*, apresentado pela Coordenação Estadual do MST no Ceará, o qual se estrutura em cinco partes, a saber: orientações para melhor preparar os temas da cartilha; passos de como fazer uma reunião com os sem terra; como deve se comportar um militante, destacando requisitos para convencer trabalhadores a entrarem na luta; passos para a realização da ação; e proposta de sete reuniões preparatórias para a conquista da terra. A apresentação feita pelo Movimento, adiantando que “terra não se ganha, se conquista”, pode ser vista como uma síntese de quem são os sujeitos e objetivos do material pedagógico *Caderno de Reuniões*, criações e criadoras da multiterritorialidade do MST:

Esta é uma cartilha preparada pela Direção e Militantes do Setor de Organização de Massa, que servirá como roteiro básico para as reuniões nos povoados, bairros e municípios. Seu objetivo fundamental é contribuir e auxiliar os militantes que têm dificuldades em fazer reuniões e preparar direito os trabalhadores Sem Terra para as Ocupações (SIC) (MST-CE, s.d.: 2).

Também como elemento fundamental do que aqui se apresenta é a constituição pelo MST dos Núcleos de Base, na perspectiva de não ficar somente no “espaço econômico” (associação ou cooperativa), onde a “peça” principal é o cadastrado, mas ampliar, levando em conta “...a inserção da mulher, dos jovens, dos velhos e das crianças bem como as questões políticas, organizativas e ideológicas (MST-CE, s.d.: 4). Com isso, sabendo que os Núcleos servem para fazer discussão e mobilização, neles se tem mais em conta a análise, a discussão, o planejamento, a distribuição de tarefas, o controle e a avaliação, vistos como ponto de partida de permanente mudança. Assim, com os Núcleos de Base incentivados pelo MST

como caminho de organicidade e luta nos acampamentos e assentamentos, entre os quais Santa Bárbara se inscreve, sempre preocupado com o bom funcionamento da organização, porque diagnosticara nos assentamentos:

Assim, é muito comum assistirmos reuniões começar e terminar sem ninguém saber o que foi discutido e encaminhado, e muito menos em que possa ter votado, pois não há (todavia) nem ao menos o conhecimento antecipado da pauta em consequência a uma ausência de organicidade (conforme dita anteriormente) que consiga aglutinar não só isto, mas todas as características necessárias a um bom desenvolvimento do assentamento (MST-CE, s.d.a. 4).

Esta constatação do Movimento, reforçando a importância de ser bem trabalhada uma pauta, o que não poderia ser diferente por tudo que até aqui já apresentei, mostra os Núcleos de Base se assemelhando em forma e conteúdo com as comissões ou grupos de Santa Bárbara. Por isso, quando o Movimento apresenta proposta de passos, de roteiros, de conteúdos, dos trabalhos das instâncias de organicidade, se mostram aqui como resumo do que acontece no cotidiano do assentamento. E, com certeza, podem ser vistos também como propostas de aulas práticas de territorializações, nas quais a pauta delimita a fronteira entre a espontaneidade e o movimento ação-reflexão-ação, como se segue:

PASSOS DE UMA ASSEMBLÉIA 1. Abertura 2. Animação, - Mística, - Acolhida 3. Leitura da ata da Assembléia anterior 4. Apresentação da pauta 5. Processo de esclarecimento e votação de cada ponto (abrir o mínimo de inscrições) 6. Informes gerais 7. Encerramento

REUNIÃO DA COORDENAÇÃO 1. Fazer a pauta da reunião (rodada entre os coordenadores) 2. Determinar horário de encerrar 3. Discutir cada ponto, tendo o cuidado de não ficar discutindo o que já foi encaminhado ou decidido. Encaminhar quais os pontos que vão pela Assembléia e quais serão resolvidos logo ali e quais irão para os núcleos 4. A cada última reunião antes da Assembléia, organizar a pauta e encaminhar a coordenação da Assembléia e os responsáveis da mística, ornamentação etc. 5. Informes gerais

REUNIÃO DOS NÚCLEOS 1. Apresentação da pauta 2. Acréscimos 3. Discutir cada ponto e para cada problema propor alguma saída 4. Informes gerais

Observação Os pontos que irão pela Assembléia deverão ficar bem claro pois nenhum participante do núcleo pode ter dúvida do que vai ser votado (SIC) (MST-CE, s.d.: 8. Destaque no original).

Por isso muitos dos assentamentos são lugares onde famílias estão por sua escolha, porque lutaram para conquistar uma terra e lutam para nela permanecerem, oferecendo fortes argumentos favoráveis a sua multiplicação no

Ceará, no País, e até mesmo no mundo, e levando-me apresentar o trecho seguinte, como uma síntese do que é sonhado e por que lutam pessoas de Santa Bárbara e do próprio MST:

Precisamos assim lutar concretamente para construir uma sociedade onde não só esteja muito mais democratizado o acesso à mais ampla multiterritorialidade – e a convivência de múltiplas territorialidades, onde estejam sempre abertas, também, as possibilidades para a reavaliação de nossas escolhas e conseqüente criação de outras territorialidades ainda mais igualitárias e respeitadoras da diferença humana. (HAESBAERT, 2004: 371).

Por mais que eu concorde, porém, com o que é apresentado, assentamento não é uma unidade material a ser multiplicada. Assentamento, porque é uma unidade pedagógica, é histórico, e por isso constantemente modificado. Ao mesmo tempo, como conceito, depende de quem o concebe. Assim é, se concordo com o que está proposto aqui como processo de reflexão, a sua concretização de considerar que em Santa Bárbara existem pessoas que os concebe segundo seus estádios de consciência. Por isso se faz mister grifar esses pontos seguintes.

1 Os diversos atores existentes em Santa Bárbara foram aqui apresentados compartimentalizados, esquematizados, fracionados, meramente como meio de exposição, porque sabe-se que são um todo integrado que se multiterritorializa constantemente. Desse modo, um ator que tenha sido apresentado fazendo parte do território dos futebolistas, pode ser apresentado também fazendo parte do território dos não-futebolistas, fazendo parte do território dos religiosos, ou ainda, dos dois, mas que sempre lutou pela terra. Este mesmo ator, sendo, então, considerado somente parte de uma árvore, pode ser presentemente considerado parte de um rizoma a que nunca pertencera.

2 Somado a essas considerações, deve ser agregada a noção de que, para tais atores, estarem classificados em um território, ou árvore, ou rizoma, é indiferente. Em suas vidas, em seus cotidianos, eles não fazem tais classificações, não fazem tais categorizações. Tanto é que não se apresentam a nós dizendo, *sou do território tal ou daquela árvore ou daquele rizoma*. Quando se apresentam, sim, alguns ainda dizem “eu sou da CAPINE”, e outros, “eu sou de Santa Bárbara”.

Considerando uma relação de constituição de territórios e de uma Educação como aqui trabalho, assentamento é continuidade, ou parte, do processo de luta pela terra, cuja forte e inicial expressão está no acampamento, onde diferentes biografias se encontram como ocorreu em Santa Bárbara. Visto cada um como encruzilhada social, como diz Carvalho (2002), é salientado por Sauer (2003) como lugares de sociabilidade diferenciados pela oportunidade de acesso à terra associada às histórias das vidas das pessoas que os conquistaram, e, nas relações face a face dos seus cotidianos, são estabelecidos vínculos identitários.

Os acampamentos e assentamentos são lugares fundamentais no processo de constituição de identidade e re-significação do mundo. A diferença mais significativa entre esses dois lugares é terra, ou seja, o sonho e o desejo da terra (acampamento) e a realidade do acesso à mesma (assentamento). O acesso a esta transforma a realidade e a identidade dos “sem terra” em pessoas “com terra”, gerando diferenças nas formas de organização e demandas políticas, sociais e econômicas. (...) Conseqüentemente, a terra não significa somente a sustentabilidade física da vida humana, portanto, não tem somente um significado real de cunho política, econômico e social, mas também um sentido simbólico. Terra é vida, portanto, lugar e meio de produção e reprodução social. (SAUER, 2003: 22).

Rapidamente, a seguir, apresentarei as concepções que os assentados fazem de assentamento para que possam em seguida ser agregados mais traços do que aqui é mostrado.

Para um grupo, assentamento é nada mais e nada menos do que sua forma mais imediata, como um local para morar e trabalhar. Para este grupo, as organizações de poder, sobretudo as que se apresentam arbóreas, constituem o caminho mais próximo para desenvolver sua territorialidade. A presença do MST é quase despercebida, como passado e presente do assentamento. “Sei lá. Sei direito não. É uma morada pra gente morar e uma terra pra gente trabalhar”. Para este grupo, sua territorialidade é quase uma dádiva da assembléia, da Coordenação e da comissão na qual se insere.

Para um segundo grupo, assentamento é contextualizado, é histórico, é conjunto de relações mediadas pelo espaço, porém, ainda é visto na sua forma a partir da ação do Estado, mais proximamente do INCRA. Para tal grupo, considerando as organizações de poder, a sua territorialidade passa ainda somente pelas árvores, embora que considere a presença dos rizomas, sendo que como um estorvo à sua territorialização. O MST tem presença marcante, porém considera-o à

parte de sua história, vendo os militantes e amigos do Movimento como pessoas que “fazem a cabeça dos assentados e que não deixam a diretoria da associação mandar no assentamento”.

O terceiro grupo tem em seu corpo pessoas de várias identidades fundantes, com diferentes níveis de escolaridade, e, também, diferentes origens quanto à militância. Considera o assentamento na sua multiplicidade e em territorialização para além das cercas de Santa Bárbara, o que é muito raro nos dois grupos anteriores. Neste grupo, é importante destacar, a marca maior é a presença de militantes e de amigos do MST, com destaque para aquelas pessoas que se apropriaram de maior grau de escolaridade, com destaque nos cursos de formação do Movimento. Isto não quer dizer, no entanto, que algumas pessoas sem essa marca de escolarização não tenham presença forte em tal grupo. Um destaque diferenciador são as práticas, ou lutas, para desenvolvimento de uma Educação contextualizada, seja na escola, seja no NEDI, de acordo com a realidade do assentamento e exercitando na medida do possível a proposta pedagógica do Movimento com base nos seguintes pontos:

A escola de assentamento deve preparar as crianças para o trabalho no meio rural; a criança deve ser capacitada para a cooperação; a direção da escola deve ser coletiva e democrática; a escola deve refletir e qualificar as experiências de trabalho produtivo das crianças nos assentamentos; a escola deve ajudar no desenvolvimento cultural dos assentados; o ensino deve partir da prática e se elevar ao conhecimento científico da realidade; o coletivo da escola deve se preocupar com o desenvolvimento pessoal de cada aluno; o professor tem que ser militante; a escola deve formar ajudar a formar militantes e exercitar a mística da luta popular; a escola é também lugar de viver uma nova ética. (MST, 1992).

Tal grupo é marcado pela consciência organizativa, buscando fazer vinculação entre teoria e prática, trabalho e Educação, organização e participação coletivas, com professores-militantes, com alguns sendo militantes-professores, todos, porém, educadores-multiterritorializadores. Para o grupo, como destaca um assentado, o assentamento está fazendo parte da história da Reforma Agrária.

O assentamento se torna muitas coisas. O assentamento, pra mim, se torna a terra pra gente trabalhar, que não tinha; se torna a união dos assentados, não só os assentados de Santa Bárbara, como os assentado deste Paísão que não tem Reforma Agrária. Uma escola do jeito que a gente quer, ensinando o que a gente quer. Segurança, que antes eu num me sentia seguro como me sinto no assentamento. E muito mais. Com certeza, se a gente for pensar direitim, representa muito mais pra gente.

Em todos os grupos, assentamento é também uma idealização, um sonho, referenciada nos primeiros dias de acampamento, que se aproxima mais ou menos da realidade presente na medida em que se aproxima ou se afasta de suas práticas cotidianas. Para o conjunto das pessoas, assentamento é a porta que se abriu para o futuro, quando na primeira noite de acampamento em Santa Bárbara se encontraram os de dentro com os de fora das terras e, junto à fogueira perto das águas do açude grande, foi apresentado o ponto de pauta: “... quem coordena a reunião?”.

3.3 A Educação Popular na Multiterritorialidade do MST: saberes racionais

Na constituição de um território, as pessoas se erguem e edificam uma Educação. Por isso a territorialização que ocorre em Santa Bárbara, com suas marcas, tem relação com Educação popular. Estudando os dados coletados, nas anotações, nas fotografias, nos desenhos, nas entrevistas e nas imagens de vídeo, notei que a quantidade de informações estava associada ao papel das pessoas, como já foi aqui apresentado. Isso me chamou a atenção quando tratava os dados que havia classificado como o *papel da Educação*, nos quais as falas dos atores eram em maior volume. Não podia ser diferente: a Educação, porque está no campo das ciências humanas, ocorre numa relação entre sujeitos, indivíduos, pessoas, como alertam Laville & Dionne (1999).

Afora, com isso, ter identificado o que companheiros do IDACE chamariam de uma recaída minha, que é o Educador popular confundir as pessoas com as coisas, que Paulo Freire poderia identificar como presença acentuada em nós do opressor; ficou evidenciado também que este trabalho trata de como os atores presentes na cena da territorialização de Santa Bárbara exercem seu papel. É isso que será agora apresentado, porque, ainda: “A gente aprendeu mais com esse pessoal do Movimento Sem Terra. Eles vêm aqui e na prática eles fazem isso”.

De maneira geral, nem os militantes e os demais que entraram na terra nem os que nela estavam já sabiam construir o assentamento Santa Bárbara. Traziam, contudo, sua história de vida, e, com ela, seus mundos, principalmente do

MST, do perímetro irrigado, dos assentamentos e das periferias das cidades. Os de dentro já estavam no mundo da CAPINE. Todos conduziam sua Educação.

Santa Bárbara teve início com a primeira reunião à luz de fogueira. Com ela, ou nela, é dado prosseguimento das histórias dos que nela estavam em volta. Foi esse momento, também, o primeiro instante educativo da multiterritorialidade. Na continuidade das vidas das pessoas, a partir daí, transmutava-se local em lugar porque estavam constituindo história de uma múltipla territorialização, que era também de uma singular Educação popular. Naquele momento, quando alguém perguntou sobre a coordenação da reunião, e em seguida sobre pontos de pauta, se estabeleceram elementos de uma organização em árvore e de uma organização em rizoma. Uma semente estava sendo semeada.

Concomitantemente é estabelecido um espaço de socialização política centrado nos limites da fogueira, mas, ao mesmo tempo que não obedecia as suas fronteiras, as visíveis e as invisíveis, porque o domínio e o controle de tal território se estabelecia na ainda CAPINE por pessoas além das que estavam em volta da fogueira, e, fora do acampamento, para muito mais do que eram os candidatos ao assentamento: o território em volta da fogueira estava unido a outros espaços de socialização política, por ligações invisíveis, que unem uma rede, um território-rede, da Reforma Agrária, em outros planos, que os unem, não necessariamente em planos seguintes, ou colados fisicamente, mas em outros planos de outras redes, que, em amplificação, fazem com que o acampamento alcance ser parte de um espaço de socialização política mundial.

Como não sabiam construir o assentamento, se só sabiam fazer reunião? Exatamente isso: não sabiam construir “o” assentamento Santa Bárbara, porém, dando continuidade às suas vidas, muitas delas marcadas pelas reuniões e algumas pela constituição de seus pontos de pauta, estavam iniciando o aprendizado da territorialização que lá transcorre. Com as bagagens postas junto à fogueira, que ao longo de sua territorialização foram agregadas de novos aprendizados, as pessoas deram curso à suas histórias que são também a história de Santa Bárbara.

Tais histórias, porém, não têm curso somente com as pessoas que estavam em volta da fogueira. Outros atores entraram em cena. Será um pouco como esses atores atuaram no assentamento que se discorrerá em seguida, enfocando o papel que cumpriram como educadores. Será dado destaque como o MST, educador e educando, atuou na sua cena.

3.3.1 Educação – entre manter a subalternidade e construir o poder popular

Dois modos de educar, duas educações, estão presentes em Santa Bárbara: Educação da subalternidade e Educação popular. Relacionam-se e se territorializam no assentamento porque estão nas pessoas, porque elas fazem parte da conflituosa dinâmica da multiterritorialidade do MST. A primeira não será lembrada, nem esquecida, mas deixada de lado, uma vez que não conseguiu hegemonia no assentamento. A outra será destacada, porque está dando sinais de constituição de um movimento orgânico que interfere em correlações de forças, primeiro na CAPINE, depois em Santa Bárbara, e está interferindo na correlação de forças *de fora* do assentamento. A seguir, serão apresentadas esquecendo as figuras pessoais porque aqui o que interessa destacar é como os papéis foram desenvolvidos e não quais os atores que os exerceram.

Da primeira, apresentaram-se ações marcadas pela Metodologia Banco do Nordeste do Brasil - BNB/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, as ações dos órgãos governamentais federais, notadamente INCRA e BNB, as ações de órgãos governamentais estaduais, com destaque para EMATERCE, e as ações de órgãos municipais.

As primeiras buscam se aproximar de práticas de Educação popular, mas, como apresentado na Introdução deste trabalho, têm o *pecado* de levarem o seu pacote para dentro do mundo do assentamento, embora tentando ouvir os assentados, nunca, mesmo, com eles dialogando, que os libertaria dos seus *Gespares* e das suas *Gestões por Objetivos*⁴⁵. Mesmo assim, ofereceram contribuição quando agregaram aspectos de gerenciamento, como anotações e controle, que favoreceram, pelo menos, a diminuição de pendengas administrativas dentro de Santa Bárbara⁴⁶.

As seguintes residindo preponderantemente nos órgãos governamentais, das esferas federal, estadual e municipal, em algumas ocasiões utilizando diretamente as práticas anteriores, ou suas variantes, mas que, fazendo discursos de Educação popular, são as que mais profundamente exercitam a Educação da

⁴⁵ É impressionante como essas metodologias de educação bancária *pregam, grudam*, nas pessoas. Algumas delas, por exemplo, não conseguem trabalhar sem conduzir, ou reproduzir, cadernos que contêm um pacote cujo objetivo é montar uma chamada empresa associativa, em nome de certa racionalidade ou objetivismo metodológico. Trabalhei uns tempos com isso. Não guardo saudades, a não ser de algumas pessoas e lugares que conheci. Sobre as metodologias ver em Arturo Jordan & Tânia Zapata (1997).

⁴⁶ Consultar Maria Teresa Ramos da Silva (1994 1994a).

subalternidade. A ilustração que foi dada aqui, no Capítulo 2, com maior ou menor intensidade, foi e é prática corrente de profissionais que ainda hoje estão presentes na ambiência da Reforma Agrária do Ceará. Esta prática é mais forte por parte dos agrônomos que, como eu, tive uma formação numa tradicional Escola de Agronomia e passaram por uma educação bancária, passando com suas práticas profissionais a simbolizar, ou representar o “...pólo cultural da ciência agrônômica, articulada e coordenada pela determinação do poder científico-tecnológico de propriedade dos técnicos e agrônomos egressos dos cursos profissionalizantes e de nível superior ...” (BRANDÃO, 2002: 96).

Para esses profissionais, o que vale, acima de tudo, é a manutenção do *status quo*, deixando os assentados sob seu controle, ao seu dispor, à sua mão. Devem-se incluir junto a eles outros profissionais de todo o sistema universitário que os formou, que atuaram e atuam em Santa Bárbara e até mesmo no próprio MST. As ONG, não as que ainda por lá de vez em quando estão presentes a título de fazerem assessoria técnica e social - ATES, mas as que passaram pelo assentamento, ofereceram também contribuições administrativas e tiveram práticas tentando libertação, aproximando-se de práticas de Educação popular.

Uma vez que a Educação de subalternidade é exercida por pessoas que cotidianamente sofrem possibilidades de recaídas, de dar chance de o autoritarismo se manifestar, a sua conversão, que é o desaparecimento do opressor da qual fala Paulo Freire, é moto-contínuo, muito difícil, porque portamos os diversos estádios de consciência. Por isso as práticas das pessoas que atuaram na direção de fazer Educação popular foram em algumas ocasiões também praticas de Educação de subalternidade; contudo, porque havia uma intencionalidade, havia uma direção política e esta buscava a libertação, foram buscados instrumentos para tanto. Duas práticas foram marcantes: a do MST, com os seus militantes e amigos, e a que portava elementos da INPA, com amigos do Movimento trabalhando no Governo federal e em uma ONG.

Tanto uma como a outra tiveram dificuldades. Vejamos as duas, já adiantando que ambas, nas figuras de técnicos e militantes, estavam presentes nos primeiros dias do acampamento no futuro assentamento Santa Bárbara. Se a pedagogia do MST acendeu a fogueira em Santa Bárbara, a da INPA com certeza botou mais lenha. Em ambas, as pessoas as exercitaram, cada uma com suas histórias e sabendo o que é o *calor da lona preta*.

Seu Castro, geralmente a gente num sabia de nada. Reunião começou por eles. O INCRA, ajudou, mas num podia tá aqui dentro direto. Eles não. Tinha assentado. Tinha o Rosálio. Zé Ricardo. Assentados aqui direto. Dando reunião direto. Como é que era. Como é que fazia grupo. Aqui era assim. O Movimento Sem Terra dando reunião. Até hoje tem gente aqui que tem raiva de reunião. Mas a gente aprendeu nas reuniões através do Movimento.

Para observar as práticas dos técnicos que efetivamente contribuíram com a multiterritorialidade de Santa Bárbara, que tiveram ação planejada e constante, portanto desenvolveram um processo educativo, importa lembrar que algumas pessoas que vieram de fora da terra já tinham uma noção do que era assentamento, ou o que não era um assentamento, sendo uma parte preponderante de militantes do Movimento. Isso facilitou o diálogo com os técnicos de governo e de ONG que passaram em torno de dois anos confeccionando um Plano de Ação, com base na INPA, que tem o diálogo como o cerne de suas ações⁴⁷.

Mesmo não surtindo os efeitos que dele eram esperados, o fio condutor das práticas dos profissionais se dava a partir das necessidades territoriais camponesas das pessoas do assentamento. Porém, segundo um dos técnicos que mais tempo passou no assentamento, a não obtenção de seus objetivos se deu porque ainda não tinham o preparo que alguns hoje já alcançaram para o exercício do princípio de atuar a partir da realidade dos assentados⁴⁸.

Mesmo assim, os assentados visualizam, e com eles concordo que as práticas dos técnicos que atuaram com a INPA foram de grande importância para o processo de multiterritorialização, destacando-se a rotina estabelecida de reuniões e a marca deixada de busca de diálogo nas árvores, nas assembléias, nas comissões e na Coordenação. Esta contribuição, coerente com a realidade dos técnicos, dada a já comentada dificuldade de preparação para a ação, e dado, ainda, que, mesmo sendo a equipe conduzida por necessidades territoriais de Santa Bárbara, o produto que era buscado era um Plano de Ação do Assentamento. Em tal momento de suas

⁴⁷ Nos dois primeiros anos, os técnicos estavam no ambiente institucional de um programa de assessoria aos assentamentos, denominado Lumiar. Nele, atuaram com afinidade metodológica em Santa Bárbara, sendo a INPA o ponto de aproximação. Estavam mais freqüentes no assentamento três homens e duas mulheres. Suas ações estavam sendo acompanhadas, às vezes de perto, às vezes de longe, por consultores amigos do MST com práticas de Educação popular, que desenvolviam reflexões sobre o entendimento que se tem aqui sobre mediação social.

⁴⁸ É importante ressaltar a presença de duas Técnicas do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria Comunitária – CEPAC, que merecem ser destacados pelo seu profissionalismo e, mais do que tudo, pelo compromisso com uma educação libertadora: Nejme Nogueira Costa e Nancy Macedo Suarez.

ações no assentamento, os técnicos que atuaram com a INPA foram *traídos*, não por suas intenções, mas, afirmo, pelo *estado da arte* que estava em suas mãos.

Essas constatações, no que tange à busca do diálogo pelos profissionais, porque nunca tentaram enfiar pacotes de goela abaixo nos assentamentos, mesmo com dificuldades, mostram práticas contribuindo para a multiterritorialidade de Santa Bárbara. Revestem-se como facilitadoras da constituição de territorialidades, embora os assentados não tenham compreendido o processo tentado no momento em que o assentamento era uma *semente* que estava recebendo suas primeiras *águas*. Esta não-compreensão é sinal de que o diálogo, malgrado sua tentativa, teve dificuldades: “Este Marcos passou bem dois anos nessa arrumação dele. Eles fizeram muito pra fazer você descobrir onde era que tava a semente”.

A atuação do MST se deu e ainda se dá também desenvolvendo diálogo, que também teve dificuldades, sendo seus facilitadores militantes e amigos do Movimento. Inicia como foi adiantado, nos primeiros momentos do assentamento, ainda quando era acampamento e continua ao longo dos anos tendo destaque, quando conquistaram verdadeiramente a terra com a saída do exército, prolongando-se até os dias presentes.

Em muitos lugares de Santa Bárbara o MST está presente. “Colou”, como disse um assentado, porque estão identificados. Está, por exemplo: na parede da sala principal da escola, numa cópia emoldurada do diploma do Prêmio Nobel Alternativo que o Movimento ganhou em 1991 e que faz alguns assentados lembrarem que o prêmio foi “entregue à Companheira Fátima Ribeiro, lá na Suécia, que acampou com a gente aqui”; no NEDI, na “creche”, onde podem ser vistas bandeiras e lidas frases com a marca do MST; num calendário do ano de 2004, que está na parede da casa dos técnicos, que contém uma foto de mulheres, entre elas, “a Lucinha, que foi assentada com a gente aqui”; em fotografias, que já estão amarelando pelo passar dos anos, mas que estão bem guardadas nas casas das pessoas, onde estão “Orlando, Leide, Zé Ricardo, Maria de Jesus, Deusália, Vilanice, Rosálio, Zé Preto, Nonato, Dezinho, Ocília, Auri, Raimundo Miguel...” e outros citados, que participaram em Santa Bárbara do Encontro Estadual do Movimento; e, nos quadros, nas fotografias, nas *lembrancinhas*, nos livros, nos cadernos, nas camisas, nos bonés e em bandeiras do Movimento que estão em casas de assentados.

Para ver o MST no assentamento, basta caminhar nas suas estradas, nos lugares onde se constituem territórios em Santa Bárbara. Esta presença, contudo, pode ser vista também em invisibilidades, que estão nos espaços de socialização política e nos territórios-rede, nas pessoas, identificando que o MST ajudou na constituição de suas vidas:

Ajudou nessa visão política. De ver o mundo de uma forma diferente. De achar que as coisas podem ser diferentes. Que a gente pode ter um nível de vida melhor. Ele mostra que a forma de lutar nem sempre é só aquela de "guerra", mas de ir atrás, procurar, de encontrar, e, se não encontrar, voltar de novo. Ele também me abriu uma porta pra ver o mundo de forma diferente. Principalmente por esta parte da educação eu contribuí bastante pra que esteja de forma diferente agora. Participar das reuniões, de dar minha opinião quando a coisa tava errada, como era que podia melhorar.

Esta contribuição continua presente no cotidiano da escola, do NEDI e das turmas de EJA, sem contar que todos os professores, sem exceção, já passaram por atividades realizadas pelo Setor de Educação do MST, e que fazem suas práticas e reflexões buscando trabalhar com a realidade do assentamento, dos alunos, ajustando, o que vem de fora, muito da Prefeitura, à proposta do diálogo com base na realidade.

Hoje tá noventa por cento o pessoal aqui mesmo do assentamento. Nós, eu também sou professora, a gente mesmo que escolhe os assuntos, como vai tratar, procura trabalhar sempre a nossa realidade, trabalhar o assentamento, trabalhar a família dos alunos, dando pouco exemplo lá de fora porque isso é necessário. A gente não recebe nada direto da Prefeitura dizendo que você tem que trabalhar isso ou aquilo. A gente nunca recebeu.

E os livros, que a Prefeitura manda?

“Manda os livros, mas a gente olha nos livros e dá apenas o que interessa, ou aquele conteúdo, mas trazido pra nossa realidade”. A pedagogia do MST, trabalhando assim os conteúdos, para formar as pessoas considerando o seu contexto, trabalhando a realidade, vem formando outras pessoas de Santa Bárbara que “...vai passando pros outros”.

O tratamento de conteúdos na escola, ou o seu ajuste à realidade de Santa Bárbara, passa do espaço de socialização política da escola e avança, articulando-se com o conjunto do assentamento. Vale ressaltar que a prática do Movimento se somou às práticas dos técnicos que atuaram no assentamento com a INPA, e, diga-se aqui, que influenciou também a prática de alguns estudantes e pesquisadores da Faculdade de Educação da UFC, os quais, durante alguns períodos, estiveram presentes no assentamento.

O ajuste dos conteúdos pode ser visto como parte importante da espacialização da Educação que foi comentada por Molina e Fernandes (2004). Por isso será mostrado resumidamente um ajuste que ocorreu na escola no início do ano de 2004 durante planejamento mensal das atividades, quando “trocam idéias” dentro do que estão trabalhando, mesmo sob orientação da Prefeitura, que trabalha por projetos.

Trabalharam com um dos projetos cujo lema era "Água, Fonte de Vida", da Campanha da Fraternidade, direcionando todos os conteúdos para este. Em seguida, trabalharam "Saúde e Nutrição", quando trataram sobre os alimentos, destacando sobre alimentação alternativa. De acordo com a série cada professor adaptou para seus alunos. Para decidirem qual o Projeto, procuram um tema ou data comemorativa do mês. Como no mês que transcorria havia o Dia da Água e o Dia da Alimentação Alternativa, escolheram os dois temas por acharem mais conveniente para serem “trazidos” para a realidade do assentamento. “É a partir daí que a gente começa a trabalhar”.

Duas razões foram apresentadas para trabalhar dessa forma. Uma, pela dificuldade de acessarem meios para trabalhar com o livro. “Nós não temos uma biblioteca, não temos nenhum laboratório, não temos acesso, condições de ir daqui pra Caucaia fazer uma visita à biblioteca, ou fazer qualquer outra coisa lá”. O segundo porque sabem que formam os alunos, “que daqui uns dias vão ser jovens, novos cadastrados no assentamento”, e, por isso, poderão ver reduzidas as possibilidades de não-desenvolvimento do assentamento, pela não-elevação dos estádios de consciência entre eles.

O ajuste dos conteúdos do que é enviado de fora para dentro, espacializando uma proposta pedagógica, tem por intencionalidade a formação de assentados críticos e preparados para intervirem em sua realidade, que, também, marcada como de Educação popular, marca também da Educação do Campo: “...não vamos ter aquele mesmo problema que nós temos até hoje, de não saber falar, de não saber resolver as coisas, não ter opinião, muitas vezes nem conhecer sua própria realidade”. Quanto à escolha do tema, "Água, Fonte de Vida", mote da Campanha da Fraternidade, foi fortemente influenciada por professores que haviam participado em dias anteriores de um encontro em Caucaia, da Comissão Pastoral da Terra, mostrando isso também que laços, identificações, existentes antes do

assentamento, ainda continuam presentes e sendo importantes para a espacialização da Educação que transcorre.

Diferentemente de muitas escolas e professores em comunidades e até em assentamentos que reclamam dos conteúdos e argumentam que não fazem assim porque não sabem trabalhar com a realidade, Santa Bárbara, ao contrário, tem essa prática no seu cotidiano. Indiferentemente de ser ou não um projeto, dentro ou fora da escola, os professores *manuseiam* o assentamento e, importante, desenvolveram habilidades, aprendizados, ao longo dos anos, tendo como conteúdos a realidade do assentamento.

Por que os professores, mulheres e homens são também pessoas do assentamento, suas relações em processos educacionais com outras pessoas são relações, muitas vezes, com elas próprias. Uma vez que exercem múltiplos papéis, as pessoas estão em múltiplos territórios, fazendo com que a condição de professor num dado momento, porque transitória, o faz, logo em seguida, esteja ele exercendo outro papel, em outro território. Há que ser recordado que se fala aqui que o assentamento se conforma em espaços de socialização política e em territórios-rede, que têm o ponto de pauta como elemento fundamental de sua constituição.

Outra ilustração desta espacialização será apresentada em seguida com acontecimentos relatados por uma professora. Ocorreram com a realização de turmas de EJA, na qual está a Educação que atua a partir da realidade, e que em muito guarda aproximação com o que é proposto pelo MST, porque *sempre é tempo de aprender*, como está em Gomes, Cerioli, Caldart, Gehrke e Knijnik (2004)⁴⁹.

Eram duas turmas que estavam sendo conduzidas por pessoas que receberam igual *reforço* de estudantes da FAGED e de um militante do MST que atua no Setor de Educação. Uma das turmas passou a ter evasão e outra aprofundou o seu espaço de socialização política. Ouçamos o relato, que mostra que em Santa Bárbara Educação popular e multiterritorialidade, conformam um único processo:

Lá no Angico, a metodologia foi de forma diferente. Por isso, a maioria dos alunos desistiram. Os meus alunos nunca desistiram muito porque eu fui no que eles queriam, e não no que eu achava que era melhor pra eles. Quando a gente fez o curso, fazia muita dinâmica, fazia muita brincadeira. Todo mundo sabe que eles são parados. Os adultos, geralmente, quando eles

⁴⁹ Este Caderno de Formação é básico para se saber da história da EJA no MST, da sua concepção e de como trabalha suas linguagens. Interessante que uma das autoras já foi tratada no Ceará referenciando-se na sua identidade com o seu lugar de nascimento: **Maria de Jesus da Ipueira dos Gomes**. Hoje, como uma bela ilustração de identidade de raiz e projeto, é conhecida como **Maria de Jesus do MST**.

saem de casa pra aprender, "eu vou aprender ler, escrever e contar". Quando eles chegavam na outra sala de aula, tinha as brincadeiras, tinha a discussão. Não que eu nunca falasse nesse sentido, mas eu sempre procurava levar a vida do assentamento pra dentro da sala de aula, mas não numa forma direta. Na outra sala eles diziam: "vou falar hoje da pecuária". Iam lá só naquele assunto. Iam diretamente ligar. Quando a gente, na minha sala, quando ia fazer um problema de matemática, eu incluía alguma coisa da produção, pra fazer o problema. Eles, conseqüentemente, iam saber melhor. Eles iam ver que, às vezes, era até um problema deles, que eles tinham. Que nem na questão do mel. Ano passado os meninos tiveram um problema. Parece que sumiu o mel. Eles: "ó: eu queria ver o prejuízo que teve lá no mel". A gente fez. Formou um problema, e eles conseguiram resolver. E conseguiram ver que o prejuízo não teria sido tão grande quanto tavam pensando. Nunca fui diretamente, eu sempre deixava que eles trouxessem o problema. Às vezes a gente discutia problemas que tinha acontecido na coordenação, ou na assembléia, que eles queriam ver, ou que alguém num tinha conhecimento, a gente queria pra passar pra todo mundo, a gente discutia na sala um certo tempo, e depois voltava pras atividades de acordo com o que eles queriam. Eu nunca chegava lá com o plano pronto. Eu chegava lá e eles diziam o que queriam fazer e a gente fazia. Foi a experiência que eu tive de ver a outra sala. Isso aconteceu antes, a outra sala foi num tempo que eu não tava no EJA. Eu vi que na outra sala eles tavam levando o problema do assentamento, as questões ligadas, diretamente: "eu vou fazer isso". Muitas vezes os alunos eles não queriam ver aquilo naquele momento. Eles foram se afastando, se afastando. É tanto que a sala de aula acabou. Eu cheguei na minha sala de aula e fui ver com eles o que eles queriam aprender. Um dia eles queriam aprender só adição, a gente ia ver um problema que coubesse a adição. Outro dia eles queriam ver problema do assentamento: alguma coisa que aconteceu na assembléia, alguma coisa que aconteceu na coordenação, ou na reunião de grupo, a gente ia lá e discutia aquele problema que aconteceu. Eu consegui manter meus alunos na sala. Quase sempre acontece as desistências, mas eu consegui manter a maioria dos meus alunos na sala de aula. Graças à Deus, a maioria deles tão querendo voltar pra aprender um pouco mais. É uma experiência maravilhosa viver com eles, porque a gente também num vai viver só isso. Tem aquele momento deles contarem as histórias deles, e todo mundo parava pra ouvir, que também é uma forma de se divertir. Eles num querem brincar, eles num querem uma dinâmica que eu leve, mas eles querem alguma coisa que eles têm, que um pode passar pro outro. Alguma história, alguma mentira, alguma piada, alguma coisa que eles inventarem na hora. Num tem problema nenhum. Todo mundo pára e vai ouvir.

Outro depoimento, mostrando outros aspectos que regem a Pedagogia do MST, será em seguida apresentado. Antes importa salientar que alguns assentados identificaram dificuldades de alguns militantes em “casarem a teoria com a prática”, com atitudes contraditórias ao que é propugnado como perfil, ou prática, do militante, se mostrando como um dos problemas para a constituição, ou aprofundamento ou amplificação da multiterritorialidade, dado que esta tem em seu cerne a identificação com o MST.

Tais práticas enquadram-se no conjunto de vícios identificados pelo Movimento, que são discutidos por Maria Antonia de Souza (1994), quando estudou

a formação da Identidade Coletiva no MST, que são: individualismo, personalismo, espontaneísmo, imobilismo/comodismo, “aveitureirismo”, e auto-suficiência⁵⁰. Que fale essa pessoa de Santa Bárbara, que não se apresenta como militante do Movimento, mas, que, assim, ajuda a carregar sua bandeira:

De acordo com os meus estudos, no Encontro Estadual, numa reunião que a gente participa, a gente sempre tem uma coisa pra trazer, pra devolver pro assentamento. A gente vai atrás de alguma coisa, quando a gente chega a obrigação é repassar pros que não foram. Eu sempre que eu fui, que eu saí, eu consegui repassar o que aprendi lá. Trazer pro assentamento. Sempre a gente aprendeu alguma coisa de organização, de produção, como que eles faziam, onde a gente foi, como era que eles faziam. Quando chegávamos a gente repassava. No início foi muito difícil, mas, assim, serviu pra alguma coisa. Pra que eles pudessem ver que nem tudo a gente começava lá de cima. Tinha que começar de baixo, errando, voltando atrás, perdendo alguma coisa, pra um dia chegar lá.

Em Santa Bárbara apresentam-se, dia após dia, muitas vitórias no contexto do espaço de socialização política da escola e no território-rede da Educação. Algumas imperceptíveis, outras tangíveis. São resultados do que os assentados pautaram e que é também vitória da Reforma Agrária, do campo da Educação do campo. Vitórias de um assentamento que teve em volta de sua primeira fogueira de São João, no seu começo, apenas uma professora, muitos que nunca freqüentaram escola e pessoas temerosas de serem expulsas pelos Sem Terra. Santa Bárbara, em junho de 2004, no contexto de um festival nacional de cinema teve seu nome divulgado em páginas de jornal, reais e virtuais, e se orgulhou de ser um dos dois primeiros assentamentos no Brasil a ter uma sessão de cinema como parte desse festival.

Considerando pessoas que estão à frente da Educação no assentamento, que se apropriaram e controlam seus territórios, zona e rede, numa terra onde todas as pessoas em idade escolar estão matriculadas, com os números de iletrados sendo reduzidos ao mesmo tempo em que todos os funcionários da Escola e do NEDI são pessoas do assentamento, fica evidente a multiplicidade de papéis, porque referidas pessoas, em outras oportunidades, têm atividades em outros espaços de socialização política e em outros territórios-rede. O depoimento seguinte mostra e reforça a idéia de que se territorializar é também se educar, ou vice-versa.

⁵⁰ Para superação dos vícios, o MST propõe: planejamento das ações e atividades, fazer autocrítica, reconhecer publicamente os erros e estabelecer um sistema de punições. Ver Souza (1994).

Também na educação a gente tá conseguindo uma grande vantagem, por conta da nossa formação, que agora nós já somos quatro que tem nível superior. Quando nós chegamos aqui era unicamente a minha família que tinha o segundo grau. Na verdade só tinha eu e Sônia. Paulo Sérgio terminou o segundo grau faz pouco tempo. Ocllia também não morava aqui. Dezinho não tinha segundo grau. Por parte da educação também já é um grande passo que a gente deu e que agora tá conseguindo, até porque eu já fui concursada, não consegui manter o meu concurso porque não tinha Pedagógico. Quando tiver o próximo concurso, dizem que vai ter, eu vou fazer e vou conseguir passar, por conta de tantas experiências que eu já obtive, e vou procurar ir atrás de mais tantas quantas eu puder.

A fogueira de São João queimou em Santa Bárbara até de manhã. Era festa no assentamento; de sábado para domingo, oito dias depois da sessão de cinema que levou para lá canais de TV, filmadoras e máquinas fotográficas, telefones celulares e *lap tops* que informaram *on line*, pelo uso de telefones globais, os acontecimentos. Compareceram também autoridades dos Governos federal, estadual e municipal, com a presença de secretário de Ministérios, superintendente do INCRA, secretários estaduais do Ceará e outras autoridades estaduais, quase todas do primeiro escalão da Prefeitura, deputados federais, estaduais e vereadores, professores e pesquisadores, e, como era de se esperar, cineastas e artistas famosos. Via-se nos rostos e se ouvia nas falas que as pessoas de Santa Bárbara se divertiram com a *invasão* de em torno de umas quinhentas pessoas. Ocorreu uma solenidade precedendo a sessão de cinema com duas falações breves de autoridades e uma de um dos organizadores do festival. Antes, contudo, para abrir o acontecimento ocorreu algo que para alguns presentes teve diversos significados. Para Santa Bárbara foi o momento em que mostrou sua cara e demarcou mais uma vez um território: mística do MST encerrada com o Hino do Movimento.

A fogueira de São João queimou - já disse - em Santa Bárbara até de manhã. Era festa no assentamento. Festa íntima, só das pessoas do assentamento. Alguns “bonequeiros” dos Piões e do Papagaio por lá passaram, mas mulheres e homens deram um “jeitim” de convidá-los a se dirigirem para casa. A festa foi até de manhã. Festa íntima...

O que aprenderam ao longo dos anos de assentamento?

A fala de um dos assentados é pista: “Nóis tem unidade. Nóis não somos mais um. Somos uns”.

3.3.2 Aprendizados – em-visíveis e em-laços

Ao tempo do patrão foram educados, acostumados, a receber ordens, foram ensinados a receber coisas prontas, mas, também, receber verdadeiras esmolas, trocar favores e serem eternamente gratos àqueles que com eles assim agiam. Hoje estão aprendendo a lutar pelo que querem, “aprendemos a lutar e aprendemos a gente mesmo fazer as coisas”. Aprenderam a ser independentes e ter consciência de suas vidas, que têm que educar seus filhos buscando formas de viver no assentamento, que têm que estabelecer relações com os vizinhos e com as pessoas com as quais trabalham, e que não podem ser intolerantes, “Que eu tenho que dialogar”. São aprendizados que estão tendo no assentamento. E ainda mais: aceitar os demais, respeitando o que são, embora não concordando com muitas das suas posições, encarando a vida com paciência pedagógica. O que muitos aprenderam também foi que tem que saber se posicionar, botar seu ponto de pauta, como se vê com muitos militantes do MST nas suas mobilizações:

Então, às vezes eu tenho que encarar a vida com calma. Tem hora que eu tenho que bancar aquele meu pensamento, a minha opinião, aquele meu desejo, mas tem horas que eu tenho que retroceder, aceitar uma outra idéia, uma outra proposta. Eu tenho que colocar a minha posição, aquilo que eu acho, bancar essa posição, e perceber quando que eu tô indo bem ou que eu tenho que ceder pra uma proposta que existe no assentamento. Tem hora que eu tenho que ceder.

As pessoas do assentamento vêm tendo este aprendizado nos seus mais de oito anos, de saber a hora de bancar posição, dando continuidade a outras que conduziam em sua *bagagem* de dentro e de fora da terra. Um aprendizado, fundamental, que vêm desenvolvendo, muito semelhante às “vistorias” que faz o Movimento quando vai ocupar uma terra, ou quando faz um acampamento; é que é necessário conhecer o território, a sua parte concreta e o jeito como as pessoas se organizam que é parte de sua parte invisível. Um outro aprendizado que está unido ao anterior aponta para a ousadia do Movimento. Aprenderam que aprendem e irão aprender nas, e com, suas práticas, sempre com a coragem de mudar.

Esse aprendizado não está separado da multiplicidade de papéis que exercem ao longo da constituição de territórios antes e após a conquista da terra. Nos momentos que antecedem a conquista da terra, ou quando já está no assentamento, uma pessoa na convivência do MST exerce papéis que são fundamentais e que em algumas situações podem fazer a diferença entre a conquista ou não de pontos de pauta. Exercem múltiplos papéis sempre numa

espécie de rodízio, no qual, indiferentemente da instância de poder em que esteja, os exerce nas mais diversas oportunidades. Em todas as ocasiões em que um território está em jogo, o militante, referenciado na sua Regional, exerce, por exemplo, num dado dia o papel de cuidar da mística, no outro da alimentação, no outro das crianças na ciranda, no outro da limpeza, no outro da disciplina, no outro das negociações, no outro, digo, das relações públicas, no outro da animação, no outro da segurança e no outro da coordenação.

Assim, vai aprendendo que múltiplos papéis são exercidos, que, por mais efêmeros que sejam, contribuem para a conquista e edificação de territórios. Uma pessoa, já no assentamento, que numa hora está coordenadora do NEDI, em outra é secretária na Coordenação do assentamento, em outra capina na comissão de agricultura, em outra está cuidando do seu apiário, em outra está jogando tênis-de-mesa, em outra é um bom dançador de forró, além de suas atividades familiares e freqüentar sua Igreja.

E assim vão rompendo com dicotomias, porque suas vidas existem aprendizados de uma multiplicidade. Quando a pessoa tem o exercício no Movimento, sabe amplificar no assentamento, ou vice-versa. Por isso aprenderam também a respeitar a defesa do ponto de vista do outro, que pode até ser contrário ao seu, que é também aprendizado de ter paciência de ouvir, criticamente, buscando relações causa-efeito, seus condicionantes estruturais e em que contexto é apresentado. Muitas vezes, a partir do não, demarcação de um limite, que pode ser possibilidade de ser conquistado o sim:

Na democracia temos que aceitar o não. Aprendi o que mais? Aprendi a ser crítico. Eu tô sabendo uma coisa aqui, mas, se eu for contra, eu sou contra e ainda digo porque que eu sou contra. Sou crítico. Não aceito as coisas assim, do jeito que vem. Não achar que vem alguém pra cá e dizer "assim, assim e assim", e eu ter minha opinião, e não falar, e não dizer que eu acho errado e não dizer o que eu acho certo. Isso não acontece. Isso também eu aprendi. Eu aprendi mais assim, nas lutas que eu participei.

Estes aprendizados têm uma premissa, que é o desenvolvimento das capacidades das pessoas. Sabem que, assim, inseridas verdadeiramente no seu mundo, poderão mais se desenvolver, e, com isso, serem amplificadas as diversas territorializações, fazendo o seu diálogo, desse modo, que faz o controle de todo o processo que se desenvolve, porque fazem aprendizados de poder.

Geralmente quem cuida da pecuária é quem sabe mesmo. Num adianta botar eu, um agricultor que planto roça, feijão, milho, pra cuidar de gado. Eu vou deixar o gado morrer. Geralmente a gente tem as pessoas certa praquele trabalho certo. Geralmente a gente escolhe na assembléia. A gente vê quem tem vocação. A gente escolhe quem tem mais vocação. Eu num vou escolher um tratorista pra cuidar de gado. Escolhe a pessoa que tem vocação e quem tem compromisso. Num adianta eu escolher um vaqueiro pra tirar leite todo domingo, ou todo dia, se todo dia ele amanhece bebo. Tem que escolher uma pessoa que tem compromisso e interesse. A gente vai vendo e vai tirando. A gente vai eliminando os problema que a gente vai vendo.

Multiterritorialidade expressa o que vimos até aqui, em diversas escalas espaciais e temporalidades, e não se deu de uma hora para outra, como mágica, mas como aprendizado transformador. Nela, as pessoas estão abertas a mudanças, umas mais e outras menos, porque estão em diversos estádios de consciência, mas com o seu conjunto não se deixando aprisionar nem se prender a um território, porque sabem das múltiplas dinâmicas de seus territórios e dos territórios dos companheiros, porque aprenderam isso com o assentamento, com o MST, com a vida, que lhes ensinou que estão em constante movimento de passagem de um território para outro, de abandono de uns e fundação de outros, constantemente também ocorrendo desterritorialização e reterritorialização. (FERNANDES, 2005 e HAESBAERT, 2004).

Esta Educação que se apresenta no assentamento é Educação popular. Expressa a busca da utopia da liberdade que é exercida no respeito aos direitos dos demais companheiros, mas rompendo com as regras do passado, mostrando os limites do exercício dessa liberdade e considerando a existência do outro porque ninguém é um ser inacabado porquanto é histórico; Educação que faz as pessoas dizerem o que desejam, assumindo a responsabilidade de tal pensar e de tal agir.

Educação e multiterritorialidade, que é multiterritorialidade, conforme aqui vem sendo apresentada, se constitui fazendo com que os seus limites, dependendo de onde e quando sejam observados, apresentem fronteiras bem demarcadas ou estas mesmas passam a não existir. Algumas vezes os limites de uma salientam os limites da outra. Outras vezes os limites de uma escondem os limites da outra. Desse modo, porque alguns limites são mais fáceis de ver, e outros não, porque uma intencionalidade do observador recorta e reduz a realidade, para muitas pessoas a multiterritorialidade apresenta-se invisível, para algumas não existe Educação, e para outras até mesmo ambas não existem.

Para mais outras pessoas, uma ou a outra não existem. Para algumas outras, são inacessíveis. Para muitas, conquistáveis. Assim é a relação entre Educação e territorialização em Santa Bárbara, considerando suas não-delimitações que são ao mesmo tempo delimitações limitando e retirando limites de uma multiterritorialidade. É ela que move e é movida em Santa Bárbara. Ela que pauta e é pautada pela vida das pessoas. Unidade dialógica numa unidade pedagógica que constitui e é constituída por Santa Bárbara, que, com o Movimento Sem Terra, em disparada, nas fronteiras do mundo, *pegou sua viola e canta em outros lugares*.

Quando Haesbaert (2004) sintetizou a multiplicidade de territorializações apresentadas no Capítulo 2, que vão desde as mais fechadas, “quase uniterritoriais”, indo até às múltiplas, salientava que estas últimas ocorrem com indivíduos mais “globalizados”, que vivem nas grandes cidades. Sua reflexão é concluída, destruindo o mito da desterritorialização, destacando que ele serve à mundialização neoliberal. Antes dele, Paulo Freire (2001) alertava para não cairmos também em outro mito, de que a “globalização” é eterna, sempre cuidando de não nos rendermos a ele, e atentos de sua natureza que é de relações, de laços, capitalistas. Por isso, o processo até aqui relatado autentica o que disse Castells (1999) sobre o poder que tem a identidade de projeto, compreendida a do MST como marcadamente popular porque faz redefinição de sua posição na sociedade buscando transformação da estrutura social, conforme destacam Fernandes (2005) e Haesbaert (2004).

Quando fazia minhas últimas anotações para este trabalho, nos territórios do Curso de Pedagogia da Terra e da operação Fortaleza Bela (que foram durante os mesmos dias do FSM), bem como no Encontro de Mulheres Sem Terra e na Marcha Nacional pela Reforma Agrária, senti, com intensidade, a presença de laços entre nós, os militantes e eu. Pude sentir uma riqueza entre nós, a nossa identidade. Senti que estávamos unidos por uma espécie de *laços fluídicos* que historicamente se constituíram, de nossa matéria e de nosso espírito, de nossa objetividade e de nossa subjetividade, que, muitas vezes, em mais de 15 anos, estavam presentes em nossa história⁵¹.

⁵¹ Pelo fato de haver sido tomada de empréstimo ao Espiritismo Cristão, chamado popularmente Espiritismo ou cismo, cabe explicar a metáfora: o laço fluídico é como um cordão, de uma matéria que a ciência – não espírita – ainda não explicou. Por exemplo, nos nossos sonhos que, segundo os espíritas, pode-se apreciar a essência da liberdade, o espírito deixa a matéria terrena e vai a outros lugares, relacionar-se com outros espíritos (desencarnados ou não). No acordar ele retorna, ao corpo de matéria terrena, *através* do laço fluídico. Do contrário, no sonho, ou em outras situações, o laço é rompido, é o desencarne, “a morte”, deixa-se este mundo, digo eu, agora, todos os seus territórios. Detalhes ver Allan Kardec (2000).

Na constituição de cada um dos territórios estava presente a nossa militância, diferenciada, de estar sendo eu pesquisador-militante, e, as demais pessoas militantes do Movimento. Mesmo nestes papéis, contudo, uma militância nos unia, que era de antimundialização neoliberal e buscando construir um território social mundial, sem, porém, nos esquecermos do nosso cotidiano. Esta ligação, forte sinal de uma identidade, foi singelamente evidenciada no II Encontro de Mulheres Sem Terra, que se realizou no lugar onde desenvolvi parte da minha história pessoal de vida, no Conjunto Zé Walter. Foto seguinte.



Foto 29 – II Encontro Estadual de Mulheres Sem Terra, nas dependências do Centro Social Urbano do José Walter, em Fortaleza. Momento da abertura.

Foto cedida pelo MST.

Pude sentir que um lenço que a mim foi também presenteado, mais do que uma mera *lembrançinha*, portava uma história de identificação que se materializou no encontro: antes de sua realização, na contribuição que fiz para que ocorresse no Centro Comunitário do bairro, intermediando com dirigentes da Prefeitura de Fortaleza a cessão do local, e, quando, junto com minha esposa e dois amigos, fomos convidados a participar de sua Jornada Socialista, na qual as mulheres do Movimento reverenciaram outras mulheres importantes na constituição da transformação social e homenagearam os homens do Movimento que contribuíram com o encontro, por exemplo, na cozinha, na ciranda e na segurança.

De qualquer caso, esta militância, pelo que foi visto aqui, é prática de tal constituição. Estamos ligados por esses *laços fluídicos*. Assim, por exemplo, mesmo contidos entre colunas de soldados em volta de um acampamento ou no aconchego

cotidiano de um assentamento ou nas salas de aula de uma Universidade ou de nossas residências, estávamos ligados, uns aos outros, nos lugares mais íntimos de nossas *almas* militantes.

Desde a intimidade mais profunda de cada um de nós e até no maior dos assentamentos, existem lugares que são nossos porque sabemos que são do MST. Por isso, é possível admirar o Movimento e explicar por que agora melhor compreendemos a beleza do desenho de Oscar Niemeyer, feito em 1998 e cedido pelo Artista para a Marcha pelo Brasil de 2005, bem como *porque marchamos e porque quem marcha nunca esquece*. Como se seguem:



Gravura 1 - A Marcha

Fonte: www.mst.org.br

Marchar sempre foi um ato heróico na história da humanidade. Sempre que os povos se sentiram ameaçados ou tiveram problemas a resolver, saíram de seus locais de origem e foram em busca de soluções, usando o próprio corpo como instrumento de luta. Quem marcha aprende, porque marchar é diferente de andar. Quando vamos a algum lugar para buscar ou levar algum objeto, por mais que nos sacrifiquemos, este andar não passa de uma simples caminhada, pois vamos só pelo caminho, buscar coisas que só imaginamos sozinhos. Quando marchamos, levamos em nossos passos os sonhos daqueles que nos acompanham e de milhares de outros seres humanos que ficaram esperando por nossa volta. A marcha é acima de tudo um ato de solidariedade de uns para com outros. O ponto de partida tem o mesmo valor que o ponto de chegada. Ninguém pode ficar pelo caminho, porque ninguém pode marchar sozinho. Os poderosos têm medo dos que marcham. Sabem que quem está na estrada busca chegar ao fim e lá chegando, pode ir além do que foi planejado. O MST cresceu com as marchas. Elas foram usadas sempre que os governantes se tornaram insensíveis ou os latifundiários impediram que a reforma agrária fosse em frente. (...) Quem marcha nunca esquece o que vê, porque marchar acima de tudo é sentimento, emoção, alegria, festa e confraternização. A dor dos calos vai embora quando nos encontramos com pessoas à beira da estrada e dizem que estamos certos e devemos seguir em frente. As músicas são feitas nas paradas e falam por nós. Dizem através das melodias o que queremos alcançar. As bandeiras andam sobre nossas cabeças avisando

que estamos indo. Querem ver por primeiro o lugar das paradas. Quando chegamos, ficam acordadas, agarradas em galhos de árvores, para avisar a quem passa que ali não é um “acampamento de ciganos”, mas de Sem Terra em luta. Quem marcha cuida e se cuida. Precisa tomar conta do colchão para que ele também possa chegar. Quando as forças se desgastam com a sola das sandálias, é no colchão que buscamos a energia que falta em cada perna para animar os passos. Mas acima de tudo é preciso se cuidar. O corpo é o sujeito da marcha. Sem ele não pode haver chegada. Sem gente a marcha perde a força. Por isso é preciso cuidar da saúde, beber água e comer nas horas certas. O descanso é importante para o corpo que precisa estar presente na hora da cerimônia em que a força da sabedoria se encontra com a vitória. Marchar então é um prazer. É sentir a luta como herança. Os mais velhos ensinam as crianças a buscar de mãos dadas o que pertence a quem tem a capacidade de sonhar. Quem marcha deixa e leva saudades. Produz imagens que jamais sairão da mente das crianças das favelas, que um dia tentarão imitar este teatro de passos enfileirados. E também marcharão sobre as pedras frias das ruas das cidades onde vivem, para buscar sua produção social da riqueza que os governantes teimam em não distribuir. A marcha pertence aos que acreditam em causas coletivas. Os medrosos e desanimados não marcham, se escondem atrás do egoísmo da individualidade. Têm vergonha de mostrar que são diferentes porque lutam. Na poeira das marchas não sobe só o pó soprado do chão, sobe um letrero escrito com os pés que os governantes e latifundiários sabem decifrar o recado que pacientemente enviamos: “lá vai a sede de justiça, preparai a água para saciá-la”. A chegada é a comemoração e a confirmação de todas as lutas e profecias que nos deixaram os mártires e lutadores do passado, que lutaram e acreditaram que os pobres jamais desistiram e sempre voltarão em multidões. Como disse Zumbi dos Palmares na hora de ser assassinado: “Eu morrerei, mas voltarei e serei multidões”. Somos nós, a força e a voz da terra que espera por marchas de povos livres. (MST, 2005).

3.3.3. Amplificando – MST no Brasil e no Mundo

Terceira Lâmina

É aquela que fere que virá mais tranqüila.
Com a fome do fogo, com pedaços da vida.
Com a dura semente, que se prende no fogo, de toda multidão.

Acho bem mais do que pedras na mão
Dos que vivem calados, pendurados no tempo.
Esquecendo os momentos, na fundura do poço.
Na garganta do fosso, na voz de um cantador.

E virá como guerra, a terceira mensagem,
Na cabeça do homem, aflição e coragem.
Afastado da terra, ele pensa na fera, que o começa a devorar.

Acho que os anos irão se passar
Com aquela certeza, que teremos no olho.
Novamente a idéia, de sairmos do poço, da garganta do fosso.
Na voz de um cantador

ZÉ RAMALHO

3.3.3.1 MST no Ceará

O Movimento está organizado numa árvore formada pela Coordenação estadual, as coordenações regionais e os Núcleos de Base, ao mesmo tempo em que rizomas se estabelecem por intermédio dos seus setores. Vale destacar, neste momento que, segundo MST-CE (s.d.), a partir de 1994, os Núcleos de Base passaram a ser considerados como “o ponto central, a origem, o começo” dos grandes avanços de sua organicidade, fazendo sair os assentamentos da espontaneidade e que tenha o poder de colocar a *companheirada* em movimento. A proposta de árvore buscada nos assentamentos, em muito se assemelhando à árvore de Santa Bárbara, que o Movimento denominou de Democracia Ascendente em contraposição à Democracia Descendente, tem os Núcleos de Base como instância mais profunda, seguida de uma Coordenação Geral e uma Assembléia Geral, tendo como objetivo da organicidade “fazer que todas as famílias assumam e decidam os rumos do Assentamento e da sua Organização”. (MST-CE, s.d: 5).

Constituiu também espaços de socialização política e territórios-rede, envolvendo assentamentos e acampamentos, todos na sua divisão territorial no Ceará, que são as Regionais, conforme mostra o Quadro 15, destacando os municípios onde está com maior intensidade.

Quadro 15
Territorialização
Regionais no Ceará

Nome	Município
Antonio Conselheiro	<u>Quixeramobim</u> , Pedra Branca, Mombaça, Senador Pompeu.
Caldeirão	<u>Icó</u> , Ipaumirim, Antonina do Norte, Caririçu, Crato
Denir	<u>Ocara</u> , <u>Chorozinho</u> , Beberibe.
Francisco Barros	Brigada 1 – <u>Amontada</u> , <u>Itarema</u> , Acaraú; Brigada 2 – <u>Itapipoca</u> , <u>Tururú</u> , Mirafima, Trairi
Lênin Paz	<u>Caucaia</u> , Pentecostes, São Gonçalo do Amarante, São Luis do Curú
Mandacaru	<u>Canindé</u> , Paramoti, Caridade, Itatira, Choró
Margarida Alves	<u>Madalena</u> , Boa Viagem.
Patativa do Assaré	<u>Crateús</u> , Tamboril, Ararendá, Monsenhor Tabosa, Independência.
Paulo Freire	<u>Itapiúna</u> , Baturité, Quixadá.
Roseli Nunes	<u>Santa Quitéria</u> , Tejuçuoca, Sobral.
Zumbi dos Palmares	<u>Aracati</u> , <u>Russas</u> , Fortim, Itaiçaba, Icapuí, Jaguaruana

Alguns locais como exemplos onde ocorreu territorializações ao longo do ano de 2004 e início do ano de 2005, afora assentamentos e acampamentos, a seguir serão apresentados, todos com a presença de assentados de Santa Bárbara: em Fortaleza, Avenida José Bastos, por duas vezes, quando ocorreram acampamentos, estendendo-se ao prédio do INCRA no Ceará, sendo, que, na segunda, houve ocupação de salas da Superintendência; alguns prédios da UFC, no *Campus* do Pici, quando ocorreu o III Curso para Jovens do Movimento, e salas do *Campus* do Benfica, na FAGED, quando foi iniciado Curso de Pedagogia da Terra; sala de sessões da Assembléia Legislativa, onde foi feita homenagem aos quinze anos do MST no Ceará e aos vinte no Brasil; no resto do estado, em locais de encontro da Igreja Católica, Centro de Convenção de Sobral e o Centro de Treinamento da EMATERCE, em Caucaia, quando da concepção do II PRRA do Ceará; e, em Fortaleza, após eleição da atual Prefeita, já a tendo apoiado eleitoralmente, e resolveu, no seu Encontro Estadual, que é a instância maior na sua árvore organizativa, contribuir no que foi denominada Operação Fortaleza Bela, com a presença de trezentos militantes para limpeza de 11 quilômetros das margens do rio Maranguapinho, curso de água que “corta” parte da Cidade e que tem a maior quantidade de áreas de risco da Capital⁵².

No PRRA, pode ser visto que o MST se espacializou, aprendendo a fazê-lo na singularidade deste lugar, destacando-se alguns pontos: conquista para seus militantes do papel de *facilitador* nas oficinas, ou seja, pessoas do MST passaram a ter papel de “moderadores”, que, se sabe, não é neutro; em todas as oficinas, com os militantes do Movimento *espalhados* nos grupos temáticos que eram fio condutor dos trabalhos, e interferiram na sua concepção e nas metas do Plano; os pontos de cada um dos lugares onde se realizaram as oficinas passaram a ter a *cara* do MST pela conquista de realização de místicas, afixação de bandeiras, animação e até mesmo montagem de *stand* durante realização da oficina estadual, onde destacavam publicações; reconquista, ao longo das discussões de mais peso, de

⁵² É interessante como um jornalista declarado inimigo das lutas populares, e recorrente defensor da ditadura militar que existiu no Brasil e da mundialização neoliberal, identificou *fumaça* da territorialização, em um artigo de jornal: “A líder dos “convocados” é Joyce Ramos, militante politizada, que deixa bem claro que a prefeita não dormirá mais em paz: - “Colocamos para os nossos companheiros qual era a importância política de se envolver nessa questão. (O POVO 21.1.05)”. E continua, furibundo, este inimigo declarado do Movimento: “Traduzindo: a limpeza não interessa, mas a oportunidade de uma ação política dos sem-terra em Fortaleza, garantida pela prefeita. E partindo do MST, que é um movimento revolucionário, não se precisa dizer mais nada. Uma infiltração na capital era reivindicação antiga”” O POVO (2005).

peças do sindicalismo rural “que estavam distantes”, sobretudo os mais “históricos”, “respeitados”, que, em pontos importantes, “fecharam” com o Movimento; e invalidação do PCT, aliado, principalmente, ao MPA e à CPT, conseguindo conquistar o trecho seguinte no documento final do II PRRA, como destaque da Diretriz 1 - Democratizar o Acesso à terra:

O Instrumento Crédito Fundiário foi um tema polêmico e que deu margem a muitos debates na elaboração do II PRRA. O encaminhamento retirado das oficinas e encontro estadual foi o de que o crédito fundiário não deveria ser contemplado entre os instrumentos de reforma agrária do II PRRA – Ceará, e que os recursos deste programa deveriam ser aplicados na desapropriação por interesse social. (BARBOSA, 2005).

As fotos seguintes, uma, antes de se iniciar a sessão solene de comemoração aos 15 anos do MST no Ceará, e, a outra, quando limpavam as margens do rio Maranguapinho, ilustram a idéia de que o Movimento consegue, ao constituir espaços de socialização política, mesmo que bastante efêmeros, fazer aprendizados importantes para sua multiterritorialidade, inclusive em escala internacional. Na Assembléia Legislativa, os militantes vivenciaram o chamado decoro parlamentar e uma parte da ritualística que envolve as casas legislativas.



Foto 30 - Sessão Solene em homenagem aos 15 anos do MST no Ceará.
Pátio da Assembléia Legislativa do Ceará

Foto cedida pelo MST

No rio Maranguapinho, além de conviveram com a problemática das áreas de risco junto aos cursos de água, associando isto às pressões antrópicas causadas em grande parte pelas condições precárias de vida das populações de bairros populares e favelas por onde passaram ao longo dos 11 quilômetros do seu percurso, puderam, ainda, pela parceria que o MST estabeleceu com a Prefeitura de Fortaleza, conviver com muitos elementos que fazem uma administração municipal de uma grande cidade. A foto seguinte registrou o final do primeiro dia.



Foto 31 – MST na Operação Fortaleza Bela, no Rio Maranguapinho. Fortaleza.

O *box* seguinte, com uma notícia da página eletrônica de um dos jornais mais vendidos e tradicionais do Ceará, ilustra, não só, por ele próprio, a presença do MST na Internet, mas, também, pelo que contém, uma face de aprendizados e lições tiradas desta territorialização. O texto do *box* oferece muitos elementos do que foi o último dia da presença do MST na Operação Fortaleza Bela.

Box 1

Sem-terra se despedem de Fortaleza

[05 Fevereiro 01h51min 2005]

Os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que durante duas semanas prestaram serviço voluntário na Operação Fortaleza Bela, limpando o rio Maranguapinho, despediram-se ontem da cidade. Cerca de 200 sem-terra realizaram cerimônia de encerramento das atividades na praça atrás do Centro Cultural Patativa do Assaré, no **Conjunto Ceará**. Eles limparam 11 quilômetros do Maranguapinho, em operação que começou em 22 de janeiro. O número de sem-terra nos trabalhos chegou a 300. Do rio, foram retiradas cerca de 200 toneladas de detritos.

Antes de deixar Fortaleza, os sem-terra plantaram 50 mudas de árvores na praça. Eles saíram do Centro de Cidadania do Conjunto Ceará, onde estavam acomodados, pouco depois das 9 horas e marcharam até por um quarteirão até o local da cerimônia e da plantação - um pau-brasil foi plantado pela prefeita Luizianne Lins.

Geni Santos, da coordenação estadual do MST, afirma que "ficou a lição de integração entre campo e cidade, de uma nova sociedade em que nem tudo precisa de dinheiro", em referência à cooperação

voluntária dos sem-terra. "Contribuímos para gerar vida e esperamos motivar outros setores da sociedade a se envolver nessa ação", conclui. "Esse trabalho mostrou à sociedade o nível de organização do movimento, que ele pode contribuir para transformar a sociedade, não apenas com o fim do latifúndio, mas com respeito ao meio ambiente e às pessoas", diz Joyce Ramos, do MST. "Não viemos com discurso ambientalista, mas com prática ambientalista", destaca Maria de Jesus, da coordenação nacional do MST.

A prefeita Luizianne Lins, que foi esperada por mais de duas horas, afirmou que o MST ajudou de forma fraterna e corajosa a Operação Fortaleza Bela. O Maranguapinho, em que já tomei banho em águas cristalinas quando criança, começa a sair da degradação, o que entra para a história da cidade com a participação dos sem-terra". Ela anunciou que "certamente haverá outros acordos de cooperação" e disse que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, vem a Fortaleza até o fim do ano e poderá firmar um desses acordos.

O secretário municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano, Pedro Ivo Batista, chegou às 11h56min, a tempo de fazer um rápido discurso de apoio ao MST, antes de a prefeita plantar muda de pau-brasil, seguida por dezenas de sem-terra repetindo o ato com outras plantas por toda a praça.



OS SEM-TERRA plantaram 50 mudas de árvores na praça (Foto: Mauri Melo)

Em todas as territorializações, foram vistos os elementos fundamentais da multiterritorialidade do MST, inclusive naquelas com duração efêmera, como foram o acampamento na Avenida Bezerra de Menezes, a sessão solene de aniversário, cada um dos quinze dias que passaram limpando as margens do rio Maranguapinho e durante os três dias do segundo encontro das mulheres sem terra, quais sejam: 1) uma pauta a ser realizada, materializada, conquistada, que é parte da pauta de toda territorialização do Movimento; 2) controle do acesso aos territórios, de suas fronteiras; 3) distribuição de papéis, que se *espalham* em rizomas, tendo como referência os setores; 4) organização, algumas vezes, em árvores, outras em rizomas; 5) espaços de socialização política e territórios-rede conformando-se inclusive utilizando meios de comunicação para encurtar distâncias como telefones celulares e Internet; e 6) Presença intrínseca das práticas de Educação popular contextualizadas no campo da Educação do campo.

A espacialização do MST ocorre também na constituição do Curso de Pedagogia da Terra no Ceará, uma de suas mais recentes conquistas, recebendo alunos dos estados do Ceará, Paraíba, Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte (foto seguinte da solenidade de abertura).



Foto 32 – Curso de Pedagogia da Terra, solenidade de abertura no Auditório da UFC vendo-se dirigente em pronunciamento, *banners* homenageando fundador da UFC; sobre o púlpito outro homenageando Paulo Freire e as bandeiras do MST e do MPA, lado a lado, sobre a mesa de coordenação dos trabalhos.

Na mesa da solenidade–ritual, estavam presentes, além de uma militante do MST, representantes de ONG bastante identificadas com o Movimento, que são o Projeto Educacional Coração de Estudante – PRECE e Instituto Terramar, a coordenadora do PRONERA e o superintendente do INCRA no Ceará, o secretário de Educação Básica do MEC, a pró-reitora de Graduação, o pró-reitor de Extensão e o reitor, os três da UFC. A abertura, marcada pela forte presença do MST, seguido de seus, como chama, movimentos irmãos, o MPA e MAB, aconteceu no local da UFC de maior magnificência, o Auditório Castello Branco, junto com o Encontro de Articulação Estadual por uma Educação do Campo no Ceará (ver foto seguinte onde alunas do Curso de Pedagogia da Terra, entre elas uma de Santa Bárbara, participam de um grupo de discussão dentro do Encontro).



Foto 33 – Curso de Pedagogia da Terra – Por uma Educação do Campo. Pátio da Reitoria da UFC. Trabalho de grupo onde se vê ao centro da foto uma pessoa de Santa Bárbara.

Foto cedida pelo MST

O curso está previsto para quatro anos em regime de alternância para pessoas que estão no exercício de atividades educativas, tais como professor de áreas de assentamento, coordenador dos coletivos estadual ou regional de Educação, educador de alfabetização ou, ainda, exercer atividades nos movimentos, ligado à área de educação ou formação. A foto seguinte mostra um pouco da noite de abertura.



Foto 34 – Curso de Pedagogia da Terra – Abertura das Aulas.
Quadra de Esportes da Faculdade de Educação da UFC.
Dinâmica de entrosamento e de contextualização do curso,
com a participação de uma pessoa de Santa Bárbara.

Foto cedida pelo MST.

Observando o Quadro 16, seguinte, pode ser visto que participam assentados e acampados de todas as Regionais, sendo importante aqui destacar que entre os alunos estão pessoas de outros estados da Federação e que algumas vagas estão ocupadas por alunos referenciados numa ONG muito amiga do Movimento e outros no Conselho Indígena.

Quadro 16
Espacialização
Curso Pedagogia da Terra

Regional	Município	Assentamento	Alunos
Antonio Conselheiro		Parelhas	2
		Recreio	3
Caldeirão	Ipaumirim	Liberdade / Umarizeiro*	2
		Carlos Maringuela*	2
Denir	Ocara	Córrego do Quixinxé	4
Francisco Barros	Itarema	Lagoa do Mineiro	4
		Miraíma	2
		Trairi	2
		Cacimbas	2
		Várzea do Mundaú	4
Lênin Paz	Caucaia	Santa Bárbara	5
		Pentecostes	3
		Erva Moura	5
		Lagoa Grande	4
Mandacaru	Canindé	Grossos	3
		Jacurutu	5
		Logradouro / Ubiaraçu	4
		Tiracanga / Logradouro	5
Margarida Alves	Madalena	25 de Maio	6
Patativa do Assaré	Ararendá	Itauru	4
		Tamboril	2
		Crateús	3
		Monsenhor Tabosa	5
		Margarida Alves	3
		Paulo Freire	4
		Santana	5
Paulo Freire	Itapiúna	Jardim	4
Roseli Nunes	Tejuçuoca	Laura Muquém	4
Zumbi dos Palmares	Aracati	Lagoa do Mato / Camara	4
		Jaguaruana	5
TOTAL	18 Municípios	30 Assentamentos	110

* Acampamento

Fonte: INCRA

As fotos seguintes, de uma Aula Plenária, ilustram esta modalidade de aula e o conjunto dos participantes.



Foto 35 – Curso de Pedagogia da Terra – Aula Plenária 1.
Estacionamento da FACED. Ao fundo, prédio de Centro Acadêmico
que foi utilizado como cozinha, internamente, lavanderia, aos fundos.

Foto cedida pelo MST.



Foto 36 – Curso de Pedagogia da Terra – Aula Plenária 2.
Estacionamento da FACED. Ao fundo Quadra de Esportes

Foto cedida pelo MST.

A proposta pedagógica do curso baseia-se em dois tipos de atuação, em cada unidade curricular: um período intensivo, presencial, e outro não presencial, que já se desenvolvem sob a forma de trabalho dirigido e executado com a própria comunidade. Santa Bárbara contribui com dois professores. As unidades curriculares serão de caráter geral e diferenciado, vivenciadas ao longo do curso, que culminarão com a elaboração de um trabalho de conclusão, com temas de interesse dos estudantes e de relevância social para o contexto da Reforma Agrária e da Educação do campo, com possibilidade de serem incluídos no acervo das bibliotecas dos assentamentos do MST.

As diversas unidades curriculares devem integrar, ao longo da trajetória do curso, processos formativos que contemplem as seguintes áreas do conhecimento: Educação de Jovens e Adultos; Educação e Movimentos Sociais; Educação Ambiental; Educação e Pluralidade Cultural; Educação para Saúde e Educação Sexual; Temas específicos: alternativas educacionais para o campo; questão agrária; cooperação agrícola e contexto do semi-árido.

Quando do encerramento da primeira etapa, uma das sessões foi sobre o amor, utilizando como tema gerador o filme *O Nome da Rosa*, de J-J Arnnud (1986), exibido no auditório do Centro de Humanidades, um dos lugares de espacialização do Movimento. Seguindo a exibição, após uma *merenda* no refeitório do Curso, foi feita reflexão sobre diversas formas de amar, destacando-se o amor à humanidade. A primeira página da Agenda do MST contém uma síntese das razões e das práticas de tal amor, que são inseparáveis, onde se pode ver que as práticas das pessoas, no caso, militantes e amigos do Movimento, devem ser, fundamentalmente, sem que assim sejam intituladas, de Educação popular.

É preciso ter uma grande dose de humanidade, uma grande dose de sentido de justiça e verdade para não cair em dogmatismos extremos, em escolasticismos frios, em isolamento das massas. É preciso lutar todos os dias para que esse amor à humanidade viva se transforme em fatos concretos, em atos que sirvam de exemplo, de mobilização. (CHE GUEVARA, 2004).

Sem discutir aqui a natureza do que é a Universidade, particularmente a UFC, com a sua caríssima autonomia universitária, de muros visíveis e invisíveis, cujos acessos são muito difíceis, o MST conquistou neste ano de 2005 o lugar do Curso de Pedagogia da Terra. Os conteúdos e o desenvolvimento das disciplinas, porém, ainda estão *em pauta*, mesmo com o curso em funcionamento, porque ainda

não existe um consenso com a Academia, que disse o seu não ao conjunto do Curso, porque, como já é voz corrente, alguns professores têm posições de resguardo da identidade do Curso de Pedagogia tradicional e o Movimento tem outra identidade.

Ainda está ocorrendo uma negociação. Mesmo assim, está em desenvolvimento a Turma Patativa do Assaré, que concluiu sua primeira etapa, nos primeiros dias de fevereiro de 2005, nas dependências do Centro de Humanidades da UFC. Durante todo o mês de realização da etapa, apresentou-se o controle de cada um dos territórios que se estabeleceram entre os prédios da Faculdade de Educação e da Biblioteca do Centro de Humanidades - CH, como as salas-alojamento para homens e mulheres, as salas-ciranda, o refeitório-lavanderia, resultado da adequação do Centro Acadêmico de Educação Física, salas de aulas tradicionais e o auditório do CH. Espaços de socialização política e um território-rede se constituiu no *campus* do Benfica da UFC, todos integrados ao MST. Com certeza, organizações em árvores e rizomas se constituíram (as fotos seguintes em muito *falam* da espacialização que o MST exercitou nas dependências da FACED).



Foto 37 – Curso de Pedagogia da Terra – Ciranda.

Foto cedida pelo MST.



Foto 38 – Curso de Pedagogia da Terra – Sala de aula.

Foto cedida pelo MST.



Foto 39 – Curso de Pedagogia da Terra – Hora do Almoço.
Pátio da FACED. Ao fundo prédio da Direção da Faculdade de Educação

Foto cedida pelo MST.



Foto 40 – Curso de Pedagogia da Terra – Sala de Aula 2.
Auditório do Centro de Humanidades da UFC.

Foto cedida pelo MST.

Apresentou-se o Curso de Pedagogia da Terra no contexto da cinqüentenária Universidade Federal do Ceará como se a ela fosse banal. Foram notados, contudo, alguns *narizes torcidos*, sobretudo de professores, motivados, talvez, não só pela *invasão* de seus territórios, mas por não suportarem as aulas que todos os dias estavam tendo de constituição de territórios, mestres e doutores que não tinham o controle de *suas* salas de aula, menos ainda o *domínio* dos conteúdos que eram desenvolvidos⁵³.

Provada ou não a hipótese, uma coisa é certa: a espacialização do MST na UFC com o Curso de Pedagogia da Terra é dialeticamente unida a uma desterritorialização na UFC, de saída, do Curso de Pedagogia. Além de elemento ilustrativo de multiterritorialidade, o Curso de Pedagogia da Terra aponta como dizem Erineu Foerste & Gerda Margit Schutz-Foerst (2004) com tudo o que lhe é

⁵³ A Universidade, vista de maneira ampla, foi constituída ao longo do milênio passado, no contexto do desenvolvimento capitalista, seguindo curso no Brasil e no Ceará. A UFC tem cinquenta anos de idade. Tanto o Curso Realidade Brasileira, para jovens, quanto o de Pedagogia da Terra, são realizados nas férias escolares da UFC, sob vários pretextos. Penso, e isto merece ser investigado, que uma das razões é a dificuldade que tem a *Universidade* de ousar o convívio entre seus alunos com os alunos do MST. Neste sentido, penso, entram também em cena pré-conceitos, uma vez que o *campus* é território dos *universitários*, sendo o convívio com Sem Terra, neste caso, agressão à autonomia dos *alunos da UFC*.

inerente, para a possibilidade de reinvenção da universidade e de seu projeto educativo, sendo importante salientar aqui um desafio apresentado pelos dois:

Nesse sentido, a interação colaborativa entre o Setor de Educação do MST, especialmente os professores de assentamentos, com equipes da universidade, coloca o desafio da elaboração de uma prática distinta de outras vigentes até então na academia, em particular no campo da educação. Com a introdução de novos sujeitos no meio acadêmico, como é o caso dos professores sem-terra, com uma valorização de seus saberes construídos na luta pela terra, tensionam-se práticas tradicionais e dilatam-se tempos-espaço na perspectiva da construção de novos saberes, impulsionando práticas transformadoras. (FOERSTE & SCHUTZ-FOERST, 2004: 224).

A multiterritorialidade do MST, compreendida não somente como assentamentos e como acampamentos, pode ser identificada também a partir de situações em que o Movimento apresenta uma pauta, entendida esta como elemento fundamental de sua constituição, nas quais se pode ver que existem lugares, ou territórios, nos quais o MST está presente desenvolvendo atividades, como foi visto em Santa Bárbara, que conformam multiterritórios. O Movimento faz a sua *divisão geográfica* do Ceará que não coincide com as divisões feitas pelos governos do Estado, que presentemente trabalha com vinte regiões administrativas, e pelo Governo federal, que trabalha, quando se trata de assessoria técnica, com nove núcleos, e quando trata de incentivos ao desenvolvimento, com cinco territórios⁵⁴.

Considerando documentos do INCRA e do próprio MST, no ano de 2003, pode ser observado que o Movimento estava presente em conjuntos de assentamentos e acampamentos, conformando num dado período territórios-rede⁵⁵. Observando uma pauta de assistência técnica para ser realizada diretamente pelo MST, apresentada ao INCRA, nota-se que o Movimento propunha atuar, dentre 287 assentamentos, em 90 deles, ou seja, em 31% dos assentamentos federais, distribuídos em 29 municípios, 15 % dos 184 municípios do Ceará, abrangendo mais de 5.900 famílias, presentes em 9 das suas, então, 10 regionais. Considerando também a programação do INCRA de cadastro de acampamentos, que ocorriam no Ceará, são vistos 15 deles, envolvendo mais de 1000 famílias, distribuídos em 13 municípios, localizados também em nove Regionais (Quadro 17).

⁵⁴ Conferir em Barbosa (2005) e Sales (2003).

⁵⁵ Trabalho aqui com o ano de 2003 porque foi neste ano, atuando como assessor da Superintendência do INCRA no Ceará, que tive contato direto com mais evidências da territorialização do MST no Estado do Ceará. Esta territorialização tem a sua antiterritorialização mais evidente na forma do PCT, que já foi comentado aqui, a qual não sendo objeto do presente estudo.

Quadro 17
Territorialização
Programação de Cadastro de Acampamentos

Regional	Município	Acampamento	Famílias
Lênin Paz	Caucaia	Bela Vista	20
	São Gonçalo do Amarante	Lenin Paz	150
	São Luis do Curú	Pantanal	172
Denir	Ocara	Antonio Conselheiro II	27
Zumbi dos Palmares	Itaiçaba	ARISA	54
	Aracati	Córrego dos Tanques	27
Caldeirão	Icó	Bom Lugar	42
Antonio Conselheiro	Quixeramobim	Nova Canaã	120
Patativa do Assaré	Monsenhor Tabosa	Paulo Freire	120
Francisco Barros	Amontada	Terra Livre	30
	Itapipoca	Estrela Dalva	60
	Itapipoca	Malamba	40
Roseli Nunes	Santa Quitéria	Bem Posta	80
Mandacaru	Canindé	Salgado dos Padres	60
	Canindé	Cachoeira das Pedras	15
TOTAL			1.017

Fonte: INCRA

Levando em conta uma relação de assentamentos e acampamentos, apresentada pelo MST para inclusão nas diversas ações do Programa Fome Zero, (Quadro 18, a seguir), pode ser observado que o Movimento amplia sua ação para fora do âmbito do Governo federal, apresentando, além dos federais, assentamentos que são assistidos pelo Governo do Estado e acampamentos que teriam solução também pelo Governo do Estado.

Quadro 18
Territorialização
Inclusão no Programa Fome Zero

Regional	Assentamento Federal	Famílias	Assentamento Estadual	Famílias	Acampamento	Famílias
Francisco Barros	21	865	1	35	1	40
Quilombo dos Palmares	26	1.114			2	38
Antonio Conselheiro	15	799	2	31	1	23
Mandacaru	21	1.027	8	106		
Paulo Freire	10	353				
Caldeirão	4	178	1			
Roseli Nunes	25	2.172				
Zumbi dos Palmares	14	1.129				
Denir	9	336			1	186
TOTAL	145	7.973	12	172	5	287

Fonte: MST

A integração das Regionais, ou dos seus territórios-rede, conforma uma espécie de território-rede de terras liberadas. No que tange aos assentamentos com a presença do MST existe mais ou menos intensivamente, a presença de Núcleos de Base, conformando, assim, um território-rede. O conjunto, a integração dos dois territórios-rede, conforma o que chamo território profundo do Movimento, isto porque têm como centro os assentamentos, lugares com territorialização profunda.

No ano de 2003, foi inaugurada uma diferente relação entre o MST e o Governo federal, que, antes, era de posições extremamente antagônicas, como pode ser visto aqui com a ilustração de tentativa de destruição do Movimento por meio do PCT. O Movimento, com o advento do Governo Lula, assumiu em muitas oportunidades a posição de que “ganhamos o Governo, mas não ganhamos o poder”. Nesse ano, no contexto das jornadas nacionais de luta do MST, em abril, de simbólica e histórica cor vermelha, uma ação no Ceará demarca tal inauguração com a ocupação de terras reservadas pelo Governo do Estado para empreendimentos de grande densidade de capital no Complexo Industrial e

Portuário do Pecém. Tal ocupação se localizou como disseram alguns militantes na menina dos olhos azuis da classe dominante no Estado do Ceará, em terras reservadas para ampliação de um complexo econômico que está inserido em grandes negócios em escala nacional e internacional⁵⁶.

A ocupação foi também momento de vivenciar diversos processos que aqui foram apresentados com a reconstituição histórica de Santa Bárbara, e lembre-se, que começaram quando foi feita a primeira reunião em volta de uma fogueira, como a que também foi acesa na madrugada em que as terras foram ocupadas⁵⁷. Se de um lado mostrava a presença do MST nesse contexto, de outro recebeu o “não” correspondente à sua ação, com uma mobilização, primeiro, policial, de grande peso, e, em seguida, política, de grande força.

Foi possível presenciar em menos de duas horas em que se estava na ocupação a presença de helicópteros da Polícia Militar, diversos carros com policiais militares e civis, todos comandados diretamente por oficiais da mais alta patente no Estado do Ceará, com a imprensa, na suas mais diversas formas, cobrindo os fatos, dando destaque para o seu caráter inusitado e pela sua dimensão. Nos desdobramentos, entraram em cena os altos escalões do Governo do Estado, bem como do Poder Legislativo e do Poder Judiciário⁵⁸.

O desfecho do acampamento, imediato, foi a transferência dos acampados para as margens de uma rodovia nas proximidades do local do acampamento e alguns compromissos de cumprimento de pontos da pauta apresentada que focava na obtenção de terras para os que estavam acampados e para outros acampamentos da região, além de outros pontos para os

⁵⁶ Um pouco sobre os episódios, a começar pelas manchetes, pode ser encontrado em Diário do Nordeste (2003, 2003a), O Povo (2003 2003a).

⁵⁷ Minha primeira fogueira em território do MST foi em 1989, no acampamento Jacurutu, em Canindé. A mais recente foi em 2004, no Centro de Treinamento da EMATERCE, em Caucaia, durante oficina de elaboração do II PRRA do Ceará. Nesta, que teve *ar* de confraternização, estavam em sua volta militante de variadas idades, alguns de Santa Bárbara e de outros assentamentos, e de vários setores e instâncias de coordenação do Movimento Sem Terra.

⁵⁸ Continuou todo o aparato policial ao longo do dia e durante boa parte da noite, inclusive com constantes sobrevôos de aeronaves e ampliação da força policial. No campo político-administrativo, entraram em cena com suas equipes os superintendentes do INCRA, pelo Governo federal, do IDACE, pelo Governo do Estado, e o seu secretário de Governo, todos coordenados pessoalmente pelo Governador do Estado. No campo do Poder Legislativo, entraram em cena cinco deputados da bancada dos partidos de esquerda, liderados pela presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, hoje Prefeita de Fortaleza, e o presidente da Casa. No âmbito federal, foram acionados todos os escalões superiores do INCRA com acompanhamento da Casa Civil da Presidência da República. Do lado legislativo, foi acionada uma rede de deputados, “puxada” por um cearense, que presentemente é o vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista - CPI mista da Terra. As negociações duraram, junto com a presença militar, sem interrupção, ao longo de todo o dia, prolongando-se até as primeiras horas da manhã do dia seguinte.

assentamentos, constando de necessidades territoriais nas áreas de produção, Educação e saúde. Os resultados, como ocorrem sempre, tiveram o cumprimento parcial de alguns pontos e total de outros.

Alguns dos que estavam nas terras do Pecém e que se transferiram para a estrada hoje estão em um assentamento nas proximidades de Santa Bárbara, estando, entre os assentados: um dos militantes que fizeram a segurança da ocupação, que, então tinha dezoito anos de idade; um casal de militantes, filhos de Santa Bárbara, que se uniram em matrimônio após acamparem defronte à sede do INCRA em Fortaleza, mobilização essa que teve reforço de militantes que saíram do Curso de Jovens que ocorrera na UFC; e, um outro militante, que ocupou as terras no Pecém, que foi um dos coordenadores deste acampamento, e, mais recentemente, participou da primeira etapa do Curso de Pedagogia da Terra (ver foto de uma das plenárias do acampamento).



Foto 41 – Acampamento em Fortaleza, avenida José Bastos defronte à Superintendência do INCRA no Ceará. As barracas junto à entrada do prédio eram das equipes de animação e saúde. Neste local, além de ser feito o controle de entrada e saída nas dependências, eram feitas falações e encaminhadas assembléias. Observar ao fundo, nos mastros, as bandeiras do Brasil, do Ceará e do MST.

Foto cedida pelo MST.

Pelo que foi até aqui mostrado, fica evidenciado que na Questão Agrária a multiteritorialidade do MST, que é marcadamente popular, contém desenvolvimento e conflitualidade. Com todos os seus elementos constitui territórios nos campos da produção, da educação, da saúde, da cultura e da formação política, entre outros, como condição essencial na construção de sua identidade campestre, ao mesmo tempo em que vence desafios de resistência e de enfrentamento a realidade comandada pelo capital. Assim, sinteticamente:

Num processo de configurações diversas, de identificação e de estranhamento, formadas pela contradição e pelo paradoxo da questão agrária, ocorrem simultaneidades e descontinuidades, em que o camponato concebe múltiplas estratégias de recriação da própria existência, subordinando e resistindo, reinventando-se no fazer-se do dia-a-dia. (FERNANDES, 2005: 20).

3.3.3.2 MST no Brasil

O Movimento se multiterritorializa em todo o Brasil. Alguns elementos importantes ocorrem em escala nacional. As mobilizações do Movimento desenvolvem-se por uma pauta semelhantemente ao que ocorre em Santa Bárbara e no Ceará. Ao lado disso, militantes nos estados que estão nos setores e outros que estão nas coordenações estaduais fazem parte das árvores nacionais dos setores e de coordenação. Mais ainda: militantes, como alguns de Santa Bárbara e outros no Ceará, não se aprisionam as suas fronteiras e passam a cuidar de outras⁵⁹. Isto faz com que se constituam, junto com árvores nacionais, redes nacionais de setores e de espaços de socialização política estaduais, conforme foi apresentado com a realidade de Santa Bárbara.

Com estas constatações nos vem à tona Fernandes (2001) que organizou uma cartografia dos movimentos de luta no campo, por nome e estado da Federação, até o ano de 2001, onde são apresentados o MST e outros 23 (vinte e três) movimentos, destacando que o processo de territorialização é um aprendizado, que supera bases territoriais e fronteiras oficiais, sendo, porém, sempre um devir, por mais que se tenha um planejamento das lutas, porque:

⁵⁹ Estão militando fora do Ceará dois filhos de Santa Bárbara. Do Estado do Ceará aproximadamente 10 militantes estão espalhados pelo País. Junto disso, perto de 5 filhos de outras terras estão presentes na terra de Antonio Conselheiro. Outros exemplos de não-aprisionamento às fronteiras do Ceará: Fátima Ribeiro, que ficou mais conhecida nacionalmente porque em um encontro com o Presidente Lula passou-lhe às mãos uma bola do Movimento, morou cinco anos no Ceará; Zé Rainha, conhecido pela imprensa, morou 1 ano; e Mário Lill, que serviu de escudo humano ao líder palestino Yasser Arafat, morou dois anos.

Possui o sentido das possíveis transformações incessantes, quando as conjunturas construídas dissolvem-se e/ou relacionam-se, formando novas conjunturas, superando-se ou retrocedendo. Portanto, por mais que os sem-terra tenham construído experiências diversas, a especialização de uma ocupação nunca é um fato completamente conhecido, tampouco desconhecido. (FERNANDES, 2001: 74).



Foto 42 - Acampamento – Ceará.

Foto capturada em www.google.com.br



Foto 43 - Acampamento – Pernambuco.



Foto 44 - Assentamento – Pernambuco.

A bandeira que não é a do MST é de uma coligação partidária

Foto tirada nas proximidades das Eleições de 2004.

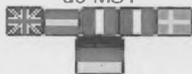
As fotografias anteriores, de acampamentos, que passaram a ocupar o corpo deste trabalho e que são autoexplicativas, e de um assentamento, ilustram também a multiterritorialização dentro e fora do Ceará. Se lembrarmos de quando aqui foram apresentados os setores e coletivos, poderemos ver que eles têm abrangência nacional. Em virtude disso, e também por ser a mais recente conquista do MST, será dado um breve destaque à Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, situada em Guararema, São Paulo, que, inaugurada em 23 de janeiro, não somente sintetiza a multiterritorialidade do MST no Brasil, mas também sinaliza sua existência no cenário internacional. Que fale mais de si o Movimento, por meio de artigo de sua *Revista Sem Terra*, cujo título é Inauguração de escola vira encontro internacional:

Os convidados, amigos do MST, não esconderam a emoção de estar participando desta importante conquista dos Sem Terra que lutam em todo o território nacional pela Reforma Agrária. Compareceram ao ato de inauguração mais de quatro mil pessoas, entre parlamentares, militantes de movimentos sociais, ministros, dirigentes sindicais, personalidades políticas e do mundo cultural e artístico, além de representantes de partidos de esquerda da América Latina e dos governos da Venezuela e de Cuba. (...) A ENFF será uma escola comum, porém, com ênfase a educação do campo, visando atender a necessidade e a realidade das famílias de trabalhadores rurais que vivem uma cultura diferente da ministrada pela rede pública de ensino, com a grade curricular mais voltada para a realidade urbana. (...) Na ENFF deverão ser ministrados os seguintes cursos: Administração Cooperativista, Pedagogia da Terra, Saúde Comunitária, Planejamento Agrícola, Técnicas Agroindustriais, Gestão em Cooperativas e Associações, História, Economia e Ciências Sociais, além de outros envolvendo as diversas áreas do conhecimento. Os professores que lecionam na Escola vêm, em sua maioria, das universidades conveniadas ao Movimento e escolas técnicas. Também contribuem na atividades amigos e simpatizantes do MST. (...) O terreno onde hoje funciona a Escola foi comprado com o dinheiro doado por Sebastião Salgado, José Saramago e Chico Buarque com a venda e divulgação do livro "Terra". Nesse trabalho, Salgado fotografou sem-terra de todo o mundo; Chico compôs a trilha e Saramago escreveu os textos. Já o projeto de construção da Escola foi financiado pela União Européia através de algumas ONG – Organizações Não Governamentais Internacionais, como a FDH (França) – também financia projetos sociais na África, Ásia e América Latina – e a Cáritas (Alemanha) – que defende e promove os direitos de populações em situação de exclusão social em todo o planeta. Houve também doações espontâneas de amigos do Brasil e do mundo, preocupados com a educação popular, a cultura camponesa e a formação humana. (SANTOS, 2005: 33).

A presença do Movimento se dá também em redes virtuais, no ciberespaço, o que representa forte sinal de multiterritorialidade, (FERNANDES, 2005 e HAESBAERT, 2004), como pode ser visto a seguir no Salvado Como da página inicial do sítio do MST, e, caso, esteja este trabalho sendo lido em computador já *plugado*, poderá ser acessado; caso contrário, que se continue conforme vinha sendo examinado.



Páginas de amigos
do MST



Calendário de lutas

Revista Sem Terra
Edição Jan/Fev



Jornal Sem Terra
Edição de Dez 2004 /
Jan 2005

SEM TERRA
Movimentos se articulam
no Fórum Mundial
da Reforma Agrária



Notícias de Rádio:
Vozes da Terra



MST Informa
Especial
Edição de 23/01/05

Última atualização: sexta-feira, 04 de
fevereiro de 2005 - 16h50

Marcha camponesa avançará sobre Cidade do México

04/02/2005 (16h50) - Organizações camponesas realizarão neste final de semana uma marcha popular na Cidade do México. É aguardada a presença de 40 mil pessoas, que participarão domingo (6) da Jornada Nacional pela Justiça, Soberania e pelo Resgate do Campo.



Foto: Douglas Mansur

Embrapa muda, a favor do agronegócio

04/02/2005 (11h57) - Foi mais uma decisão de governo para expandir o modelo agrícola exportador, baseado no agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, defendida pelo então presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Clayton Campanhola. "O que se pretende é reforçar o papel da Embrapa na área de planejamento de ações para a inclusão social do agronegócio", declarou o ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura, para explicar a troca de comando da empresa de pesquisa.

Monocultura da soja ameaça ecossistema

04/02/2005 (11h00) - Estudo da ONG Conservação Internacional aponta 34 regiões, que abrigam grande biodiversidade, ameaçadas em todo o planeta. No Brasil, áreas de Mata Atlântica e de Cerrado correm risco. Monocultura da soja e agricultura mecanizada estão entre fatores de destruição.

Assentamento do MST em São Paulo tem poetisa premiada

03/02/2005 (17h53) - Após seis anos de luta, 104 famílias do MST conseguiram ser assentadas em uma fazenda em Rancharia, no interior de São Paulo. A

V FÓRUM SOCIAL MUNDIAL Porto Alegre - RS - 2005

Últimas notícias:

03/02 (16:20) - **Entidades enviam moção crítica ao PL de Biossegurança aprovado no Senado**

02/02 (15:55) - **Intelectuais assinam Manifesto de Porto Alegre**

Mais notícias

Opinião

03/02/2005

Rumo a uma nova sociedade
Heloísa Fernandes Silveira

Publicamos aqui a carta lida por Heloísa Fernandes Silveira, filha do mestre Florestan Fernandes, na inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema (SP) no dia 23 de janeiro de 2005: "Falo de justiça e de orgulho porque acredito que, hoje, com a inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes, meu pai retorna às suas três casas: não só àquelas que habitou e ajudou a construir, como àquela outra, àquela casa primeira, à casa dos seus ancestrais".

Mais textos

Conquista do Movimento, como é Santa Bárbara, o sítio, desde 1997, é lugar onde também está estabelecendo territórios alternativos, sendo dele possível: fazer sua cartografia, apresentando sua estrutura organizativa, lugares de territorialização; e, como se pauta que é como desenvolve seus pontos de pauta como aprendizado de participação⁶⁰.

O sítio na Internet é como um assentamento. Ergue alternativas territoriais, em territórios-rede, sendo, desse modo, parte da multiterritorialidade, da expansão do MST pelo mundo. Alguns elementos são ilustrativos, considerando o seu mapa: na cabeça, estão lugares diretamente relacionados ao Movimento, configurando uma árvore, com cada lugar sendo rizomas que se estabelecem, podendo considerar aí um espaço de socialização política; no seu corpo, mostra-se um grande território-rede que está mais correlacionado aos diversos setores, por exemplo, os amigos do MST e as publicações, um outro que se relaciona com o mundo externo, por exemplo, o *link* com FSM; e o terceiro espaço de socialização política, ao centro da página, que traz notícias sobre diversos assuntos, ou territórios.

Outra forte evidência da presença do MST no ciberespaço que também pode ser conseguida no seu sítio está na auto-apresentação, “Quem Somos”, que é a informação dos contatos eletrônicos do Movimento em todo o País; se fosse feita uma correspondência com um assentamento, poderia ser identificada como os lotes de moradia e seus sítios (Quadro 19).

⁶⁰ Dois assentamentos no Ceará, Santana (Município de Monsenhor Tabosa) e Todos os Santos (Município de Canindé), com Militantes do MST, estão participando do Projeto de Extensão da UFC Centros Rurais de Inclusão Digital – CRID, que nasceu como um projeto de extensão do Laboratório de Pesquisa de Multimeios da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará - FACED/UFC, em parceria com o INCRA e BNB, onde as pessoas dos assentamentos decidem o método pedagógico na utilização dos computadores e da Internet.

Quadro 19
Territorialização
Contatos Eletrônicos

Local	Endereço Eletrônico
Alagoas	mstalaagoas@yahoo.com.br
Bahia	secmstba@yahoo.com.br
Brasília	mstdf@terra.com.br
Ceará	mstce@terra.com.br
Distrito Federal	mstdfentorno@terra.com.br
Escritório Nacional - Rio de Janeiro	mstrj-nacional@veloxmail.com.br
Espírito Santo	mst-es@uol.com.br
Goiás	mstgoias@cultura.com.br
Maranhão	mstma@veloxmail.com.br
Mato Grosso	mstmt@terra.com.br
Mato Grosso do Sul	mstms@terra.com.br
Minas Gerais	mstmq@veloxmail.com.br
Nacional	semterra@mst.org.br
Pará	mstpara@skorpionet.com.br
Paraíba	Acaparaiba@veloxmail.com.br
Paraná	mstpr@mst.org.br
Pernambuco	mstpe@redeveloz.com.br
Piauí	mstpi@uol.com.br
Rio de Janeiro	mstrio@datatri.com.br
Rio Grande do Norte	mstrn@veloxmail.com.br
Rio Grande do Sul	mstrs@mst.org.br
Santa Catarina	
São Paulo	mstsp@mst.org.br
Sergipe	mst_se@uol.com.br
Tocantins	mstto@uol.com.br

Atualizado em 24/6/2004

Fonte: www.mst.org.br

Em cada estado o Movimento utiliza um domínio, um *sítio*, onde estabelece no ciberespaço uma territorialização na qual também diversas ligações são estabelecidas: desde as que são mais materiais, como o cabo/fio eletrônico que liga um microcomputador a outro microcomputador, em cada escritório de coordenação do MST, até outras, invisíveis, as *infovias* e outras mais, de representação difícil, que são os *laços fluídicos*.

Vejamos um pouco como isto ocorre no cenário mundial, para, em seguida, concluir este trabalho que está agora mostrando relações entre territorializações profundas e multiterritorialidade. Antes, porém, será mostrado um pouco da Marcha que aconteceu neste ano de 2005, recente síntese da espacialização do MST⁶¹.

Não teve início em Goiânia nem se encerrou em Brasília. É parte da arte de constituir territórios, como foi feito em cada lugar onde pernito: numa imobilidade aparente, no lugar onde havia parado para descansar, estava se movimentando, confirmando Haesbaert (2004), e nos mostrando que a vida tem curso, como disse o poeta Belchior, com *galos, noites e quintais*; muito semelhante aos assentamentos que para muitos que os olham nas aparências dão impressão de ser somente o momento, ou período, fugaz, em que com eles se está em contato, ressaltando muitas vezes à luz do dia nossa própria escuridão, que é muitas e muitas vezes menor que a clareza que têm de suas vidas pessoas dos assentamentos e os militantes do Movimento.

Bem antes do dia em que foi recebida pelo Presidente da República, a marcha já marchava em cada estado onde o Movimento está organizado. Como no Ceará, por exemplo, nas diversas oportunidades de sua preparação em assentamentos, órgãos públicos, universidade e outros lugares, que teve como a mais significativa a que ocorreu em Fortaleza. Na ocasião, que ocorreu na Praça do Ferreira, conhecida pelos fortalezenses como “o coração da cidade”, os militantes e amigos do Movimento, na mesma hora em que receberam “a companheirada”, desejaram boa viagem ao *MST do Ceará*, que se deslocou de ônibus para encontrar-se com os demais companheiros em Goiás⁶².

⁶¹ A marcha foi organizada pelo MST, Gritos dos Excluídos e Via Campesina.

⁶² Estiveram presentes representantes do MAB, MPA, Sindicato dos Servidores Públicos Federais, representantes de uma deputada Estadual e de um deputado federal, ligados à Reforma Agrária, um representante da Prefeitura de Fortaleza, um cantor-militante do MST, além de mim e um Padre, que encerrou este momento da *ocupação* da Praça com comentários de passagens bíblicas e a oração cristã do Pai-Nosso.

A foto seguinte, captada por um militante do Movimento, é um resumo da Marcha. Nela se vislumbra a bandeira do Ceará que servia para indicar a localização da delegação dentre os que participaram, tendo juntado a ela uma outra, com a clássica imagem de Ernesto Che Guevara, que em muito representa o que aqui está sendo apresentado, tentativa de romper também com a falsa dicotomia entre razão e emoção, pois, como disse *Che*, e este trabalho está mostrando, o MST faz o que ele disse: tem que endurecer perder a ternura, jamais!



Foto 45 – Marcha Nacional pela Reforma Agrária.

MST no Planalto Central do Brasil

Foto cedida pelo MST.

A Marcha, movimentando mais de 12.000 pessoas, num percurso de quase 250 quilômetros entre Goiânia e Brasília, ainda continua, e continuará, por todo o Brasil, porque tem uma pauta (Anexo 8), e, sobretudo, ainda porque teve parte dos pontos acordados (Quadro 20). Já aprendeu o Movimento que existe uma distância a ser vencida entre o que foi comprometido pelo Governo e o que verdadeiramente se concretizará. Pequenas marchas e outras mobilizações serão realizadas, para que em cada estado da Federação, em cada regional e em cada assentamento, efetivamente se materializem todas as conquistas que fazem a multiterritorialidade do MST.

Quadro 20
Espacialização
Marcha pela Reforma Agrária - Pontos Acordados

Ponto	Detalhamento
1) Cumprimento das Metas do PNRA em 2005	a) O governo reafirma seu compromisso com as metas do II PNRA: 115 mil famílias assentadas em 2005 e 400 mil assentadas até o final de 2006. b) Envio ao Congresso Nacional, até 31 de maio, de projeto de lei de suplementação orçamentária com os recursos necessários para cumprir a meta.
2) Revisão dos índices de produtividade nas terras (que definem se uma terra será, ou não, desapropriada)	O governo federal já tomou a decisão de atualizar os índices de produtividade. Portaria interministerial será publicada nas próximas semanas.
3) Reestruturação e fortalecimento do INCRA	a) O Ministério do Planejamento autorizou a contratação de 137 servidores já aprovados em concurso, principalmente agrônomos. b) Autorizar a realização, ainda em 2005, de novo concurso para o Incra, com abertura de 1300 vagas. c) Nova estrutura organizacional do INCRA
4) Priorizar na seleção para os assentamentos, observadas as demais condições legais, as/os trabalhadoras/os em acampamentos mais antigos.	
5) Assegurar uma cesta básica mensal para todas as famílias acampadas	
6) Descontingenciar os recursos do PRONERA	
7) Mais qualidade para os assentamentos - acesso ao crédito pelos assentados	a) Reajustar o teto de financiamento do PRONAF A de R\$ 15 mil para R\$ 18 mil (1,15% ao ano, carência de até 5 anos, 10 anos de prazo para pagar, desconto de 46% para pagamentos em dia). b) Aumento de um para três dos créditos de custeio aos assentados (juros de 2% e rebate de R\$ 200,00 para pagamentos em dia), no valor de até R\$ 3.000,00 cada, sendo os dois primeiros com risco da União e o terceiro com garantia de compra da produção. c) Instituir um Crédito de Recuperação de Assentamentos, no valor de até R\$ 6.000,00 por família (1% de juros, carência de até três anos e até 10 anos de prazo para pagar), com disponibilidade de recursos fixada a cada Plano Safra. d) Assegurar a disponibilidade de R\$ 100 milhões para acesso exclusivo dos assentados ao PRONAF Agroindústria (até R\$ 18 mil por família, 3% de juros para pagamentos em dia, até três anos de carência e 8 anos para pagar) através de fundo de aval ou outro instrumento de garantia. e) Instituir, além do atual crédito de instalação/fomento de R\$ 2,4 mil, um segundo recurso de fomento aos assentados, no ano seguinte, no mesmo valor. f) Aumentar de R\$ 1.000 para R\$ 1.500 os recursos para construção de cisternas no semi-árido.

O cotidiano da Marcha mostrou, veementemente, que é uma unidade Educação popular e multiterritorialidade. Mostrou também que foi construída por todos nós, que, ao longo de sua história, estamos no seio do Movimento. O relato de Luiz Bassegio (2005) merece ser anotado, como ilustração, ou reforço, de muitos elementos do que até aqui é apresentado, a partir do título, “Caminhando e Aprendendo com a Marcha pela Reforma Agrária”⁶³. Suas palavras:

Organização, protesto, solidariedade e propostas são algumas palavras que poderiam sintetizar em parte, meu sentimento ao passar o dia 13 de maio com a os marchantes pela reforma agrária e pela mudança da política econômica deste governo. Estive na marcha para contribuir no processo de formação que todas as tardes é realizado com os 12 mil participantes. Chegada a hora dedicada à formação, o alto-falante convoca a todos para que se sentem nas respectivas barracas para em seguida iniciar a palestra da tarde. Em menos de cinco minutos não há mais ninguém circulando, todos já estão sintonizados com seu radinho, ligado na rádio itinerante Brasil em Movimento. Coube a mim e à Irmã Delci, assessora das pastorais sociais da CNBB, falar sobre o processo das Semanas Sociais Brasileiras e do Grito dos Excluídos/as. Depois de nossa exposição todos permaneceram nos mais de 600 grupos debatendo as questões que fizemos sobre os temas expostos.

Um exemplo de organização.

São 12 mil pessoas vindas de 23 estados, em sua grande maioria gente jovem e pobre, mas com uma só determinação, exigir mudanças em nosso país. A própria marcha aponta para as mudanças, já é mudança. Basta dizer que acompanham essa multidão apenas 8 policiais e sem ocorrer nenhum incidente. A marcha tem diversos grupos que garantem a organização de tudo. Além da coordenação, há as equipes da secretaria, de saúde, alimentação, montagem e desmontagem das barracas, imprensa, segurança, comunicação, negociação, mística, limpeza, água, rádio, para citar algumas. Tudo funciona na mais perfeita ordem, ao contrário da imagem que alguns órgãos de imprensa tentam passar. Para se ter uma idéia basta a gente comparar com a Cúpula Árabe-Brasil, ocorrida há alguns dias, onde foram mobilizados centenas de militares para acompanhar alguns chefes de estado, além de todo um aparato bélico-militar. Se esquecer de que os dois eventos são de natureza bem distinta, todavia temos que reconhecer que, o povo, no caso os marchantes sabe se organizar, sabe o que quer, e nesse caso a polícia militar e rodoviária, poderia ser muito bem dispensada. A marcha envolve 31 caminhões, 8 ônibus, 10 caminhões-pipa, 12 barracas grandes e 20 menores, 10 mil radinhos para a comunicação, 328 pessoas trabalhando na saúde e 450 pessoas na cozinha, servindo 24 mil refeições por dia. Acompanham também 130 crianças e 19 bebês. A marcha inicia todas as manhãs por volta da seis horas. De imediato as equipes de desmontagem das barracas entram em ação. Mal a marcha percorreu alguns quilômetros passam os caminhões com as barracas que serão montadas adiante cerca de 20 quilômetros. Passam também seis ônibus, com trezentas pessoas que são

⁶³ O relatante é o Secretário do SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes e do Grito dos Excluídos Continental. O texto foi encaminhado aos assinantes do Jornal Brasil de Fato, assim: *Prezados/as assinantes do jornal Brasil de Fato, partilho com vocês importante artigo sobre a marcha pela Reforma Agrária, contando com apoio de todos, Abs, Paulo Illes assinaturas@brasildefato.com.br Departamento de Assinaturas.*

os encarregados de montar as barracas mais adiante. Quando a marcha chega, por volta das onze horas, já está tudo pronto, inclusive, muitas vezes, com os colchões já estendidos, de 600 a 1.000 em cada barraca. Um detalhe que, se nos primeiros dias as equipes demoravam duas horas para montar uma lona onde se alojam até mil pessoas, depois de 13 dias de marcha, fazem-no com apenas 35 minutos. Para se ter uma idéia do nível de organização, dois exemplos que me chamaram a atenção: o lixo é recolhido por completo. Quando a marcha parte do local onde acampou, não sobra um papel sequer e, ao longo da caminhada companheiros se adiantam com baldes de água para dar aos que vão passando e têm sede. Religiosas e religiosos.

Causou-me muita impressão o grupo dos religiosos/as da CRB. Além de organizarem os momentos de celebração e de mística, ajudam na saúde, na alimentação, na montagem e desmontagem das barracas, dando um testemunho comovedor. Ainda bem que, enquanto a hierarquia da igreja no Brasil volta-se sobre si mesma, se preocupa mais com as questões internas e eclesiais e se distancia do social, a CRB, cumprindo seu papel, dá um testemunho profético nesta marcha. Não há como não reconhecer isso. Oxalá, o exemplo destas religiosas e religiosos faça a cúpula da igreja perceber que se continuar neste rumo, no futuro, estará falando apenas para si mesma. Neste sentido, penso que a marcha está contribuindo também para sacudir a igreja.

Apoio à marcha.

É impressionante o apoio da população que mora ao longo das vilas e cidades situadas na rodovia que liga Goiânia à Brasília. Mesmo de manhã cedo, antes do nascer do sol, quando a marcha chegou em Abadiânia, centenas de pessoas, todos os moradores da cidade, saíram à rodovia, mulheres, crianças, idosos, enfim toda a população da cidade expressando seu incondicional apoio aos marchantes. Nesta reta final, é importante que todos apoiemos a marcha, com nossa presença, com doações, divulgando a marcha e estimulando a participação do maior número possível de pessoas na chegada em Brasília no dia 17 de maio. Além das reivindicações específica ligadas à reforma agrária a marcha exige a mudança na política econômica, o governo tem que mudar de rumo, tem que voltar a colocar o povo brasileiro como ator na luta por mudança. Mas não é só a política econômica que temos que mudar, é o modelo que deve ser mudado. Esse modelo neoliberal não serve para o Brasil, não serve para a nação, para o povo brasileiro. A marcha nos convoca a todos e Oxalá a partir dela tenhamos no Brasil um reascenso das lutas sociais. (BASSEGIO, 2005).

Dentre os que marcharam no Planalto Central, recorde-se, estavam pessoas de Santa Bárbara. Algumas, mais visíveis, outras menos; todas, sujeito de sua multiterritorialidade, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Com certeza, prova viva, marchante, do dito, como está no Hino da Marcha, e do feito, como está na foto, assim:

Marchar novamente é preciso
Para manter a esperança
O povo sofrido e cansado
Mas pra luta não se cansa
Em frente ó povo sofrido
Homens mulheres crianças

Marcha com a gente marcha
É o Brasil em fileira
O sonho não é utopia
No tremular das bandeiras

Preste atenção meu País
Desperta pra realidade
O que está acontecendo
No campo e na cidade
Só a força popular
Mudará a sociedade



Foto 46 – Marcha Nacional pela Reforma Agrária.

*Mais um passo à frente, nem um passo atrás,
a Reforma Agrária é o Povo que faz
MST-CE*

Esses elementos que até aqui foram apresentados, e outros que em seguida serão destacados com a presença do MST no Brasil e no Mundo, mostram a transição da espontaneidade para uma racionalidade, para um saber popular-científico, como diz Maria de Lourdes Peixoto Brandão (2002), que é emergente da classe trabalhadora e está à margem da linguagem oficial curricular, que se estabeleceu no movimento ação-reflexão-ação, significando que a multiterritorialidade desmistificou a falsa dicotomia teoria-prática, como está ela em Triviños (1987), ao apresentar pesquisa qualitativa em Educação.

Junto disso, qualificando a multiterritorialidade, apresenta-se o seu caráter popular com tudo o que ao longo deste Capítulo foi e ainda será destacado, no qual o saber, ou saberes, que assentados e militantes edificam parte da realidade que cotidianamente se estabelece revelando um currículo muito antagônico ao oculto que é destacado por Apple (1982), o qual presta serviço à Educação da subalternidade e que preponderantemente é exercida na escola. O que se apresentou com esta educação intrínseca à multiterritorialidade foi um outro currículo, “invisível”, como diria Maria da Glória da Veiga Moura (1997), ou, mais apropriadamente, como está em Brandão (2002), apresentando cenários curriculares que se apresentam nos “caminhos rurais”, como um currículo “em uso”, compreendido como sendo “...mediações curriculares exercidas nos espaços produtivos, ou seja, os movimentos dos saberes nas relações cotidianas dentro e fora da escola” (BRANDÃO, 2002: 26).

A multiterritorialidade é marcada pela conflitualidade entre a Educação da subalternidade e a Educação popular, que cotidianamente dá início a novos territórios alternativos que são marcados por saberes dos assentados de Santa Bárbara e por militantes do Movimento atuando no campo da Educação do campo. Por isso, antes de ser dada continuidade à apresentação do MST fora do Ceará, dando curso em sua *disparada* pelo Brasil e pelo Mundo, é necessário aqui explicitar melhor o que é exercício da Educação do Campo:

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser *educação* no sentido amplo de um *processo de formação humana*, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade visando a uma humanidade mais plena e feliz. (KOLLING, NERY & MOLINA, 1999: 24).

3.3.3.3 MST no Cenário Mundial

A territorialidade do Movimento também é internacional. Sua presença no FSM, lugar de espacialização internacional que se organiza também por árvores e rizomas, fica evidenciada como participante da sua coordenação, no seio da Via Campesina, confirmando propositura de McLaren (2002), dado que ocorreu a internacionalização do MST, sequenciando uma base forte na comunidade local e no nível internacional.

Outro lugar de conquista de espaços de socialização política, ou de territórios-rede, em que o MST está presente, é a Via Campesina⁶⁴. Organização mundial, de luta e constituição de alternativas à mundialização neoliberal, que teve na sua conferência realizada em São Paulo, em 2004, a participação de organizações da África, América Central, América do Norte, América do Sul, Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, Cuba e o Caribe, e Europa. No contexto da mundialização neoliberal, articula-se a outras redes também mundiais, tais como a Rede de Ação e Pesquisa sobre a Terra, que objetiva “promover estratégias de resistência e gerar visibilidade para as políticas defendidas pela Via Campesina”⁶⁵.

Momento importante da espacialização do MST em âmbito internacional foi o Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária – FMRA, realizado ao final de 2004, em Valência, na Espanha, do qual fez parte do seu Comitê Internacional Promotor⁶⁶. Guiado pelos temas segurança, soberania alimentar e Reforma Agrária, gestão do espaço e dos recursos naturais, lições das reformas agrárias do século XX e as reformas agrárias no amanhecer do século XXI, o CIP, na sua carta convocatória, assim contextualizam e justificam entre outros pontos, a realização do FMRA:

⁶⁴ Quando não for feita referência se aceite o fato de que as citações são dos sítios da Via ou do FSM.

⁶⁵ Segundo Sydow e Mendonça (s.d.), assim é composta: Focus on the Global South (Tailândia e Índia), Food First (Guatemala e México), National Land Committee (África do Sul e Zimbábue) e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (Brasil e Colômbia).

⁶⁶ Comitê Internacional Promotor do FMRA - CARITAS. Espanha, CENSA (Center for the Study of the Americas). EE.UU, CERAI (Centro de Estudios Rurales y de Agricultura Internacional). Espanha, CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Brasil, FIAN (Food First Information and Action Network). Alemanha, Focus on the Global South. Tailândia, Forum du Tiers Monde. Senegal. - www.refer.sn/fim/, FPH (Fondation Charles Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme). França, IBASE (Instituto Brasileiro de Análisis Social e Económico), Brasil, LRAM (Land Research Action Network). Internacional, MST. Brasil, Plataforma Rural. Espanha, Veterinarios sin Frontera, Espanha e Via Campesina.

Tras ocupar durante buena parte del siglo XX un lugar destacado en las luchas sociales de los movimientos campesinos, en las agendas de las instituciones internacionales y en las políticas de desarrollo de muchos países, la cuestión de la Reforma Agraria parecía haber perdido actualidad durante las dos últimas décadas. Y ello a pesar de las profundas tensiones sociales vinculadas a la pobreza, al hambre y a las luchas por la tierra y el agua que sitúan a la humanidad ante el riesgo de conflictos superiores a los existentes. Hoy, en el contexto de la globalización neoliberal, los grandes desafíos del planeta exigen nuevas políticas de acceso y gestión de la tierra y urge retomar la reflexión sobre las Reformas Agrarias, en la búsqueda de nuevas modalidades que permitan reducir las desigualdades y garantizar los derechos fundamentales de las personas en todo el mundo.

Neste ano de 2005, o FSM teve seu encontro em Porto Alegre, seguindo o do ano anterior, que foi na Índia, tendo o Movimento como um dos seus atores importantes. Um momento significativo foi o noticiado encontro no assentamento Lagoa do Junco, localizado nas proximidades da cidade, com a presença de lideranças mundiais de luta pela terra, políticos, pesquisadores e até autoridades governamentais. No encontro, o MST, como anfitrião e coordenador deste evento, mostrou-se como parte importante da constituição de um TSM. Semelhantemente à Via Campesina, o FSM constitui espaços de socialização política e territórios-rede, organizado em árvores, com a mais abrangente sendo o seu Conselho Internacional, do qual o MST, como participante do Comitê Organizador Brasileiro, é um dos participantes.

Um lugar importante do FSM foi a primeira Assembléia Mundial dos Movimentos Sociais, do 5º Fórum Social Mundial, que reuniu cerca de 200 representantes de várias organizações populares. Com a presença de latino-americanos, estadunidenses, africanos, asiáticos, europeus e pessoas do Oriente Médio, foram passados informes sobre a situação de alguns movimentos sociais ao redor do mundo, bem como os primeiros debates sobre as agendas, as pautas, internacionais dos movimentos que serão desenvolvidas ao longo do ano.

A própria Via, em Porto Alegre, com a presença de delegações do Brasil, Chile, Paraguai e Argentina, realizou o seu 4º Acampamento Internacional, marcando oficialmente sua presença no FSM, com cerca de mil camponeses. O Acampamento da Via Campesina, que contou com a presença de ativistas e representantes de movimentos sociais da América Latina e Oriente Médio, foi

marcado por reflexões em torno do modelo agrícola internacional, dando destaque à importância de ser edificado um modelo alternativo para a agricultura. Encerrou

[...] com o compromisso coletivo dos movimentos camponeses em construir uma agenda comum de lutas por este novo projeto de agricultura, com destaque para as mobilizações mundiais do 17 de abril, Dia Internacional de Luta Camponesa, e em 10 de setembro, em memória da morte do camponês coreano Lee, que se sacrificou na luta contra a OMC. (DURÃES, ROSSATO & STEDILE, 2005: 21).

Examinando o Anexo 9, que apresenta os seus principais construtores de territórios de territórios, as organizações delegadas, pode ser observada a dimensão do que é o FSM, não tendo sido exagero ter denominado o lugar onde se desenrolou de Território Social Mundial. Dando prosseguimento a este trabalho, que tem por princípio metodológico ouvir os sujeitos da multiterritorialidade, vejamos o que diz o FSM, justificando sua presença no mundo e como vê as alternativas à mundialização neoliberal:

O Fórum Social Mundial é um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária centrada no ser humano. O FSM se propõe a debater alternativas para construir uma globalização solidária, que respeite os direitos humanos universais, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

O desenvolvimento das agendas, das pautas de edificação das multiterritorializações sociais mundiais, ocorre com a reprodução ou repercussão ou amplificação, conforme resumo apresentado no Quadro 21. Evidencio o fato de que muitas mobilizações, embora não sendo de responsabilidade do FSM, têm considerado suas existências, junto de que, no desenrolar, multiplicam-se os espaços de socialização política e os territórios-rede. Não ocorre, portanto, a constituição de uma multiterritorialidade social mundial. Ocorrem, sim, multiterritorializações sociais mundiais.

Quadro 21
Multiterritorializações Sociais Mundiais

Modalidade	Descrição
<u>Fóruns Sociais Temáticos</u>	Têm como objetivo atender à demanda de aprofundamento dos debates de questões específicas, consideradas prioritárias pelo Conselho Internacional do FSM. Exemplos: Fórum Social Temático Argentina (em 2002) e o Fórum Social Mundial Temático: Democracia, Direitos Humanos, Guerra e Narcotráfico, ocorrido na Colômbia em 2003.
<u>Outros fóruns sociais</u>	Não são acompanhados pela Secretaria do FSM, nem são de sua responsabilidade. Mas, em muitos casos, engajam diversas organizações e movimentos sociais, que estão envolvidas no processo FSM. São realizados em um país (fóruns nacionais) ou apenas em uma cidade (locais). Também aborda temas específicos, como o Fórum Mundial de Educação.
<u>Agenda de Mobilizações</u>	A agenda apresenta as principais mobilizações mundiais de movimentos sociais e de organizações contra a mundialização neoliberal. Essas mobilizações representam a resistência e enfrentamento à atual hegemonia do pensamento e do poder neoliberal. Esses eventos não são organizados pela Secretaria Executiva do Fórum Social Mundial ⁶⁷ .

Fonte: www.fsm.org.br

O que se discute aqui é a qualidade da constituição da multiterritorialidade do MST, agora na cena mundial, com os números do FSM mostrando que foi sua maior edição e que as multiterritorialidades sociais mundiais estão se amplificando, se destacando: na marcha que marcou o seu início, estavam mais de 200 mil pessoas; foram inscritos mais de 155 mil participantes, sendo 35 mil integrantes do Acampamento da Juventude e 6.880 comunicadores; estiveram envolvidas pessoas de 135 países em 2.500 atividades; e, 2.800 voluntários trabalharam na realização do encontro. Lá o MST esteve presente. Lá, com certeza, todos os vinte militantes da delegação do Ceará também estavam

⁶⁷ Calendário de Lutas em 2005: “**8 de março a 17 de outubro** – Dia Internacional da Mulher e ações acompanhando a passagem da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade que percorrerá diversos países. **18 a 20 de março** – Fórum Internacional sobre a Água, em Genebra – Suíça. **19 de março** – Ação Global pelo fim da invasão ao Iraque e Ação Mundial de Boicote aos produtos estadunidenses. **17 de abril** – Dia Mundial da Luta pela Terra. **2 a 8 de julho** – Mobilização contra o encontro do G8, na Escócia. **7 a 15 de agosto** – 14º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, na Venezuela. **10 de setembro** – Protestos contra a OMC (Organização Mundial do Comércio) e em lembrança da morte do coreano Lee Hyung Hae. **Novembro** – Conferência dos Povos das Américas, em Mar Del Plata, Argentina. **Dezembro** – Protestos contra a 6ª Reunião Ministerial da OMC, em Hong Kong” (GOMES, 2005: 18. Destaques no original).

presentes, todos, em volta da Bandeira do Movimento, como podem ser visto no seu sítio da Internet. Foto.



Foto 47 – MST no Fórum Social Mundial 2005. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Fonte: www.mst.org.br

O FSM, seja pela suas proporções qualitativas e quantitativas, ou seja, pela sua rotina de acontecimentos anuais ou pela sua rotina cotidiana que se desdobra ao longo de anos e anos, evidencia multiterritorializações que constituem territórios sociais mundiais, mais explícito ficando isso quando se sabe que em 2006 o Fórum Social Mundial será descentralizado, realizado em vários lugares do mundo, e, em 2007, na África.

Três elementos, a mais, dos que foram agora apresentados, se destacam nesta apresentação desta multiterritorialidade mundial, considerando aspectos levantados em Haesbaert (2004) e fundamentos da Educação popular, destacados por Melo Neto (1999), que salientam sua dimensão política, notadamente os conflitos de classes e a luta por hegemonia, agregados ainda do que foi acrescido das revelações de Santa Bárbara: constituição de redes no ciberespaço; delimitação em relação ao território mundial sob o comando do capital, onde reside a Educação da subalternidade; e a construção e luta por uma pauta mundial. O primeiro elemento, e suas materializações, estão no cotidiano do TSM, e que se amplificam no período de realização da reunião anual, bastando somente, para isso constatar,

examinar a quantidade de visitas que são feitas ao sitio do FSM, que em muito ultrapassaram a quantidade de três milhões de presenças, não se esquecendo de que, com raríssimas exceções, as organizações participantes têm sua página na rede mundial de computadores.

Os dois outros elementos, que integram e se integram aos demais, são mais evidenciados nas manifestações que ocorrem pelo mundo, já destacadas por Seoane & Taddei (2001), que freqüentemente se repetem em todo o planeta⁶⁸. Foram mostrados, em 2005, também em Porto Alegre e em Davos, na Suíça.

Nelas estão, cada uma de seu lado, a Educação popular e Educação da subalternidade. Nelas estão também pontos de pautas antagônicas, sendo uma que já tem encimada “Um Outro Mundo é Possível” e uma outra cujo título poderia ser “Pela Eternidade da Mundialização Neoliberal”. Um “não” à pauta de transformação é apresentado por diversas formas, que vai desde resoluções e acordos, passando por pressões em organismos internacionais controlados por atores do território mundial neoliberal, chegando até ao uso da força física. Os atores que constroem o Território Social Mundial, respondem na medida do possível, com ações semelhantes.

Também em Porto Alegre e em Davos aconteceram coisas semelhantes. Nas duas cidades se constituíram espaços fazendo parte de territórios-rede, desde as escalas mais simples até a escala mundial. Na primeira, contudo, como acontece com Santa Bárbara, conforme sucede com outros assentamentos e com os acampamentos, como também tem curso com o MST, e como acontece com a Via Campesina, ocorreram posicionamentos, defesas de pontos de pauta, que contribuem para conformação, ou aprofundamento, de espaços de socialização política e territórios-rede, marcados, sem dúvida, pela Multiterritorialidade Popular.

⁶⁸ O Estado do Ceará, principalmente Fortaleza, foi palco de algumas delas, como as manifestações contra a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, sendo as mais fortes no ano eleitoral de 2004, e as que ocorreram contra o encontro mundial do BID, em 2003. Presenciei manifestações contra a ALCA, onde passeatas tinham como *ponto alto* a ocupação simbólica de uma loja mundial de alimentação rápida, quando, então, foram servidas tapiocas e água de coco. Acompanhei também fatos nos quais jovens foram até detidos, verdadeiros presos políticos, com repercussão nas diversas formas de imprensa, por externarem suas posições, nada mais e nada menos, lançando objetos em direção a placas de orientação aos participantes do encontro do BID. Nas placas, resalte-se, continha propaganda de uma marca mundial de refrigerante.

MULTERRITORIALIDADE POPULAR: COMO, ONDE E PARA QUÊ?

A educação crítica é a “futuridade” revolucionária. Ela é profética – e, como tal, portadora de esperança – e corresponde à natureza histórica do homem. Ela afirma que os homens são seres que se superam, que vão para a frente e olham para o futuro, seres para os quais a imobilidade representa uma ameaça fatal, para os quais ver o passado não deve ser mais que um meio para compreender claramente quem são, a fim de construir o futuro com mais sabedoria. Ela se justifica, portanto, com o movimento que compromete os homens como seres conscientes de sua limitação, movimento que é histórico e que tem o seu ponto de partida, o seu sujeito, o seu objetivo.

PAULO FREIRE

Retorno ao problema investigativo - implicações práticas

Com o laço firme da Educação do campo, nos braços fortes do Movimento Sem Terra, acordei, *um dia*, consciente de minha vida, sendo dela cavaleiro no Doutorado em Educação Brasileira da FAGED, por motivo meu e de quem comigo existe, no reino de uma pergunta investigativa: qual o papel que cumpriu a educação na constituição da territorialização do MST? Respostas aqui foram esboçadas, dessa e de outras perguntas que surgiram. Parciais, porque disparadas nunca terminam. Eu as trarei antes de seguir para outro lugar.

A resposta central do estudo, da questão investigativa, é que em todos os momentos do assentamento, nos processos educativos que ocorrem, dentro e fora da escola, a Educação Popular contribui para a formação de sujeitos críticos, autônomos, construindo identidades, quebrando autoritarismos e tecendo múltiplas redes de territórios alternativos a mundialização. Aliado a isso, é uma constituição complexa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que se espacializa em múltiplas escalas de espaço e de tempo, que vai desde lugares nos assentamentos às marchas, aos acampamentos e a outras mobilizações, que se amplificam no Ceará, no Brasil e no Mundo.

Esta é a multiterritorialidade do assentamento Santa Bárbara. Esta é a relação que existe entre Educação e territorialização do Movimento Sem Terra. Esta é a multiterritorialidade popular, feliz constituição no seio da Reforma Agrária, da edificação de territórios sociais e de uma pedagogia revolucionária, emancipatória, lugar de um novo Socialismo, mais internacional, contribuindo na busca de um Reino que não tem Rei!

Essas constatações confirmam as importantes contribuições de Bernardo Fernandes e Roseli Caldart, porque foram encontrados todos os elementos por eles indicados em seus estudos, seja no tocante a territorialização, seja no referente às matrizes educacionais desenvolvidas pelo MST. As pessoas, em suas práticas sociais, não separam nem uma coisa nem outra, ou seja, quando Santa Bárbara e o MST desenvolvem Territorialização e Educação, não separam nem uma coisa nem outra, como observaram referidos pesquisadores, sendo que aqui foram apresentados mais outros elementos de tal processo, salientando suas multiplicidades em escalas geográficas e históricas.

Essa constatação leva-me concluir que sua territorialização se processa descentrada, porque acontece em múltiplos territórios, sobretudo no tocante ao que poderia ser denominado como cartografia de um território alternativo ao território do capital. O que foi apresentado por Santa Bárbara e pelo MST alegra-me pelo que está sendo erguido, na perspectiva apontada por Paulo Freire, que dedica sua Pedagogia do Oprimido aos *esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.*

Dialogando com Militantes e Assentados, vi e revi a mim e a minha trajetória de vida. Hoje, nem eu, nem Santa Bárbara, nem o Movimento, nem o Mundo somos os mesmos, pois somos história. Neste diálogo, e, confesso, para minha grande alegria, foram categoricamente confirmadas reflexões que fazia sobre a realidade, que estavam reprimidas quando entrei no assentamento, bem como outras, os achados, que fiz durante minha presença em Santa Bárbara e até após dele me afastar.

O que foi desvelado, na e pela realidade, autoriza indicar uma integração das perspectivas de como se busca responder o que determina a realidade - se é a matéria ou a idéia - e o que é fundamental no processo de conhecimento - se a prática ou se a razão - indicando ver este trabalho mais do que a construção de um objeto, mas tentativa de considerar a realidade como um *continuum* entre determinação e conhecimento. Tal integração, contudo, não significa que *leitmotiv* deste trabalho, o materialismo histórico e dialético, foi rompido. Pelo contrário, está mais fortalecido porque conseguiu aqui, mesmo que um pouco, *temperá-lo* com algumas dimensões, me fazendo exercitar um compromisso político, de desafio das atuais relações de produção.

Aqui exercitei uma reflexão dialética de como as pessoas estão envolvidas em relações locais e globais, objetivas e subjetivas, visíveis e invisíveis, todas de luta anticapitalista, como está sabendo fazer o MST. Isto leva a edificar, em múltiplas escalas, territórios alternativos, com a *marca* dos ensinamentos de Paulo Freire, tão bem lembrados por Peter McLaren, de que a relação libertadora entre o outro e nós tem como pressuposto a descoberta dentro do outro, que nos faz descobrir como somos constituídos por dentro. Mais ainda: não podemos descobrir quem somos nos separando da luta comum com o outro, com quem nos identificamos, porque as fronteiras que nos separam são somente aquelas que nós

próprios erguemos. Estamos ligados em nossa humanidade, em nossa luta pela Reforma Agrária, em nossa luta por Justiça, nossa procura pela Paz, em nossa luta pelo Socialismo, em nosso amor radical pela Vida.

Os atores desta multiterritorialidade, particularmente no Ceará, desconhecendo ou não o que aqui escrevo, sendo espontâneos ou racionais, amplificam suas disparadas para bem longe das águas e terras onde nasceram, contribuindo, cotidianamente, com importantes elementos de sua tessitura, que é a conquista de sua utopia, com base em múltiplas estratégias de recriação de sua existência campesina.

Dos seus jeitos, por tudo que o aqui foi apresentado, prestam homenagem a conterrâneos e a irmãos de outros lugares que por aqui passaram, e que, nas suas territorializações, em meio a muitos, tombaram: Dragão do Mar e outros jangadeiros, que recusaram transportar escravos do *largo* a Fortaleza; Antonio Conselheiro, que, saindo dos sertões do Quixeramobim, correu pelo mundo, e, com as comunidades do *Arraial* de Canudos, ainda hoje conquista muitos corações; e José Lourenço que, nas terras do *Caldeirão* da Santa Cruz do Deserto, no Crato, junto com outros caririenses, coletivamente assentou também sua utopia. Por isso trago para eles e para nós versos do Patativa do Assaré, o qual me deu a alegria de estar ao seu lado em efêmeras duas horas, mas inesquecíveis, no território na I Feira Estadual da Reforma Agrária, na qual foi vista, em 1988, pela primeira vez no Ceará, a bandeira do Movimento Sem Terra. Que fale o Poeta, cientista popular, com síntese e prenúncio de tudo o que aqui foi e será dito, homenageado que foi, em 2005, com o nome da primeira Turma de Pedagogia da Terra no Ceará:

Por isso a Reforma Agrara
Nós mesmo vamo fazê
Nós todos junto, os sem terra
Por vale, sertão e serra
Promovendo uma campanha
Abalando toda gente
Ficando assim igualmente
Furmiga quando se assanha.

Desmistificação de uma dicotomia - teoria e prática – contribuição para a Academia

As revelações aqui apresentadas, mostrando que o novo é erguido cotidianamente, a partir da superação da separação entre o homem e a terra, apontam para a superação de muitas dicotomias, e de sua maior discussão, intenção que aqui não tive pretensão de desenvolver.

Digo, contudo, que a superação, ousada, de algumas dicotomias, das mais amplas às mais estritas, dentro e fora de Santa Bárbara, é também presente. A multiterritorialidade que o MST está sabendo construir com atributos indeléveis de Educação popular, apresenta-se como superação positiva da multiterritorialidade sob hegemonia da mundialização neoliberal, autorizando-me que seja denominada de Multiterritorialidade Popular.

Devo dizer também que tendo me concentrado em uma complexidade, tentei superar a dicotomia entre teoria e prática, muito embora este trabalho seja preponderantemente uma reflexão sobre a prática. Considero, com isso, que sinaliza a alternativa do diálogo entre ontologia e epistemologia, razão, ainda bem, de ter este trabalho limitações. Por isso nada nele considero como definitivo, porém tenho a convicção de que os fatos interferem neles mesmos e na teoria, estabelecido que foi um *continuum* entre determinação e conhecimento.

Em terceiro lugar, a emergência do novo que o MST constrói e que muito irrita a quem deseja manter as coisas como estão e que muito irrita quem tenta submeter pessoas e até mesmo um movimento social, indica que mudanças, transformações, podem se dar com uma força muito difícil de ser descrita. Indica também que um lugar de militante, ou de um pesquisador-militante, pode estar reservado em um movimento social, requerendo, entre outros predicados, que a pessoa seja ousada, até mesmo para inventar palavras, nada mais do que meios para expressar seus achados ou, no mínimo, defender aquelas, que, criadas por pessoas da realidade investigada, tenham sido encontradas em suas pesquisas.

Tal ousadia, se compreendida como rigor metodológico, pode ser também expressão de libertação do pesquisador, tentativa assim de libertação da conservadora preocupação que tem a academia com o respaldo filosófico, mas qual

Filosofia? Da fundamentação com uma teoria, mas qual teoria? Enfim, expressão de tentativa de rompimento com sua subalteridade, que o faz tentar ser explícito e perfeitamente legitimado pela academia, zelando primeiro pelas normas técnicas de apresentação de trabalhos, mas se deixando sofrer, porque em muito reprime seu lado poeta, mas que o faz também identificar o lugar onde o Homem mais sente dor: no *fundo do coração*. Por isso fiz este trabalho tentando superar desafios que me foram postos. Por isso tentei fazer uma leitura inovadora - e, assumo - corajosa da disparada do MST, da qual, agora, neste exato momento, me sinto parte.

A caminhada que percorri para realizar este trabalho, para desvelar os segredos de uma multiterritorialidade, foi vencer desafios de outras três modalidades: primeira, que chamo de operacionais, mais destacadamente para suprir meios instrucionais, particularmente no que trata de financiamento, pois, se não tivesse sido socorrido financeiramente em algumas oportunidades por amigos e familiares possivelmente teria tido a *tentação* de desistir, afastando-me de muitos elementos da vida das pessoas; segunda, que denomino de preconceitos territoriais, os quais, quase na totalidade, que tive que enfrentar no ambiente acadêmico, onde algumas pessoas, mostrando-se quase raivosas, com uma espécie de “invasão” do seu *castelo*, a Universidade, ou o Centro de Humanidades, ou a Faculdade de Educação, por um “agrônomo”, um “técnico”, um *impuro*, fazendo com que, em algumas oportunidades, fosse tentada invalidação da minha história de vida, e, até mesmo, que você se pasmee, do meu aspecto físico, que, como ouvi, é “diferente do pessoal daqui, que é mais leve”; e terceira, das dificuldades teóricas e metodológicas, sobretudo inicialmente, no curso em si, causadas pelos meus traços economicistas, que, embora aqui não os renegue, destaco, dificultaram em melhor sair de minhas fronteiras para enfrentar o conjunto dos desafios.

Enfrentei-os e os superei, mais ou menos. Dentre eles, chama atenção o de estabelecer um diálogo com a realidade, a explicação teórica a partir da prática, fazendo-me agora lembrar de quando conclui a dissertação de Mestrado e apresentei razões por que assentados de Vitória, um assentamento no Município de Canindé, também no Ceará, não se apresentaram como flagelados, vendendo a qualquer preço sua força-de-trabalho, como naquele momento faziam, e neste ano de 2005, de mais uma “seca”, fazem muitos trabalhadores. Entre as razões apresentadas para o não-afastamento, o não-flagelamento, estava a “re-união” das

peças a terra, ou a união da natureza de Sem Terra com a natureza agroecológica das terras conquistadas.

Essas razões, como a realidade mostrou, são válidas também para Santa Bárbara, onde não se vislumbra qualquer possibilidade de aglomerados de exclusão saírem da terra. Lá, o que se vislumbra é a possibilidade de aperfeiçoamento das conquistas de satisfação de necessidades territoriais camponesas, como fazem muitos assentamentos, que buscam desenvolver uma educação com perspectiva socialista.

Por tais razões, este trabalho oferece contribuição para a Academia que emana do seu ineditismo, quando, trabalhando a relação entre Educação Popular, Educação do Campo e Multiterritorialidade do MST, encontrou, primeira vez, uma construção de Multiterritorialidade Popular. De agora em diante, no mundo acadêmico, é importante considerar outra multiterritorialidade, fundada pela Educação popular, e, ainda, considerá-la construída pelo movimento social MST.

Outras contribuições a seguir serão feitas. Afinal, foi para contribuir com a transformação da realidade que me banhei nas águas de Santa Bárbara e me encharquei de MST. São pequenas, mas tratam de implicações da multiterritorialidade popular, da emergência da teoria a partir da prática, da superação de sua falsa dicotomia, das lições que tirei da experiência da metodologia de pesquisa que foi desenvolvida e, até, como será visto em seguida, do que identifiquei como limitações, vantagens e idéias para o futuro das políticas públicas e de pesquisas com Multiterritorialidade Popular.

Lições do MST - implicações para as políticas públicas

As luzes da interpretação dos achados encontrados das conquistas que faz o MST são providas pelo que denomino de Multiterritorialidade Popular. Ela é coerente com as noções aqui apresentadas de Educação popular, de Educação do campo e Multiterritorialidade, como um híbrido entre materialidade e imaterialidade e entre funcionalidade e expressividade, presentes em territorializações e desterritorializações, que, conjugadas, a nós se apresentam como efeito e causa de possibilidades planetárias de uma sociedade solidária e igualitária, enfim, Socialista.

A Multiterritorialidade Popular interfere nas correlações de força onde está presente, das mais íntimas nos assentamentos às amplificações para seu entorno no município, no estado, no País e no Mundo. Tal interferência é efeito e causa de lutas de massa com práticas diferenciadas, pelo exercício da Educação popular, e é também efeito e causa de alterações estruturais, mesmo que ainda pequenas, na sociedade brasileira. O MST com sua prática de multiterritorialidade popular reafirma a existência da Questão Agrária e nos prova que a unidade desenvolvimento-conflitualidade é fundamental para transformações sociais e, ainda, referência para o exercício de políticas públicas no Campo.

Frente a isso é necessário observá-las, contribuindo para a constituição de territórios sociais, de várias escalas, nunca se esquecendo de que um lugar no assentamento está ligado, mesmo que não se perceba, a um outro lugar no próprio assentamento, que se liga a outros, que, até a escala mundial, constituem algum território. Neste sentido, não é demais lembrar que o Movimento Sem Terra é sujeito dessa multiterritorialidade, dialeticamente se desterritorializando e se territorializando, constituindo-se, com efeito, como um ator mundial.

Tal fato mostra a presença de inéditos viáveis, porque cotidianamente a multiterritorialidade popular edifica a utopia freireana, prova de que o MST não se deixou *cegar* pela mundialização, se fazendo em múltiplas escalas que não a hegemônica pelo mercado. Desse modo, cria desafios, problemas, pautas, no local articulando-se com o mundial, e vice-versa, levando-me a recomendar aos responsáveis pelas políticas públicas abrirem mais e mais suas perspectivas, evidentemente suas ações, cuidando de atentarem para o fato de que no mundo da Reforma Agrária estão presentes, além de Sem Terras, outros sujeitos como a Via Campesina, bem como Indígenas, Negros e Pescadores Artesanais. Nesta visão, (ou nestas), que não podem aprisionar-se a fronteiras, os desafios multiplicam-se quando se busca estudar relações intra e intersubjetivas; contudo, dado que a ousadia é marca salutar do MST, que tal como ele experimentarem? Que tal assim atuarem os profissionais que estão nas organizações governamentais e não governamentais? Por que não? Podem se querem edificar sonhos e lembrar que *somos o que ousamos ser*.

Esse ponto liga-se ao de agora. As práticas de qualquer ator presente nos assentamentos, no Movimento, indistintamente, se são ou não *geneticamente* dos seus mundos, devem guardar coerência com a multiterritorialidade popular. Uma

vez que sua dinâmica é conquistada por uma pauta, é fronteira da ação desse ator mediar sua constituição, sem o que, em vez de ser prática de Educação popular, passará a ser reprodução da Educação da subalternidade. Neste sentido, qualquer pessoa que esteja em cena deve estar aberta ao novo, a uma leitura plural, de várias linguagens que são levantadas, ou, como dizem os militantes do MST, deve dar seus pulinhos, não se conformando com *cercas* que lhes forem impostas.

No que toca às instituições governamentais e não governamentais, é necessário que todas que atuam com a multiterritorialidade do MST passem a observá-la como é ela: força viva e pulsante na cena onde exercem algum papel. Sem isso, continuarão pensando que atuam num mundo, mas, que, na verdade, é uma irrealdade quando materializam sua atuação. Quanto ao INCRA, e mais especificamente ao IDACE, é recomendado, além do que já foi sugerido, que façam uma larga e profunda renovação de seus quadros, desde aqueles que sentam nas mesas mais distantes dos assentamentos até os que cotidianamente exercem nas sedes dos órgãos atribuições de contribuir com a constituição da Reforma Agrária. É até risível ver, como observo quase todos os dias, que técnicos que atuam com assentamentos, e de vez em quando com o MST, sejam tão desinformados, gritantemente desinformados sobre estes, dando a impressão de que nunca foram a um assentamento, ou que pensam que o MST, como já escutei, é *um bando de baderneiros*.

A esse respeito, no que toca ao Governo federal, notadamente o MDA, é recomendado considerar a multiterritorialidade popular, com tudo o que lhe consubstancia, dando destaque: na Política de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, esta na Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, e na Política de Assessoria Técnica e Social – ATEs esta na SDT, atentando ambas para a atuação dos profissionais que vão ao campo, indiferentemente de suas formações, graus acadêmicos ou vínculos empregatícios, realizando com eles capacitação continuada; atuar aceitando que no cotidiano do MST podem residir possibilidades de se encontrar, pelo menos, um ponto de identificação entre essas estratégicas estruturas organizacionais governamentais; e, no INCRA, no âmbito do PRONERA, urgentemente, pensar na capacitação de todos os profissionais que com ele atuam, para que melhor possam contribuir na realização de seus objetivos, como educadores do campo, cumprindo princípios políticos-pedagógicos do Programa e, verdadeiramente, materializando seu princípio operacional, a parceria, condição das

suas ações, expresso como sendo parceiros “...os movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, o INCRA, as instituições públicas de ensino, as instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e os governos municipais e estaduais”.

A pesquisa - limitações teórico-metodológicas, dificuldades no processo formativo do pesquisador, aspectos destacáveis e idéias para o futuro

Este trabalho conduz vida, com razão e com paixão. Por isso, refletindo minha trajetória de vida, em algumas situações fica difícil identificar uma fronteira que existe entre uma espécie de *simbiose* e o afastamento epistemológico, ambos do sujeito do objeto¹. Por isso, este trabalho é evidência de que o pesquisador não é neutro e que a neutralidade científica é um mito. Por isso, porque este trabalho está no paradigma da Questão Agrária, porque está também no paradigma da Educação do Campo, traz uma recomendação básica para quem quer saber alguma coisa de multiterritorialidade popular: buscar incessantemente a construção com os sujeitos a partir de sua realidade.

Neste contexto é decisivo assim proceder. Por mais efêmero que seja o estudo, por mais ou menos técnica que seja a pesquisa, por mais que tenha muita ou pouca intervenção governamental ou não governamental, e por menor ou maior que seja o grau acadêmico pretendido, atuar diferentemente será apostar em resultados que irão de encontro à conquista de transformações sociais. O trabalho, acadêmico ou técnico, por mais simples ou complexo que seja, se tornará, no lugar uma terceira lâmina surgida de uma unidade dialógica, *alimento da fera* que nos quer devorar.

Este trabalho foi um estudo de caso qualitativo de cunho etnográfico. Como tal, mostra que alguns preconceitos sobre sua factibilidade são infundados, porque dificuldades puderam ser satisfatoriamente superadas, ressaltando-se: primeiro, pela minha própria história de vida profissional, acompanhando assentamentos, e o próprio MST durante seus quinze anos de existência no Ceará,

¹ Tal observação foi unânime na banca que me argüiu. Cada pessoa dela, de posse de tal constatação, me ofereceu contribuições que determinaram o desfecho deste trabalho. Mais uma vez agradeço inclusive algumas palavras, que, no texto, tem a sua *cara*.

tendo se dedicado com maior cuidado nos cinco recentes anos do Curso de Doutorado; depois, quanto da minha presença em Santa Bárbara, na forma como utilizei o tempo em todos os lugares, apoiado sempre nas minhas práticas com a INPA e com pesquisas avaliando políticas públicas, o que me proporcionou o cumprimento do objetivo proposto; terceiro, porque fui rigoroso, muito rigoroso, e aqui em muito devendo ser ressaltada a figura do Professor-Orientador, que, ao mesmo tempo em que ajudava a me afastar de alguns vieses de formação, ajudava destacar outros, que aqui serenamente os assumi. A eles faço louvores, sobretudo aos mais recentes, porque foi deles de onde tive mais socorro para poder coletar dados e buscar luzes para reflexão.

Quanto à dificuldade de fazer generalizações, que sempre se aventa para os estudos de caso, afirmo que alguém que isso venha a cobrar estará se esquecendo de que aqui se tratou de pesquisa social, que tem o propósito de expandir ou generalizar proposições teóricas. Porque nunca busquei dar conhecimento replicável e preciso de características de *uma* população, porque eu nunca estive aprisionado a procedimentos estatísticos, devo ressaltar que me movia, e ainda me moverá, é querer saber o que ocorre *por trás* dos números da Reforma Agrária, e agora da Multiterritorialidade Popular.

Não buscava citações definitivas, verdades absolutas. As evidências, como aqui foram apresentadas, poderão servir para reflexões de pesquisas futuras. Nada mais. Nada menos. Por isso este trabalho fala de relações, que me permitem conhecer outros processos, outras teorias, outras histórias, outros mundos, inclusive do meu cotidiano. Por isso fiz este estudo de caso. Por isso estudei o MST. Por isso minha unidade de pesquisa foi o assentamento Santa Bárbara; lugar onde múltiplas territorializações acontecem.

Algumas outras considerações, que também se articulam com essas e com as anteriores, merecem ser lembradas. Primeiro, e destacadamente, dificuldades devem ser superadas, ou prevenidas, favorecendo o exercício constante do movimento ação-reflexão-ação, que, sem dúvidas, estão associados à conquista de meios para tanto, que vai desde o suprimento de material instrucional, por exemplo, os livros e outras publicações, até a materialização de outros elementos da formação, tais como viagens, intercâmbios e participação em eventos acadêmicos. Quem estuda Movimentos Sociais, quem estuda o MST, deve estar

sempre com todas as condições de *arrumar as malas e sair pelo mundo*. Ao lado disso, é necessário desenvolver um sistema educativo para atuar considerando a Multiterritorialidade Popular, formando profissionais e fazendo os devidos ajustes no ensino, na pesquisa e na extensão.

Para tanto, mais imediatamente, urgentemente, é necessário melhorar a formação de profissionais que já atuam ou brevemente atuarão na Reforma Agrária, principalmente sociólogos, pedagogos, geógrafos, geólogos, agrônomos e técnicos em agropecuária, ajustando os cursos de graduação, ou criando outros, como o de Pedagogia da Terra, que merece ser mais bem observado pela UFC, porque pode estar contribuindo para reinventar a Universidade. Para todos os cursos, alguns com maior intensidade, como de Agronomia, outros com menor, como de Pedagogia e de Geografia, é necessário que *entrem* na realidade da Multiterritorialidade Popular, uma vez que me questiono: como podem inserir-se profissionais neste mundo de trabalho, com uma formação quase que completamente inadequada, cujos conteúdos acadêmicos estão mais próximos da modernização conservadora ou desenvolvimento de agronegócio? E, o que é pior, muitas vezes enfocando a totalidade como se ela fosse somente a sala de aula nas cidades? Como pode ocorrer uma formação diferente das que estão em curso, como as que ocorrem no Ceará, na Faculdade de Educação e no Curso de Agronomia, da UFC, nas quais muitos estudantes têm conhecimento de assentamentos, ou do MST, somente pela mídia? Como podem se desenvolver cursos de pós-graduação na UFC, onde, como testemunhei, professores tratam Sem Terras com quase total falta de urbanidade?

Essas considerações, entretanto, devem estar juntas do fato de que as mencionadas reações são prova de uma salutar conflitualidade, bem como da diversidade que a UFC abriga. Como já foi dito por alguns professores que historicamente estão no campo de luta de transformações sociais, e da própria Universidade, é mister ter paciência com ela, uma vez que, feita por pessoas, tem também o seu tempo.

Com as duas anotações anteriores, vale recomendar o desenvolvimento de estágios para estudantes e profissionais, com cuidados de acompanhamento ou monitoria, atentando para aspectos teóricos e metodológicos, articulando parcerias entre órgãos públicos, notadamente universidades e outras instituições envolvidas, sejam governamentais, sejam não governamentais, sempre com a presença dos assentamentos e a do próprio MST. Nesta direção, é importante que sejam

disponibilizadas informações sobre a Reforma Agrária, inicialmente, na forma de banco de dados, com os mais diversos conteúdos, a exemplo do que faz DATALUTA (2004), não somente com a necessária circulação no meio acadêmico e no meio técnico, mas, principalmente, para que sirva de apoio a multiterritorialidade que se processa, dado que esta se apresentou como possibilidade para toda a sociedade.

Não para fechar essas conclusões e recomendações, porque os achados são verdades parciais, são indicadas a seguir possibilidades que este estudo aponta. Destaca-se de saída a necessidade de criação de ambientes acadêmicos nesta direção, por exemplo, cursos de pós-graduação, núcleos de estudo e programas de pesquisa, ou formas outras, como, talvez, um observatório de Multiterritorialidade Popular, todos preocupados em: aprofundar o conhecimento de como se desenvolvem os espaços de socialização política e territórios-rede que se conformam nos assentamentos, cuidando de vê-los nas dimensões econômica, sociocultural e ambiental, se possível integrando diversas áreas de conhecimento; aprofundar o conhecimento da integração entre as árvores e entre os rizomas organizativos, atentando para as constituições que se processam na conformação dos poderes visíveis e invisíveis; saber a amplitude da multiterritorialidade do MST, nos âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional.

Para que isso aconteça e para que sirva também como fundamentação e apoio ao que foi recomendado, proponho que seja desenvolvida pesquisa institucional realizada com o Poder Público disponibilizando adequadamente recursos humanos e financeiros. Esta pesquisa, que requer a constituição de uma equipe de profissionais com múltiplas formações e situados em diversas organizações, poderá contribuir para reduzir as limitações teórico-metodológicas identificadas e dificuldades no processo formativo dos pesquisadores, com destaque daqueles com menor apropriação de práticas de pesquisa adequadas ao objetivo de atingir a amplitude que a Multiterritorialidade Popular aponta.

Por tudo que até aqui apresentei, quando concluo esta Tese, um importante momento de minha vida, que é também de superação das dificuldades e de incompreensões, digo que me sinto feliz, porque, como faz o Movimento, conquistei também territórios, superando desafios, com ousadia, e, ainda, estou contribuindo com uma Teoria da Multiterritorialidade Popular.

A alegria é também porque sei que ainda estão sem respostas algumas perguntas que pensava haver respondido anteriormente, na Dissertação de Mestrado, porque vi que elas são complexas, pois estão na relação entre Multiterritorialidade e Educação Popular, aqui simplesmente identificada.

Concluo este trabalho com indescritível felicidade porque, mais do que ter definido um objeto, respondi a pergunta que me guiava, e, mais do que nunca, uma vez que me sinto parte do que apresentei, me sinto em disparada. Estou alegre, por estar inconcluso, porque sei que o *mundo* já está exigindo de mim novos “pronunciares”.

Já que um dia entrei, vou continuar vivendo e cantando, aqui e em outros lugares, a alegria de ser aprendiz. Que as águas ousadas da vida continuem me molhando e me dando autorização para superar dicotomias, levantar críticas e identificar alternativas para a conquista do Socialismo, alicerçado na *práxis*, para poder dizer que estamos hoje, *companheirada*, fundando o amanhã que pertence a nós, trabalhadores!

ANEXOS

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia – Geral

ALENCAR, F. A. G. de. **Segredos íntimos: A gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

ALVES, J. **História das secas** (Séculos XVII a XIX). Mossoró: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte/Fundação Guimarães Duque/Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1982.

ANDRADE, M. et al. **Coletivização: uma proposta para os camponeses: primeiras indagações acerca das ações do estado na fixação e organização de famílias de trabalhadores rurais para fins de reforma agrária**. IN: MASSELLI, M. C. **Extensão rural entre os sem terra**. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

ANDRADE, M. C. de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

ANDRÉ, M. E. D. A. & LUDKE, M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

APPLE, M. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

AUED, B. W. **A vitória dos vencidos: partido comunista brasileiro e ligas camponesas – 1955 – 64**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

AUGRAS, M. **O duplo e a metamorfose: a identidade mítica em comunidades Nagô**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BALDUCCI, E. **Montezuma descobre a Europa**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BARBOSA, E. M. (Coord.). **II PRRA – Ceará**. República Federativa do Brasil/Ministério do Desenvolvimento Agrário/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005. Mimeo.

BASSEGIO, L. **Caminhando e aprendendo com a marcha pela reforma agrária**. Brasil de Fato: assinaturas@brasildefato.com.br, 2005.

BERGAMASCO, S. & NORDER, L. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERNARDERT, J. C. **Guerra camponesa no Contestado**. São Paulo: Global, 1979.

BETTO, F. & BOFF, L. **Mística e espiritualidade**. São Paulo: CEPIS, 1993.

BOZZANO, H. **Territorios reales, territorios pensados, territorios posibles**. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2000.

BRANDÃO, M. de L. P. **Pelos caminhos rurais: cenários curriculares**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAIO PRADO JÚNIOR. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CALADO, A. J. F. Educação popular nos movimentos sociais no campo: potencializando a relação macro-micro no cotidiano como espaço de exercício da cidadania. IN: MELO NETO, J. F. de. Educação popular: uma ontologia. IN: SCOCUGLIA, A. C. & MELO NETO, J. F. de. (Orgs.). **Educação popular: outros caminhos**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1999.

CALDART, R. & SCHWAAB, B. A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. IN: GÖRGEN, S. & STÉDILLE, J. P. (Orgs.). **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da educação do campo. IN: MOLINA, M. C. & AZEVEDO DE JESUS, S.M.S. de. (Orgs.). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", 2004.

CARVALHO, H. M. de. Ambigüidades e limites da participação social na gestão das políticas públicas compensatórias. IN: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. **III Fórum CONTAG de cooperação técnica** – Gestão participativa para o desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: CONTAG, 2000.

_____. **A interação social e as possibilidades de coesão e da identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** www.nead.gov.br, 2002.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, M. A. G. de., SILVA, M. L. P. da., & MAGALHÃES, M. S. M. **Manual dos assentados e assentadas da reforma agrária.** Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

CASTRO JÚNIOR, J. L. COUTINHO, E. M. D. C., RIBEIRO COUTINHO, C. & SILVA, L. B. da. **Reforma agrária e ocupações não-agrícolas no Ceará: o assentamento Lagoa Verde pode ser considerado como um território rural pluriativo?.** Campinas, 2003, XLI Congresso Brasileiro de Sociologia. Mimeo.

CASTRO, M. A. V. de, FURTADO, E. D. P. & SOUZA, J. R. F. de. **Relatório de consultoria ao IDACE.** Fortaleza, 1996. Mimeo.

CENTRO PAULO FREIRE – ESTUDOS E PESQUISAS. **V Colóquio Internacional Paulo Freire.** www.paulofreire.org.br, 2005.

CERIOLI, P. & MARTINS, A. **Sistema Cooperativista dos Assentados.** São Paulo: Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB, 1997.

CERIOLI, P. **Somos Sem Terra.** São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA, 2001.

CHAMBERS, R. **Desenvolvimento rural: fazer dos últimos os primeiros.** Luanda: ADRA, 1983.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: ARTMED, 2000.

_____. **Elementos teóricos e práticos da pesquisa social.** Fortaleza: Palestra proferida no auditório do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará – CEFET Ceará, a convite do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da FAGED da UFC, em 21 de agosto de 2001.

CHE GUEVARA, E. IN: **Agenda MST 2004 - 20 anos.** São Paulo: Secretaria Nacional – MST, 2004.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção ? IN: TOMMASI, L. de, WARDE, M. J. & HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1998.

COSTA, J. L. da B. **Depoimento** (Minha vida, a sindicalização rural e as lutas camponesas no Brasil. CONTAG – uma vitória dos trabalhadores rurais e da Democracia em 1963). Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1988.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **De olho aberto para não virar escravo.** Garanta seus direitos !. CPT, Cartilha, 2001.

CIAVATTA, M. O conhecimento histórico e o problema teórico metodológico das mediações. IN: FRIGOTTO, G. & CIAVATTA, M. (Orgs.) **Teoria e educação no labirinto do capital.** Petrópolis: Vozes, 2001.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório de Pesquisa Nacional – DATALUTA – MST.** Presidente Prudente, 2004.

DELGADO, G. da C. **Padrões de desenvolvimento da agricultura brasileira no pós-guerra (1947-1988).** Recife, Programa de Capacitação Técnica INCRA/PNUD/SUDENE, 1989. Mimeo.

DEMO, P. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Cidadania tutelada e cidadania assistida.** Campinas: Autores Associados, 1995.

DOMINGOS NETO, M. & BORGES, G. A. **Seca seculorum:** flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

DOWBOR, L. **A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada.** Petrópolis: Vozes, 1998.

D'INCAO, M. da C. & ROY, G. **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia.** São Paulo: Paz e Terra, 1995.

DIREÇÃO NACIONAL DO MST. Apresentação: Somos Sem Terra. IN: CERIOLI, P. **Somos Sem Terra.** São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA, 2001.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** São Paulo: Global, 1991.

ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia.** Peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

EZPELETTA, J. & ROCKWELL, E. **Pesquisa participante.** São Paulo: Cortez, 1986.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERNANDES, B. M. & MOLINA, M. C. O campo da educação do campo. IN: MOLINA, M. C. & AZEVEDO DE JESUS, S.M.S. de. (Orgs). **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

FERNANDES, B. M. **A territorialização do MST: a formação do MST no estado de São Paulo.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Gênese e desenvolvimento do MST** (Caderno de Formação N° 30). São Paulo: MST, 1998.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Uma conquista: crescer nacionalmente.** www.mst.org.br, 2003.

_____. **Que reforma agrária?** www.dataterra.org.br, 2003b.

_____. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** 2005. Mimeo.

_____. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** 2005b. Mimeo.

FERNANDES, L. O manifesto comunista e a dialética da globalização. IN: COUTINHO, C. N. et al. REIS FILHO (Org.). **O manifesto comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels.** Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FOERSTE, E. & SCHUTZ-FOERST, G. M. Professores sem terra a universidade: qual parceria?. IN: ANDRADE, M. R. de, DI PIERO, M. C., MOLINA, M. C. & AZEVEDO DE JESUS, S. M. S. **A educação na reforma agrária em perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.** São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

FREIRE, P. & FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Extensão ou comunicação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.000.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. IN: FAZENDA, I. C. A. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 1989.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. IN: FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A nova e a velha faces da crise do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. IN: FRIGOTTO, G. & CIAVATTA, M. (Orgs.) **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GAJARDO, M. **Pesquisa participante na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GARCIA, R. C. & MARTINE, G. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GILLARDOT, P. **Géographie rurale**. Paris: Ellipes, 1997.

GIROUX, H. **Pedagogia radical: subsídios**. São Paulo: Cortez, 1983.

GOETHE. IN: **Agenda MST 2004 - 20 anos**. São Paulo: Secretaria Nacional – MST, 2004.

GÖHN, M. G. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. **Mídia, terceiro setor e MST**. São Paulo: Vozes, 2000.

_____. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GOMES, M. de J. dos S., CERIOLI, P. R., CALDART, R. S., GEHRKE, M. & KNIJNIK, G. **Educação de jovens e adultos: sempre é tempo de aprender**. (Caderno de Educação nº. 11). São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST / Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, 2004.

GONÇALVES, A. C. **Questões de Antropologia Social e Cultural**. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. **Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento?**. www.nead.org.br/index.php, 2001.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas**. IN: STÉDILLE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1994.

GUIMARÃES, M. T. C. **Formas de organização camponesa em Goiás (1954/64)**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1988.

HACKBART, R. (Org.) **Dicionário Popular de Economia Política**. São Paulo: PEDEX – Programa Educativo da Dívida Externa, s.d.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2004.

HURTADO, C. N. **Educar para transformar, transformar para educar: comunicação e educação popular**. Petrópolis: Vozes, 1993.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**: desafios de um processo em construção. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1998.

_____. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2001.

JESUS, S. M. S. A. de. Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo. IN: MOLINA, M. C. & AZEVEDO DE JESUS, S.M.S. de. (Orgs). **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", 2004.

KARDEC, A. **O livro dos espíritos**. São Paulo: Instituto de Difusão Espírita, 2000.

KAYSER, B. **La renaissance rurale**: sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

KOLLING, E. J., NERY, I. & IN: Nery, I. & MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma educação básica do campo (memória)**. Brasília, 1999.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LANDLESS-VOICES. **As imagens e as vozes da despossessão**: a luta pela terra e cultura emergente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). www.landless-voices.org, 2003.

LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LAVILLE, C. e J. DIONNE. **A Construção do Saber**. Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999.

LENIN, V. I. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1987.

LESBAUPIN, I. **Poder local x exclusão social**: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

- LISBOA, A. de M. **Socioeconomia solidária: marco conceitual latino-americano**. 2005. Mimeo.
- MAIA, V. **José Lourenço: o beato camponês da comunidade do Caldeirão**. São Paulo: Paulinas, 1992.
- MALUF, R. S. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. IN: CARNEIRO, M. J. & MALUF, R. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- MARBAN, J. S. & SOTELA, S. S. **Auto-diagnóstico: guia para o conhecimento da realidade**. México: Impressões Populares de SEPAC, 1981.
- MARTIN, J. Y. **Le mouvement des paysans sans terre dans le Rio Grande do Norte (Brésil): nouvelles pratiques territoriales et mutation identitaire**. Saint-Nazaire, 1999. Mimeo.
- MARTINS, J. B. Multirreferencialidade e educação. IN: BARBOSA, J. G. (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998.
- MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência. A questão política no campo**. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- MARTINS, M. D. **Os desafios da cooperação nos assentamentos da reforma agrária**. São Paulo: ANCA, 1994.
- _____. A ideologia do Banco Mundial. IN: Sydow, E. & Mendonça, M. L. (Orgs). **A política destrutiva do Banco Mundial para a Reforma Agrária**. São Paulo: Rede de Ação e Pesquisa Sobre a Terra, (s.d.).
- MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. IN: COUTINHO, C. N. et al. REIS FILHO (Org.). **O manifesto comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels**. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MARX, C. Futuros resultados de la dominación británica en la India. IN: MARX, C. & ENGELS, F. **Acerca del colonialismo**. Moscovo: Editorial Progreso, 1981.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Global, 1987.

_____. **Teorias da Mais-Valia**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987a.

_____. **Capítulo VI inédito de O capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Cortez, s.d.

MASSELLI, M. C. **Extensão rural entre os sem terra**. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

McLAREN, P. & FARAHMANDPUR, R. **Pedagogia revolucionária na globalização**. Rio de Janeiro, DP & A, 2002.

McLAREN, P. **Rituais na escola**: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação. Petrópolis: Vozes, 1992.

MELO NETO, J. F. de. Educação popular: uma ontologia. IN: SCOCUGLIA, A C. & MELO NETO, J. F. de. (Orgs.). **Educação popular**: outros caminhos. João Pessoa: Editpra Universitária / UFPB, 1999.

_____. **O que é popular ?** www.anped.org.br, 2005.

MELLO, J. M. C. de. **Capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MOLINA, M. C. & FERNANDES, B. M. (Coords). **Pesquisa nacional da educação na reforma agrária (PNERA)**/região Nordeste-Ceará. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA: 2005.

MONTE, F. S. de S., PAULA, L. A. M. de P. & CASTRO JÚNIOR, J. L. **Qualidade de vida em reassentamentos de populações rurais tingidas por obras de infraestrutura** – o caso do complexo industrial e portuário do Pecém – CE. www.gipaf.cnptia.embrapa.br, 2005.

MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000a.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala. Quilombos Insurreições Guerrilhas**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Como deve ser uma escola de assentamento**. São Paulo: Boletim de Educação – MST, 1992.

_____. **Educação: como nos organizamos**. www.mst.org.br, 2003.

_____. **MST precisa de uma escola nacional**. www.mst.org.br, 2003a.

_____. **Quem somos**. www.mst.org.br, 2003b.

_____. **Pauta de reivindicações**. Fortaleza, 15 de abril de 2003c, mimeo.

_____. **Agenda MST 2004 - 20 anos**. São Paulo: Secretaria Nacional – MST, 2004.

_____. **Por que marchamos?** IN: V Mutirão nacional de formação. **Marcha nacional pela reforma agrária. Caderno Mutirão**. São Paulo: Secretaria Nacional - MST, 2005.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST-CE. **Caderno de reuniões – Ocupar, resistir e produzir**. Fortaleza: Direção Estadual – CE - MST, s.d.

_____. **Os núcleos de base no M.S.T.** Fortaleza: Direção Estadual – CE – MST, s.d. a

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PALMEIRA, M. & LEITE, S. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. IN: COSTA, L. F. C. & SANTOS, R. **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: MAUAD, 1998.

PEREGRINO, M. D. **O imponderável nos tempos neoliberais**: as possibilidades da análise de atores populares nas estruturas em ação e os processos de exclusão. www.intelect.hpg.ig.com.br, 2003.

PETRAS, J. & RHODES, R. A competição e a dominação entre as potências capitalistas mundiais. IN: FÉLIX, M et al. **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais no estado capitalista**. México: Século XXI Editores, 1971.

PRADO, J. F. de A. **História da formação da sociedade brasileira**. Primeiros povoadores do Brasil 1500 – 1530. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

QUEIROZ, T. C. da N. **As lideranças do Movimento Sem Terra na Paraíba**: ambigüidades e aproximações identitárias. www.geocities.com/ptreview, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROMANELLI, G. A entrevista antropológica: troca e alteridade. IN: ROMANELLI, G. & BIOSOLI-ALVES, Z. M. M. (Orgs). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

SADER, E. Hegemonia e contra-hegemonia para um outro mundo possível. IN: SEOANE, J. & TADDEI, E. (Orgs.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAMPAIO, P. de A. **Reforma agrária e projeto de construção nacional**. www.intelecto.net, 2004.

SANTANA, E. **Órfãos da abolição**: tráfico de trabalhadores e trabalho escravo. Fortaleza: Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, 1993.

SANTOS, B. de S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Rio de Janeiro: Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 4 a 6 de setembro de 1995.

SAUER, S. **A proposta de “reforma agrária de mercado” do Banco Mundial no Brasil**. www.pt.org.br, 2001.

_____. **A luta pela terra e a reinvenção do rural**. Campinas, 2003, XLI Congresso Brasileiro de Sociologia. Mimeo.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SEOANE, J. & TADDEI, E. (Orgs.). **Resistências mundiais**: de Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes: 2001.

SILVA, M. T. R. da. **Curso básico de gestão em áreas de assentamento** – Guia para produtores. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil – BNB, 1994.

_____. **A função administrativa de direção** – Aprendendo a decidir. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil – BNB, 1994a.

SILVA, R. C. da. A falsa dicotomia qualitativo-quantitativo: paradigmas que informam nossas práticas de pesquisas. IN: ROMANELLI, G. & BIOSOLI-ALVES, Z. M. M. (Orgs). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

STÉDILLE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1994.

QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do "indizível" ao dizível". IN: SIMSON, O. R. de M. von. (Org). **Experimentos com histórias de vida.** (Itália-Brasil). São Paulo: Edições Vértice, 1988.

SOARES, M. C. C. Banco Mundial: políticas e reformas. IN: TOMMASI, L. de, WARDE, M. J. & HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1998.

SOUZA, J.R.F. de. & FURTADO, E.D.P. **A intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento sustentável.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2000.

_____. **(R)evolução no desenvolvimento rural: território e mediação social: a experiência com quilombolas e indígenas no Maranhão.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2004.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, I. E. de, CORRÊA, R. L. & GOMES, P. C. da C. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPINK, M. J. **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** São Paulo: Cortez, 1999.

SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador.** www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/exclusao.pdf, 2003.

STÉDILLE, J. P. A questão agrária e o socialismo. IN: STÉDILLE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1994.

SYDOW, E. & MENDONÇA, M. L. (Orgs). **A política destrutiva do Banco Mundial para a Reforma Agrária.** São Paulo: Rede de Ação e Pesquisa Sobre a Terra, (s.d.).

TEIXEIRA, E. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TEÓFILO, E., MATOS, A. G. de., BUAINAIM, A. M., REYDON, B. P., GARCIA, D. P., VEIGA, J. E. da., SILVEIRA, J. M. da., PLATA, L. A., & ASTUDILLO, R. H. **Políticas e instrumentos para fomentar os mercados de terras: lições aprendidas.** Fortaleza, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, 2002. Mimeo.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? IN: TOMMASI, L. de,

WARDE, M. J. & HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENCIANO, J. C. **Lunário Perpétuo**. Lisboa: Livraria Lello & Irmão Editores, 1945.

VEIGA, J. E. da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. www.nead.org.br/index.php, 2001.

VILLA, M. A. **Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

WANDERLEY, M. N. Prefácio. IN: CARNEIRO, M. J. & MALUF, R. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

Bibliografia – Dissertações e Teses

ALENCAR, F. A. G. de.. **Uma geografia das políticas fundiárias no Ceará**. Fortaleza: UFC, 2005. Tese de Doutorado.

AZEVEDO, H. S. **Identidade resgatada ou nova identidade?: Identidade e cotidianidade de famílias de áreas de assentamentos**. Fortaleza: UFC, 1992. Dissertação de Mestrado.

BARREIRA FILHO, E. B. **A gestão como elemento de sustentabilidade ambiental em áreas de reforma agrária**. Fortaleza: UFC, 2002. Dissertação de Mestrado.

BARQUETE, P. R. F. **Assentamentos rurais em áreas de reforma agrária no Ceará: miséria ou prosperidade? O caso Santana**. Fortaleza: UFC, 1995. Dissertação de Mestrado.

CASTRO JÚNIOR, J. L. **Assentamentos coletivos e resistência ao flagelamento no semi-árido cearense: o caso da fazenda Vitória.** Campina Grande: UFPB, Dissertação de Mestrado, 1994.

ESMERALDO, G. G. S. L. **O MST sob o signo de uma economia subjetiva: o assentamento José Lourenço.** Fortaleza: UFC, 2004. Tese de Doutorado.

]

FEITOSA, M. das D. A. **Participação: ainda uma trilha na reforma agrária do Ceará – Estudo de caso no Assentamento Santa Bárbara.** Fortaleza: UFC, Dissertação de Mestrado, 2002.

FRANÇA, A. de. **O reivindicado e não posto: uma interpretação sociológica do direito insurgente como “direito dos oprimidos” no campo.** Campina Grande: UFPB, 1995. Dissertação de Mestrado.

HOLANDA, M. I. M. **Construção da identidade coletiva dos Sem Terra.** Fortaleza: UFC, 2000. Dissertação de Mestrado.

MACIEL, E. M. F. **O MST no Ceará.** Fortaleza: UFC, 2000. Dissertação de Mestrado.

MARTINS, M. D. **Sonho, sonhei, sonhamos.** Fortaleza, UFC, 1990, Dissertação de Mestrado.

MONTE, F. S. de S. **Efeitos da implantação do complexo industrial e portuário do Pecém – CE na qualidade de vida das famílias rurais da região – O caso do reassentamento Cambeba.** Fortaleza: UFC, 1999. Dissertação de Mestrado.

MOURA, M. da G. da V. **Ritmo e ancestralidade na força dos tambores negros: o currículo invisível da festa.** São Paulo: USP, 1997. Tese de Doutorado.

PAULA, L. A. M. de. **Reforma agrária como estratégia de desenvolvimento.** Fortaleza: UFC, 1991. Dissertação de Mestrado.

SALES, C. de M. V. **Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST.** Fortaleza: UFC, 2003, Tese de Doutorado.

SOUZA, M. A. de. **Indivíduos em movimento: a formação da identidade coletiva**. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1994.

ZIMMERMANN, N. C. **Depois da terra, a conquista da cooperação: um estudo do processo organizativo num assentamento de reforma agrária no RS**. Brasília, UnB, 1989, Dissertação de Mestrado.

Bibliografia – Revistas e Periódicos

ALVES, G. **Vicente Pinzón e o Ceará – Excursão ao Cabo de Santa Maria**. Fortaleza, Revista da Sociedade Cearense de Geografia e História (Nova Fase), vol. VIII, ano XLIV, março, 1979.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Terreno do governo é ocupado pelo MST. Governo diz que não vai negociar saída em troca de reforma agrária. Ceará terá 700 famílias assentadas**. Fortaleza: Diário do Nordeste, 29/05/2003.

_____. **SEM-TERRA Saída das famílias é acertada em audiência. SEM-TERRA Incra vai negociar terras com bancos. SEM-TERRA NO PECÉM Marcha marca transferência**. Fortaleza: [www. diariodonordeste.globo.com](http://www.diariodonordeste.globo.com), 30/05/2003a.

DUARTE, E. G. **Movimentos de resistência camponesa organizados no Brasil**. IN: **Fragmentos de cultura: reforma agrária, meio ambiente e globalização**. Goiânia, ano 7, v. 6, nº 28, Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – IFITEG, 1997.

DURÃES, S., ROSSATO, A., & STEDILE, M. E. **Via Campesina realiza acampamento em Porto Alegre**. IN: **Revista Sem Terra**. São Paulo, MST, março/abril, ano VII, nº 29, 2005.

FURTADO, E. **Os caminhos das ciências humanas e a crise da contemporaneidade**. Universidade Pública, Ano I, nº 3, out/nov 2000.

GOMES, C. **O grande encontro da ação contra o imperialismo**. IN: **Revista Sem Terra**. São Paulo, MST, março/abril, ano VII, nº 29, 2005.

JORDÁN, A. & ZAPATA, T. **Metodologia de capacitação em apoio ao desenvolvimento econômico local**. Rio de Janeiro, PROPOSTA, ano 26, nº 75, dezembro/fevereiro de 1997.

LIBÂNEO, J. C. **Dicionário crítico da educação**. Presença Pedagógica, Ano 1, nº 1, Jan / Fev, 1995.

OLIVEIRA, G. de. **Os movimentos sociais frente à reestruturação produtiva**. IN: Rio de Janeiro, PROPOSTA, ano 26, nº 74, setembro/novembro de 1997.

O POVO. **MST ocupa terras do estado e Governo chama a polícia**. Fortaleza, O Povo, 29/05/2003.

_____. **ACORDO Sem-Terra desocupam área do Pecém**. Fortaleza, www2.noolhar.com/servlet, 30/05/2003a.

_____. **Sem-terra na limpeza**. Fortaleza: O Povo, 29/01/2005.

_____. **Simpatizantes do MST marcham em Washington**. Fortaleza: O Povo, 23/04/2005a.

PEIXOTO, A. J. **Mística e educação: a experiência do MST**. IN: **Fragmentos de cultura: reforma agrária, meio ambiente e globalização**. Goiânia, ano 7, v. 6, nº 28, Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás – IFITEG, 1997.

SANTOS, S. A. dos. **Inauguração de escola vira encontro internacional**. IN: **Revista Sem Terra**. São Paulo, MST, março/abril, ano VII, nº 29, 2005.

VEJA. **O MST se perdeu**. Edição 1.675, 15.11.2000.

Bibliografia – Documentos

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - SEARA/INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ – IDACE. **Alguns aspectos da questão agrária no Ceará**. (Versão Preliminar). Fortaleza, 1995. Mimeo.

_____. **Missão do Banco Mundial. Período: 30/11 – 02/12/95**. Memória das reuniões (Versão Preliminar). Fortaleza, 1995a. Mimeo.

IDACE – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará. **Relatório de atividades**. Fortaleza: IDACE, 2000. Mimeo.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **SIPRA – Sistema de Informações dos Projetos de Reforma Agrária**. Brasília: INCRA, 1999.

Bibliografia – Obras de Arte

AGUIAR, C. **Caldeirão**: romance. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1982.

ARNNUD, J-J. **O nome da rosa**. Filme. Ano de produção: 1986, Warner Bros.

BELCHIOR. **Como nossos pais**. www.cifraclub.com.br, 2005.

BOGO, A. **Terra Sertaneja**. Arte em Movimento, MST, CD – Encarte, 1999.

CAZUZA. **O tempo não pára**. www.cifraclub.com.br, 2005.

CUNHA, E. da. **Os sertões**. São Paulo: Cultrix, 1973.

GERALDO VANDRÉ & THÉO BARROS. Disparada. IN: Equipe de Educação Cidadã. **Cantar a cidadania**. Brasília: Talher Nacional. Setor de Mobilização Social, 2004.

MILTON NASCIMENTO. **Canção da América**. www.cifraclub.com.br, 2005.

PATATIVA DO ASSARÉ. **Eu Quero**. www.secrel.com.br/Jpoesia/auton.html, 2005.

RAUL SEIXAS. **Gente**. www.cifraclub.com.br, 2005.

ZÈ PINTO. Ordem e progresso. IN: Equipe de Educação Cidadã. **Cantar a cidadania**. Brasília: Talher Nacional. Setor de mobilização Social, 2004.

ZÉ RAMALHO. **Terceira lâmina**. www.cifraclub.com.br, 2005.

ZÉ VICENTE. Utopia. IN: **Um Brasil diferente está em nossas mãos**. Brasília: Rede de Educação Cidadã - Talher Nacional, 2004.

A1. MÚLTIPLA TERRITORIALIDADE DO MST ESTUDOS NO ESTADO DO CEARÁ

ALENCAR, F. A. G. de. **Uma geografia das políticas fundiárias no Ceará.** Fortaleza: UFC, 2005. Tese de Doutorado.

AZEVEDO, H. S. **Identidade resgatada ou nova identidade?:** Identidade e cotidianidade de famílias de áreas de assentamentos. Fortaleza: UFC, 1992. Dissertação de Mestrado.

BARREIRA FILHO, E. B. **A gestão como elemento de sustentabilidade ambiental em áreas de reforma agrária.** Fortaleza: UFC, 2002. Dissertação de Mestrado.

BARQUETE, P. R. F. **Assentamentos rurais em áreas de reforma agrária no Ceará: miséria ou prosperidade? O caso Santana.** Fortaleza: UFC, 1995. Dissertação de Mestrado.

CASTRO JÚNIOR, J. L. **Assentamentos coletivos e resistência ao flagelamento no semi-árido cearense: o caso da fazenda Vitória.** Campina Grande: UFPb, Dissertação de Mestrado, 1994.

ESMERALDO, G. G. S. L. **O MST sob o signo de uma economia subjetiva: o assentamento José Lourenço.** Fortaleza: UFC, 2004. Tese de Doutorado.

FEITOSA, M. das D. A. **Participação: ainda uma trilha na reforma agrária do Ceará – Estudo de caso no Assentamento Santa Bárbara.** Fortaleza: UFC, Dissertação de Mestrado, 2002.

FRANÇA, A. de. **O reivindicado e não posto: uma interpretação sociológica do *direito insurgente* como “direito dos oprimidos” no campo.** Campina Grande: UFPB, 1995. Dissertação de Mestrado.

HOLANDA, M. I. M. **Construção da identidade coletiva dos Sem Terra.** Fortaleza: UFC, 2000. Dissertação de Mestrado.

MACIEL, E. M. F. **O MST no Ceará.** Fortaleza: UFC, 2000. Dissertação de Mestrado.

MARTINS, M. D. **Sonho, sonhei, sonhamos.** Fortaleza, UFC, 1990, Dissertação de Mestrado.

MONTE, F. S. de S. **Efeitos da implantação do complexo industrial e portuário do Pecém – CE na qualidade de vida das famílias rurais da região – O caso do reassentamento Cambeba.** Fortaleza: UFC, 1999. Dissertação de Mestrado.

PAULA, L. A. M. de. **Reforma agrária como estratégia de desenvolvimento.** Fortaleza: UFC, 1991. Dissertação de Mestrado.

SALES, C. de M. V. **Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST.** Fortaleza: UFC, 2003, Tese de Doutorado.

A2. LINHA CENTRAL DE TEMPO

Ano - Período	Acontecimento
<i>Tempo do Patrão</i>	
1995	Desapropriação do Imóvel
1996	Ocupação da Terra Imissão de Posse / Criação do Projeto de Assentamento Presença de 150 famílias (No mínimo chefe de família) Início da montagem da Infra-estrutura Básica (Habitação, água e energia elétrica)
1997	Criação da Associação Comunitária do Assentamento Unidos de Santa Bárbara - ACAUSB Primeira Gincana - “Os de dentro contra os de fora” Início da discussão do Regimento Interno
1998	Criação da Cooperativa de Produção Agrícola de Santa Bárbara - COPASB Conclusão da Infra-estrutura Básica (Habitação, água e energia elétrica) Presença de 97 famílias – Início da ampliação da Infra-Estrutura econômica (Rebanho bovino)
1999	Conclusão do Regimento Interno (“Tudo era proibido”) Saída do Exército Distanciamento do MST
2000	Assentamento “fechou as portas” – Presença de 75 famílias Segunda Gincana – “Os casados contra os solteiros”
2001 - 2003	Ajustando Regimento Interno (“Passamos a rever muitas proibições”) e concluindo ampliação da Infra-Estrutura econômica (Casa-de-farinha, casa do mel, implantação de tanques-rede, beneficiamento do pescado) Início da ampliação do sistema de educação (Entrada de pessoas em Cursos de Pedagogia e de Técnico em Administração Cooperativa, Turmas de EJA e implantação do NEDI) Reaproximação com o MST
2003	Implantação do Balneário e ano da primeira formatura em Pedagogia
2004 - 2005	Formaturas em Pedagogia e demais acontecimentos Retomada de ações com o MST

A3. QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS

Assentados

1. Nome do conjunto de moradia
2. Nome da vila
3. Número da casa
4. Nome do morador ou moradora¹
5. Estado de união – Não necessariamente em cartório
6. Origem – Dentro ou fora da terra
7. Elemento do Lugar
8. Parentesco
9. Observação

Lugar

1. Nome do Lugar
2. Coordenador ou coordenadora
3. Local de reunião
4. Quantidade de Presentes – Se possível nomes
5. Local de moradia dos presentes
6. Observação

¹ Uma pergunta, ao vizinho, confirmava o morador da residência, que, era ratificada dentro da casa: "Quem mora nesta casa ?"

A4. ENTREVISTAS PLANEJADAS

Número	Lugar	Nome
1.	Associação – Presidência	Geraldo
2.	Associação – Secretaria	Eronilson
3.	Associação – Tesouraria	Dezinho
4.	Comissão – Agricultura	Antonio
5.	Comissão – Pecuária	Arnoldo
6.	Comissão – Piscicultura	Zé Eudes
7.	Comissão – Apicultura	Antonio Galdino
8.	Comissão – Transporte	Paulo Inácio
9.	Comissão – Balneário	Raimundo Miguel
10.	Comissão – Saúde	Sílvia Paula
11.	Comissão – Mulheres	Claudiana
12.	Escola	Sônia
13.	NEDI	Ocília
14.	Igreja Católica	A definir
15.	Igreja Evangélica	Francisco
16.	Capoeira	Socorro
17.	Hip Hop	A definir
18.	Time de Futebol 1	Tonhão
19.	Time de Futebol 2	João de Job
20.	STR	Nonato
21.	MST	Rosálio

A5. ENTREVISTAS REALIZADAS

Número	Nome da Pessoa	Data	Identidade Fundante	
			Identidade de Localização - Fora	Identidade de Localização - Dentro
1.	Dezinho	03.03.04	X	
2.	Socorro	03.03.04	X	
3.	Paulo Sérgio	04.03.04		X
4.	Arnoldo	05.03.04		X
5.	Auri	06.03.04	X	
6.	Antonio Galdino	06.03.04	X	
7.	João de Job	14.03.04		X
8.	Jacinto	14.03.04	X	
9.	Chiquinho	15.03.04		X
10.	Sônia	15.03.04	X	
11.	Tereza	15.03.04	X	
12.	Terezinha	18.03.04	X	
13.	Cídia	18.03.04	X	
14.	Zé Filho	18.03.04	X	
15.	Daiana	18.03.04		X
16.	Antonio José	19.03.04		X
17.	Zé Preto	20.03.04	X	
18.	Cileide	25.03.04		X
19.	Geraldo	25.03.04	X	
20.	Raimundo Miguel	25.03.04	X	
21.	Neguinho	26.03.04		X
22.	Cláudia	26.03.04	X	
23.	Claudiana	27.03.04	X	
24.	Silvia Paula	28.03.04		X
25.	Julimar	28.03.04		X
26.	Cláudio	29.03.04	X	
27.	Janaína	29.03.04	X	
28.	Nonato	30.03.04	X	
29.	Dudé	31.03.04	X	
30.	Dezinho	31.03.04	X	
31.	Criança	31.03.04		X
32.	Rosálio	31.03.04	X	

A6. MÚSICA UTOPIA

Utopia

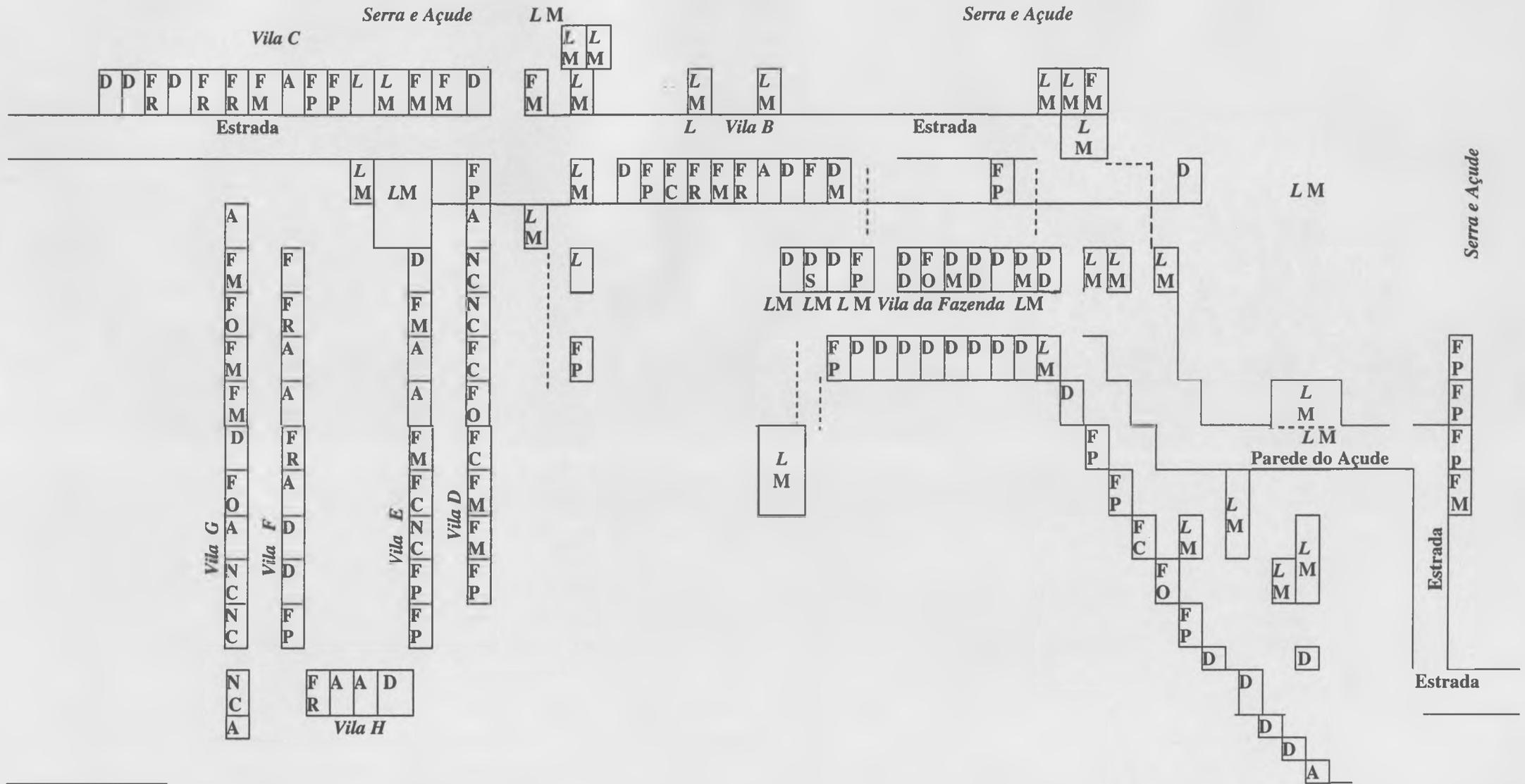
Quando o dia da paz renascer
Quando o sol da esperança brilhar
Eu vou cantar.
Quando os muros que cercam os jardins
Destruídos, então os jasmims
Vão perfumar.

Vai ser tão bonito se ouvir a canção
Cantada, de novo
No olhar da gente a certeza do irmão
Reinado do povo.

Quando a voz da verdade se ouvir
E a mentira não mais existir
Será enfim
Tempo novo de eterna justiça
Sem mais ódio nem sangue ou cobiça
Vai ser assim !

ZÉ VICENTE

A7. Croqui 1 – MULTITERRITORIALIZAÇÃO EM SANTA BÁRBARA



LEGENDA: A – Casa / Assentamento, NC – Casa / Não Concluída, F - Origem de Fora, D – Origem de Dentro, P – Paraipaba, C- Caucaia, R – Redondezas, O – Outro Município, L – Lugar de Territorialização, M – Presença do MST

A8. Marcha Pela Reforma Agrária – Pauta de Reivindicações

O que precisa ser feito para avançar na reforma agrária

Ponto	Detalhamento
Reestruturação e fortalecimento político do INCRA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Vincular o INCRA à Presidência da República; 2. Contratação de novos servidores (mínimo: 4.500); 3. Mudanças das Instruções Normativas do INCRA, visando: <ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliar a capacidade operativa e autonomia do INCRA (Presidência e Superintendências). 2. Reestruturar o INCRA permitindo melhoria e agilidade na capacidade operativa interna e, autonomia na execução da reforma agrária; 3. Diminuir a autonomia interna das divisões, visto que trazem lentidão no processo de agilização da reforma agrária; 4. Os recursos da reforma agrária não devem ser contingenciados; 5. Subordinar a Procuradoria à Presidência e Superintendências do INCRA.
Sobre a situação dos Acampamentos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentar um cronograma de assentamento das famílias acampadas por Estado e das metas do II PNRA até 2006 (400 mil famílias até 2006), agilizando a capacidade operativa para aquisição de terras, por meio dos seguintes instrumentos: <ol style="list-style-type: none"> 1. Desapropriação por interesse social em atendimento à Constituição (incorporar a legislação ambiental e trabalhista); 2. Atualização e fixação dos índices de Produtividade e Grau de Utilização da Terra; <p>Observação: Reunião Nacional com todos os Superintendentes Estaduais para apresentar os mecanismos e instrumentos para cumprimento das metas.</p> 1. Garantir o fornecimento de alimentos (quantidade, qualidade e regularidade) e lonas para as famílias acampadas, garantindo mínimas condições de sobrevivência; 2. Cadastrar todas as famílias acampadas; 3. Liberar recursos para capacitação das famílias durante o período de acampamento; 4. Garantir educação básica para as crianças e educação de jovens e adultos das famílias acampadas; 5. Descontingenciar o orçamento atual (2bilhões) e suplementar (orçamento compatível à demanda apresentada no II PNRA) os recursos para reforma agrária.
Sobre a situação dos Assentamentos	
1. Crédito para a Reforma Agrária	<ol style="list-style-type: none"> 1. Novo Crédito para a Reforma Agrária, considerando: <ol style="list-style-type: none"> i. Desburocratização e subsídio; ii. Fonte do Tesouro Nacional;

	<p>iii. Coordenação pelo INCRA;</p> <p>iv. Linha de Crédito Específico Associativo e/ou Cooperado, não vinculado ao Teto Familiar, mas nas mesmas condições do PRONAF A, para Mulheres e Jovens para financiamento de atividades agrícolas e/ou não agrícolas.</p> <p>1. Programa de Agroindústrias:</p> <p>i. Alocar R\$ 15 milhões de reais para o programa de apoio a ações de segurança alimentar e nutricional (MDS/FBB), para o financiamento de micro-agroindústrias nos assentamentos.</p> <p>1. Programa Florestal para a Reforma Agrária; 2. PRONAF Infra-estrutura:</p> <p>i. Repasse através do INCRA;</p> <p>ii. Assegurar 30% dos recursos para os assentamentos;</p>
2. Assistência Técnica	
Universalizar a assistência técnica para os assentamentos	<p>Unificar e padronizar os procedimentos de contratação nacionalmente, realizando os Convênios/contratos diretamente com as entidades representativas dos trabalhadores (as), vinculando a execução dos serviços de assistência técnica a estas entidades;</p> <p>Regularidade no pagamento dos Convênios;</p>
Destinar recursos para as entidades executoras, visando:	<p>i. Pagamento dos encargos sociais;</p> <p>ii. Pagamento de taxa de administração;</p> <p>iii. Compra de equipamentos e estrutura de transporte;</p> <p>iv. Capacitação e qualificação das equipes técnicas;</p> <p>1. Redução do nº de famílias por técnico garantindo melhoria do atendimento. (Para assentamentos pequenos a relação deve ser 1/50 e nos assentamentos grandes 1/75);</p> <p>2. Repasse dos recursos de PDA's e PRA's para as entidades executoras da assistência técnica;</p>
3. Infra-estrutura	
	<p>Energia, água e estradas;</p> <p>Construção de equipamentos sociais: escolas com educação infantil (ciranda infantil), posto de saúde, áreas de lazer, lavanderias, refeitórios;</p> <p>Saneamento básico;</p> <p>Construir nas áreas comunitárias das agrovilas e/ou núcleos de moradia: praças, parques, jardins e pavimentação;</p>

	<p>Infra-estruturas produtivas</p> <p>Semi-árido: recursos específicos para o semi-árido</p>
4. Programa de Biodiesel	estruturação de unidades piloto
5. Projeto Leite- Sul:	liberar recursos de implantação e estruturação do Programa
6. PRONERA:	descontingenciar os R\$ 14 milhões e ampliar em R\$ 40 milhões de reais para o atendimento de 124 mil novos alunos de EJA.
7. Questão de Gênero	<p>Incluir no Cadastro do INCRA o nome do homem e da mulher como titulares do lote;</p> <p>Ampliação da Campanha de documentação: ampliar o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, que hoje possui uma meta irrisória de 70.000 mulheres documentadas por ano;</p>
8. Região Amazônica	Adoção do módulo específico para a Amazônica Legal referente ao mínimo de 100 ha na implantação dos assentamentos;
9. Renegociação de dívidas	<p>Nova Resolução para os financiamentos do STN contraídos no período de 2000 a 2002, para renegociação das dívidas;</p> <p>Acabar com o aval solidário no PRONAF como forma de resolver problemas de inadimplência;</p> <p>Renegociação e individualização das dívidas de teto II das Cooperativas.</p>

Fonte: www.mst.org.br

A9. FORUM SÓCIAL MUNDIAL ORGANIZAÇÕES DELEGADAS

Organização	Endereço Eletrônico e Página na Internet
50 Years is Enough!	50years@50years.org www.50years.org
ABONG - Associação Brasileira de ONGs	abong@uol.com.br www.abong.org.br
ACTU - Australian Council of Trade Unions	mailbox@actu.asn.au www.actu.asn.au
AFL-CIO - American Federation of Labor-Congress of Industrial Organizations	feedback@afcio.org www.afcio.org/home.htm
Africa Trade Network	aidc@iafrica.com http://africatradenetwork.com
AIDC - Alternative Information on Development Center	aidc@iafrica.com http://aidc.org.za
ALAI - Agencia Latinoamericana de Informacion	info@alainet.org www.alainet.org
ALAMPYME – Assoc. Latino Americana de Pequenos e Médios Empresários	apyme@rcc.com.ar www.apyme.com.ar
Aliança Por Um Mundo Responsável e Solidário	lille@alliance21.org www.alliance21.org
All Arab Peasants & Agricultural Co-operatives Union	F76arab@maktoob.com
ALOP - Assoc. Latino Americana de Organismos de Promoção	info@alop.or.cr www.alop.or.cr
Alternative Information Center	sergio@alt-info.org www.alternativenews.org
Alternatives Information Center	aidc@iafrica.com http://aidc.org.za
Alternatives	alternatives@alternatives.ca www.alternatives.ca
Alternatives Rússia	dhrr@online.ru
Amigos da Terra	foe@foe.org www.foei.org
APRODEV	aprodev@aprodev.net www.aprodev.net
Arab NGO Network for Development	annd@cyberia.net.lb www.annd.org
ARENA - Asian Regional Exchange for New Alternatives	arena@asianexchange.org www.asianexchange.org
Articulación Feminista Marco Sur	mujeresdelsur@mujersur.org.uy www.mujeresdelsur.org.uy
ASC - Aliança Social Continental	sri_cut@uol.com.br www.ascahsa.org
Asemblea de los Pueblos del Caribe (APC)	habitatcarib@hotmail.com pedroarg@tricom.net http://movimientos.org/caribe/
Assemblée Europeenne des Citoyens	Assemblée Europeenne des Citoyens
Assembleia das Nações Unidas dos Povos	flavio@perlapace.it
Associação para o Progresso das Comunicações	anriette@apc.org www.apc.org
ATTAC- Brasil	attacsapaulo@attac.org www.attac.org/brasil
ATTAC France	attac@attac.org http://attac.org
Babels	wsfsm@babels.org
Bankwatch Network	jozseff@bankwatch.org

	www.bankwatch.org
CADTM- Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde	cadtm@skynet.be http://users.skynet.be/cadtm
Canadian Council	Jdunn@canadians.org
Caritas Internationalis	caritas.internationalis@caritas.va www.caritas.org
CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz	intercom@cidadanet.org.br www.cbjp.org.br
CEAAL – Cons. Educação de Adultos da Am. Latina	ceaal@laneta.apc.org www.ceaal.org
CEDAR Internacional	cedar@asser.nl www.cedarinternational.net
CEDETIM- Centre d'Etudes et d'Initiatives de Solidarité Internationale	cedetim@globenet.org www.cedetim.org
Central de Trabajadores Argentinos	cta@rcc.com.ar www.cta.org.ar
CES – European Trade Union Confederation	etuc@etuc.org www.etuc.org
CETRI	cetri@cetri.be www.cetri.be
CIDSE	postmaster@cidse.org www.cidse.org
CIOSL - Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres	internetpo@icftu.org www.cioslorit.org
CIVES	cives@cives.org.br www.cives.org.br
CLACSO	clacsofm@clacso.edu.ar www.clacso.org
CLC - Canadian Labour Congress	sbenedict@clc-ctc.ca www.clc-ctc.ca
CMT – Confederação Mundial do Trabalho	info@cmt-wcl.org www.cmt-wcl.org
Coalición Internacional para el Hábitat	hic-al@hic-al.org http://www.hic-net.org
COMPÁ – Convergência de los Movimientos de los Pueblos de las Américas	colectivoredom@hotmail.com rgf@alum.vassar.edu http://www.sitiocompa.org/compa/index.php
CONAIE	info@conaie.org http://conaie.org
Congresso Nacional Indígena do México	ceatl@laneta.apc.org
Conselho Mundial de Igrejas	info@wcc-coe.org www.wcc-coe.org
Coordinación del Foro “El Otro Davos”	Page2@fastnet.ch
Coordinadora de Centrais Sindicais do Cone Sul	eduardof@aebu.org.uy http://www.sindicatomercosul.com.br/
Corpwatch	corpwatch@corpwatch.org www.corpwatch.org
COSATU - Congress of South African Trade Unions	cosatu@wn.apc.org www.cosatu.org.za
CRID – Centre de Recherche et d'Information pour le Développement	info@crid.asso.fr www.crid.asso.fr
CUT – Central Única dos Trabalhadores	sri-cut@uol.com.br www.cut.org.br
Encuentros Hemisféricos contra el ALCA	joel@mlking.sld.cu
ENDA	taoufik@enda.sn www.enda.sn
Euralat	Criera@aepdc.org
Euromarches	euromarches@ras.eu.org www.euromarches.org

FAMES	rabia@enda.sn
FECOC - Frente Continental de Organizações Comunitárias	mlongoria@laneta.apc.org
Federación Mundial de Juventudes Democráticas	wfdy@wfdy.org www.wfdy.org
Fédération démocratique internationale des femmes (FDIF)	fdif@fdif.eu.org www.fdif.eu.org
Fundación per la Pau/International Peace Bureau (IPB)	mailbox@ipb.org www.ipb.org
FIAN – Food First International Action Network	fian@fian.org www.fian.org
FIDH – Federação Internacional Direitos Humanos	rsanchez@fidh.org www.fidh.org
Focus on the Global South	admin@focusweb.org http://focusweb.org
Fórum Dakar	Residel.kaolack@sentoo.sn
Forum Mondial des Alternatives	ftm@syfed.refer.sn www.alternatives-action.org/fma
Forum of the Poor	fopthai@asiaaccess.net.th
Fórum Social Italiano	vagnoletto@lila.it
GLBT South-South Dialogue	dialogo@fedaeaps.org
Global Exchange	admin@globalexchange.org www.globalexchange.org
Global Policy Network	gpn-listowner@epinet.org www.globalpolicynetwork.org
Greenpeace	greenpeace.brazil@dialb.greenpeace.org http://www.greenpeace.org/
Grito dos Excluídos	gritoexcluidos@uol.com.br www.movimientos.org
Grupo de Trabalho Amazônico	www.gta.org.br
IATP – Institute for Agriculture and Trade Policy	khoff@iatp.org www.iatp.org
IBASE	ibase@ibase.br www.ibase.br
ICAE – Conselho Internacional de Educação de Adultos	icae@icae.ca http://www.icae.org.uy/spa/sindex.html
IFAT - International Federation of Alternative Trade	info@ifat.org.uk www.ifat.org
IFG – International Forum on Globalization	ifg@ifg.org www.ifg.org
International Gender and Trade Network	secretariat@coc.org www.genderandtrade.net
International Network of Street Papers (INSP)	l.maclean@bigissuescotland.com irn@irn.org www.irn.org
Instituto Paulo Freire	ipf@paulofreire.org www.paulofreire.org
IPS – Inter Press Service	kosi@ips.org www.ips.org
Jubilee South – Ásia	aidc@iafrica.com www.jubileesouth.org
Jubileu 2000	kitazawa@jca.apc.org
Jubileu Sul América Latina	keeneba@wamani.apc.org www.jubileusul.hpg.com.br
KCTU - Korean Confederation of Trade Unions	inter@kctu.org www.kctu.org
KOPA	kopa@jinbo.net http://antiwto.jinbo.net/eroom/index.html
Land Research Action Network	wellington@nlc.co.za

	wellington@nlc.co.za
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	srinst@uol.com.br www.mst.org.br
Narmada	subbu@narmada.org www.narmada.org
NIGD - Network Institute for Global Democratization	katarina@nigd.u-net.com www.nigd.org
North-South Centre	Fifi.BENABOUD@coe.int www.coe.int/T/E/North-South_Centre
OCLAE - Continental Organization of Latin America and Caribbean Students	oclae@jccc.org.cu www.oclae.org
Oneworld	jason.nardi@unimondo.org www.unimondo.org
Organization of African Trade Unions Unity	oaouu@ighmail.com
ORIT – Org. Regional Interamericana de Trabalhadores	info@cioslorit.org www.orit-ciosl.org
OXFAM Internacional	information@oxfaminternational.org www.oxfam.org
Peace Boat	y-nami@peaceboat.gr.jp www.peaceboat.org
Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo	regional@pidhdd.org www.pidhdd.org
Projeto K	Salvatore.cannavo@flashnet.it ilpanelerose@hotmail.com
Public Citizen	tgeron@citizen.org www.citizen.org
Red Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia	mleon@interactive.net.ec remte@fedaeaps.org http://movimientos.org/remte
Rede APM – Agricultures paysannes, sociétés et mondialisation	pvuarin@fph.fr www.zooide.com/apm
Rede CONSEU (Conferencia de Naciones sin Estado de Europa)	activitats@ciemen.org
Rede Dawn de Mulheres	dawn@is.com.fj www.dawn.org.fj
Rede de Solidariedade Ásia Pacífico	intl@dsp.org.au
Rede Latino-Americana e Caribenha de Mulheres Negras	criola@alternex.com.br www.criola.org.org
Rede Mulher e Habitat	gem@agora.com.ar http://www.redmujer.org.ar
Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos	office@wgnrr.nl www.wgnrr.org
Rede Palestina de ONGs	bisanrd@palnet.com www.pngo.net
Rede Social de Justiça e Direitos Humanos	redes@social.org.br www.social.org.br
Rede Transforme!	elgauthi@internatif.org
Redes Socioeconomia Solidária	creintjes@ideas.coop www.reasnet.com
REPEM – Rede de Educação Popular entre Mulheres	repem@repem.org.uy www.repem.org.uy
SIGTUR - Southern Initiative on Globalisation and Trade Union Rights	rlambert@ecel.uwa.edu.au
Social Watch	socwatch@chasque.net www.socialwatch.org
Solidar	solidar@skynet.be www.solidar.org
TNI – Transnational Institute	tni@tni.org www.tni.org

TWN – Third World Network	tw@igc.apc.org www.twinside.org.sg
UBUNTU - Foro Mundial de Redes de la Sociedad Civil	ubuntu@ubuntu.upc.es www.ubuntu.upc.es
Union Internacional de Estudiantes	ius@cfs-fcee.ca www.ius-uie.org
Via Campesina	viacam@gbm.hn http://ns.rds.org.hn/via/
World Association of Community Radio Broadcasters (Amarc)	amarc@amarc.org http://www.amarc.org
World March of Women	www.ffq.qc.ca/marche2000/en/index.html dmatte@ffq.qc.ca
Znet	sysop@zmag.org www.zmag.org
OBSERVADORES	
Comitê Organizador do Fórum Social Africano	taoufik@enda.sn
Comitê Organizador do Fórum Social Américas	fsmcontinental@fsmecuador.org www.forosocialamericas.org
Comitê Organizador do Fórum Social Europeu	wsf@fse-esf.org www.fse-esf.org
Comitê Organizador do Fórum Social Mediterrâneo	activitats@ciemen.org fsmmedi@terra.es
Comitê Organizador do Fórum Social Pan-Amazônico	cri-pmb@belem.pa.gov.br www.fspanamazonico.com.br
Comitê Organizador do Fórum Social Temático: Democracia, Direitos Humanos, Guerras e Narcotráfico	forosocialtematico@cable.net.co www.fsmt.org.co
FNTG - Funders Network on Trade & Globalization	mark@fntg.org www.fntg.org

OBS: A lista contém os nomes das 19 organizações que ingressaram no Conselho Internacional do FSM, aprovadas em reunião plenária no dia 6 de abril de 2004, em Passignano Sul Trasimeno e Isola Polvese (Peruggia), na Itália.

Fonte: www.fsm.org.br

A10. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DE ASSENTADOS

Critérios Eliminatórios

Serão desclassificados (as) os (as) candidatos (as) que se enquadrar em uma das seguintes situações, em qualquer fase do processo de seleção:

- Ter menos de 21 anos, exceto aqueles (as) na faixa dos 16 aos 21 anos emancipados (as) de acordo com o artigo 154 do Código Civil;
- Ser funcionário (a) de empresa pública, autarquia e paraestatal, civil ou militar, da administração federal, estadual ou municipal, enquadrando-se também o cônjuge ou companheiro (a);
- Ter renda mensal proveniente de atividade não agrícola superior a 3 (três) salários mínimos;
- Ser proprietário (a), cotista, acionista ou participante de estabelecimento comercial ou industrial;
- Ser proprietário (a) de imóvel rural com área igual ou superior a 1 módulo rural;
- Ser ex-beneficiário de projetos de regularização fundiária, projetos de assentamento oficial ou outros de responsabilidade de órgãos públicos, salvo por motivo de separação do casal ou outro motivo justificado à critério do INCRA;
- Apresentar deficiência física ou mental que impeça o exercício de atividade agrícola;
- Ser aposentado (a) por invalidez;
- Ser estrangeiro (a) não naturalizado (a);
- Possuir antecedentes criminais, com sentença definitiva transitada em julgado e pena pendente de cumprimento ou não.

Critérios Classificatórios

Os critérios de classificação estão divididos em três grupos:

1. CRITÉRIOS PRELIMINARES: nesta fase são atribuídos pontos ao tamanho da família, à força de trabalho da família, à idade do (a) candidato (a) e à renda anual familiar.
2. CRITÉRIOS BÁSICOS: nesta fase é dada a seguinte ordem de preferência para assentamento: o (a) desapropriado (a) que queira explorar diretamente um lote; os que trabalham no imóvel onde será implantado o projeto, sejam eles (as) assalariados (as), posseiros (as), parceiros (as), arrendatários (as) ou foreiros (as); trabalhadores (as) assalariados (as), posseiros (as), arrendatários (as), parceiros (as) ou foreiros (as) que trabalham em outros imóveis; agricultores (as) cujo imóvel seja comprovadamente insuficiente para sustento próprio e da família; trabalhadores (as) em atividades não-rurais.
3. CRITÉRIOS SUPLEMENTARES: moradia no imóvel; moradia no município; tempo de moradia; associativismo e tempo na atividade agrícola.
Cada uma destes critérios recebe uma pontuação e a soma total é que define a ordem de classificação².

² Texto extraído, com adaptações, de Castilho, Silva & Magalhães (2001).

A11. INFRA-ESTRUTURA – ASSENTAMENTO SANTA BÁRBARA

Discriminação / Unidade	Quantidade	Localização		Origem	
		Fazenda	Angico	CAPINE	Santa Bárbara
<i>Básica</i>					
Casa de alvenaria, casa da fazenda / Uma		X	X	X	
Casa de alvenaria, casa da empresa / Uma		X		X	
Casa de alvenaria, casa do assentamento / Uma		X	X		X
Reservatório de água / Açude	4	X	X	X	
Rede de abastecimento de água para consumo humano / Uma	1	X	X		X
Rede de abastecimento de água, uso doméstico, produtivo e social / Uma	1	X	X		X
Rede de energia elétrica trifásica. servindo todo o assentamento / Km	6	X	X		X
Estrada carroçável, com seus ramais, servindo todo assentamento / Km	8	X	X	X	
<i>Produção</i>					
Centro de manejo bovino, constando de currais, estábulos, depósitos, brete de contenção e balança / Um	1	X		X	
Pocilga / Uma	1	X		X	
Tanque - criação de peixe / Um	3	X		X	
Tanque-rede - criação de peixe /Um	120	X			X
Unidade de apoio produtivo e tratamento de pescado /Uma	1	X			X
Casa de farinha / Uma	1	X			X
Casa do mel / Uma	1	X			X
Casa do queijo / Uma	1	X		X	
Unidade de beneficiamento de pescado / Uma	1	X			X
<i>Sócio-Cultural</i>					
Galpão, para assembleias e atividades diversas / Um	1	X		X	
Prédio de administração, com sala da diretoria da associação e com sala da diretoria/secretaria da escola / Um	1	X		X	
Casa dos técnicos, onde funciona a coordenação do assentamento, a sua gerencia e serve de alojamento para visitas / Uma	1	X		X	
Casa sede do assentamento e alojamento de visitas / Uma	1	X		X	
Casa para múltiplos usos / Uma			X		X
Prédio da Escola / Uma	1	X		X	

Prédio do NEDI – Creche / Um	1	X		X	
Campo de Futebol 1 / Um	1	X		X	
Campo de Futebol 2 / Um	1		X		X
Quadra esportiva / Uma	1	X		X	
Capela – Igreja Católica / Uma	1	X		X	
Templo – Igreja Pentecostal / Um		X			X
Balneário / Um		X			X
<i>Apoio, Máquinas e Equipamentos</i>					
Galpão de veículos, máquinas agrícolas e equipamentos / Um	1	X		X	
Caminhão, 10 Ton / Um	1	X			X
Veículo tipo camioneta para uso da comissão de saúde e transporte de passageiros / Um	1	X			X
Trator, com implementos / Um	2	X			X
Carroça	2	X			
Máquina de beneficiamento de grãos	2	X			X
Pipa, 5.000 L / Uma	1	X			X

Fonte: Pesquisa Direta